

A Conquista da Paraíba

Bn. 918.1
B23
v. 321

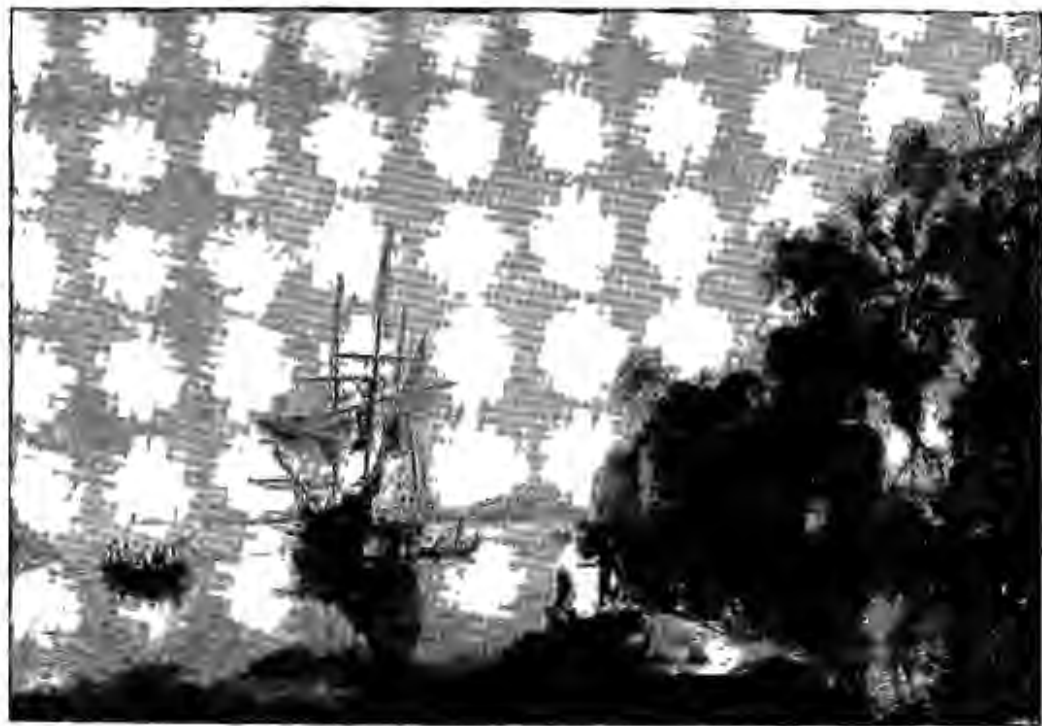
BRASILIANA

volume 321

Direção de
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS	
BIBLIOTECA	
Nº	DATA
28806	26/11/80

Exemplar Nº 0384



O navio Royal Amsterdam numa esqta Nordestina, por B. PEREIRA (1840)

J. F. DE ALMEIDA PRADO

A CONQUISTA DA PARAÍBA

(Séculos XVI a XVIII)

edição ilustrada

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

Trabalho preparado
sob os auspícios da
SOCIÉTÉ D'ÉTUDES
HISTORIQUES DOM PEDRO II



Do mesmo autor: -

“História da Formação da Sociedade Brasileira”:

Primeiros Povoadores do Brasil.

Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil.

A Bahia e as Capitanias do Centro do Brasil.

São Vicente e as Capitanias do Sul do Brasil.

O Brasil e o Colonialismo Europeu.

Tomas Ender — Pintor Austríaco na Córte de D.

João VI. (Um episódio da formação da classe dirigente brasileira).

Direitos autorais desta edição reservados à

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 639

São Paulo 2, SP -

1964

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil



Aos

*paraibanos que lutaram e
morreram para manter a
unidade do Brasil.*

SUMÁRIO

<i>Prefácio de Assis Chateaubriand</i>	XI
<i>Reflexões em tôrno do prefácio</i>	XV

A CONQUISTA DA PARAÍBA

1 — A descoberta da Paraíba	5
2 — Angô	15
3 — A defesa do Brasil	25
4 — O índio, a terra e suas produções	43
5 — A Paraíba e os seus vizinhos	63
6 — A obra das missões	81
7 — As missões e o desenvolvimento local	103
8 — As empresas franciscanas no período em que estiveram à testa das missões evangelizadoras	119
9 — Balanço da obra missionária	135
10 — A união com a Espanha	145
11 — Os concorrentes de Portugal	169
12 — Nas vésperas da invasão	187
13 — A invasão	197
14 — A ocupação das quatro capitanias	211
15 — A Paraíba holandesa	227
16 — O governo de Nassau	239
17 — A partida de João Maurício	259
18 — Os ex-cristãos-novos	271
19 — O judeu português no Brasil holandês	293
20 — O rescaldo da invasão	313
21 — O século dezoito	325
<i>Índice onomástico</i>	337
<i>Bibliografia</i>	347

PREFÁCIO

SE A RAZÃO DOS PREFÁCIOS fôsse sòmente a de apresentar o Autor ao leitor, êste prefácio não teria sentido. J. F. de Almeida Prado está de muito credenciado diante da intelligência e da cultura do Brasil por diversos profundos estudos históricos.

Os seus quatro livros acêrca da colonização do território pátrio — *Primeiros Povoadores, Pernambuco e as Capitánias do Norte, Bahia e as Capitánias do Centro e S. Vicente e as Capitánias do Sul* — formam uma obra íntegra, narrativa e interpretativa, das vicissitudes que asseguraram a unidade geográfica e espiritual do Brasil. Êste é um desígnio sobrenatural só *a posteriori* reconhecido pela fôrça dogmática dos fatos consumados.

Mas, os prefácios também servem para, à maneira dos apartes, trazer o seu redator ao Autor subsídios e complementos suscitados pela leitura do livro, realçando definições e conclusões.

Nos seus trabalhos anteriores e particularmente em *A Conquista da Paraíba*, Almeida Prado elucida por que e como pôde Portugal, pequeno e fraco, com pouca gente e poucos recursos, defender, recuperar e até expandir a vastidão territorial de Santa Cruz, domando a natureza hostil, submetendo o gentio trêfego e repellido o forâneo atrevido.

XII — A CONQUISTA DA PARAÍBA

Não valeram a piratas, corsários e invasores a audácia pessoal, a cumplicidade do silvícola, as cartas de marca, os grandes capitães, as fortes esquadras, os auxílios de governos, a organização das companhias de conquista.

Com alternações de êxitos transitórios, naufragaram em terra e no mar os normandos de Angô, os sermo-nistas de Villegaignon, os fidalgos rendidos de La Ravardière, os padres espanhóis das reduções e os mer-cadores da Companhia das Índias.

Ao estrangeiro, ávido de pau de tinta, símios, papa-gaios e índios (Villegaignon levou meio cento dêles para presentear amigos e parentes), e que da pilhagem de açúcares e algodões, em caixas e fardos, pretendeu apossar-se dos engenhos e plantações; ao estrangeiro faltaram os dois motivos originais inspiradores da resolu-ta determinação dos portugueses: a fé e a proprie-dade.

O sentido do império colonial luso aflorou nas ima-ginações de Sagres. Não recebera o Infante, em 1454, do Chefe da Igreja, Nicolau V, a missão de “divulgar nas regiões remotas o nome de Deus... submetendo os pagãos dos países ainda não infectados pela peste maometana?”

Quando em Calicut indagaram dos portugueses, “poucos quanto fortes”, que queriam, responderam na voz de Camões:

“Vimos buscar do Indo a grão corrente por onde a lei divina se acrescente”.

Embora falhasse, como testemunham Nóbrega e Anchieta em suas cartas, e Vieira no apólogo das está-tuas, a conversão do gentio foi o primeiro motor da colonização. Não dispusesse a Coroa dêsse prodigioso auxílio, a fé, sequer esboçaria a conquista da imen-

sidade colonial que veio a possuir — conclui Almeida Prado.

Os assaltos e saques às feitorias e vilas litorâneas e as ocupações de terras e capitánias por adventícios armados caracterizavam atentados e violências à coisa alheia.

Os donos dela eram os portugueses e seus descendentes brasileiros, que falavam a mesma língua, oravam na mesma capela e juntos amanhavam a gleba e produziam os artigos cobiçados.

Aquilo tudo nos pertencia.

A política colonizadora de Portugal estava enunciada desde 1534 pelo erudito Diogo de Gouveia, reitor do Colégio de Santa Bárbara, de Paris, em carta ao Soberano.

A terra tôda seria repartida entre vassallos que a povoassem, por ser o meio de utilizá-la e de converter “a gente à fé, que é o principal intento que deve ser de Vossa Alteza”.

Lema de proprietário: aproveitar a terra, cultivando-a, e o aborígine, catequizando-o.

Recomendando ao conde de Castanheira desconversasse com Francisco I sobre o apresamento de umas naus bretãs na costa de Pernambuco, D. João III afirmou o seu direito de propriedade e posse.

Lembrasse o embaixador ao rei de França as feitorias portuguesas naqueles mares “em partes mui próprias minhas”, não sendo maravilha “quem dêstes lugares e tratos tem cuidado não querer consentir nem uma torvação nêles”.

Almeida Prado salienta um gesto de Martim Afonso de Sousa altamente expressivo do espírito das primeiras expedições portuguesas.

Tendo obtido o precioso concurso de Tibiriçá no descortino e posse do Planalto Paulista, o capitão-mor condecorou-o com a Ordem Militar de Cristo, “coisa que os franceses jamais fariam”.

Sendo o morubixaba sogro de João Ramalho, o gesto de Martim Afonso ressalta: a integração da terra, a incorporação social do índio e a sua fusão no sangue dos colonizadores.

Apoiado em documentação fidedigna, por vêzes inédita, o Autor narra a dobadoura do engaste da Paraíba no sistema de civilização implantado em Pernambuco, desde o dramático insucesso dos donatários e das empresas de João Tavares e de Frutuoso Barbosa à ereção do forte de S. Filipe por Flores Valdez e à expedição final de Martim Leitão.

Tão penosa e sofrida quanto a dos capitães foi a faina dos missionários amalgamando na forja heterogêneas e atritadas partículas de crua sociedade rural.

Não terminarei esta resumida apreciação do belo livro de Yan (permito-me chamá-lo agora pelo diminutivo que tanto o engrandece no conceito dos seus velhos amigos) sem agradecer ao presidente da Sociedade de Estudos Históricos Pedro II, ministro Marcondes Filho, o ter escolhido para escrever sôbre a conquista da Paraíba o historiador a tanto talhado, seja pela erudição universalista e freqüência das boas letras, seja pelo dom de analisar, ordenar e relacionar os acontecimentos passados.

ASSIS CHATEAUBRIAND

REFLEXÕES EM TÔRNO DO PREFÁCIO

CHAMOU-NOS CERTO DIA o Embaixador Francisco de Assis C. Bandeira de Mello Correia de Oliveira Vasconcelos Brandão para uma conversa “ao pé do fogo”. Disse-nos, na entrevista, que de há muito desejava escrever a história antiga de sua terra, a Paraíba, porém, série de peias adversas tinham-lhe impedido a realização do projeto. Meditara a respeito e resolvera confiar-nos o cuidado de substituí-lo. Contava, até, na empresa com o desvêlo do ilustre militar português comandante José Matoso.

Partindo de quem partia, mormente naquelas condições, não vacilamos em anuir à honrosa incumbência e pusemos mãos à obra. De quando em quando apresentávamos capítulos do livro em andamento ao Embaixador, que em extremo o interessavam. O assunto tinha dom de apaixoná-lo. Fôra outrora a Paraíba teatro de embates decisivos para a nossa história, tais como as ambições dos franceses e assalto flamengo, amplamente suscetíveis de justificarem a sua insaciável curiosidade por tudo que diz ao passado.

Os normandos sempre lhe tinham prendido a atenção, porquanto foram sem dúvida os primeiros frequentadores de angras, baías, ancoradouros, restingas e bôcas de rios, que durante largo espaço ostentaram em antigas

cartas geográficas o nome de “franceses”, desde o cabo S. Roque ao pontal de Cananéia. Daí, tóda vez que se lhe deparava oportunidade em viagens pela Europa, procurava dados sôbre o intercâmbio havido no fim da Renascença e épocas seguintes entre a França e o Nordeste brasileiro.

Igual era o seu interêsse pela luta contra os holandeses na mesma região. A propósito expendia argutos comentários quanto ao influxo de hebreus lusos, conversos, semiconversos e outros de origem flamenga, os quais, a seu ver, tinham sido benéficos ao desenvolvimento da região açucareira nordestina, antes e durante a ocupação batava. Felicitava-nos por êsse motivo pelo modo como tínhamos descrito o período, infelizmente não raro deturpado por tóda sorte de tendenciosas interpretações de fatos, em que se refletem paixões de momento adversas à elevação como deve ser compreendida a exegese dos fatos.

Entretanto, não se limitara o Embaixador Bandeira de Mello, em enfronhar-se nos principais passos da história do seu Estado natal. Subvencionara entre escritores do Nordeste, nos do Brasil e nos do exterior, pesquisas sôbre o que perto ou a distância com ela se relacionasse, de onde a idéia primeira da Fundação Pedro II, com sede no castelo d'Eu, na Normandia. Voltou-se simultâneamente para os arquivos de Espanha, atraído pelo episódio paraibano de Diogo Flores Valdez, em que sobremaneira lhe impressionava a odisséia do general comandante da esquadra, a maior até então enviada à América Meridional pelo Demônio do Meio-Dia, a fim de escorraçar rivais dos mares do sul.

Os incidentes da emprêsa conexos a fastos paraibanos, inspiraram vários autores inclusive em poemas épicos. Um certo Juan Peraza, soldado da frota, escre-

veu para sublimar eventos da jornada, estâncias em que descreve como “el General Flores Baldes” auxiliou os moradores de Pernambuco e autoridades da Bahia a repelir normandos. Reinava ainda a fase de harmonia entre portugueses e espanhóis no início da era dos Filipes ante o inimigo comum, a qual não tardaria a se dissipar sob os golpes de zelos nacionais e interesses feridos. Enquanto não se azedava o dissídio, fôra, porém, magnificamente agasalhado Diogo Flores Valdez na Cidade do Salvador e em Olinda, a trôco de auxílio no combate ao inimigo. Rezava o poema de Peraza, *Relación Cierta y Verdadera que trata de la Vitoria y toma de la Parayva*, onde enumera como o general venceu a franceses, tomou-lhes um pôrto e incendiou naus e casas que lá dispunham. A obra foi impressa em Sevilha na oficina de Fernando Maldonado no ano de 1584, melhor aquinhoado pela sorte o praça do que o comandante, cujo trabalho sôbre as regiões sulinas percorridas na ocasião continua inédito nas gavetas de arquivos espanhóis.

Da atenta leitura do manuscrito, que depois de findo lhe remetemos, assombrou-se o Embaixador, como não podia deixar de suceder, acêrca do espantoso aspecto da resistência da população de lusa origem no Brasil, mal armada e pior socorrida, contra poderosos alienígenas, donos do mar e de legiões de mercenários, providos de esmagadores recursos financeiros e da melhor técnica de guerra. Contudo, tiveram contra si o obstáculo de professarem outros costumes, tradições, língua e crença, que se tornou intransponível à conquista da América Lusitana. Um espírito de sua envergadura tinha por fôrça das circunstâncias de se demorar no extraordinário fenômeno histórico. Não lhe escaparia a razão maior do hodierno império brasileiro formado por êsses elementos, o quinto do mundo, que lhe permitiram es-

tender-se do Amazonas ao Rio Grande do Sul e da Paraíba ao Acre!

Sentiu nessa altura como todos nós a missão de transmitir o patrimônio recebido dos que outrora souberam defender a unidade nacional, a despeito de ideologias exóticas, desorganização imposta por maus governos, destruições causadas pela desvairada ambição de homens medíocres, ou abaixo de medíocres, que tudo sacrificam à sua desvairada ânsia de poder.

No prefácio anterior a estas linhas, destacou o Embaixador Bandeira de Mello o que mais importa no livro, a nos infundir esperanças em dias melhores, pois não podemos crer tenha-se de todo esvaído a faculdade de resistência do brasileiro a pútridas emanações como as que hoje o envolvem.

A Conquista da Paraíba

A descoberta da Paraíba

As primeiras expedições ao Brasil. Quem teria avistado o litoral nordestino logo depois de Cabral ancorar em Pôrto Seguro? Seria Vespúcio ou algum capitão português? Três décadas mais tarde a Paraíba é doada a Pero Lopes, defensor dos domínios de Portugal. A sua incipiente população começa a auxiliar a metrópole contra os franceses.

A DESCOBERTA DA PARAÍBA

ENCONTRAMOS A PARTIR da Renascença, na história da civilização de ilhas ou continentes mais ou menos habitados por gentes de diversa cultura, a presença do europeu cobiçoso e sem escrúpulos, provido de meios cada vez mais terríveis de destruição, junto de populações inermes, fracas ou decadentes, e, acima de tudo, divididas por crenças inconciliáveis, entregues pelos defeitos ao jugo de impiedoso conquistador. Surge depois, no mesmo cenário, o produto crioulo puro, ou mestiço de vencedores e vencidos, que passa a ser também bárbaramente espoliado por metrópoles e metropolitanos. A constante muito próxima de lei inflexível impressiona desde o início do estudo de assuntos coloniais ao interessado nas origens e conseqüências de fenômenos históricos. Neste sentido, temos, no Brasil de outrora, um dos mais expressivos exemplos na capitania da Paraíba, no correr de três séculos de regime colonial.

Melhor aquinhoadada pela natureza em riquezas naturais do que as vizinhas do Norte, continuação por assim dizer de Pernambuco, logrou desenvolver-se a despeito de mil obstáculos em várzeas férteis, nas margens de rios quase à beira-mar, livre do sinistro avantesma de superpopulação que hoje a atormenta. Assumiria igualmente considerável importância pelo fato de ser chave de acesso da costa leste-oeste, caminho forçado

para quem quisesse ir por terra de Pernambuco ao Rio Grande do Norte e Amazonas.

Não se sabe ao certo quando e como a Paraíba foi descoberta. Tampouco houve no Brasil como nas Américas um descobrimento, mas “vários” em diferentes épocas e regiões, por obra de indivíduos de muitas nacionalidades a serviço de governos imperialistas. Sucederam-se, destarte, nas primeiras décadas do século XVI, encontros de angras, cabos, embocaduras de rios ao norte, centro e sul do continente, por navegadores hoje ardentemente reivindicados pelo nacionalismo de nações européias, sequiosas de expoentes para se altearem sobre as demais. Teríamos, daí, se aceitássemos o critério dominado por êste espírito, de estabelecer ordem cronológica a começar pelos vikings, indubitáveis descobridores da Groenlândia por volta do ano 1000. Cinco séculos depois surge Colombo considerado pela moderna História como descobridor de todo o continente. Segue-lhe de perto Américo Vespúcio, o qual, depois de completar a exploração das Antilhas e adjacências, avistou no Brasil os cabos de S. Roque e de S. Agostinho e estêve na foz do Amazonas ou do Orinoco antes de Cabral aportar em Pôrto Seguro.

No entanto, quanto à porfia européia em tórno de antecedências, se nos cingirmos à cronologia absoluta, teremos de conceder a primazia do aparecimento de homens no Nôvo Mundo aos mongolóides avoengos do atual índio americano, talvez chegados à futura América pelo estreito de Behring, ou através do Mar do Sul dos antigos cosmógrafos. Em nosso litoral, devemos ainda mencionar os franceses, os quais na vigência do tráfico da Índia, sorvedouro das fôrças do luso no Oriente, tiveram ensejo de amiudadamente freqüentar a costa brasileira, onde descobriram simultâneamente com portugueses grande parte da sua extensão no setor compreendido

do cabo de São Roque ao de Cananéia. O número de expedições de normandos e bretões depois de Binot Paulmier de Gonneville em 1503, aparecidos pelos recortes do litoral brasileiro e certificados por documentos fidedignos, muda simples conjectura em realidade e aos franceses concede a glória de pertencerem aos primeiros devassadores da nossa orla marítima.

Infelizmente foi demasiada a destruição de arquivos. Juntada a omissões quanto a notícias de proezas de navegadores analfabetos, além de inúmeras vêzes cálculos dos mesmos por infringirem monopólios ocasionalmente reconhecidos pelos seus governos, dificulta em extremo a pesquisa do investigador. E não é somente quanto a franceses que reina densa imprecisão nos primórdios quinhentistas. Também atingem a outras nacionalidades, em que podemos incluir italianos, não raro associados a normandos, e aos próprios portugueses, onde vemos multiplicarem-se falhas e confusões de nomes e feitos acêrca da região de que nos vamos ocupar. Atribuem, por exemplo, eruditos de bom conceito, a descoberta da Paraíba a Américo Vespúcio em 1501, quando passou do serviço de Espanha ao de Portugal e iniciou série de escalas no nôvo domínio dos portugueses na altura de 5º de latitude. Na ocasião teria assistido de bordo ao trucidamento de um grumete repentinamente atacado por silvícolas, de onde, segundo Maximiano Machado, proviria o nome de Baía da Traição também estendido à baía de Acejutibiró. Outros preferem como primeiro devassador o capitão André Gonçalves (apesar de apenas mencionado entre cronistas antigos por Gaspar Correia), ou Gonçalo Coelho, supostos comandantes da expedição em que vinha o florentino.

As denominações, tampouco, escapam das incertezas da época. Varnhagen indicava a baía de São Marcos

para teatro da insídia de que fala Vespúcio, perfilhado por Cândido Mendes de Almeida no seu atlas do Brasil, muito acatado no tempo do Senhor D. Pedro II, a ponto de se tornar o vade-mécum dos estudiosos do assunto. Em princípios do nosso século Capistrano de Abreu se mostrava mais propenso a dar o nome de Baía da Traição à de Acejutibiró onde teriam sido trucidados dois frades franciscanos no ano de 1505. A mesma divergência vamos encontrar quanto ao nome do principal rio da região descoberta por Vespúcio, tardiamente aparecido nos mapas, às vêzes sob o nome de São Domingos, outras Paraíba, quando não os dois juntos, como ainda ocorre na *Resão do Estado do Brasil*, em começos do século XVII.

De qualquer maneira, a despeito de oficialmente pertencerem a portuguezes os primeiros nomes dados a pontos do litoral nordestino, é indubitável que normandos e bretões lá estiveram no primeiro quartel do século XVI pelo menos tantas vêzes quanto os rivais, acaso não se lhe avantajaram em número de viagens e relações com o gentio.

O nome Paraíba é omisso nos primeiros mapas brasileiros. Não consta no de Cantino, Crético, Kunstmann II, Kunstmann III, King Hamy, Waldseemüller, Ruysch, Schoener e derivados. Tampouco, lá figura o de São Domingos, como foi conhecido durante algum tempo. Esta denominação só aparece em Canério (1505?) e Schoener (1523?), porém, muito abaixo, próximo do rio São Francisco, portanto, distante do pontal paraibano ou rio-grandense-do-norte onde teria surgido Vespúcio, autor da notícia e das indicações geográficas. Confirma, outrossim, esta ausência, a monopolização operada por franceses dêsse trecho nordestino, pouco ou nada freqüentado por nautas de outras nacionalidades, os quais se mostravam mais interessados em encontrar pas-

sagem para a Índia pelo sul do continente, do que tratem com tupis paraibanos.

Outro indício probante dessa freqüentação quase exclusiva foi aparecerem, na zona do pau de tinturaria, denominações que por largo espaço indicaram angras, ilhas e rios, tais como Rio dos Franceses (na Paraíba, não longe de Gargaú), Baía dos Franceses (Pernambuco), Pôrto dos Franceses (Bahia), Boqueirão dos Franceses (Baía Cabralia), nomes aceitos por navegadores e cartógrafos antigos. O contrabando por êles realizado dependia, no começo, de iniciativas de pouco vulto como a de Paulmier de Gonneville, casualmente aportado ao trópico no tentar comércio com o Oriente, incitado pelo abandono em que se encontrava o litoral brasileiro.

Não demorou, porém, o interêsse de Portugal a se manifestar pelo nôvo domínio que o acaso lhe galar-doara. A possibilidade de encontrar ao sul do continente americano acesso para chegar à China, Indochina e Japão, que Vespúcio antevira e divulgara na Europa quando Colombo ainda supunha ter atingido terras visitadas por Marco Polo, alvoroçava os que pretendiam conservar a todo custo o monopólio da especiaria. Igualmente a lenda formada em tôrno de supostas jazidas encontradas no Rio da Prata concorreu para recrescer a curiosidade sôbre imenso território, onde forçosamente deviam existir riquezas naturais à disposição do primeiro que lá aparecesse. Dentro do sistema vigente na monarquia lusitana todos os súditos da coroa e estrangeiros moradores no reino e conquistas, tinham de dar contribuição ao funcionamento da máquina administrativa. No espírito do lema celebrou D. Manuel I contrato com o importante mercador Fernão de Noronha — tido por inglês, alemão ou cristão-nôvo — e o seu consórcio, a fim de que enviassem anualmente ao Brasil uma expedição de seis naus incumbidas de descer trezentas milhas da

costa ainda desconhecida, recolher pau de tinturaria e investigar existência de outras riquezas. Nessas incursões supõe-se ter sido descoberto o arquipélago sucessivamente denominado de São João, Quaresma, Fernão de Loronha e finalmente Fernando de Noronha como hoje se chama. Devia, mais, estabelecer feitorias, ou tranqueiras, rapidamente construídas por índios, nos sítios onde eles se mostrassem acolhedores e dispostos a comerciar com os lusos. Lá se demoraria um feitor, ou coisa equivalente, para aprender a língua dos nativos e preparar a carga do ano seguinte. Esta metódica conquista foi, no entanto, turbada logo de início pela crescente presença de franceses justamente onde se recolhia a melhor ibirapitanga, o lenho vermelho das matas paraibanas tão cobiçado pela indústria quinhentista do ocidente europeu.

A limitada economia da época fazia com que, além de Portugal, outras coroas se valessem da cooperação dos súditos. Francisco I de França em dado momento viu-se poderosamente auxiliado em lides de comércio marítimo e correlatos por certo normando argentário chamado Jean Angô. Este mercador arvorado em potência comercial graças a negócios coloniais e muitos outros, era filho de outro Angô a quem sucedera na armação de navios. Educado por bons mestres proporcionados pela prosperidade paterna, teve, entre outros, Pierre Desceliers, vigário de Arques, matemático, cartógrafo e conhecedor de marinheiraria. Nessas condições, era natural participasse do entusiasmo reinante na Europa por emprêsas ultramarinas. Desenvolvera-se no momento a frota mercante francesa com a contribuição do antigo reino da Bretanha, que viera juntar-se à coroa de Francisco I, circunstância favorável ao surto verificado na quadra nos principais portos da França, a despeito de guerras interminas intentadas pelo soberano.

Familiarizado com negócios, provido de fartos haveres herdados, e, por êle aumentados, Jean Angô, da cidade de Dieppe que passou a dominar, participava do progresso de modo a tornar-se simultâneamente um dos seus maiores beneficiários e propulsores. Lembra a propósito La Roncière a actividade de Honfleur, que representava *“pour nos marins ce que fut Lisbonne... pour les conquistadors, le port d'où lon cherchait à gagner les Indes par l'Orient et l'Occident”*.

A n g ô

Cresce o poderio do armador normando. Arvora-se rival no Brasil de D. Manuel I. Torna-se o avantesma de D. João III. Subvenciona e apóia de todos os modos os corsários que molestam o Rei de Portugal e Carlos V.

Trata com os soberanos peninsulares de potência a potência. Desânimo dos portugueses a ponto de se conformarem com a tese dos franceses, de que a terra ultramarina deveria pertencer a quem a descobrisse, "oncques chrestien n'estoit encores allé..."

2

A N G Ô

O ALICERCE em que Angô levantava firma capaz de se medir com reis e imperadores, seguia a tradição da época no Ocidente europeu em pleno desenvolvimento, na fase histórica por êsse motivo chamada Renascença. Registrava-se no momento nos países mais adiantados da Europa invariável evolução. Todo especulador depois de bem sucedido em negócios, lastreado de capitais e de crédito, adquiria apoio do govêrno e daí por diante geralmente se dedicava à arrematação de funções públicas nos monopólios mantidos pelo Estado. Fôra, até, o costume, causa na Península Ibérica de violenta animadversão contra judeus desfrutadores de tais cargos, por falta de burguesia média na sociedade luso-espanhola em condições de exercê-los. Na França, era privilégio do que hoje se diria — grandes burgueses aos poucos afidalgados, como sucedera aos Angô — gente ativa e bem pensante, enaltecida no fim do século XV com patentes de nobreza por Carlos VIII.

Nessa qualidade entravam os exatores em contato com as principais figuras da côrte, cujo apoio necessitavam para realizar certos e determinados negócios, e, às quais, por sua vez, serviam, por lhes trazer não raro solução a prementes aperturas. Angô, protegido pelo cardeal d'Amboise, personagem dos mais influentes no Louvre e em Fontainebleau, patrono do armador junto ao trono, ingressara no círculo negociista formado em tôrno do Valois. Recebido o primeiro impulso nada

mais o deteria nos escaninhos a presidir as finanças do Estado, com vultoso provento para intermediários. Quanto mais dinheiro necessitava um governo, maior lucro proporcionava aos encarregados de consegui-lo, situação que havia de largamente favorecer ao normando.

Com a prosperidade, passou Angô a armar maior número de navios assim como reunia mais capitães e pilotos. A excepcional condição a que chegara trazia-lhe sem-número de vantagens monetárias e políticas. Transparecia a sua prosperidade nas honrarias sôbre êle desabadas, sucessivamente senhor de vários sítios, e, por fim, erigido a visconde de Dieppe, que lhe conferia o govêrno dêsse pôrto e da região circunvizinha. Estava nesta altura lastreado de meios bastantes para se abalançar à luta contra monarca possuidor de boa parte do orbe.

Disponha de navios de sua exclusiva propriedade, mais outros em que auxiliara a armação, além dos que pertenciam a meros protegidos, de maneira a constituir grêmio com acêrto denominado por historiadores modernos "Sindicato Angô". Tornou-se, destarte, pesadelo para a coroa portuguesa. Possivelmente teria comandado ou inspirado em começos do século XVI a ida de Paulmier de Gonville a Lisboa, onde o mercador teve oportunidade de assistir à explosão de júbilo causada pelo retôrno de Vasco da Gama, da Índia. Logo depois também lhe proporcionaria o necessário para empreender a expedição, que em 1503 foi à América e marcou o início do interêsse francês pelo Brasil.

Coincidia o rôjo de descobrimentos com as ambições da França no mar e a refulgente prosperidade do armador diepense chegado em princípios do século XVI ao fastígio da opulência e do prestígio social. Dentro de suas atribuições, Angô podia dar largas a iniciativas

em qualquer ramo de comércio, além de organização de grupos financeiros e ambiciosas aventuras no oceano. As descrições da sua residência em Dieppe, onde se encontravam ornatos e mais elementos a lembrar terras longínquas, dão idéia da mentalidade e dos recursos à disposição do personagem que o destino colocara ante el-Rei de Portugal.

Na altura em que poderosamente contribuía à defesa de Boulogne contra inglêses, graças aos recursos de tôda ordem que pusera à disposição da praça sitiada, morava em palácio construído com profusão de madeira segundo a técnica normanda, em que entravam muitas essências do Brasil para maior esplendor da mansão. Das inovações especialmente para êle introduzidas na obra por hábeis engenheiros, constava reservatório de água no alto do telhado, abastecido por bombas como as usadas nos navios, de modo a poder distribuir o líquido como sòmente hoje se consegue em cidades providas de meios modernos. Sequer faltavam no conjunto "*des eaux jaillissantes*", segundo nos diz um biógrafo de Angô, junto de bicharia exótica trazia do Nôvo Mundo, tratada por individuos curiosamente vestidos, chegados à Normandia em cargueiros de madeira vermelha, gente de fisionomia estranha, baços, troncados, cabelos negros e corredios, algo parecidos com extremo-orientais.

Constituído chefe dos armadores normandos, Angô proporcionou em grande partes visitas de soberanos à ativa região do reino de que dependiam expedições longínquas, competidoras dos vizinhos de além Pireneus, teimosamente arvorados em senhores do oceano. A grandeza da monarquia nessas ocasiões foi sublimada através de pompa e munificência dignas de apoteoses de Roma imperial, a poder de arcos de triunfo, obeliscos, vasos, templos, estátuas e altos-relevos, alusivos a excelência da dinastia reinante e méritos dos súditos, em

que se poderia vislumbrar a presença nos centros mercantes da Normandia de “*fuorusciti*” florentinos, os quais traziam para as brumas do norte o fulgor da Renascença toscana.

A arte decorativa em moda fundia-se com lembranças das terras visitadas pelos navegadores franceses a centenas de léguas de distância do sítio onde ocorriam festejos. Tanto se intensificara o intercâmbio entre a Normandia e o litoral brasílico, que os diepenses ou ruaneses pouco se admiravam em ver gentes do Nôvo Mundo nas ruas da cidade. O mesmo, porém, não sucedia com outros súditos dos Valois. Daí, ocorrer aos organizadores de ruidosas recepções a co-participação de índios em cenas e desfiles, em vários sítios, meio seguro de divertir, impressionar, e, principalmente, lisonjear a vaidade de Príncipes e povo com amostras do expansionismo francês levado à outra margem do Atlântico.

Numa dessas ocasiões figuraram numerosos indígenas do Brasil pertencentes, segundo certos autores, a importante ramo Tupi de zona freqüentada por franceses, com os quais mantinham ativo comércio. Diziam-se tabajaras — assim grafavam os narradores — chefiados por morubixaba cujo nome infelizmente, por descaso de cronistas, não chegou até nós. Os silvícolas, pelo seu pitoresco e novidade, foram aliciados pelos festeiros para surgirem ante o Rei e a côrte tal como viviam no “habitat”, em matas cheias das feras de que eram exímios caçadores. No afã de lhes facultar quadro condigno, escolheram os magistrados de Ruão, dirigentes do espetáculo, recanto nas margens do Sena, perto de altura que aos Príncipes podia servir de tribuna, lugar onde os selvagens deviam reproduzir o mais fielmente possível a sua existência em aldeias indígenas. Os ameríndios improvisaram na ocasião, de parceria com naturais da província, bosque pretensamente tropical em redor de

cabanas semelhantes às usadas no Brasil. Foi provida a taba, para melhor evocação, de elementos exóticos, símios, papagaios, araras, tucanos e outros, facilmente encontrados então nos portos normandos.

Neste quadro, constituído por semelhantes meios decorativos, apresentaram-se a despeito da estação úmida e fria da embocadura do Sena no mês de outubro, tupis nus ou apenas revestidos de brilhantes cocares e arações. O seu número ascendia a cinquenta, vultoso para viajantes daquela época e condição, todavia, insuficiente para as dimensões teatrais de espetáculos ao ar livre almejados pelos empresários. Ajuntaram-se-lhes, nesta intenção, marujos normandos, conhecedores do litoral vicentino, paraibano ou pernambucano, acima de trezentos, de modo a permitir depois de tingidos de côr escura, representação de danças guerreiras, *“tout nuds, sans aucunement couvrir la partie que la nature commande”*, diz testemunha da festança, *“& exerçaient une espèce de guerre les uns contre les aultres, parmi les arbres & les Broussailles”*, na presença de público enlevado pelo inédito espetáculo.

A impressão geral foi tão feliz, condizente com o interêsse por expedições oceânicas a serviço do imperialismo e nacionalismo exasperado, que a exibição foi renovada em outras regiões da França com não menor sucesso. A solene entrada de Carlos IX em Troyes, reproduzida logo a seguir em Bordeaux, efetuou-se em forma de triunfo romano, com desfile, à moda antiga, de cativos de várias origens, símbolo do régio poderio gaulês a se estender pelo universo. Nessas ocasiões enfileiravam-se supostos vencidos em tôrno do carro do Imperador, tapobanos, egípcios, turcos, mouros, jaus, canarins, etc... e *“Brésiliens”*, de maior sensação por recordarem as terras ambicionadas pelos franceses. No decorrer do desfile havia pausas, a fim de que os com-

ponentes de cada grupo saudassem o Rei na língua nativa, de imediato traduzida pelos intérpretes.

Festas como as oferecidas a soberanos em centros portuários perfaziam no final de contas homenagens interesseiras tributadas por Angô e companheiros à família real. Celebravam o mérito dos Valois como se fôsem os máximos artífices da prosperidade normanda, mecenas das artes, protetores da indústria, animadores do comércio, amigos do progresso marítimo que dia a dia mais acentuado se mostrava na atividade econômica da província. No solar de Varangeville, sito a duas léguas a oeste de Dieppe, recebia Angô, personagens de todo naipe. Sua munificência não era menor do que as dos Médicis, Bardis ou Portinaris na Renascença italiana. Notava-se nas manifestações suntuárias o influxo dos refugiados florentinos em constante contato com o argenteiro diepense, a promover fusão do velho requinte toscano com o esplendor da nova opulência normanda.

A respeito de Varangeville, hoje cuidadosamente restaurado pelo seu atual proprietário, segundo nos informa o embaixador Francisco de Assis C. Bandeira de Mello, que não faz muito o visitou, é descrito no *Guia dos Castelos de França* "Varangeville sur Mer (Seine et Marne). *Jean Ango riche armateur de Dieppe, dont il fut quelques temps gouverneur, est célèbre par ses entreprises de commerce et d'exploitation maritime, et par les expéditions de course qu'il lança pour son compte ou pour celui de François Ier. C'est lui qui, en particulier, commandita en 1523 le premier voyage du florentin Verrazzano, au cours duquel furent reconnus les rivages de la Caroline du Nord, de la Virginie, du Delaware et du New Jersey. A la terre nouvelle où il aborda, Verrazzano donna le beau nom symbolique d'Arcadie qui, déformé par les cartographes, devint l'Acadie Canadienne. Ango fit construire le manoir*

célèbre par son colombier central, grosse tour en pierre et en briques dont l'appareil dessine des chevrons, des damiers, des losanges. Vaste quadrilatère de bâtiments, le manoir est un spécimen de la maison de champs fortifié. L'aile Sud comporte une très belle "loggia" à l'italienne et une tour d'où Ango pouvait suivre le mouvement de ses navires dans le port de Dieppe..."

Na ânsia de agradar ao turismo norte-americano com descrições em que se enxertam lembranças dos Estados Unidos, esquece o redator do *guia* as demais atividades do armador e dos navegantes de vária nacionalidade a êle associados. Atualmente é ponto pacífico que a segunda expedição de Verrazzano ao Nôvo Mundo, dirigida a regiões mais ao sul, terminou trágicamente na costa brasílica, sem, no entanto, deter o entusiasmo do armador e companheiros por emprêsas naquela direção, para maior dano e aflição del-Rei de Portugal e de Carlos V. Assolou Angô, munido de cartas de corso liberalizadas por Francisco I, os mares portugueses, e, cúmplice de piratas como Jehan Fleury, estabeleceu nos Açôres rêde de flibusteiros, que enorme prejuízo acarretaram à navegação da Espanha com os seus domínios da América Central. Atemorizado pela extensão dos empreendimentos do normando, D. João III procurou, a poder de dinheiro, levantar obstáculos ao armador na própria côrte de França, quando não demovia o Valois auxiliado pelo Imperador através de pressão diplomático-militar. Nesse caso, oferecia presentes aos Príncipes, damas palacianas, cortesãos influentes, funcionários acessíveis a peitas, e, por fim, vantagens a Angô em pessoa. A luta pela supremacia da Europa enfraquecia a Francisco I e Carlos V, assim como a aventura do Oriente arruinava Portugal. O sábio erudito Fernando Palha, dos raros portugueses entendidos em coisas da Índia sem arreganhos patrioteiros sentimentais, reconhece na *Car-*

ta de Marca de João Angô, "Portugal comprou os louros dos seus navegadores com o melhor do seu sangue, pagou anos de triunfo com séculos de anemia". As negociações, portanto, entre soberanos da época acompanhavam a situação dos respectivos tesouros, todos atezados por tremendas aperturas e desejos delas se livrarem à custa dos rivais.

O rebalsar da situação financeira de Francisco I obrigou-o por várias vezes a ceder aos rogos do português. Alternava apoio aos normandos, com anuência a ofertas de embaixadores lusos. Concedia e retirava cartas de corso, levantava-se contra as pretensões dos primos concorrentes, curioso, como dizia, de ver o testamento do pai Adão que o excluía da partilha do mundo, e recorria, depois de revés sofrido na Itália, a D. João III para que lhe emprestasse o dinheiro exigido por Carlos V como resgate. O resultado de tão dúbia atitude esterilizava os esforços de Angô e sindicato, se bem tivessem alcançado molestar portugueses a ponto de êstes admitirem a possibilidade de uma infração ao monopólio brasílico, senhores da terra os descobridores, de acôrdo com as pretensões dos normandos sôbre regiões "*oncques chrestien n'estoit encores allé*", tese também defendida pelo luso quando tratava com espanhóis, mas ardentemente recusada por êle quando lhe afetava interesses coloniais.

Salvaram a Portugal as guerras de religião na França. Ainda não refeitos da desastrosa competição entre Francisco I e Carlos V desandaram os franceses em porfia pior, mais danosa outrora do que para a nossa geração hodierna conflitos sociais-econômicos. Com isto logrou o português estabelecer no Brasil o regime das capitánias hereditárias e mais medidas tendentes a conservar sob sua bandeira grande parte da América do Sul.

A defesa do Brasil

Amadurecia na côrte lusa a resolução de aplicar no Brasil o antigo expediente das capitánias hereditárias experimentado em outras conquistas.

Afigurava-se aos conselheiros del-Rei o melhor recurso no correr do tempo para defender e valorizar a colônia.

A DEFESA DO BRASIL

UM BRASIL UNIDO, enfeudado a Portugal, era a melhor das soluções para quem se via a tão longa distância de suas bases, na contingência de defender tão extenso território. O sistema das capitanias permitiria esta defesa e talvez extravasão de soberania lusa sôbre o sul do continente americano. O que importava, pois, era amparar núcleos já formados e lançar bases de povoações em pontos-chave, cujo crescimento as transformaria em redutos, a princípio defensivos, a serviço de desígnios muito mais amplos.

O perigo suscitado pela ingerência de franceses na imensa orla costeira brasileira sugeriu a aplicação do velho sistema de capitanias, como vemos na correspondência da côrte com portugueses estabelecidos em França. Acompanhavam atentos êsses personagens o perigo representado pelos normandos, tanto mais aflitos ante o seu desenvolvimento, por ainda não ser possível medir o choque de religiões que havia de inutilizar a ambição dos franceses no Brasil. Além de diplomatas espias, podia contar D. João III com espíritos eminentes como um Diogo de Gouveia, erudito de mérito invulgar, erigido pelo talento reitor do colégio de Santa Bárbara, o principal de Paris. Era de parecer, êste notável eclesiástico muito ouvido pelo soberano, que se contemporizasse em matéria colonial, sem exageros na luta contra

contrabandistas de pau-brasil, nem tampouco descaso pela defesa da colônia. Momentâneamente convinha a el-Rei não abespinhar Francisco I. Adormecesse zelos nacionais franceses, se possível a poder de ofertas de composição a Angô e sindicato, enquanto não pudesse espalhar pelo litoral brasileiro povoadores, os quais auxiliados pela indiada local poderiam arvorar-se auxiliares da marinha lusa. Segundo o atilado sábio, dependia a situação mais do tempo que da sorte das armas. Desaconselhava, daí, emprêgo de violência como fôra praticado nas expedições de Cristóvão Jacques, o qual, a despeito do nome, era muito bom português, capitão destemido e cruel, useiro em infligir suplicios a franceses surpreendidos quando contrabandeavam madeira corante no Brasil. Supõe-se, até, teria percorrido em missão de reconhecimento e de polícia todo o litoral da Paraíba para o sul, pelo menos nos pontos principais, cabos e bôcas de rios em que teria descoberto o estuário do Rio da Prata antes de Solis. Julgava, assim, o padre necessário não precipitar acontecimentos, pelo fato de residir na França e verificar de viso a comoção produzida pelo clamor das famílias das vítimas de Cristóvão, as quais apelavam apoiadas na opinião pública para que o Valois as desagravasse. Melhor seria aguardar ventos favoráveis a D. João III, que não tardariam, segundo indicava Gouveia, acêrca da marcha dos sucessos internacionais. Persuadira-se pelo que lhe era possível distinguir através das janelas colegiais, debruçadas sôbre o Sena pouco antes de o rio passar pelo Louvre, rapidamente aproximar-se a solução do problema. Encontrava-se o Rei de França cada vez mais premido pelo Imperador, poderoso adversário a envolvê-lo por todos os lados, no Escalda, Pireneus, Reno, Franco-Condado, Alpes, Atlântico e Mediterrâneo, além de obrigar o francês a disputar na Suíça, a pêso de ouro, o auxílio

militar, ou pelo menos a neutralidade dos cantões mananciais de mercenários. Nessas condições, fatalmente seria contida pelo tempo a ambição dos competidores do luso monopólio na América.

O plano inspirado pelo conhecimento da situação política a espírito agudo, familiarizado com o meio e avisado por inúmeros canais, não tardou a se evidenciar precedente. Para melhor aproveitar a oportunidade, aconselhava ainda Diogo de Gouveia a fundação de povoados no litoral brasileiro, na zona mais procurada por contrabandistas, expediente que os afastaria da colônia melhor do que tentativas de intimidação, sempre de escasso efeito contra adversário animoso e possuidor de vastos recursos. Entrados povoadores lusos em entendimento com tribos locais, dirigidos por feitores em tranqueiras fortificadas, a exemplo do que se praticara na África e na Índia, não só se dificultaria a atividade dos franceses, como se ofereceria decisiva contribuição em víveres e mais socorros a naus portuguesas da carreira do Oriente, ou mandadas ao Brasil para garantir a posse de Portugal.

No descrever o projeto entrava Gouveia em pormenores, a sugerir fôsem elevadas essas feitorias em número de sete ou oito em pontos bem escondidos, *“para defender aos da terra, que nam vendam brasill a ninguem”*, providência do melhor quilate colonialista muito do agrado dos orientadores da Casa da Índia, espécie de ministério ou repartição magna encarregada dos negócios ultramarinos. Assim desanimariam os interlopos (ou “entrelopos” como aos contrabandistas chamavam os portugueses), pois *“o não vendendo as naos não hão de querer la ir pera virem da la (as naus) vazias”*, medidas semelhantes às da polícia quando persegue receptadores a fim de por meios indiretos diminuir atentados contra a propriedade alheia.

O acaso mais uma vez ia beneficiar as sugestões. No momento em que de Santa Bárbara escrevia o Magnífico Reitor a S. A. despontava do outro lado do Atlântico um pugilo de náufragos, desertores, aventureiros e degredados, que preparava a vinda dos pretensos donos da terra, exatamente nos pontos mais favoráveis para servirem de cabeça-de-ponte na imensidão brasílica. Não podia sonhar o Conselho de S. A. melhor auxílio a tantas léguas da metrópole onde escasseavam meios para executar planos imperialistas. Enquanto isso, aumentavam as aperturas do Tesouro luso, decrescia o número de homens válidos à disposição da Casa da Índia para manter através da navegação a sua prosperidade, tornada cada vez mais exigente de vidas humanas, assim como parecia alarmante a balança financeira do reino, ao contrário do que sucedia com os adversários nos portos normandos. Em Honfleur, Ruão ou Dieppe, a colaboração de Angô e sindicato com os “*fuorusciti*” florentinos, técnicos em comércio e navegação, em que se destacavam Rucellai e Verrazzano, perfaziam meios de competição em extremo perigoso para el-Rei de Portugal.

Urgia, portanto, distrair Angô pelo mais longo espaço possível visto mostrar-se o chefe do sindicato escassamente entibiado pelas bombardas lusas, disposto a enfrentá-las onde estivessem, em terra ou no mar, na Europa ou na América. Dispusesse Francisco I de um pouco mais de descortino político, de modo a abandonar despropositados projetos na Itália, a favor de outros de realização mais fácil e imediata, estaria para todo sempre perdida a América para os portugueses. Turbado pelas flutuações da política régia, enfraquecido pelos apelos financeiros do Valois, prejudicado pela situação caótica da França dessangrada por guerras intermináveis, Angô sozinho não podia prosseguir na luta

contra Reis e Imperadores. Também padecera vultosos prejuízos, o que sugerira a Diogo de Gouveia, sempre bem informado, lhe oferecessem de Portugal subvenções anuais, cessão de navios e mais vantagens, à guisa de tributo para que não empecesse o luso no Brasil. Pelo menos assim se deveria proceder enquanto perdurasse período difícil financeiro-econômico na península e dificuldades em organizar convenientemente o Brasil. Simultaneamente, óbvio dizer, prosseguiria o trabalho de sapa dos embaixadores de S. A. nos escaninhos do Louvre e de Fontainebleau, onde cortesãos, funcionários, Príncipes de sangue, favoritas, e, por fim, até Francisco I, receberam propinas para deter a atividade dos normandos!

Os reverses do Valois inclinavam-no a acomodações com concorrentes inda à custa dos súditos. Aprisionado na batalha de Pavia, apelou para D. João III a fim de que o valesse no passo aziago. Imediatamente julgou o Avis magnífica oportunidade para obter concessões do prisioneiro acêrca de segurança nas colônias e no oceano. Recusou o francês propostas tão leoninas, mas, não obstante, ofereceu à família real a mão de uma de suas filhas, consórcio destinado a aplinar as questões entre as duas coroas. A proposta era pouco atraente. Traria desconfianças com espanhóis sem compensações de igual porte, pois, tanto a côrte de Madrid como a de Lisboa, mais se interessavam por estreitar laços entre si na esperança de um dia unir os dois reinos peninsulares. Restava, porém, pendente, o caso dos normandos. Desejoso de solucioná-lo, ofereceu por sua vez D. João III a Infanta D. Maria — a sempre noiva suposta causa da desdita de Camões — aformoseada por quantioso dote (para o qual até Martim Afonso de Sousa na Índia contribuíra com o produto de extorsões contra potentados locais), com o Delfim, futuro Henrique II. A proposta

era vivamente apoiada pela Rainha de França, viúva de D. Manuel I. Mas ainda desta vez a oferta malogrrou, preferida Catarina de Médicis à Princesa portuguesa, por parecer a florentina mais rica e servir às desastrosas vistas do Valois na Itália.

De quando em quando conseguiam, contudo, os portugueses impor a Francisco I, nas horas de agudas aflições financeiras, proibições aos súditos de commercarem nas possessões lusas. Pôsto fôsem de caráter passageiro, permitiram aos lusos firmarem-se no Brasil, onde pudessem e como desejavam, inda mantivessem franceses em muitos pontos do litoral contato com tribos a êles associadas. Em alguns trechos ao norte, na Paraíba e em Pernambuco, ponto em que se dizia haver o melhor lenho de tinturaria, como no Rio de Janeiro em que os súditos do Valois intensivamente cultivavam especiaria da Índia, os navios do sindicato continuavam a sua faina sem se atemorizar com o adversário.

Uma das razões da anomalia era, de modo geral, entender-se melhor a indiada com franceses do que com portugueses. Proviria a diferença, em extremo prejudicial aos súditos de D. João III, do fato de os primeiros exercerem a atividade num espaço muito maior e com recursos mais variados, sem veleidades de se apossarem da terra, "*sans autres armes que la persuasion et les bons procédés*". A frase de um normando não era mera jactância, mas verídica, a dar frutos providenciais. Podemos conceber-lhe o alcance pela persistência de relações entre franceses e índios litorâneos, inda depois da multiplicação de presídios lusos na costa, intensa vigilância no Nordeste por parte dos mesmos associados à polícia naval metropolitana, e expulsão de Villegaignon da Guanabara. O fenômeno é tanto mais de admirar se levarmos em conta os empecilhos levantados à atividade de normandos e bretões pelos apuros financeiros

do Valois e conflitos religiosos, cujo último malefício se evidenciou no Maranhão, um século depois de Paulmier de Gonneville aparecer no trópico.

A história dêste período é demonstração flagrante da excelência da iniciativa particular infinitamente superior a resoluções oficiais, a despeito de constantemente prejudicada pelo Estado, até pelo mesmo ser destruída. No Brasil, de comêço todos os europeus procederam pouco mais ou menos do mesmo modo. Não havia muita diferença entre o comportamento de um luso degredado, náufrago ou desertor, na taba que o abrigava, e o do normando deixado entre tribos acessíveis ao europeu para aprender a língua dos índios e preparar estoques de mercadorias para quando os companheiros voltassem. Alterações, porém, não tardaram a surgir entre os dois, norteados por diretrizes coloniais completamente diversas. O francês não demonstrava intenção de se apossar da terra antes da tentativa de Villegaignon no Rio de Janeiro. O português assim que se ajuntava com patriícios num sítio qualquer do mundo, recebia agentes metropolitanos onde estivesse, na Paraíba ou em São Vicente, os quais lhe traziam a organização de há muito ensaiada na África e no Extremo Oriente. Entre outros expedientes para applicá-lo levantavam tranqueira com jirau no centro (às vêzes chamado "Tôrre", pôsto não passasse de andaime de madeira) de onde se defendiam contra indígenas e europeus e passavam a dominar as redondezas. Nesses recintos, como era de esperar, estuariam em ponto muito maior que nos concorrentes franceses a ganância, pretensões dominadoras e crescentes exações contra o índio.

A persistência a que aludimos de boas avenças nas tabas com normandos, motivo das dificuldades a representar os piores problemas dos governadores-gerais do Brasil até o século XVII, são favoráveis na comparação

ao normando. As remessas de toras de pau de tinturaria e fardos de algodão encontradas em quantidade nos portos ruaneses e malúinos, decorriam dêsse entendimento com indígenas paraibanos e vizinhos. Tão intenso e seguido era o comércio, que ao passar em 1531 a flotilha de Martim Afonso de Sousa pela Paraíba, surgiram indígenas a nado na altura da Baía da Traição para perguntar aos tripulantes se queriam pau-brasil. A oferta era particularmente sintomática por sobrevir depois de refregas dos expedicionários com contrabandistas. A mesma expedição marca o início da ingerência oficial lusa nos povoados onde se tinham reunido portugueses e filhos mamelucos. Era o conselho do Reitor — por sinal, partilhado pelos caixeiros da Casa da Índia — que se executava conforme sugerira.

A intervenção do Estado francês arruinava o esforço dos normandos. A do português, tampouco, visava à felicidade dos primeiros povoadores e indiada litorânea do Brasil, nem zelaria pela de seus descendentes. Lançava as bases do regime colonialista na terra, em que todos daí por diante deveriam trabalhar para a coroa. Terminava, destarte, a iniciativa particular entre os franceses e começava a diretriz do govêrno ultramarino no lado português. Em ambos eram sacrificados povoadores brancos, os mamelucos e os índios da costa, para subvencionar guerras e intrigas políticas na Europa. Como sempre, já naqueles primórdios, o predomínio do Estado se revelava maléfico para todos, inclusive, em última análise, para o próprio Estado.

De qualquer maneira o sistema luso era a imposição do direito do mais forte em detrimento do mais fraco, muito semelhante à escravidão do vencido sob o jugo do vencedor. Na África e Ásia, primeiras partes onde tinham ancorado as naus descobridoras de rotas oceânicas, os recém-chegados tratavam, contudo,

com potentados e mercadores, condição diversa das gentes americanas desprovidas desses elementos de aproximação. Uma das conseqüências consistiu em não tardarem abusos intoleráveis por parte dos homens de armas das tranqueiras paraibanas, baianas ou vicentinas, em detrimento de índios desprezados e barbaramente tratados. Por medida de segurança não permitiam os das guarnições grupos de silvícolas perto das feitorias, cujos acessos eram atentamente vigiados, inda êles comparecessem para entabular negócios ou para trazer e embarcar produtos da terra. Fora dessas ocasiões, mantinham o indígena a distância, de modo a reinar suspeita e inimizade entre forasteiros e hospedeiros à fôrça. Adensavam-se, portanto, germes de conflitos tornados agudos, assim que o alienígena se considerasse mais poderoso que o vizinho índio, ao qual se tornava intolerável.

Os franceses pelo contrário, enquanto perdurou o sistema de trocas "in natura" entre barcos de Dieppe ou Saint-Malo e tribos mansas, não molestavam o indígena com estabelecimentos permanentes, guarnições armadas e outros meios de progressiva absorção de territórios. No escambo com a indiada amiga ofereciam maior número de mercadorias do que os concorrentes, talvez, até, armas de fogo para serem empregadas contra gentio inimigo, e, eventualmente, portugueses. O caso de Paulmier de Gonneville, incumbido de levar Essomeric, filho do principal Arosca ao Velho Mundo, a fim de aprender o manejo de arcabuzes e bombardas, que facultariam enorme superioridade da sua tribo sôbre as demais do Brasil, suscita reflexões a respeito. Reproduz, uma das ilustrações das obras de Thevet desenhadas na época, ao principal índio Cunhambebe, portentoso personagem no ato de disparar peça de artilharia que levava ao ombro. Em se tratando de chefe de tribo há possibili-

dades de que a estampa reproduza cena verídica, o silvícola às voltas com armas aperfeiçoadas como se fôsse mercenário gênero Hans Staden ou Ulderico Schmidel. Um simples índio se aproximaria por acaso de bombarda, ao passo que um principal, cuja adesão era cobiçada pelos europeus, teria mais oportunidade de assim proceder provavelmente a convite dos visitantes.

Temos ainda, a propósito dos primeiros contatos de franceses e portugueses com chefes de tabas, mais algumas variantes de comportamento segundo a mentalidade de cada europeu. Como é sabido, Paulmier, de Gonnevillle, mercador normando, tentou ir à Índia traficar com especiaria. Desviado para o Brasil, entrou em entendimentos com o principal Arosca da tribo onde foi melhor recebido na viagem. Para diminuir o prejuízo da adversa navegação resolveu o mercador embarcar pau de tinturaria, obtido “in loco” em troca de levar índios à França a fim de aprender o manejo de armas de fogo. Circunstâncias independentes da sua vontade impediram o intento, assim como a volta do jovem tupi filho do morubixaba à taba paterna. Condoído pelo que sucedera, Paulmier de Gonnevillle deu uma sua parenta em casamento ao rapaz, de que se originou prole brasílica-normanda, fato, naquela altura, difícil de suceder em Portugal com portugueses.

Inversamente, quando Martim Afonso desembarcou no Rio de Janeiro, soube — ou já vinha informado — de que havia no interior das terras outro poderoso chefe, provavelmente em relações com náufragos lusos da região tropical sul-americana. Mandou tripulantes entrevistá-lo depois de longa caminhada num vale entre serranias. Encontrado ao cabo de muitas léguas tabuleiro composto de campos — em que vemos os de Piratininga — não teve dúvidas em acompanhar os excursionistas, em grande parte compostos de índios seus afins, para

se avistar com os comandantes da flotilha portuguesa. Mais tarde, na continuação da derrota para o sul, teve Martim Afonso oportunidade de novamente se avistar com este potentado, o célebre Tibiriçá, sogro do igualmente famoso povoador João Ramalho. Recebeu o morubixaba, pelos serviços na ocasião e mais tarde prestados na conquista do planalto piratiningano, a comenda da Ordem Militar de Cristo, coisa que os franceses jamais fariam, pois dificilmente lhes ocorreria liberalizar a comenda de S. Miguel ou do Espírito Santo a um índio.

A sofreguidão muito compreensível do gentio em dispor de armas aperfeiçoadas recrescia à vista da disputa de territórios aptos a sustentá-la. Quem de maior número de guerreiros e melhores meios de guerrear dispusesse podia apoderar-se dos sítios mais férteis, matas mais densas, rios mais piscosos, onde a vida era fácil graças a condições favoráveis de alimentação. Os menos numerosos e mal armados teriam de recorrer ao nomadismo, à procura de subsistência nas piores condições, em zonas pobres, de poucas possibilidades em lhes garantir bons meios de vida.

A maior parte das povoações litorâneas pertencia ao grupo tupi, saído do Paraguai e adjacências não muito antes da chegada de Cabral a Pôrto Seguro. Em cabildas inumeráveis tinham subido a costa rumo ao Nordeste através de várzeas litorâneas e embocaduras de rios. O motivo do êxodo é ignorado. Talvez pressão do grupo Guaicuru, numeroso, poderoso e irrequieto, estabelecido entre o Prata e o império dos Incas. Igualmente interviria o adensamento demográfico, fator preponderante de migrações, além de crenças ancestrais como a da Terra Sem Males procurada em direção ao mar. Fato é que desandaram em caminhadas, em que, por sua vez, deslocavam outras populações. No percurso

encontravam zonas muito desiguais em capacidade de sustento das tribos que as ocupassem, de onde luta estendida até aos próprios componentes do mesmo ramo. Apresentava, por conseguinte, a América, aspecto parecido ao Velho Continente quando fôra assolado pelos bárbaros premidos pela necessidade de sobrevivência quando surgiram nas mais férteis regiões do império romano.

Compreende-se o interêsse de tribos ao entrar em contato com alienígenas para possuir armas que lhes dariam superioridades em extensas regiões, inclusive sôbre os parentes desavindos na disputa da terra. O náufrago ou aventureiro, enquanto isolado no seio de uma taba, também comprava a existência em troca da ajuda da sua técnica em misteres bélicos e pacíficos, explicação do acolhimento sempre interesseiro. A miscigenação decorrente da hospedagem promovia invariável estreitamento de relações com outros brancos. Aí também sucedia diferença entre o normando e o português. Os mestiços de franceses, acaso não fôsem eliminados por certas tribos infensas a filhos de estrangeiros, não representavam mais que mero acidente na freqüentação de raças, sem grande papel em outros planos, fundidos no resto da tribo a ponto de muitas vêzes passarem despercebidos a visitantes. O segundo, inversamente, guiado pelo pai “ad instar” de João Ramalho fixado na região da tribo que o recebera, entrava a prestar serviços “políticos” à coroa assim que sobreviesse maior contato com patrícios. O francês não alimentou logo propósitos de se apoderar da terra. Abandonava a família indígena com a mesma facilidade com que a constituíra. O português submetido a normas seculares do reino, onde todos deviam labutar na medida da capacidade na sociedade patriarcal lusa, aceitava ordens e colocava sem relutância à disposição de

autoridades metropolitanas a sua pessoa e a de seus filhos, e, se possível, os parentes e afins silvícolas.

Dentro dessa orientação um João Ramalho ou um Caramuru equivaliam a dezenas de brancos povoadores, com a vantagem de prepararem invasão no começo despercebida ao dono da terra. Não raro, também, assim sucedia com o próprio João Ramalho ou Diogo Álvares, em S. Vicente ou na Bahia, longe de imaginarem o alcance da obra de que eram principais atôres. A presença de um português numa tribo do litoral significava para o luso alicerce do que Diogo de Gouveia preconizara, ou seja, povoados estabelecidos de forma a permitir o “*contrôle*” de largo setor territorial, cuja importância consistia em se desenvolver segundo as conveniências da metrópole, dentro das diretrizes pela mesma imposta, coisa de que os franceses talvez, de momento, não podiam realizar.

Na diferença temos o aspecto efêmero, em aparência inconsistente, das relações entre normandos e índios do Nordeste em contraste com o devorante português em atividade na Bahia ou S. Vicente, que aos poucos os tornavam redutos del-Rei de Portugal, providos de administradores civis, militares e eclesiásticos inda quando não passavam de agrupamentos de ranchos à moda indígena, os quais, a despeito da fraqueza momentânea, não tardariam a se magnificar em todos os sentidos para maior intensidade do colonialismo metropolitano.

Temos de levar em conta nesta ordem de idéias, relativamente à psique do português em ação dentro de plano colonial, o elemento a dominar por completo a sua mente, e, portanto, ações, presente a tôdas as horas de sua vida. A crença católica era o cimento a fortificar a coletividade lusa no reino e em terras ultramarinas. Presidia os atos do soberano e os dos povoadores de territórios longínquos, em interação cuja intensidade

difícilmente hoje concebemos. Não dispusesse a coroa dêsse prodigioso auxílio, sequer esboçaria a conquista da imensidade colonial que veio a possuir. Jamais na história dos povos de Ocidente presenciemos fato semelhante, em que se poderia vislumbrar laivos de fanatismo conquistador e religioso árabe imiscuído no espírito do homem ibérico.

Emprêsa alguma no gênero da impelida pelo gênio do Infante D. Henrique em Sagres seria levada a cabo desprovida de semelhante contribuição psíquica. Encontrava nela o govêrno português a força necessária à realização dos desmedidos planos que alimentava em condições das mais adversas. O navegante de casca de noz, sem higiene, alimentado por viveres em decomposição, às voltas durante meses com moléstias infecciosas, tempestades ou calmarias ainda mais temíveis, constantemente entre o perigo de se afogar ou morrer de sede no oceano, ou o povoador em meio da selva e de canibais, desfeito por febres, devorado por insetos, eram mantidos acima de desânimo e desesperação mais pela fé que os animava que ambição a dominar alguns. Chegaram a ponto de preferir, depois de em contato com conterrâneos e a metrópole, continuar onde estavam, no êrmo americano, a voltar para o lugarejo natal, entre a sua gente, prazeres e tradições. O maior sacrifício para o povoador era a falta de socorros espirituais na vida cotidiana, e, acima de tudo, na hora da morte. Ao surgir um eclesiástico no seu povoado, considerava-se satisfeito, mais jubiloso na presença da Igreja, inda representada por modestos frades ou clérigos de missa, quase analfabetos e de mentalidade campesina, do que de fartos meios materiais, pôsto dêles muito necessitasse.

Da análise das duas maiores contribuições ao estudo do passado brasileiro, a saber, a crônica das ordens missionárias e os registros do Santo Ofício, ressaltam a

todo instantê manifestações do poderoso poder aglutinador espiritual, razão da prodigiosa extensão e aspecto do império luso. Encontramos nas *Cartas Jesuíticas* ou na *Primeira Visitação do Santo Ofício*, os mais variados, curiosos, estranhos, eloqüentes episódios sôbre êste período, a nos demonstrar o poderio da fé onipresente nos lusíadas que intentavam a conquista do Brasil. Compreendemos também o motivo da existência da Inquisição na Península Ibérica visada por cismas religiosos, que, se lograssem penetrar nos dois reinos, lhes destruiriam os impérios coloniais, como succedeu nas emprêsas de franceses.

Custa-nos atualmente medir em todo o seu alcance certos acontecimentos do passado. A psique do português quinhentista encontrava-se sob os Avis mais próxima da Idade Média do que da Renascença. Aumenta a dificuldade no seu entendimento pelo homem moderno, pela razão de o luso simultâneamente praticar mercancia e traficância, que o erigiram precursor de nações ulteriormente desfrutadoras de impérios coloniais. Junto de atividades mercantes, a decorrer na Casa da Índia ou feitorias de ultramar, vemos norteá-lo acrisolados arroubos de fé de par com nacionalismo, em forma de amálgama de tal modo sólida, maciça, homogênea, que logrou conservar-lhe vultoso domínio colonial até nossos dias. Entretanto, tratava-se de país aparentemente débil, desprovido de riquezas naturais no solo metropolitano, sem de longe possuir os recursos de muitas nações européias ou asiáticas.

Sòmente a poder de exemplos, por vêzes algo forçados, conseguimos hoje alguma idéia dêsse enorme poder espiritual e de suas repercussões na formação brasileira. Equivalia a ação da crença na vida do povo e potencial realizador do govêrno, ao que nestes dias algo se lhe assemelha — se nos fôr permitido assim dizer —

em países submetidos a teorias totalitárias. Procura-se atualmente em nome de reformas e inovações sociais de caráter idealista, ou a benefício de ambições pessoais, na Rússia ou China, Sérvia ou Cuba, levar a cabo experiências políticas ou garantir sobrevivência de governantes, a poder de fanatismo marxista. Não é — nem jamais foi possível — intentar marchas conjuntas, disciplinadas, com o mesmo rumo, de milhares de indivíduos sem idéia, mito, elo comum, deslumbramento utópico ou coisa parecida. Modernamente acena-se às massas com promessas de melhoras no plano econômico. Na Idade Média praticava-se o mesmo com oferta da chave dos céus, num domínio puramente ideal. Ao compararmos os dois processos e seus efeitos, verificamos que, por mais se esforcem os atuais teóricos políticos, e mais hábilmente procurem lisonjear através de paixões materiais massas populares, nunca conseguem resultado semelhante em profundidade como outrora o da Igreja na Península Ibérica e nas suas colônias ultramarinas.

Ao chegarmos ao capítulo da invasão holandesa na Paraíba veremos, como ademais em todo o Brasil, a demonstração do acima exposto. O flamengo foi expulso do Nordeste não só pelas armas, como principalmente pelo fato de pretender impor convivência de crenças antagônicas onde o luso-brasileiro somente admitia uma religião. Isto sucedia no século do mercantilismo, no limiar de invenções que transformariam a vida no mundo, exemplo de como se conservava viva e intacta a idéia no correr de quatro séculos de regime colonial a presidir o nosso destino, pois, no Brasil sob várias formas, perdurou o colonialismo luso até o século XX.

O índio, a terra e suas produções

O pau de tinturaria e a sua significação no Brasil.

O algodão e outras produções nativas traficadas com europeus. Preparou o escambo a fundação de povoados luso-brasileiros que iam manter a soberania lusa em grande parte da América do Sul.

O ÍNDIO, A TERRA E SUAS PRODUÇÕES

O ARCABOUÇO do colonialismo luso encontra-se expresso nos títulos de Manuel I o Venturoso, detentor de tráficos ultramarinos, "*Senhor da Navegação d'Aquem e d'Alem Mar e Comercio da Ethyopia, Arabia e da India*" em que vemos consubstanciado todo o regime impôsto às colônias. A primeira pergunta dos navegadores lusos ao gentio das praias era se havia ouro na terra. Não tendo sido encontrado no momento no Brasil, motivo da decepção dos companheiros de Cabral e Vespúcio, obteve contudo, D. Manuel I, compensação em outras produções naturais do seu nôvo domínio.

Dos gêneros comerciáveis o que se evidenciou de maior rendimento foi o lenho de tinturaria, fàcilmente obtido em muitos setores da extensa costa brasileira, a vicejar em grupos ou "capões", como lhe chamou o caboclo, até à beira do oceano. Pertencia à ordem de produtos que obtêm em certa fase intensa procura nos mercados consumidores mercê de circunstâncias passageiras. Em princípios do século XVI, eram em extremo requestadas madeiras corantes nos países civilizados para tingir produtos têxteis. Figurava, por sinal, muito antes dos feitos relatados por Pero Vaz de Caminha, nas tecelagens européias com a qualidade Sapan proveniente da Malásia, objeto de ativo tráfico através do mar Vermelho. Faz-lhe referência Marco Polo nas relações de

viagem, assim como Garcia da Orta nas *Drogas da Índia*. A madeira de emprêgo semelhante encontrada no Brasil, era a ibirapitanga, também pertencente à família das Cesalpínáceas, a *Echinata* reconhecida de boa aplicação na indústria da Europa Central. Dava a “*magnifique couleur pourprée*” de que falam franceses e se estendia do Rio Grande do Norte ao Rio de Janeiro. Na longa faixa a de melhor rendimento para o fim situava-se na Paraíba e em Pernambuco, geralmente na parte litorânea, se bem tenham sido vistos igualmente exemplares no interior.

A palavra brasil, proveniente de brasa, era comumente dada na Europa a qualquer madeira dispensadora de tinta vermelha. Também era designação de muitos sítios onde existiam árvores produtoras. Ilhas do mundo antigo eram assim conhecidas, como podemos ver no *Isolario* de Bordone, acêrca de uma das componentes do arquipélago dos Açôres. Descoberta a América Lusitana por Cabral, recebeu primeiro a designação de ilha de Santa Cruz, que foi perfilhada por Camões nos *Lusíadas*. Depois de melhor conhecida, não mais como ilha, mas parte de continente e verificada a grande quantidade de ibirapitanga nas suas matas ao alcance de navegantes europeus, recebeu o nome de Brasil, diretamente proveniente do seu maior produto.

A origem mercante, preferida à primeira designação de caráter espiritual, causou indignação e pesar a muitos bons portugueses, inclusive ao cronista-mor do reino João de Barros, que não encontrava têrmos bastante candentes para profligar a profanação. É preciso dizer, não provir por sinal a mudança do luso, mas do consenso de todo o mundo a respeito, voltadas as vistas do europeu para a terra onde havia a rubra madeira. O resultado foi aparecer pela primeira vez na Itália o nome

no mapa de Girolamo Marini em 1511, substituído o de Terra dos Papagaios das cartas geográficas de mesma origem. Vemos, assim, surgir o muito mais significativo que em pouco se tornaria objeto de violenta porfia entre portugueses e normandos.

Estava consumada a "*obra do demônio*" como exclamavam os cronistas, mantida pelo desmedido interesse dos europeus pela ibirapitanga. A ambição, ademais, desvirtuava missões conversoras e atraía a cobiça de estranhos. Começou cedo o contrabando do lenho na Paraíba, provavelmente logo depois da chegada de Paulmier de Gonneville à Normandia, onde como já vimos, a narrativa de suas aventuras provocou alvoroço. Não será de todo desarrazoado admitir participação de Angô, ou de elementos a êle chegados, na empresa do outro normando quando tentou chegar à Índia para traficar com especiaria. Estavam os contrarêneos ansiosos por tomar parte no comércio ultramarino, justificado o ímpeto pelos meios à sua disposição, de há muito familiarizados com longas viagens oceânicas, tendo precedido a portugueses na fundação de feitorias na Guiné, na altura em que o Infante D. Henrique intentava aproximar-se do Cabo das Tormentas. Ignoramos ao certo quando e como teriam aparecido franceses na Paraíba, dispomos, porém, de dados sobre a sua presença em tôda a costa do Brasil na primeira década de quinhentos.

Nestas condições, já devia estar em plena atividade o sindicato de Angô no Nordeste, quando se reconhecia ser a melhor ibirapitanga a das matas paraibanas. Coincidia, daí, êsse esforço, com os de outro sindicato em Portugal, de Fernão de Loronha e sócios argentários, tais como Bartolomeu Marchione (ou Marchioni), Benedetto Morelli e Francisco Martins, tidos por cris-

tãos-novos por informantes italianos, naturalmente referentes aos do grupo do português, porquanto os florentinos e cremoneses eram conhecidos cristãos-velhos a despeito da habilidade em ganhar dinheiro. Tampouco existem indícios probantes de judaísmo no organizador do consórcio a não ser a notícia de espias.

Do Venturoso recebeu Loronha o monopólio da venda do pau-brasil, pelo prazo de dez anos, a partir de 1505, em que deveriam ser recolhidos a Lisboa vinte mil quintais de madeira vermelha cada ano, avaliado o quintal em meio escudo, para na Europa ser revendido por entre dois e meio e três escudos. Ajuntava a obrigação dos concessionários de levantarem feitorias nos principais pontos de embarque da madeira compostos de rudimentares tranqueiras como indicava o lapso de conservação por três anos. Data do princípio do contrato a descoberta do arquipélago de Fernão de Loronha, mais tarde Noronha, pela fusão de descendentes do contratador com a família dêste apelido em Portugal. O contrato impunha ao consórcio o encargo de mandar anualmente ao Brasil expedição que percorresse cada vez trezentas léguas marítimas da costa. Coube, portanto, à primeira, dada a vizinhança de Pernambuco com o arquipélago, o conhecimento metódico do Nordeste pelos portugueses. As outras expedições contratuais prosseguiram cada vez mais para o sul, partidários historiadores lusos, de que teriam alcançado o Rio da Prata antes de espanhóis. Voltava-se no momento o interesse da metrópole para a região sulina, primeiro na esperança de descobrir novo caminho para a Índia, segundo, por afluírem notícias através de vários canais sobre existência de metais preciosos nas margens do grande rio, havidas de embarcações, naufragos ou aventureiros aparecidos nas praias de 1500 a 1515. Assim sendo, permaneceu a Paraíba fora da vigilância da metrópole e

das escalas das naus da carreira das Índias, dirigidas mais para o sul, onde podiam contar com eventual auxílio de primeiros povoadores lusos.

Não dispomos de informações precisas sobre esses elementos, que tão desmedida importância tiveram nos primórdios brasileiros. Podemos apenas verificar a sua presença em vários pontos do litoral, ainda nas brumas da proto-história da América, assim como a espantosa mobilidade que demonstraram. Ao subir D. João III ao trono havia, espalhados pelos principais ancoradouros da imensa faixa litorânea de Pernambuco a Santa Catarina, série de Robinsons Crusóe, de misteriosa origem, não sabemos se náufragos, desertores, tripulantes desembarcados à força como castigo de insubordinação, ou simples aventureiros, comuns no século XVI sob o signo de descobertas geográficas, alanceado o homem europeu recém-saído da ganga medieval por intensa curiosidade acerca de novas terras e gentes. Esses estranhos personagens informaram a Solis, Fernão de Magalhães, Sebastião Caboto, Diogo Garcia, os irmãos Sousa e outros, estarem há muitos anos na costa. Alguns chegavam a afirmar que aí se encontravam antes de Cabral aparecer no Brasil. Mostravam ainda impressionante familiaridade com setores distantes do ponto onde habitavam, em que também havia portugueses e outros europeus, indício de haver entre eles correspondência mantida por naus de passagem. Talvez eles mesmo emigrassem de um ponto para outro, alguns antigos feitôres das tranqueiras de Fernão de Loronha, sucessivamente demorados em Pernambuco, Bahia, Cabo Frio ou Rio de Janeiro, êmulos de semelhantes a girar mais ao sul em São Vicente, Cananéia e Campos de Piratininga, os quais entraram em contato com os náufragos de Solis e D. Rodrigo de Acuña em Santa Catarina, Pôrto dos Patos e Rio da Prata.

O acolhimento que recebiam das tribos constitui outro motivo de espanto. O modo como se salvaram muitos dêles não deixa dúvidas de que a lenda do Camuru possui veracidade além do geralmente admitido. Assume valor simbólico o disparo de arcabuz a impressionar a taba de Catarina Álvares, pois quem dispusesse de técnica superior e a collocasse a serviço de subdesenvolvidos, como hoje se diz, só podia ser bem visto pelos mesmos, mais atilados que os nossos patriotas de hoje. O desejo de melhorar a poder de auxílio dos progressistas, era tanto mais intenso numa fase em que o tupi recentemente migrara e viera ter à Paraíba após longa marcha iniciada da bacia do Prata.

A marcha levada a efeito por tempo indeterminado trouxera ao Nordeste cabildas com a língua falada nos sítios onde se tinham amparado os náufragos de Solis no Rio Grande do Sul. A semelhança de idioma, usos, credences e costumes, foi mais um elo a permitir facilidade de comunicações entre os brancos existentes na costa, em sítios a centenas de léguas de distância uns dos outros. A respeito dispomos de indubitável documentação através de narrativas das primeiras expedições à Amércia do Sul, cujos tripulantes conseguiram na Bahia informações sôbre refugiados lusos e espanhóis em Santa Catarina, ou mais longe ainda. Na Paraíba os tupis fixados no litoral, quando apareceram brancos, tomaram o nome de potiguaras, ou comedores de camarões; à vista da quantidade de crustáceos encontrados nas praias da região. O delta do rio que deu nome a extenso território, apresentava igualmente outras vantagens para manter a índiada aí estabelecida. Rodeava-se de matas umbrosas começadas nas praias a alternar com férteis várzeas regadas por rios piscosos, onde mais tarde se elevaram engenhos de açúcar. Nesta faixa dominavam potiguaras, os primeiros a entrar em contato com bran-

cos de vária origem, em maioria franceses a compor sucessão de tribos aparentadas com as de Pernambuco ao sul e do Rio Grande ao norte.

Atrás dessa cortina de populações de origem sulista, estavam os genéricamente tapuias repelidos pelos adversários para o chamado sertão e faixa litorânea cearense, onde viviam em condições difíceis, formados de diversos ramos lingüísticos, de aspecto cultural abaixo dos tupis. Ao que parece, pertenceriam principalmente a aruaques e jês, igualmente encadeados em longas fieiras alternadas segundo acidentes de terreno e acaso de migrações até as Minas Gerais de um lado e interior do Maranhão e mais sítios em direção oposta, com bastante concentração no Ceará. Eram os antigos donos da costa, transferidos de "habitat" por não poderem resistir aos do sul à vista da inferioridade da sua cultura, em extremo primitivos, pouco dados ao amanho da terra e mais condições sedentárias, andejos de natureza, tão-só afeitos à caça e pesca em que procuravam compensar a falta de instrumentos adequados por destreza, faro e paciência.

Os portugueses com êles pouco conviveram. O grande historiador da conquista, Gabriel Soares, dedica-lhes poucas menções, mais interessado nos tupis ocupantes dos melhores tratos litorâneos do litoral. Menos exclusivo se mostrou em período mais tardio Frei Vicente do Salvador, informado pelas missões que frequentaram tapuias no século XVII. No geral, eram tidos pelos missionários afeitos a trabalhos de traduções e confecção de vocabulários e catecismos para fins evangélicos, como "*índios de lingua travada*" em tudo inferiores aos tupis, cuja disseminação permitira estabelecer o princípio da "*lingua geral*" falada na costa, objeto do desvêlo dos hábeis jesuítas, admirável agente de aproximação com o principal gentio da colônia.

Entretanto, o maior conhecimento que temos do tapuia, devemo-lo aos holandeses, pelo fato de os invasores nêles encontrarem auxílio contra portugueses e tupis seus aliados. Voltaram os flamengos protestantes às cabildas tapuias, mormente no Ceará, igual atenção à que os missionários católicos consagravam aos da língua geral. O apoio dado, por exemplo, pelo famoso Janduí aos companheiros de Nassau, assumiu particular destaque na guerra holandesa, como adiante veremos. Ficou lendária sua figura, imortalizada pelas descrições de cronistas batavos sob o nome divertidamente aflamengado de Jan de Wy, que mais parece pertencer a cidadão das Províncias Unidas originário de Harlem ou Amsterdam que habitante do Ceará. Atrás do prestigioso chefe afluíram inúmeros tapuias, tão afeiçoados aos holandeses, que ansiavam por conhecer a Holanda, e, na partida de João Maurício de volta à Europa, rogavam mercê de o acompanharem, pesarosos em perder grande amigo, tementes de represálias dos portugueses pelos danos que lhes tinham causado.

Entrados em relações com os donos do litoral, puderam facilmente os europeus, logo depois do descobrimento cabralino, traficar com as produções da terra. O potiguara tudo simplificava na faina do embarque. Ia buscar a madeira, cortava-a como o cliente queria, transportava-a até o local onde se encontrava a nau, auxiliava o seu acondicionamento a bordo de modo a permitir rápida partida a trôco de objetos baratos, o que facultava ao europeu, como praxe invariável nos moldes colonialistas, enormes proventos. Não paravam nestes cuidados a sua cooperação. Cultivava a pedido do ádvena o algodão silvestre encontrado à beira dos capões de mato e mais espécies porventura do seu interesse. Construía galpões para que a colheita se não deteriorasse, onde permanecia até a hora de se açumu-

lar nas embarcações, disposto sobre pau-brasil à guisa de complemento de carga. Também levantava abrigos para a tripulação repousar em terra, à sombra do arvoredo, junto de frescos regatos. Ali podia refazer-se de longa e molesta travessia e adquirir forças para a viagem de volta. Recuperavam os doentes a saúde, lavavam-se corpos, roupas, procedia-se a concertos, preparavam-se cordas e mais ataduras com as fibras dos arbustos das redondezas, apreciadíssimas a embira, copobucu e iriba para os fins, amalhavam-se provisões em que figurava em primeiro lugar o “beiju” de mandioca, valioso substituto do biscoito marítimo e os demais aprestos da partida. Era também quando o branco entrava em relações com as cunhatãs e procriava os inúmeros mamelucos aparecidos onde havia intercâmbio comercial.

Deixou Gabriel Soares longa lista de recursos indígenas aproveitados pelos navegantes europeus, em que entravam desde cêras e resinas para calafetação, até essências de ótimo emprêgo em barcos transoceânicos. Aludia o nosso mais antigo e completo comentador de coisas brasílicas, depois de Pero Vaz de Caminha, a espécies resistentíssimas, as quais *“quando se cortam”*, narra o velho senhor de engenho, *“tinem nellas os machados como se dessem por ferro”*. E, entra com crescente entusiasmo a descrever, *“a que o gentio chama sabijejuba, cuja madeira é amarella e doce de lavar”*, incorruptível dentro da água. Iguais predicados tinha a pequê, *“a qual dura sem apodrecer para fim dos fins ao sol e à chuva”*. Iríamos longe, porém, se intentássemos reproduzir as citações do velho Gabriel Soares, corroboradas pelas tentativas mais tarde postas em prática pelos governos metropolitanos, de construir naus de grande porte no Brasil. Antes disso, tinham carregado para estaleiros europeus a madeira encontrada nas ma-

tas tidas por próprias ao fim. Uma delas, segundo a tradição, teria concedido, depois de longamente navegar, lenhos preciosos para ornamento da nave e sacristia do Escorial, tão encantado se mostrara Filipe II pela formosura de seus veios escuros sobre fundo aleonado.

O algodão a que fizemos adiante referência, vicejava perfeitamente no Brasil nas mais variadas latitudes, objeto de larga procura pelos mesmos que se interessavam por pau de tinturaria. Empregado pelos indígenas para fins rudimentares, foi requerido pelo ádvena para na Europa ser utilizado em teares caseiros. Dava, quando fino, sucedâneos do linho, e, grosso, substituíva flanelas de lã de fácil confecção e bom rendimento. Levadas sementes da planta para a ilha africana de São Tomé, presenteou-a com nova riqueza, a qual, juntamente com o nosso cacau, se tornou das principais produções da mesma, e, até hoje, sustentáculo da economia lusa. Igual sorte proporcionou ao reino de Benim, onde, a exemplo de outros pontos da chamada "*costa*", foram tecidos panos ao depois reexportados para o Brasil, em que vemos sua importância no império lusitano.

Quem fornecia no Nordeste a mão-de-obra necessitada para êsses trabalhos era o potiguara, que supomos bastante numeroso, quando ali apareceu o francês como primeiro cliente. A despeito do vulto pensamos que o espaço livre à volta dêsses índios dava no século XVI para amplamente sustentá-los, pôsto o seu modo de vida e de trabalho apresentasse na primitivez e imprevidência aspectos quase tão destruidores como produtivos. No preparo das roças, confiadas ao depois às mulheres, para cultivar algodão, milho, mandioca, etc., o tupi recorria à terrível coivara, com que incendiava quilômetros de floresta virgem à guisa de desbaste de terreno. Inda assim, apesar de enorme espaço necessitado em

tôrno de si para viver nessas condições, sobejava terra apta a alimentá-lo, além dos recursos de caça e pesca, aos quais de quando em quando juntavam banquetes realizados à custa de prisioneiros de guerra. Houve, entretanto, calamidades como sêcas prolongadas, o maior flagelo do Nordeste mesmo antes da atual superpopulação, as quais reduziam a miserável condição as tribos menos abastecidas pelo território por elas outrora dominado. Ocorreu durante a conquista lusa um desses fenômenos, que forçou os índios a se venderem aos portugueses a trôco de comida. Fatos semelhantes naturalmente devem ter sucedido muitas vêzes, dos quais não temos notícia por datarem da proto-história. Seria esta, portanto, a idade feliz da Paraíba, enquanto bem ou mal ainda era possível ao seu habitante simplificar os maiores problemas da existência, pois, mesmo entre populações das mais primitivas, não importa sômente alimentá-las, mas igualmente dar-lhes meios de exercer atividade em tôrno de si, do modo melhor que lhes aprouver. Esta lei, pouco estudada a despeito de sua capital importância na historiografia, manifesta-se tanto numa tribo na idade da pedra polida como era o caso de tupis, ou da lascada dos tapuias, e, mais ainda nas comunidades civilizadas que lhes sucederam. Vamos, pois, encontrar nos primórdios da história paraibana demonstração da futura preocupação de tôdas as nações do mundo, sufocadas pelo constante e desatinado aumento demográfico que as ameaça. Na fase de pletora de espaço vital podiam, todavia, os paraibanos se darem ao luxo de receber brancos nas tabas, hospedá-los, ácuci-los, nutri-los, atendê-los nos pedidos, além de simples desejo de obter objetos metálicos e outros de grande auxílio na faina diária. O intercâmbio como se praticava com franceses, assim como portugueses antes de as primeiras feitorias se transformarem em bases de

conquista, trazia outro benefício ao paraibano, consistente em ampliar para o forasteiro a capacidade de radicar-se melhor na terra graças a maiores recursos para explorá-la. De nômade para fugir de calamidades tornar-se-ia o índio sedentário por possuir mais meios de defesa contra as mesmas. Infelizmente a cobiça, brutalidade e superioridade do conquistador, necessitado de braços para a lavoura açucareira, impediram a melhora de vida do indígena, que não podia convizinhar sem dano e perigos com populações tidas por civilizadas.

Em todo caso, no período em que se encontravam livres e donos de vastas extensões em tôrno dêles, os potiguaras, robustos e ativos, se arvoraram fornecedores dos navegantes aparecidos à procura de lenho vermelho. Os que mais os procuraram antes da promulgação das capitánias foram os franceses. Questões de ventos e correntes marítimas, que era preciso aproveitar ou evitar, configuração da costa e mais fatôres, levavam geralmente as naus européias mais para o sul. Uma das raras relações francesas de que dispomos dêsse tempo, atribuída a Jean Parmentier, capitão diepense a serviço de Angô, menciona ao descrever a costa por volta de 1520 *“vers le couchant les portugais n'ent élevé aucun chateau ni forteresse; seulement ou trouve dans un lieu dit Fernambouc, situé près le cap Saint Augustin, une petite forteresse de bois (feitoria), qui sert d'asile à quelques Portugais exilés. La partie la plus fréquentée par les Français et les Bretons est située entre le cap Saint Augustin et le port Royal (foz do São Francisco), qui est placé au 12 degré; c'est aussi dans cette partie que se trouvent les meilleurs bois du Brésil et en plus grande quantité”*.

O tráfico da madeira operou o milagre de tornar acessível a europeus a costa do cabo São Roque até os limites extremos lusos, segundo os ajustes de Tordesj-

lhas. Normandos, bretões, portugueses, espanhóis, italianos e mais componentes de tripulações transoceânicas, foram abastecidos pelos tupis da costa com honrada imparcialidade antes de se acirrar a luta entre franceses freqüentadores de potiguares e portugueses empenhados em expulsá-los do litoral com auxílio de indígenas inimigos dos “comedores de camarões”. As proporções do tráfico de madeira nesta altura assumiram vulto pela quantidade remetida à Europa. Tão corrente era seu uso e conhecida a origem, além da facilidade de venda, que se multiplicaram os êmulos de Paulmier de Conneville, o qual de volta à Normandia, sem ter podido alcançar os empórios da pimenta, procurou ressarcir-se de prejuízos com boa carga de ibirapitanga. O mesmo praticaram Caboto e outros capitães quando tornavam do sul do continente sem ter encontrado prata no Rio de Solis, a despeito das formais recomendações contidas em regimentos dados na Espanha a insistir que respeitassem os domínios lusos e de forma alguma lhes afeitassem os monopólios.

A derrama de normandos pela costa em tóda parte onde se recolhia a melhor produção da terra; o bom entendimento que tinham com o autóctone, enaltecido por Angô em comunicação ao govêrno de Francisco I; as aperturas do tesouro luso a exigir pronto restabelecimento da exclusividade mercante no que julgava pertencer a colônias portuguesas, deram em resultado o recrudescer de violência por parte do luso contra os chamados interlopos ou contrabandistas. Foram enviadas ao nosso litoral expedições de polícia assim que isto se tornou possível aos conselheiros del-Rei na Casa da Índia. Assim, ignora-se por conta de quem, se do govêrno, do consórcio de Fernão de Loronha ou de seu êmulo Cristóvão de Haro, apareceu por volta de 1514 no Brasil o capitão Cristóvão Jacques. Sabemos que levantou tran-

queira em Pernambuco, perseguiu franceses e desceu o litoral em missão de reconhecimento da costa e intentou principalmente operações de polícia. Ao que parece, tornou a voltar mais vêzes ao Brasil, até 1524, quando teria entrado no Rio da Prata ao qual deu êsse nome segundo contaram náufragos de Solis às expedições espanholas nessa altura para lá enviadas.

Tamanhas barbaridades cometera o capitão polícia contra bretões no correr de suas rondas, que levantou em França grita indignada a pedir represálias contra o verdugo de marujos de Saint-Malo e Saint-Pol-de-Léon. Aproveitou a oportunidade Francisco I e expediu cartas de corso, que foram largamente aproveitadas por Antô e companheiros. Entrementes, também os portugueses multiplicavam as suas idas ao Brasil, tornado ponto de escala das naus da carreira da Índia. De permeio com embarcações registradas na praça de Lisboa, Viana do Castelo e outros portos, houve ainda outras de caráter privado, de que temos só por acaso notícia, através de pleitos judiciais e semelhantes, como sucedeu com Estêvão Froes. Possivelmente a nau sob seu comando fôra armada por Cristóvão de Haro, flamengo de Antuérpia radicado em Portugal antes de passar à Espanha por dificuldades com o fisco luso. Êsse capitão teria sido desviado de sua rota na Paraíba ou Rio Grande do Norte para as possessões de Castela, nas Antilhas. Ali sopram ventos ponteiros e atuam correntes marítimas que levam os navios de vela em direção à América Central, sem lhes permitir retômo em sentido contrário, o que mais tarde ocasionou a fundação do Estado do Maranhão a englobar a bacia do Amazonas independente do Estado do Brasil. Aprisionado pelos espanhóis, serviram Froes e companheiros para trôco com castelhanos também detidos pelos portugueses, pelo mesmo delito de terem violado limites coloniais.

Com os franceses a luta era mais impiedosa. Em vez de aprisionamento era a morte que esperava o interlopo. Este, por sua vez, quando se via superior em número e forças, retribuía aos adversários maus tratos, teatro Pernambuco e Bahia de tragédias inomináveis, em que os adversários porfiavam na ferocidade. Data daí a procura do índio por certos brancos para lançá-lo sôbre outros brancos, bandeadas as tribos segundo as suas conveniências na luta contra outras tribos, inda de grupo semelhante. De princípio limitou-se o combate entre cabildas do litoral pertencentes aos tupis, capitaneadas por lusos e normandos. Mais tarde, na guerra holandesa, procuraram os flamengos aos tapuias para obter apoio local contra as reações dos luso-brasileiros e potis seus aliados.

A despeito de nação de escassos recursos, Portugal compensava sua falta a poder de portentosa pertinácia. Desenvolveu no Oriente ação que hoje se nos afigura quase inacreditável. Exigia a imensidade dos mares da Índia cada vez maiores esforços para nêles traficar. Envolvido no torvelinho representado pelo monopólio da especiaria o luso não conseguia salvar-se da voragem. Ao chegar a Calecut soube Vasco da Gama que a melhor especiaria ali encontrada provinha das longínquas Molucas no Oceano Pacífico. Não passavam centros como Cananor de simples depósito de pimenta, canela, cravo ou noz-moscada, colhidas a léguas de distância da Melanésia, muito além da Cochinchina.

Engolfaram-se as naus portuguesas à sua procura no oceano até o lendário Japão do qual Marco Polo trouxera notícias tão estranhas que passavam por lenda. Fernão Mendes Pinto, também suspeitado de inventar aventuras maravilhosas, ia corroborar os dizeres do antecessor — mais fidedigno que os seus patrícios supunham — graças a incursões, uma das quais levada a

cabo em companhia de Zeimoto, outro personagem lendário no império do Sol Nascente, onde o acólito representou com o seu arcabuz episódio parecido ao de Caramuru na Bahia. Os feitos de Albuquerque o Terrível, Tristão da Cunha, Francisco de Almeida, Nuno da Cunha, D. João de Castro e muitos mais, navegadores e guerreiros, administradores e diplomatas, alguns providos de notável instrução como sucedia com Martim Afonso de Sousa, constituíram prodigiosa epopéia que encontrou digno cantor em vate portentoso.

O zênite do estanco da especiaria pelos portugueses é marcado pela nomeação de Vasco da Gama, nome equivalente a um símbolo, para vice-Rei da Índia. Embalde intentava o turco abrir canal através do istmo de Suez para combatê-lo, considerado único meio de enfrentar o arrôjo, intrepidez e ambição do lusíada incansável. Inútilmente formaram-se coligações entre Solimão o Magnífico, venezianos e árabes para escorraçar o invasor do velho comércio intensificado nas cruzadas, repentinamente desfeito pelo "*troisième larron*" surgido no oceano Índico tido por inatingível além da rota do Mar Vermelho. De nada adiantou enviar o sultão poderosa frota sitiando Antônio da Silveira em Diu. Apenas contribuiu para ainda mais alongar a série de triunfos dos varões assinalados que levavam as glórias das quinças além da Oceânia.

A maior repercussão, porém, dessa gigantesca atividade nos outros quadrantes do império luso manifestou-se através do decreto a instituir o regime das capitâneas no Brasil. A escolha dos primeiros donatários obedecia a tradicionais normas da monarquia, em que os súditos del-Rei deviam prestar serviços de acôrdo com sua capacidade pessoal e vulto de posses. Quanto mais elevado um rico-homem, maiores cargos lhe cabiam. Neste sentido, existente desde que os vassallos do sobe-

rano tinham de sair de redutos roqueiros para obedecer ao brado das armas que lhes davam, seguidos dos componentes de sua família, afins e dependentes, teriam agora os capitães de volta da Índia, enriquecidos com rapinas, de aplicá-las na maior colônia del-Rei. A escolha dos contemplados por territórios na América recém-descoberta, seguia, portanto, imemorial critério, envolvidos de perto ou de longe no tráfico da especiaria os que receberam quinhões territoriais do Maranhão a São Vicente, encadeados nos primitivos limites portugueses de Tordesilhas.

As capitanias do Nordeste e vizinhanças

A Paraíba doada ao consórcio João de Barros e Aires da Cunha.

Fados contrários entram a persegui-los. O trabalho de vizinhos estabelecidos em Itamaracá e Igaracu acode a capitania abandonada pelos donatários.

A competição entre franceses e portugueses provoca inquietação do gentio degenerada em lutas sangrentas.

Surge na Paraíba o povoador Frutuoso Barbosa vindo de Pernambuco com recursos materiais e gente. O auxílio que lhe deu Diogo Flores Valdez.

Finalmente o domínio português no litoral é assegurado.

A PARAÍBA E OS SEUS VIZINHOS

O QUINHÃO COMPONENTE do atual Estado da Paraíba pertencia no esquema das capitanias ao trecho do litoral brasileiro outorgado no decreto de 1534 por D. João III a João de Barros e Aires da Cunha. Começava no sul da Baía da Traição, fronteira à capitania de Itamaracá de Pero Lopes de Sousa, e, ao norte, com a do Piauí de Antônio Cardoso de Barros. Era dos maiores quinhões liberalizados pelo soberano por caber a dois sócios, com cem léguas de costa e indeterminados limites no interior, na direção dos domínios castelhanos do Pacífico. Dos donatários o mais notável era João de Barros, cronista-mor do reino, ilustre nas letras e na erudição, o mesmo que se mostrara fundamente afetado pela mudança do nome de Terra de Santa Cruz por Brasil. Aquilo era obra do demônio, dizia, mau inspirador em matéria de ganância. No entanto, agora êle ia tomar parte em emprêsa comercial de mesma inspiração e no mesmo sítio. O insigne escritor, clássico da língua portuguesa pela elegância do estilo e conhecimento do idioma, estava imiscuído no tráfico do Oriente através do cargo que ocupava de Tesoureiro e Feitor da Casa da Índia, dos melhores e rendosos do reino, com a vantagem para mais, no caso, de informá-lo sôbre possibilidades econômicas da donataria no estanco do pau-brasil. O segundo sócio também representava no

momento uma das maiores figuras do tráfico de especiarias, no comando de navios destacados no Oriente, atividade em que granjeara fama, e, principalmente, haveres, nos vários cargos por êle ocupados, alcaide-mor de Malaca e Calecut, além de outras praças que assolara. Sobre a sua pessoa recaiu, por ser militar, o encargo de organizar e dirigir a expedição mandada à donataria pelos sócios financiada. Aparentava feitiço grandioso para a época e, por depender de particulares, maior do que a de Martim Afonso, tida como a mais importante lusa aportada no Brasil, sòmente sobreexcedida pelas espanholas de Fernão de Magalhães e Garcia Joffre de Loyasa, destinadas à circunavegação do globo.

Compunha-se de novecentos homens de armas, dos quais cento e trinta cavaleiros com os respectivos ginetes e mais apetrechos bélicos e pacíficos necessários aos que iam ocupar território a estender-se da Baía da Traição à Amazônia. Tal aparato dispunha a emprêsa dos beneficiados pelo tráfico da Índia, que alarmou a côrte de Madrid alertada pelo seu embaixador em Lisboa. O destino se encarregou de tranqüilizar os zelos castelhanos. Naufragou Aires da Cunha no Maranhão onde morreu e levou consigo para o fundo do oceano as ilusões da temerária aventura, suposto remate de carreira militar, traficante e conquistadora. Os expedicionários remanescentes, embarcados em outros navios, desceram na ilha de São Luís no Maranhão (ao que parece assim denominada por espanhóis e ao depois franceses), onde não tardaram a se ver hostilizados por numeroso gentio contra êles aqulados pelos concorrentes normandos. Ao saber a crítica situação em que se encontravam, mandou João de Barros expedição de socorro comandada por seus filhos, mais alguma gente para povoar a terra. Teve a mesma infelicidade da primeira, malôgro atribuído pelo cronista ao aumento de hostilidade do gen-

tio enfurecido por causa dos abusos praticados pelos predecessores. Tratavam os antigos soldados da Índia aos nativos com máximo desprezo e brutalidade, sem respeito pelas pessoas, haveres, religião e costumes, como estavam habituados a proceder no Oriente. Viu-se obrigado João de Barros a armar mais barcos em desesperada tentativa de recuperar o perdido, "*sem desta despesa lhe resultar nenhum proveito*", diz Gabriel Soares, irremediavelmente desvanecidos no Maranhão os bens granjeados no tráfico indiano.

O desastre final impediu que tantos esforços valessem ao setor da costa onde estava a Paraíba. Acaso tivessem os parceiros da donataria começado por ali, outro seria o desfecho de seus sacrifícios. Oferecia o sítio a importantíssima vantagem de se encontrar a pouca distância de povoações vizinhas, em que havia portugueses, mamelucos e índios aliados. Acrescia ainda a vantagem de comunicações fáceis com a metrópole mediante a precaução dos navios na saída do litoral paraibano de aproarem primeiro direção a Pernambuco, para depois atravessar o oceano, ao passo que do Maranhão constantemente arriscariam na viagem ir ter às Índias de Castela com risco de aprisionamento por parte dos espanhóis.

Nessas condições o devassamento da Paraíba ficou dependente das capitanias contíguas ao sul, onde um núcleo luso-brasílico preparava o aparecimento de outro mais adiante, defendia a região de aventureiros de outras nacionalidades inimigos del-Rei, desbastava várzeas, preparava construção de engenhos e fazendas de criação de gado, com que aos poucos, em forma de mancha de óleo, se procedia à conquista da costa leste-oeste. Na faina devassadora e construtora concorreram Pernambuco e Itamaracá na ajuda de portugueses, como mais tarde os paraibanos haviam de explorar o Rio Grande,

Ceará, e Maranhão, dali expelir franceses, ingleses e holandeses, e, em toda parte, lançar sementes de atividades agrícolas e pastoris. No esforço intentado com recursos insignificantes, havidos quase somente na própria terra, sem auxílio da distante metrópole, tiveram os súditos del-Rei de apelar para maior arrôjo e estoicismo antes de ver coroada de sucesso a empresa desbravadora. Mamelucos e índios formavam o grosso das forças em ação, com alguns meios aperfeiçoados dos brancos e no restante a poder dos imemoriais recursos dos tupis cujos ensinamentos aproveitavam. Desde os alvôres do Brasil o característico das empresas intentadas pelos seus habitantes tem sido invariavelmente o mesmo. Todas as nossas iniciativas foram concluídas com elementos desproporcionais à grandeza da obra visada, através dos obstáculos levantados pelo clima, insalubridade de regiões, fenômenos meteorológicos, acidentada configuração do terreno e olvido da metrópole, a constituir pesada herança do passado. Exclamava a propósito um moderno missionário, o padre Givelet, da ordem de Sion, depois de longas excursões pelo interior do país, "*C'est étonnant de que le brésilien a pu faire sans argent, sans appui, presque sans moyens...*".

A ilha de Itamaracá e o litoral lindeiro com a Paraíba eram partes integrantes da donataria outorgada a Pero Lopes de Sousa, também contemplado noutros pontos da costa, provavelmente para lhe permitir participação em possíveis riquezas existentes ao norte ou ao sul da colônia. Na qualidade de primo do valido conde da Castanheira, com notáveis serviços prestados na expedição de 1530, fôra contemplado de modo excepcional, assim como o irmão de Martim Afonso na escolha de terras no Brasil. Pelo menos assim entendiam os que as distribuíam. Igualmente deveria aplicar nas doações o produto da sua permanência na Índia

para maior bem e prestígio da coroa. A mercê, entretanto, pouco valeu ao beneficiado. Acarretou-lhe encargos excessivos a despeito do casamento de Pero Lopes com D. Isabel de Gamboa, filha do opulento feitor da Casa da Índia, Tomé Lopes Caiado. Morto Pero Lopes no Oriente a serviço del-Rei, homem duro e violento, que praticou barbaridades contra o gentio e os subordinados bastante ousados para lhe desobedecerem ou mal lhe servirem, permaneceu no fortim de Itamaracá o capitão Manuel ou Francisco de Braga por êle nomeado. Morava o preposto no sítio não muito fértil, em meio de mais alguns brancos, índios e mamelucos, mestiços que por sinal nada tinham que ver com os adversários do donatário no mar Vermelho.

Não sabemos, se êste feitor era o mesmo que fôra mencionado pelas expedições anteriores nos relatos de viagem. Mostrava-se, porém, conhecedor da língua e costumes do gentio costeiro, inclusive dos lugares onde os franceses costumavam resgatar. Graças a êsses conhecimentos, progredia lentamente a poder de vários expedientes em que o principal era proporcionado pelo lenho vermelho. A certo momento teve, porém, a infelicidade de se desavir com poderoso vizinho, o veterano da Índia Duarte Coelho. Segundo fr. Vicente do Salvador, o donatário "*mandou lhe dar uma cutilada no rosto e o capitão vendo que se não podia vingar, embarcou para os domínios de Castela levando tudo que poudê*". A divergência parecia prejudicial à Paraíba, dêsse modo quase abandonada, entregue a normandos e bretões apenas interessados em carrear ibirapitanga sem preocupação em desbravar o território.

Contudo, nem todos os brancos da ilha a desampararam. Os portugueses lá moradores elegeram chefe a Miguel Álvares de Paiva, homem de boa origem, segundo indica o apelido, de modo a poder resistir às

hostilidades de índios instigados pelos franceses, até surgir o nôvo capitão João Gonçalves nomeado por D. Isabel de Gamboa. Os reforços que trouxe consigo permitiram que os portugueses não sòmente repelisses os adversos, como passassem ao litoral, fundassem a vila da Conceição e iniciassem engenhos de cana-de-açúcar à vista das boas condições da terra para esta cultura. Entrementes deu-se fenômeno comum na região. Vinha justificar o ditado em que males de uns beneficiam a outros. Sêca prolongada provocou fome entre índios paraibanos, tão intensa que se entregavam aos itamaraquenses a trôco de comida. “*E assim*”, narra fr. Vicente do Salvador, “*não havia branco, por pobre que fosse, nesta capitania, que não tivesse vinte ou trinta negros (entenda-se índios) destes, de que serviam como captivos, e os ricos tinham aldeias inteiras*”.

Servira a calamidade ao início de colonialismo europeu estimulado pela verdadeira febre de especulação açucareira reinante em tôda a colônia. Revertera a capitania ao domínio régio, o que de certo modo facilitou a iniciativa de itamaraquenses e pernambucanos nas várzeas litorâneas onde vicejava cana. Um após outro surgiam núcleos povoadores, formados em tôrno de estabelecimentos agrícolas, em marcha semelhante à dos tupis quando subiam a costa do extremo sul do Brasil para o extremo norte. A consequência se manifestava em Tracunhaém, nos limites meridionais paraibanos, onde se estabeleceu o destemido povoador Diogo Dias. Próspero graças a Duarte Coelho, que lhe concedera sesmaria de dez mil braças em quadra na várzea de Goiana, não teve dúvidas em ultrapassar o rio Capibaribe Mirim a fim de desenvolver do outro lado atividades agrárias. O passo era temerário, porquanto a região estava dominada pelos índios do rio Paraíba amigos dos franceses. De súbito, instigados e armados

pelos interlopos, deram-lhe em cima e o esbôço de fazenda foi destruído, mortos os habitantes com exceção de um filho de Diogo Dias a passeio em Olinda e outro que estava em Portugal.

Ocorreu o sinistro quarenta anos depois do decreto das capitanias. Neste espaço apenas em duas dessas províncias brasileiras registrava-se progresso animador, em São Vicente e Pernambuco, nos dois extremos da costa freqüentada pela navegação lusa. Entretanto, graças à localização, representavam providenciais apoios à conquista da colônia dentro dos limites de Tordesilhas, e à expansão dos mesmos à custa dos domínios castelhanos, em que a Paraíba entrava como porta de acesso às capitanias da costa leste-oeste limítrofes da Amazônia. O surto açucareiro se encarregaria de dirigir os portugueses na marcha absorvente. A presença de franceses cada vez mais molesta para o luso, por sua vez, apressaria medidas do govêrno da colônia, obrigando o governador do norte, Luís de Brito de Almeida, a intervir na Paraíba. No dizer de fr. Vicente do Salvador, *“em este rio (da Paraíba) entravam mais de vinte naus francesas todos os anos a carregar pao brasil, com a ajuda que lhe davam os gentios potyguaras, que senhoreavam tôda aquela terra da Parahyba athé o Maranhão, algumas quatrocentas legoas”*.

A situação apresentava-se, portanto, grave, a merecer com urgência vistas do govêrno. A matança de Diogo Dias suscitou várias medidas assim que os portugueses se julgaram em condições de armar descida punitiva contra os agressores. A luta iniciada por volta de 1574, prosseguiria daí por diante com alternativas de sucesso e malôgro, *“tantas que duraram vinte e cinco anos”*, diz o frade cronista dos acontecimentos. A certa altura, como perdurasse a ameaça dos franceses mesmo depois da morte de Françisco I e ruína de Angô, orde-

nou o conselho de D. Sebastião I fôsem os pernambucanos guerrear a índios e normandos, desta feita completadas operações bélicas com processos imitados dos romanos, a poder de luso-brasileiros que se dispusessem a estabelecer-se na Paraíba. É possível que desse o govêrno metropolitano mais algum auxílio à operação ou permitisse o desvio de recursos disponíveis no govêrno geral para a mesma.

Retido Luís de Brito por levantes de índios na Bahia, assumiu em 1574 o comando de expedicionários o corregedor Fernão da Silva, o qual reuniu fôrças a pé e a cavalo de Olinda, Igarauçu e Itamaracá e entrou no território dos potiguaras. Impressionados os índios por vê-lo tão poderoso, diz o frade, *“não ousaram esperar-lo, nem elle os correu mais do que a bocca do dito rio (da Paraíba) onde tomou delle posse em nome de el-rei com muita solemnidade de actos que mandou fazer muito bem notados e com este feito se tornou muito satisfeito a Pernambuco...”*. Acrescenta fr. Vicente dizeres dignos do melhor *“humour”* involuntário: *“Porem os Potyguaras, a nem uma cousa entendem destes actos judiciaes nem se lhes dá delles, como não viram pellouros nem quem lh’os tirasse, se tornaram a senhorear da terra como dantes”*.

Um dos filhos remanescentes de Diogo Dias, de nome Boaventura e um tal Miguel de Barros, morador em Pernambuco, homem de recursos em dinheiro e escravos índios, convieram sociedade para levantar engenho em Goiana, onde o primeiro herdara as terras doadas a seu pai. Tencionavam, para mais, refazer a mesma emprêsa na capitania vizinha, tal como praticara Diogo Dias, e em que o estabelecimento serviria de base para conquistas ultteriores. Infelizmente a semelhança com fatos antigos foi além do esperado. Os índios espreitavam atentos a atividade dos inimigos.

Surpreendidos os sócios pelo gentio da Paraíba, foram mortos e desfeitos os trabalhos que já tinham concluído como terrível advertência para quem tentasse imitá-los.

Os esforços dos povoadores eram constantemente empecidos por acontecimentos prejudiciais ao govêrno, a dificultar que as autoridades reinóis pudessem socorrê-los. Os franceses de todo o litoral, e mais ainda no Rio de Janeiro, eram fonte de infindas preocupações de colonos e governadores. Encontravam decidido apoio os índios nas capitanias contra o invasor português, persuadidos agora de que o luso pretendia desapossá-los das terras onde viviam, além de igualmente, por todos os meios e pretextos a seu alcance, querer escravizá-los para submetê-los a normas de trabalho europeu que o silvícola não suportava. A maior parte da faina agrícola (por sinal reduzida) nas tabas incumbia ao elemento feminino, reservado ao masculino tão-só o cuidado da caça, pesca e lides de guerra.

Este quadro de dificuldades ia recrescer, ainda quando menos se esperava, pela catástrofe de Alcácer Quibir em África em que perdeu a vida D. Sebastião I. Demasiadamente afoito o jovem rei, surdo aos conselhos de políticos experientes, inclusive do tio Filipe II, arriscou-se com a flor da nobreza lusa em areais marroquinos onde os que não pereceram, caíram nas garras dos infiéis. Na fatídica batalha, distinguiram-se honrosamente os filhos de Duarte Coelho, dignos do ânimo guerreiro do genitor veterano da Índia. O mais jovem, Jorge de Albuquerque Coelho, cedeu, durante a refrega, o ginete em que ia ao desventurado D. Sebastião I, que perdera o seu em embates com cavaleiros mouros. Após o desastre resgatou-se a nobreza lusa como pôde, a poder da venda dos bens e mais compromissos para obter empréstimos, sem dispor do auxílio encontrado na ocasião pelo nôvo donatário de Pernambuco, nos haveres

magnificados na outra margem do oceano pela indústria açucareira.

A catástrofe não tardou a influir nas capitanias assim que chegaram notícias aos ouvidos de seus habitantes. Estava preparada descida à Paraíba comandada pelo ouvidor Cosme de Macedo e provedor Cristóvão de Barros, varão *“sagaz e prudente e bem afortunado nas guerras”*, como lhe chama frei Vicente. À vista, porém, dos acontecimentos no Velho Mundo, foram, a despeito das despesas já realizadas, em parte suspensos os preparativos. Seguiu a expedição para a Paraíba em fins de 1578 apenas com auxílio de Pernambuco, sem mais participação de outros sítios, sob comando de João Tavares. A exigüidade de fôrças não permitiu grandes realizações. Contentou-se o capitão em levantar tranqueira na ilha da Camboa (*“sic”*) no Rio Paraíba, onde procurou entender-se com o gentio local. Mais tarde, graças à paz reinante, conseguiu estabelecer pequeno arraial para fins de escambo de pau-brasil, no lugar em que hoje se eleva N. S. das Neves, em condições, porém, por demais precárias, a motivar justas reclamações junto ao govêrno metropolitano.

Queixavam-se os moradores das capitanias vizinhas do estado de abandono em que se viam, às voltas com a hostilidade do gentio, obstáculo invencível para o desbravamento da terra como desejavam e entendiam. Para acudir a tais reclamações resolveu o govêrno metropolitano nomear capitão governador da Paraíba a Frutuoso Barbosa, homem radicado em Pernambuco onde prosperara, e que, no momento, casualmente se encontrava em Portugal. Mal sucedido nas primeiras entradas, conseguiu por fim lá deitar pé, quando pela segunda vez estivera à procura de recursos no reino. Dispunha nessa ocasião não só de armamento e de alguns soldados reiúnos, como ainda de verdadeiro trunfo

para o futuro personificado pelos carmelitas e beneditinos, que dariam outro aspecto às relações entre índios e alienígenas.

Fôra Frutuoso nomeado por alvará de 1579 capitão-mor por dez anos da região que devia conquistar, com vencimentos de duzentos mil cruzados anuais, mais a incumbência de coletar rendas. Parte, entretanto, dos recursos e efetivos trazidos de Lisboa na flotilha de 1580, foram dispersados, alguns navios de arribada na Bahia, outros de volta ao porto de partida. Inda assim, refez a expedição em Pernambuco com auxílios locais e em 1582 pôs-se a caminho com fôrças terrestres e marítimas como ainda não se tinha visto no lugar. Na arremetida encontrou na barra do Paraíba oito navios franceses que despreocupadamente carregavam pau-brasil. Três conseguiram escapar rumo ao Rio Grande, os demais foram incendiados. As tripulações encontravam-se em mor parte em terra, onde trataram de levantar o gentio contra os portugueses. Depois de vários encontros voltaram êstes para Pernambuco à espera de maiores reforços para ultimar a conquista da Paraíba. Reduziu-se, assim, a primeira investida de Frutuoso a mera operação de reconhecimento, em que lhe sucedeu a infelicidade de perder um filho.

A Luís de Brito de Almeida sucedeu Manuel Teles Barreto, nomeado governador do Brasil por Filipe I de Portugal e II de Espanha, o qual à vista de lhe aparecer a esquadra castelhana do general Diogo Flores Valdez, quis aproveitar a oportunidade para entrar na Paraíba. Desta feita tudo correu às mil maravilhas para os invasores. As sete naus espanholas e duas portuguesas, em que iam Valdez e o governador, surpreenderam seis barcos franceses que se encontravam a sêco, varados na praia perto da barra do Paraíba, em trabalhos de calafetação e mais reparos, indício de quanto se en-

tendiam os normandos com a indiada do lugar. Dêsses navios só se salvou um com a respectiva tripulação. A demais maruja permaneceu entre os aliados potiguaras, porém sem meios de hostilizar em terra com sucesso aos adversários como da outra vez. Pouco depois em marcha irresistível apareceu vinda de Pernambuco forte coluna comandada por Frutuoso Barbosa e D. Filipe de Moura, sem dificuldades em se juntar aos da esquadra.

Diogo Flores Valdez comandava as fôrças enviadas de Cádiz em perseguição ao corsário Edward Fenton em operações na América do Sul e no Pacífico contra as colônias luso-castelhanas. Na Paraíba, segundo instruções que trazia, levantou fortim no continente na parte norte do rio. Solenemente batizado a 1 de maio de 1782 com o nome de S. Filipe, nêle deixou Diogo ao capitão Francisco Castejon com cento e dez espanhóis, um navio português e dois patachos. Parecia estabelecida sólida base de ocupação na zona fluvial, chave da capitania, quando estouraram desinteligências das mais deploráveis e prejudiciais entre o comandante do forte e Frutuoso Barbosa, pouco inclinado o primeiro a reconhecer a autoridade do segundo. As quizílias que tiveram eram tanto mais ruinosas por ocorrerem na vizinhança de inimigos índios apoiados por europeus.

Não tardou que o forte se visse sitiado pelos potiguaras, e em situação difícil, dada a necessidade de suprimentos para a guarnição. Recresceu a gravidade das condições dos sitiados quando surgiu entre a indiada o valente principal Pirajibe, ou seja, barbatana de peixe. Antigo habitante da foz do rio de São Francisco, acamaradara-se com os portugueses com quem se aliara contra os seus desafetos silvícolas. De uma feita ajudara a aprisionar cêrca de sete mil índios reduzidos ao cativoiro na Bahia. Acontece que os portugueses que

do Pirajibe se serviam, em dado momento — como frequentemente sucedia nestes casos — quiseram também incluí-lo assim como a seus guerreiros no rol dos cativos. Enfurecido pela traição passou-se o índio para Itamaracá e Paraíba, onde chefiou perigoso contingente nativo contra os luso-espanhóis. Tanto se agravou a situação do forte, que a despeito de esporádicas tentativas de salvamento vindas de Pernambuco, tiveram os da guarnição de abandoná-lo, depois de demolir os baluartes, atirar à água a artilharia e mais tudo que pudesse aproveitar aos franceses, inutilizado em algumas horas, diz Irineu Ferreira Pinto, o que custara tantos trabalhos, fadigas e privações!

Mas se havia desinteligências entre brancos, também ocorriam na indiada, desavindo a certa altura o Pirajibe dos seus aliados. Sabedores do fato, trataram os portugueses de com êle se comunicar e o atraírem a si. Conseguido o intento, juntadas as fôrças armadas por Martim Leitão, tornou-se possível, após refregas com potiguaras e franceses, cogitar da fundação de povoado bastante forte para assegurar o predomínio luso na região. Em novembro de 1584 começaram os trabalhos da cidade Filipéia de N. S. das Neves, como a denominaram, que não mais cessou de progredir à margem do rio Sanhauá, perto da foz do Paraíba. Para proteger os moradores tornaram-se, contudo, necessárias frequentes expedições aos pontos onde os franceses teimavam em frequentar na Baía da Traição e outros sítios onde possuíam tranqueiras e feitorias.

O coroamento da obra de absorção lusa foi proporcionado pelas ordens religiosas. Um jesuíta não identificado acompanhava Martim Leitão na definitiva conquista da Paraíba. A êste seguiram-se outros eclesiásticos. Começada a elevação da cidade-sede, reclamou o povo a presença de franciscanos, origem do convento

de Santo Antônio no sítio onde ainda se encontra, em chãos doados pelo governador Frutuoso Barbosa no ano de 1589. Para dar idéia do que significava este nôvo elemento aculturador basta dizer que representava a instrução pública, da melhor que havia no tempo, a aparecer na capitania para maior bem dos filhos de povoadores brancos. Significava igualmente superior direção da família, conversão do índio em que em primeiro lugar figurou a dos chefes, e proteção do escravo negro. Até diversão trazia aos habitantes de N. S. das Neves, com as festas e solenidades religiosas — o maior entretenimento coletivo da multidão na época — necessário para impressionar mentalidades primitivas como as de colonos, silvícolas e africanos.

Tôdas as precauções em assegurar paz e tranqüilidade na capitania eram poucas. Continuavam os franceses a incitar os índios contra portugueses e os indígenas que tinham de seu lado, como o Guirajibe, ou "assento de pássaro", poderoso principal que colaborava junto aos lusos com o velho Pirajibe de nôvo de boas avenças com o governador. Essas lutas eram ameaçadoras para o pequeno território conquistado até aquêlo momento, estendido apenas do Paraíba na sua foz ao forte de São Sebastião no Teberi, onde Martim Leitão elevou tranqueira sob esta invocação na zona dominada pelo Guirajibe. Havia mais o forte do Cabedelo nos limites sulinos da capitania, onde à sua sombra se elevavam na várzea de Inhobi os florescentes engenhos de Duarte Gomes da Silveira e de Antônio Lopes Brandão.

Em 1591 estabeleciam-se na Cidade Filipéia os carmelitas a fim de se dedicar principalmente à catequese dos índios. Era oportuno refôrço aos trabalhos dos portugueses, compensador até certo ponto das rusgas havidas entre jesuítas vindos do colégio de Olinda e os franciscanos com a orientação dos padres. A fim de evi-

tar questões que poderiam prejudicar à coletividade decidiu o capitão governador voltassem os inacianos a Olinda. Os carmelitas, mais plácidos, deixaram de interferir nos trabalhos dos antecessores, tão-só voltados para a catequese do gentio. Data de 1599 a ereção do convento paraibano, talvez posterior à primeira aldeia com capela de N. S. da Guia estabelecida, para fins de conversão, ao norte da foz do Paraíba. O crescimento da capitania necessitava paulatino refôrço contra o gentio, freqüentemente agravada a ameaça da sua agressividade por incursões no litoral de brancos europeus inimigos del-Rei Filipe II, como sucedeu com o corsário James Lancaster, além dos franceses que não renunciavam ao comércio de pau-brasil. Pagava assim duramente a colônia os encargos provenientes da união das duas coroas ibéricas. O alvoroço decorrente entre índios empecia os trabalhos dos povoadores, terminado o prazo de Frutuoso Barbosa sôbre o qual recaíra a mais dura tarefa edificadora da Paraíba.

No intuito de proteger melhor aos desbravadores da capitania, ordenou o govêrno metropolitano, em fins do século XVI, fôsse construído, com elementos vindos de Pernambuco, um forte e povoação no Rio Grande do Norte. A providência marca a fase em que os paraibanos, de auxiliados pelas capitânicas do sul, passaram a desbravadores das capitânicas do norte, quando sôbre êles recaiu a incumbência de continuar a obra de pernambucanos, itamaraquenses e igaraçuenses, na progressiva conquista da costa em direção à Amazônia.

A obra das missões

Franciscanos, jesuítas e carmelitas esforçaram-se por converter o gentio e melhorar a condição dos demais habitantes da Paraíba.

Aproveitavam os ensinamentos dos predecessores jesuítas e supriam a sua falta a poder de igual abnegação na esmagadora tarefa.

6

A OBRA DAS MISSÕES

O ALCANCE DA AÇÃO das ordens religiosas foi intenso no Brasil, fácil de acompanhar pelo que podemos apreender no espírito do tempo, onde vemos a idéia religiosa onipresente, dominante, absorvente, em todos os atos da casta principal, e, mesmo, nas camadas inferiores da sociedade. Não é possível separar sem grave dano de estudos históricos o absoluto influxo da crença sobre a população de um domínio ultramarino lusitano em três séculos de rigoroso colonialismo, quando religião, família, política e economia formavam um todo maciço.

Correspondiam jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos ao mais anônimo desejo da população necessitada de amparo espiritual, da maior significação no tempo. Acrescia ainda a êste apoio, por si só do maior vulto, o educacional e o puramente material pelo socorro técnico que dispensavam aos demais habitantes do sítio onde apareciam. Vemos, no conjunto, os frutos da atividade exercida pelas ordens missionárias desde a instrução primária e média subministrada à mocidade, até conversão do gentio, catequese dos servos, introdução e conservação de espécies vegetais e animais, cuidado em aproveitar a fauna e flora do lugar, ensino de misteres vários, alguns com rudimentos estéticos, além de muitos mais demasiadamente longos de enumerar. Começava o benefício neste sentido, proporcionado aos coloniais,

fôsem brancos, vermelhos, prêtos ou de matizes intermediários, principalmente na construção de conventos e templos. Tornava-se o trabalho assim envidado verdadeira escola, em que se fundiam os recursos da cultura européia dos eclesiásticos dirigentes, com a americana e africana dos obreiros empregados nas construções. Do esforço presidido por grêmios empenhados em manter paz e tranqüilidade indispensáveis à produção, em que nem por sonho eram admitidas lutas de classes, de religião, ou outras preocupações igualmente esterilizantes, manaram meios que permitiram vencer o obstáculo aparentemente intransponível do primeiro estágio desbravador colonial. Por êsse motivo temos de nos deter um pouco sôbre esta ação, característica do período que ora estudamos.

Assistiram os padres da Companhia de Jesus à fundação de N. S. das Neves em data incerta entre agôsto e novembro de 1585. No catálogo jesuítico de 1586 ainda não há referência a estabelecimentos na capitania. Apenas consta menção de que os padres Simão Travassos, Jerônimo Machado e Baltasar Lopes andavam por lá “em missões”. Era o momento em que os jesuítas do colégio de Olinda participavam das expedições ali formadas para socorrer a Paraíba às voltas com índios açulados por franceses. No catálogo de 89 ocorre menção na capitania a propósito da ida para lá dos padres Pedro de Toledo e Baltasar Lopes, na altura em que se encetava a conversão em larga escala do gentio graças ao exemplo e cooperação do Barbatana, ou Braço de Peixe, como lhe chama fr. Vicente do Salvador. Foi escolhido para sede da missão a proximidade das aldeias tabajaras situadas, diz Irineu Pinto, na zona chamada hoje Passeio Geral e Riacho, onde também elevaram os padres pequena capela dedicada a S. Gonçalo. No sítio foram reunidos cêrca de 1 100 índios (*Residencia da*

Parahyba, Relatório de Marçal Beliarte na *Annuua* de 1591), sob a direção entre outros dos padres Simão Travassos e Jerônimo Veloso que veio depois. O primeiro desenvolveu grande atividade, tal como confessar trezentas pessoas, celebrar mais de 54 batismos e 29 casamentos só no correr do ano de 1592. Terminaram nesta altura os trabalhos jesuíticos em consequência de incidentes que tiveram com povoadores e religiosos de outra ordem. No geral consistiam na proteção considerada demasiada que os padres concediam ao gentio.

Em 1589 chegaram à Paraíba os franciscanos que tão grande papel desempenhavam na formação da capitania. Eram dirigidos pelo notável varão fr. Melchior de S. Catarina, logo empenhado mais os companheiros na tarefa de catequese dos potiguaras. Nesse afã destacaram-se fr. Antônio do Campo Maior, fr. Francisco de S. Boaventura (chegado do reino em 1590) e mais cinco religiosos, além dos noviços que desejavam professar na ordem. A vizinhança, porém, dos jesuítas, suscitou atritos que obrigaram o governador a optar entre os serviços das duas comunidades. Era desacertada a convivência de correntes de diversa orientação. Iam os catecúmenos queixar-se de uns e outros religiosos quando punidos por qualquer falta ou contrariados em seus pendores. O mesmo praticavam os brancos, de modo a causar intempestivo antagonismo onde só devia haver unidade. Deu Frutuoso Barbosa preferência aos frades, entretanto, o jesuíta, pela sua superior maneira de se haver com o indígena, continuou indiretamente a influir na conversão, através do resultado que obteve em aldeias de outros pontos da colônia, a começar pelas vizinhanças da Paraíba.

O ensino do índio, já trabalhoso em si, era dificultado por série de obstáculos custosos de vencer, muitos dos quais atualmente de difícil compreensão para nós.

Antes de iniciar a catequese do gentio no Brasil, tinham-se inteirado os missionários de experiências levadas a cabo muito longe do litoral brasileiro, se bem em terras americanas. Desde 1535 esforçava-se Bartolomeu de Las Casas na Guatemala por encontrar soluções para a obra evangélica. O famoso amigo dos índios elaborara com êste fito, entre outros processos, ladainhas em verso, em que figuravam a criação do mundo assim como a vida e feitos e paixão de Jesus Cristo. Um outro dominicano pôs em solfa o poema, como na época se fazia com narrativas populares, e que foi ensinado a quatro mercadores indígenas para que o recitassem nas feiras de Rabinal e difundissem entre a multidão os principais nomes e frases do catecismo. O processo lembrou a Karl Sapper, quando estudou o assunto, as canções ouvidas na sua mocidade, recitadas na Alemanha por cantores ambulantes. Segundo o geógrafo *“Es wird nicht berichtet, dass sie den Vortrag durch bilder veranschaulichten, etwa in der Art, wie noch in meiner Jugend Baenkelsaenger bei uns ihre “Moritaten” auf dem Marktplaetzen zu illustrieren plegten”*.

O resultado da iniciativa cedo se espalhou pelos quichés, e, daí, por tôda a região por êles freqüentada, com auspicioso resultado para os dominicanos. Até o principal índio se viu atingido pelo contágio, e dêle os frades obtiveram fôsem juntados arraiais e vilarejos dispersos em reduções submetidas a ordem, em que a catequese se intensificava além de corresponder à necessidade, ardentemente pleiteada pelos missionários, de separar os pupilos dos povoadores espanhóis. Êste expediente foi a razão da ida mais tarde dos jesuítas ao Paraguai para evitar contatos sempre danosos entre o silvícola primário e o europeu corrupto e corruptor em plena faina colonialista, que não deixava aos padres outra alternativa.

É muito provável que o grande Inácio de Loyola bem conhecesse os trabalhos dos dominicanos na América Central. Em 1517 sustentara Las Casas pública discussão com Juan de Quevedo em presença do Imperador Carlos V, acêrca de planos que ideara sôbre a catequese de indígenas. Pouco depois publicava, em continuação da controvérsia, o livro *De Unico Vocationis Modo*, infelizmente perdido, mas que na ocasião obteve grande notoriedade. As intenções do frade, em que o interêsse da religião se irmanava com o da monarquia, versavam a conquista espiritual de acôrdo com o govêrno das metrópoles. Assim sendo, não podia ter escapado a D. João III, em extremo cioso de tais soluções e informadíssimo de tudo que em matéria colonial ocorria na côrte vizinha. Tampouco, passaria despercebido aos jesuítas, no momento em preparativos de jornada na América Lusitana com igual fito. Do que pairava por assim dizer, no ar, em matéria de sistema de conversão, proviriam as diretrizes de todos os missionários em atividade no Brasil, diferenciados, porém, entre si, pela tradição de cada ordem religiosa, que lhe imprimia rumos às vêzes muito diversos.

O interessante na questão é saber como o tupi do litoral nordestino recebia as tentativas de conversão de que era alvo. O nosso índio diferia das populações centro-americanas como um português se distanciava de um centro-europeu. Apresentava problemas de solução muito mais árdua em trabalhos de catequese, individualista como era, do que os quichés e vizinhos do planalto guatemaltense submetidos e obedientes a chefes de grande prestígio, fato desconhecido no Brasil. Na Paraíba, nem tampouco em outras capitânicas, não havia entre os nossos aborígenes, em condições muito mais primitivas, nem feiras nem organização política suscetível de constringer as populações a agregariamente ingressar em aldeias

de missionários. No dizer de Sapper, foi até esta diversidade causa de alterações de usos e costumes indígenas muito mais pronunciadas por exemplo no Paraguai, do que na América Central, onde encontraram os dominicanos esboço de civilização e cultura mais adiantadas do que no sul do continente, para êles ensejo de inteligentemente preservar muitos lados da vida quiché tal como ela se encontrava na sua chegada.

O expediente de agrupar catecúmenos vinha da absoluta necessidade de assim proceder em uma colônia pertencente a ocidentais, para cristianizar o silvícola e prendê-lo à terra. Não era somente da catequese que os missionários deviam cuidar, tinham ainda de transformar o índio errante em agricultor sedentário nos moldes europeus. Assim o exigia o próprio americano independentemente de idéias religiosas e políticas do tempo, a fim de resolver o problema da fome que permanentemente o ameaçava. Alguns traços do caráter de nossos índios facilitariam o trabalho preliminar da conversão. A credulidade nos dizeres de feiticeiros tornava-o acessível a prédicas dos missionários, intensificadas pela admiração que os mesmos causavam com os seus conhecimentos em vários assuntos. Muitas vezes deveriam, até, infundir temor supersticioso, útil no aplinar terreno nos primeiros passos da catequese. Presumimos que, aos olhos dos neófitos, deviam os religiosos aparentar em certos casos misto de pajé e de morubixaba, ou seja, de feiticeiro e de chefe.

Por outra, afora o lado mágico e manifestações de técnica mais aperfeiçoada, ver-se-ia a conversão contida pelo desprestígio dos religiosos por não cultuarem a força e crueldade como os primitivos estão habituados a entender nos atos dos poderosos. Os índios convertidos, nem que fôsse apenas nas formas exteriores da religião cristã, eram por êsse motivo pelos outros acusados de

fracos e efeminados. Tampouco, acarretava menosprêzo aos missionários não se rodearem de concubinas como se apresentavam os chefes aborígenes, exemplo por sinal seguido pelos povoadores brancos. Devia parecer estranho, incompreensível aos índios, a recusa dos padres quando nas tabas lhes ofereciam raparigas em testemunho de admiração e amizade. Tanto mais à vista dos costumes vigentes entre os tupis, onde quanto maior era o número de espôsas, maior era o dos servos. Agravava a estranheza do observador primitivo, a contradição de povoadores brancos, em extremo reverentes aos padres, manifestarem o oposto em matéria sexual, preocupados com mulheres e a demonstrar capacidade erótica desconhecida aos selvagens.

Temos de levar em conta entre as circunstâncias que podiam influir as armas portugêsas no comêço da obra evangélica para a submissão de dezenas de silvícolas a um único padre ou frade. Os primeiros missionários na Paraíba acompanhavam expedições de povoadores na qualidade de intérpretes e de intermediários juntos aos índios. Neste sentido, procuravam os religiosos inteirar-se o mais cedo possível do idioma falado na região onde deviam missionar, estudo em que simultâneamente adquiriam conhecimentos da mentalidade e dos costumes do gentio. Graças ao cuidado adquiriam poderosa arma espiritual, que lhes permitia arvorarem-se em muito mais do que simples “línguas” perante indígenas e brancos, fôsse no trato de um principal índio como Pirajibe ou no de conquistador como Martim Leitão, de ainda maior envergadura e relevância nos destinos da capitania.

Neste estágio preparatório em que tudo se mostrava instável na colônia, temos de conceder certa largueza de vistas aos evangelizadores na tarefa de carrear almas ao aprisco evangélico. Deviam, no ingrato esfôrço, procu-

rar entendimento com o gentio, ou, mais exatamente, meios de ser por êle compreendido, para depois catequizá-lo a poder de comparações entre credices primitivas e fastos de cristianismo. O processo de emprêgo momentâneo, unicamente para fins persuasivos, prestou-se a virulentos ataques contra missionários em várias épocas, inclusive sacerdotes católicos contemporâneos. Azedos comentários tisnaram, destarte, o que se conventionou como indecorosas tentativas de melhor se aposarem os catequistas do espírito dos catecúmenos. Entre os que assim se manifestaram temos os dominicanos, voltados no século XVI contra os jesuítas, seus grandes concorrentes na obra da conquista espiritual das Índias Americanas. Alegavam os predecessores de frei Josafá, adulterarem-se os princípios da fé — de que êles, dominicanos, se consideravam os guardiões — onde apareciam inacianos junto a mentalidades primitivas. E a obra magnífica da Companhia de Jesus, que hoje é objeto da maior admiração, foi na era de quinhentos por obra de religiosos apresentada como monstruosos desvios do cristianismo, dignos das fogueiras de Torquemada.

Dessa maneira não havia expediente pôsto em prática pelos jesuítas que não incidisse em condenação, por mais absurdo fôsse o ponto de vista acusatório. Causava escândalo, por exemplo, a notícia da atitude de padres perante catequizados, a propósito das chuvas que desabaram na região do rio Real quando ali appareceu Luís da Grã após longa estiagem. O que era necessário em vista das credices do gentio era apresentado como manejo condenável, indigno da lisura de sacerdotes, altamente prejudicial à Igreja. Levantavam-se os elementos de outras ordens contra o que chamavam ardis jesuíticos, e mais enfurecidos ainda se mostravam ante os benéficos resultados que davam, apaziguadores de situações tensas, susceptíveis de causar matanças e mais

danos irreparáveis. Podemos facilmente imaginar a contrariedade dos ditos ao saber de sucessos como os do rio Real, em que *“nesta ocasião succedeu ao Padre Pinto lhe pedirem que lhes alcançasse de Deus chuva para suas sementeiras... Ficou o Padre perplexo com esta petição; a sua humildade e pouco conceito que fazia da sua virtude o retrahirão desta supplica reconhecendo-se por indigno deste favor do Ceo”*. Que fazer na circunstância? Era caso de expiação de pecados para crentes sinceros. Na conjuntura, refugiou-se o virtuoso sacerdote na fé que o animava, voltado para a divina providência na esperança de que seus rogos seriam ouvidos e salva a indiada da fome, onde vemos a sinceridade de quem acreditava no que propunha à mente dos catecúmenos *“... e Couza maravilhosa! Acabou o Padre Pinto a sua supplica e ao mesmo instante se desfizerão as nuvens em agoa. E vendo este milagre os indios ficarão admirados do poder do Padre”*, daí por diante por êles denominado Senhor das Chuvas!

Por esta e outras verificamos não haver embuste por parte de evangelizadores no intuito de apoderar-se do espírito do indígena, porquanto êles mesmos criam nos dizeres de sua pregação, de onde a fôrça persuasiva de que dispunham. O principal obstáculo à catequese vinha do outro lado, do custo desanimador em penetrar na mentalidade do gentio. Sentia o índio invencível repugnância em divulgar a estranhos as suas crendices. Sabemos através de relações de missionários, de modo bastante confuso e desigual segundo a ordem a que pertenciam, da existência, entre os tupis, de espíritos residentes nos lugares de onde tiravam sustento, mato, montanha, rio, ou praia, envoltos no que lhes parecia inexplicável, como nos diz Serafim Leite. A principal entidade do gênero nas tribos da costa era duende formado pelo espírito de pajé maldoso, morto outrora pelos

da sua comunidade, como muitas vêzes sucedia, que ao depois passava a manter entre as nuvens relações com o trovão. Em outras ocasiões era o próprio trovão. E, de permeio com tais abusões encontraram os missionários curiosa tradição do dilúvio universal, parecida com a dos hebreus, que teria encantado Michel Honorat se acaso a tivesse conhecido. Outra também se lhes depa-rou, porém bastante confusa, a respeito de certo vulto denominado Sumé, em que relações eclesiásticas viram S. Tomé, o qual palmilhava o Brasil e por tôda parte deixava gravado na rocha dizeres alusivos à sua passagem.

A influência dêsses tupis poderia ter atingido populações indígenas com quem conviveram ou contenderam, como aconteceria com os caraíbas do norte. Apregoava êste grupo descido da América Central até a Amazônia, onde se encontrou com tupis vindos do sul, a existência de Macunaíma, espécie de Pedro Malasartes português, Karagueuz dos turcos ou Till Eulenspiegel de flamengos e germanos do Reno, escolhido pelo polígrafo Mário Andrade para correspondente brasílico do *Enchanteur Pourrissant* de Guillaume Apollinaire. Sòmente o índio era muito mais pérfido e cruel que o burlesco personagem de povos europeus, arvorado o nosso em deflorador de virgens, destruidor de camboas, arapucas, roças e palhoças, autor de mil tropelias para maior gáudio dos zombeteiros e escândalo dos moralistas da tribo. Entidade análoga também aparece entre os carajás, estudados por modernos etnólogos, e deve existir em muitas mais que não conhecemos. Mas de modo geral o índio não se mostrava muito disposto a revelações sôbre as suas credences, de onde as notícias bastante elementares a respeito de superstições e teogonia indígenas transmitidas por Ivo d'Evreux, Claude D'Abbeville e outros eclesiásticos que as observaram.

Os silvícolas demonstravam, pelo que se depreende do relato de missionários, curiosidade no início da catequese a respeito de religião. Alguns continuavam a manifestar interesse depois de algumas semanas de lições, outros desandavam em desanimadora indiferença, quando não manifestavam decidida repulsa ao ensino eivado de obrigatório. Não raro a aversão se tornava contagiosa, pelo que os mestres tiveram de se dirigir às mulheres, de natureza mais dócil, e, principalmente, às crianças ou corumins, que representavam problema menos árduos de enfrentar. Parecia, porém, depois de algumas experiências, sob aspecto de faina desalentadora, incutir convicções religiosas ao índio livre, inteiramente entregue ao espiritismo (não há outro termo para classificar as suas abusões), inspirado pelo mistério da natureza. Até as crianças, se bem apresentassem melhor terreno para ensino, eram influenciadas pela vida nas tabas, onde cresciam ao léu, sem castigos nem compressões, a assimilar quase automaticamente, através da insensível imitação, os atos dos adultos.

Nessas condições tiveram os mestres de improvisar métodos psicológicos adequados à mentalidade dos discípulos. Levantaram a propósito, certos etnólogos modernos, dúvidas sobre a eficácia desses esforços. Os incontáveis desenganos dos doutrinadores à vista do procedimento ulterior dos alunos depois de crescidos, parecem confirmar a impossibilidade quase total da conversão do gentio primitivo à crença desenvolvida em que se conjugam correntes filosóficas e ditames morais dos povos mais evoluídos da antiguidade. Muitos índios recaíam no paganismo assim que se afastavam dos mestres, outros misturavam credices antigas com o ensino que lhes incutiam, ainda visível nos descendentes pelas superstições nêles remanescidas, outrora intensas, constantemente presentes nas conversas ao pé do fogo do

caboclo, tais como Jurupari, Mãe-d'Água, Curupira, Boitatá, ou Mula-sem-cabeça, resultado de reflexos vários, europeus, americanos e africanos, em que vemos laivos de Macunaíma na popular tradição do Saci-pererê ou Negrinho do Pastoreio.

Entretanto, havia de permeio também casos favoráveis ditados por calculada conveniência ou mesmo sincera assimilação da fé cristã. Alguns silvícolas facilmente esqueciam, ao se afastarem dos mestres, o que tinham aprendido, inda quando se mostravam acessíveis à doutrinação. Outros fingiam-se crentes para obter vantagens dos brancos ou com êles conviverem em melhores condições, como sucedia com muitos principais potiguaras. Outros, porém, manifestavam relutância em voltar ao grosseiro temor dos espíritos, demonstração de quanto é temerário generalizar a respeito de índios. Assim, temos, junto das deserções constantemente lamentadas nas cartas de missionários, casos contrários aparentes em episódios extraordinários como a conversão do famoso índio Camarão ilustrado nas campanhas do Nordeste. Segundo nos contam doutrinadores, na sua ausência das tabas, continuava o caudilho a subministrar catecismo, *“porque vendo q. alguns Índios da sua Nassão já cristãos se hião esfriando”*, intervinha da melhor maneira como se fôsse eclesiástico, para impedir entre os seus o arrefecimento da fé.

Não menos interessante é o caso do chefe Diabo Ligeiro, o qual, ao receber do padre Francisco Pinto no comêço da evangelização no Ceará, a insígnia de comando (cerimônia no gênero da que os parentes tupis da Paraíba faziam ao recebê-la dos feiticeiros no momento de partir para a guerra), saiu pela aldeia a apregoar que todos fôsem à igreja nos dias santos. No seu entusiasmo incidia na tal mistura de que falamos, e assegurava que, se tal não fizessem, tudo que plantas-

sem naqueles dias havia de secar e as mulheres teriam de apagar o fogo onde cozinhavam para que não ardessem as casas *“e que não cressem as cousas de seus antepassados, mas que só cressem as cousas q. os Padres lhes ensinassem... E noutra pregação... acabou com hum colloquio disendo e vos Senhor Deus tende cuidado de minha alma para q. não se perca porq. tenho muita repugnancia em hir para o inferno e ser queimado com os demonios”*. (Carta do padre Francisco Pinto do Ceará ao Geral Aquaviva em Roma).

Acaso falhassem os missionários na completa conversão de indígenas, sobrar-lhes-ia mérito por terem no momento mais crítico para os portugueses amainado a hostilidade das inumeráveis hordas de selvagens que os rodeavam. Das aldeias religiosas saíram muitos dos aliados, guias, conselheiros e mestres em coisas brasílicas dos primeiros povoadores. Deram ainda grande parte dos braços necessários ao sustento dos habitantes das capitânicas, graças à tenacidade e excelência da catequese que incluía os índios no grêmio da população colonial. Com a obra das Missões implantou-se e pôde funcionar o organismo político que a metrópole impunha à América Portuguesa.

Para os primeiros doutrinadores os pupilos tinham mentalidade aparentemente mais simples que a dos camponeses europeus. A experiência em pouco demonstrou quanto era illusória a suposição, pois, no correr dos trabalhos de catequese, revelava-se muito mais tortuosa. Descobriram igualmente que no vagaroso índio de fisionomia parada, muitas vezes até dormente, predominava extrema emotividade que era preciso resguardar, e, se possível, transformá-la em meio de atingir os mais íntimos refolhos da sua mentalidade. Da paciente observação em que os jesuítas se revelaram mestres adveio-lhes

grande ascendente sôbre os pupilos, a ponto de um único padre, perdido no sertão em meio de multidão silvícola, conseguir manejá-la segundo os interesses da Igreja, da sociedade e da coroa.

Narra a propósito o prof. Herbert Baldus, de como na sua permanência, pouco antes da guerra de 1939, portanto, quatro séculos depois das cartas jesuíticas, estêve por muitas semanas no meio dos tapirapés, um dos últimos ramos ainda existentes em Mato Grosso dos antigos tupis dominadores do litoral. Ali se demorou em observação etnológica da tribo cuja existência se assemejava à dos catecúmenos do padre Francisco Pinto. Em pouco tornou-se temido dos índios, embora os tratasse benignamente. Certa vez, no entanto, zangou-se com o principal porque maltratara em excesso a espôsa. Externou em palavras com alguma veemência a sua reprovação. Dissipado o incidente, não mais pensava no ocorrido, quando reparou na apreensão reinante em tôda a tribo, que sômente abrandou depois de o dito principal cumulá-lo de presentes e amáveis atenções. Note-se, neste tão curioso como significativo episódio, tratar-se de tribo destemida, cujo morubixaba sempre lutara com ânimo e notável coragem pela defesa dos seus.

Na imensa tarefa de lidar com o gentio quinhentista e seiscentista, concorreram com igual zêlo jesuítas, franciscanos, beneditinos e carmelitas. Quer-nos parecer terem sido os primeiros os mais proficientes, detentores de acertado método ao depois seguido pelos demais missionários. Entre os processos de melhor rendimento na aproximação de religiosos com o silvícola figurava o cuidado dos prisioneiros de guerra, que os padres da Companhia de Jesus costumavam resgatar, curar e animar, à procura de sua amizade. Gratos ao lenitivo, os antigos prisioneiros se encarregavam em divulgar a caridade dos pajés missionários e as vantagens que trariam

às tribos quando com elas estabelecessem relações. Outras vêzes valiam-se os doutrinadores das circunstâncias favoráveis à familiaridade com chefes gentios como já apontamos, decorrentes de expedições armadas portu-guêsas que acompanhavam. Desempenhavam então a parte do diplomata, que na esteira dos exércitos inicia depois da guerra os fundamentos da paz.

Os jesuítas sempre foram tidos por atentos observadores políticos amplamente treinados pelas intrigas políticas das côrtes européias acêrca da arte de se mover entre escolhos e escarcéus. Não seria, por conseguinte, neste terreno que encontrariam as piores dificuldades na organização da catequese. O maior problema da missão apostólica junto ao selvagem residia na antítese existente entre a necessidade, a certã altura, de proteção do branco para poder o missionário se abeirar do gentio e os graves inconvenientes trazidos à obra evangelizadora pelo povoador quando se acercava do índio. Arriscaram-se daí, os catequistas, com demasiada temeridade, a isolar-se em meio de tribos cujas intenções ignoravam, a dezenas de léguas de onde poderiam receber socorros dos conquistadores. O trágico desfêcho da expedição dos padres Luís Figueira e Francisco Pinto no Ceará, intentada antes que o desenvolvimento da Paraíba lhes permitisse receber o seu apoio, mostra-nos o perigo dêsse dilema, que só a abnegação do apóstolado permitia afrontar.

Um fato ocorrido na malograda emprêsa dá idéia dos mil e um obstáculos que podiam empecer o trabalho evangélico. Narra Luís Figueira, na descrição dessa jornada, como o padre Francisco Pinto enviou presentes a importante chefe por intermédio de *“hua índia parenta de alguns dos nossos* (índios que o acompanhavam) *escrava sua* (do principal, portanto, adverso da escolta dos jesuítas) *avia muitos annos. Recebeu o prin-*

cipal o que lhe mandavamos e principalmente fez muita festa a hua buceta de Frãdes que lhe mandamos cheia de fumo". Na ocasião, a indiada entusiasmou-se pelas roupas que os visitantes possuíam e lhas pediram. Tendo um jovem vestido os calções de um jesuíta desandaram as mulheres em chôro, a dizer que aquêle feitiço dos brancos o mataria. O mancebo, porém, era animoso, e, como não morresse, o acontecimento pareceu prodígio, o que muito alargou a reputação dos padres. Mas se acaso o rapaz tivesse por qualquer razão adoecido na hora, não mais poderiam salvar-se os que seriam apontados como feiticheiros maldosos, prejudiciais aos hospedeiros e, como tais, passíveis dos piores suplícios.

De modo geral, preferiam os missionários procurar primeiro as mulheres e as crianças da taba, menos perigosos no primeiro choque do encontro, e sòmente depois aos guerreiros. Quando não era possível assim proceder recorriam a outros meios suasórios. Dizem cronistas que no Paraguai desciam os padres o rio com música, a fim de atrair e maravilhar com melodias os selvagens ocultos nas margens. O processo deve ter sido igualmente pôsto em prática em várias latitudes, como se depreende da carta de Luís Figueira, do Ceará, que menciona "*São todos estes (índios potiguaras do Nordeste) incrivelmente inclinados a cantar e dançar*". O mesmo diria decorridos quatro séculos o etnólogo Herbert Baldus dos tapirapés, quando empregava discos de fonógrafo ampliados por alto-falantes, "*encantando a selva com a Ave Maria de Schubert ou sambas bem ritmados*", de soberano efeito junto de aborígenes.

Tais recursos eram completados, depois de realizada a aproximação, a poder de curas efetuadas pelos padres. Também neste setor se manifestava a superior visão dos inácianos, pois, ao invés de se limitarem ao emprêgo da medicina peninsular, atrasada e não raro absurda, pro-

curavam enriquecer a sua farmacopéia com elementos tirados da própria natureza americana, em que o índio figurava como precioso informante. Esse terreno, todavia, se apresentava semeado de insídias, porquanto, se o sucesso do tratamento trazia acréscimo de prestígio, o insucesso, por outro lado mal interpretado, podia acarretar a fúria do gentio, razão de muitos morticínios de missionários. Na conjuntura, convém não esquecer, deviam os civilizados lutar contra a imemorial obediência dos índios e pajés, adivinhos e curandeiros, os quais formavam frente única contra alienígenas causadores do seu desprestígio na tribo.

A técnica a ser empregada nestes trabalhos, aprimorada segundo a experiência e notícias dos evangelistas, consistia em formar aldeamento de índios mansos perto das cabildas que se pretendia cristianizar. Aos poucos o exemplo de uns influía nos outros. Pacientemente, com o máximo cuidado em não espantar o gentio, prosseguia o trabalho missionário em tórno do rancho de palmas em que habitava o catequista em meio dos primeiros catecúmenos, no afã de trazer almas à Igreja e braços para a colônia, premente problema, o maior de América, antes da importação em massa de africanos que o solucionou.

O expediente de se impor ao índio pela confiança nêle inspirada, sem olhar para o tempo nem a sacrifícios, através de sucessos e reveses, constitui o fundo da moderna técnica etnológica quando em observações seretanejas. Não praticava método diverso o maior conhecedor contemporâneo do índio brasileiro, Kurt Unckel, mais conhecido por Nimuendaju, nome que recebeu entre as tribos do Paraná onde começou os estudos trágicamente terminados no Pará depois de muitos anos de prática. O processo do moderno etnólogo alemão era semelhante ao do missionário quinhentista. Começava

por construir pequeno reduto na proximidade da tribo que desejava estudar. Disponha a seguir dádivas ao alcance dos seus habitantes, para que, depois de arrefecido o alvoroço causado pela sua presença, pouco a pouco fôsse entabuladas, a poder dêsses presentes, relações amistosas entre êle e os primitivos.

Naturalmente dependia a tática contemporizadora de mil e uma circunstâncias, segundo os característicos da tribo e incidentes imprevisíveis, mas o que importa no assunto é observarmos como reproduz de modo geral êste método o antecessor jesuítico. Êste, porém, se apresentava muito mais completo do que simples traça para entrar em contato com uma cabilda a fim de lhe observar os costumes sem contrariá-los como o catequista tinha que fazer. Depois de alcançar bom termo o conhecimento dos índios visados pela catequese, deparava-se-lhe a segunda parte da ingente tarefa. Recorriam então os inicianos à ação dos pequeninos índios, a representar matéria mais maleável que adultos. Entretanto, por êsse motivo, também afetava a diferença de mentalidade e afinidades com os mais velhos a ação do catequista, muito mais idoso do que êles, em condições difíceis de acompanhá-los. Por mais os padres se esforçassem não lhes era possível, ocupados como estavam em outros misteres, observá-los e entretê-los o dia todo. Cogitaram, daí, do emprêgo de outro elemento assimilador, susceptível de contato muito mais eficaz do que o até então experimentado, com a aproximação de curumins a rapazitos reinóis especialmente treinados para o mister.

Havia naquela altura em Portugal, como conseqüência da aventura indiana (o tráfico da especiaria tragador de vidas humanas e desorganizador da família proletária), alarmante quantidade de órfãos em abandono nos portos e aldeias. A calamidade fôra estudada na metrópole pelos jesuítas a que fenômeno social algum esca-

pava, objeto da particular atenção do padre Manuel da Nóbrega, antes de êle se passar ao Brasil. O aproveitamento d'esses infelizes na emprêsa catequista, em sítio onde mais tarde representariam o papel de colonos, afigurou-se aos da Companhia meio de transformar um mal em benéfico auxílio da sua missão ultramarina.

Infelizmente não tiveram tempo de empregar o recurso na Paraíba, como praticaram em outras partes do litoral. Foi-lhes vedado desenvolver atividades onde se mostravam mais necessárias, pela ordem do govêrno que dava por terminada sua obra junto ao índio paraibano. O fato de o jesuíta não ter conseguido maior fruto naquêle lapso intempestivamente delimitado pelos governantes a favor de outra ordem religiosa, pouco significa quanto à eficácia do seu trabalho. As mesmas dificuldades em criar consciência verdadeiramente cristã entre aborígines interpuseram-se aos outros missionários, assim como iriam tolher no sítio a obra dos protestantes holandeses no século XVII. Além disso, não eram somente índios e muitos mamelucos a se furtarem à doutrinação. Também havia náufragos, degredados e desertores brancos, que se mostravam tão infensos ao ensino e exemplo dos padres, como os primitivos, com igual rebeldia à disciplina moral e espírito de renúncia que lhes queriam inculcar.

As missões e o desenvolvimento local

Progridem os povoadores, mas a sua atividade colide com os religiosos missionários empenhados em obra duradoura e pacífica segundo preceitos da religião.

Surgem, daí, primeiro com jesuítas e depois com franciscanos, conflitos por desejarem os brancos submeter a obra das missões à sua ambição e pressa em desfrutar a terra.

AS MISSÕES E O DESENVOLVIMENTO
LOCAL

N O ESBÔÇO de organização do Brasil, encabeçado pela iniciativa particular das capitâneas, em parte desvanecida por insucesso, a poderosa ação dos missionários soube salvar a obra civilizadora do Nôvo Mundo comprometida pela ambição dos conquistadores. Não foi sem razão que o jesuíta Montoya apelidou o seu livro *Conquista Espiritual de las Índias*, pois a catequese do gentio abrangeria tôda a colônia logo nos seus primórdios, mantida sem desfalecimento em condições não raro adversas, que pareciam desafiar a abnegação e paciência humanas. Nesse esforço prodigioso, um dos maiores problemas a tolher o afã evangélico a ponto de exigir do missionário e mais autoridades eclesiásticas intensa e constante vigilância, residiu na inevitável tendência do povoador em desvirtuar em seu proveito a conversão dos antigos donos da terra.

Era a fatalidade que assim impunha. Não se conformavam os desbravadores da vastidão americana, tida por abandonada segundo a mentalidade européia, em não se valerem de todos os meios e circunstâncias que se lhe deparassem na marcha desfrutadora. Onde surgia o desbravador manifestava-se imediata fome de braços, e, quanto maior se evidenciava, mais brutal e im-

placável se tornavam os métodos em utilizar o índio reduzido a instrumento de trabalho. As maiores civilizações aparecidas no globo elevaram-se sôbre a iniquidade da exploração do homem pelo homem, chegada a paroxismos monstruosos quando se manifestava entre vencidos e vencedores. A América não escaparia do inelutável, que fundamente pungia o espírito superior dos propugnadores do domínio da justiça ameaçado pelo desencadeamento dos piores instintos e ambiciosos cálculos.

Nas pegadas dos apóstolos da Companhia de Jesus com a sua magnífica organização evangelizadora, admiravelmente disposta até nos mais ínfimos pormenores, em que se podia acompanhar os resultados do imenso esforço da ordem dirigida por dirigente de escol à testa de legiões a serviço de uma idéia, temos os não menos meritórios franciscanos nos domínios ibéricos sul-americanos, na Paraíba ou no Paraguai, em emulação que parecia transluzir certa rivalidade. Haviam os padres encetado á conversão do gentio paraibano pela taba do Braço de Peixe, que seria provavelmente a mencionada na *Annua* de 1590 a 91. Menciona êste documento jesuítico haver 1 100 índios aldeados, dos quais 150 tinham recebido batismo de Simão Travassos, Jerônimo Machado, Baltasar Lopes e Jerônimo Veloso, nomes de enorme significação no momento, quando a capitania ainda estava à mercê dos aborígenes, os portugueses em número insignificante e às voltas com adversários europeus mais fortes do que êles.

A atividade inaciana se revelara das mais promissoras para os desígnios dos lusos. Conseguira aplacar desconfianças dos potiguaras, chamara para o lado luso prestigiosos chefes, evitara choques entre brancos e indígenas e realizara trabalho da maior utilidade para el-Rei, a lhe conceder vantagens no enraizamento dos

súditos no acesso da costa leste-oeste, que os franceses não desfrutavam por se limitarem ao trato comercial com o índio, sem o apoio espiritual a representar a argamassa que juntava as peças da empresa intentada pelo português. Podemos mesmo afiançar, caber a esta diferença o efêmero do contato de súditos de Francisco I com o silvícola, por não disporem do apoio encontrado pelos portugueses nas missões, de modo a contar invariavelmente com o evangelizador atrás do homem de armas.

Era, porém, por demais oposta a intenção do missionário dominado pelo afã de salvar almas com a do conquistador à procura de bens materiais. O trabalho jesuítico serviu ao conquistador até certo ponto, enquanto apaziguava o gentio e trazia valiosas adesões ao lado português. Vencido o passo tormentoso, em que os povoadores luso-brasílicos estiveram na iminência de tudo perder, começou o inaciano a lhe suscitar zelos. Fôsse porque a aldeia do Braço de Peixe e vizinhanças estivessem nas melhores terras da zona pacificada, fôsse pelo espetáculo de tantos índios a dócilmente trabalharem sob a direção de apenas dois jesuítas (não havia mais no fim da missão, tantas eram as dificuldades em substituir os padres que se retiravam doentes ou por outro motivo), levantaram-se povo, govêrno e clero regular contra a permanência dos mesmos na capitania.

O principal dissídio provocador da comoção principiara com Feliciano Coelho, o qual dera ganho de causa aos portugueses autores de violências contra índios afeiçoados aos missionários. Reclamaram êstes ao governador-geral D. Francisco de Sousa na Bahia, que lhes expedia despacho favorável. A medida, porém, de nada lhes valeu. Pelo contrário só serviu para ainda mais acirrar os ânimos de seus adversários. Escrevia nessa altura Feliciano Coelho ao govêrno metropolitano

em veementes termos, a dizer que, se não tomasse o governo imediatas providências contra a intromissão dos padres na Paraíba, em pouco "...nos degolaremos uns aos outros"! Queria assim, a fatalidade das regiões novas da América, fôsse a escravidão dos seus antigos senhores a condição essencial do surto civilizador.

O espaço conquistado pelos portugueses, no momento da partida dos jesuítas, compreendia a foz do Paraíba, ladeada por quatorze rios entre vales e várzeas, a fértil "zona do brejo", onde medrava a cana-de-açúcar. A êste terreno acrescentavam-se mais quarenta quilômetros rio acima, e algum conhecimento dos vales do Mamanguape ao norte e Cupiçura ao sul. Das primeiras providências de Feliciano Coelho de Carvalho depois de nomeado, foi transferir a aldeia do Pirajibe do Tiberi para Gargaú, onde Duarte Gomes da Silveira se estabelecera com engenho e precisava de gente. Protestaram os padres contra a mudança que lhes tornava difíceis as comunicações com os catecúmenos agora divididos em duas povoações além dos rios Paraíba e Iguaraguai. Não lhes deram atenção, e, fizeram mais, exigiram, no momento em que o povoador Antônio Coelho organizara uma descida contra potiguaras, que os missionários os acompanhassem. Alegaram então os jesuítas, que lhes era vedado pelos superiores comparecerem entre tropa onde houvesse guerra de conquista, condenação implícita dos planos dos povoadores.

A respeito temos a confissão perante o Santo Ofício do mameluco de cristão-nôvo Francisco Lopes, o qual narrou o quanto se indignara por volta de 1591 contra os jesuítas, quando "*estava esta terra cercada de petiguaras (sic) e que os padres da companhia residentes nas aldeias estorvavão com q. os gentios dellas não vi-nhão socorrer como o capitão mandava*", de sorte que, cego de cólera, exclamara públicamente, "*por clerigos e*

frades se avia de perder o mundo! Ora, não era somente o judeu a pensar dêste modo. No caso encontrava a sua costela hebraica correspondência em muito cristão-velho de quatro costados, participante da mesma fúria por ver contrariados os esforços para a definitiva conquista da terra, onde pretendia enriquecer-se. A irritação causada pelo jesuíta seria, contudo, tolerada pelo povoador necessitado de missionários, para impedir levantes gerais de índios insuflados pelos franceses de que tinham compreensível receio, não fôsse o aparecimento dos religiosos de S. Francisco na capitania.

Uma das primeiras manifestações que demonstravam a favor dos povoadores consistiu em atender os mesmos no pedido que tinham feito aos jesuítas. Aceitaram tomar parte como capelães, na expedição de Antônio Coelho, os frades Baltasar de S. Antônio e Manuel de Pôrto Alegre, talvez levados à colaboração por insuficiente conhecimento do meio. A operação redundou em malôgro, conforme previam os jesuítas, seguida de revides por parte da indiada enfurecida causadores de grande confusão. Tiveram mais de uma vez de comparecer socorros de Pernambuco e mais vizinhos para debelar o perigo, e, como sempre sucedia após a luta, multiplicaram-se os cativos nas roças dos brancos, motivo da justa apreciação do cronista Fernão Guerreiro sôbre como se comportavam "*à feição de caçadores de escravos*"!

Apresenta o historiador Serafim Leite exaustiva documentação acêrca da indisposição dos inacionos com as autoridades da colônia em consequência da intensa propaganda realizada no reino por Gabriel Soares e mais proprietários nas mesmas condições que êle, ou seja, contidos pelos jesuítas na obtenção de braços para a lavoura. Os argumentos empregados pisavam e repisavam o estôrvo causado ao progresso das capitanias pelo

zêlo dos padres a favor do gentio. Tais alegações deviam soar mal aos conselheiros del-Rei, numa hora de angústia extrema do Tesouro, interessadíssima a coroa no progresso das capitanias, não pelo seu amor às mesmas, mas para sair do apêto em que se via. Na ocasião noticiava Gabriel Soares, *“Estão os Reis informados que se não pode sustentar este Estado do Brasil sem haver nelles muitos escravos do gentio da terra”*. Daí, passava a acusar os missionários, *“elles são os que tiram proveito deste gentio, porque os trazem a pescar... e a caçar, e no seus currais lhes guardam e cercam as vacas”*, o que vinha a ser, no final de contas, livre e ordenada faina dos pupilos para êles mesmos pupilos, executada da melhor maneira para evitar as fomes que outrora os afligiam.

As acusações respondiam os catequistas ser necessário assegurar as melhores condições de vida para o gentio a fim de mais tarde poder contar com trabalhadores, ajustados e pagos no trabalho dos engenhos e outros, como homens livres, além do que representavam em caso de guerra como recurso contra *“Franceses e Ingreses”* e índios inimigos. Estavam, portanto, com indiscutível razão. Demorariam um pouco a surgir frutos, mas seriam duradouros, ao passo que Gabriel Soares e mais senhores de engenho em atividade na colônia unicamente para fins econômicos, não queriam outra coisa senão reduzir o índio a escravo sob capa de trabalho livre, em que proprietários gananciosos pouco se detinham em prever consequências, cuja pior manifestação seria o desaparecimento do gentio destruído pelo desumano regime que pretendiam impor-lhe. A intriga surtiu efeito, pelo menos até o padre Cristóvão de Gouveia conseguir legislação colonial mais favorável ao indígena submetido a contato forçado com brancos. Nesse lapso, em que os jesuítas padeceram tenaz perseguição

por parte do espírito utilitário de Manuel Teles Barreto, que foi o primeiro governador-geral do Brasil nomeado após a unificação das duas monarquias. Vencidos pelos obstáculos a todo passo encontrados, cogitaram os inacianos de abandonar a colônia. O mais interessante no caso reside em que, durante muito tempo, êles não sabiam qual o motivo da acirrada hostilidade contra êles despertada na Europa, muito longe de imaginarem as suas verdadeiras razões.

Para maior infelicidade, juntaram-se queixas de boa fé dos frades de S. Antônio às do capitão Feliciano, justamente quando sob outro governador-geral começavam os padres a desfrutar de algum alívio. Tendo fugido catecúmenos de uma aldeia para outra, da égide do hábito de S. Francisco para a da roupeta inaciana, houve reclamações em Portugal, de onde o cardeal regente Alberto de Habsburgo — um dos melhores administradores que Portugal jamais teve, informado, porém, por conselheiros avessos à Companhia de Jesus — resolveu com a retirada dos padres dirimir a contenda que julgava ruínosa para os interesses coloniais.

Passava agora a inteira responsabilidade da conversão do gentio para os franciscanos. Os métodos que usavam se pareciam de modo geral com o dos jesuítas, com os quais tinham vizinhado absorvidos no mesmo mister. Diferenciavam-se, todavia, em muitos pontos na sua aplicação, pôsto todos se inspirassem nos melhores princípios da fé em que predominava a caridade. Estabeleceram-se os frades em 1589 perto do povoado sob título de N. S. das Neves, sede da capitania, iniciada a catequese pelas aldeias de Almagra, ou Almagre, e pela da Praia. O trabalho exercia-se junto do chefe Guirajibe, ou Assento de Pássaro, como pudicamente o chamavam os eclesiásticos, que depois tomou no batismo o apelido de Francisco (e foi tratado por Dom), no Tiberi

de Cima e tabas situadas no Mangue. A primeira que era a do Guirajibe, ficava ao sul de Tiberi; a segunda, de Almagra, Almagre, ou Terra Vermelha, na enseada de Tamaú, meia légua ao norte da atual povoação desse nome; as de Joane e Mangue na mesma distância, na fronteira do sul, diz Jaboatão, e a do Braço de Peixe, onde antigamente estavam os jesuítas, perto do fortim de S. Sebastião. A capela de S. Francisco, na aldeia do mesmo nome, ficou pronta no mesmo ano de 1589 graças aos cuidados do guardião fr. Antônio do Campo Maior, do imediato fr. Francisco dos Santos e mais companheiros. Nas outras aldeias também se elevaram residências, capelas, currais, tulhas e tudo mais, a fim de que se estendesse a doutrinação pela faixa sul das tabas de Jacoca e Alhandra, até o rio Urutaguai.

Os missionários *“Pregavam constantemente, confessavam, ensinavam a ler e cultivavam os terrenos próximos dos aldeamentos. Os índios lhes offereciam os filhos e rogavam que os doutrinassem, prometendo depois da guerra (com outros índios aliados dos franceses) fazerem-se também christãos”*, escreve o frade cronista Santa Maria Jaboatão. A intensidade afetiva que antigos e modernos notaram nos silvícolas, mormente os de origem tupi, encontrava nas missões terreno dos mais propícios para florescer. Era a tal emotividade exagerada a que já aludimos que se manifestava. Narra a propósito o sábio Herbert Baldus, episódio com êle sucedido ao se despedir dos tapirapés, entre os quais por algum tempo residira. Fôra acompanhado nessa ocasião até longa distância, por um pajé pesaroso, assim como a sua companheira, que soluçavam de forma a partir o coração de quem os ouvia, *“Zum Herzzereissen”* dizia o etnólogo ainda comovido anos depois pela cena.

Mas onde mais se evidenciava o interesse de assimilação dos recursos dos mestres era nos rapazes das

tribos, que por esse motivo facilmente ouviam os pedidos dos decurhões aos quais muito se afeiçoavam. Aproveitou-se da favorável disposição Frutuoso Barbosa, ao qual auxiliaram nas obras do fortim do Cabedelo e desbaste da várzea de Inhobi. Julgava o governador que, transferido o antigo forte de João Tavares da Ilha da Camboa para a barra do rio, aumentaria a segurança dos portugueses contra as naus normandas. Faltavam, porém, recursos para as obras, porisso “*se concertou com o Braço de Peixe*”, amigo de jesuítas e de franciscanos, diz Jaboatão, “*pagando-lhe seu trabalho*”, mas, “*visto não haver fazenda del-Rei*”, foi preciso que o guardião fr. Antônio do Campo Maior se apresentasse à frente dos catecúmenos para levar a cabo a obra necessária ao “*bem comum, aumento da tarefa, serviço grande de Deus, e del-Rei*”.

Celebrou o mesmo frade missa em ação de graças ao findarem os trabalhos, à qual estiveram presentes o capitão Frutuoso Barbosa, mais “*Pedro Coelho de Souza, Capitão que então era de Galé del-Rei, e Vereador na cidade, e João Antonio Pamplona, Juiz e Sebastião de Araujo, também Juiz, e Gaspar Manoel Machado, Vereador, e Antonio Annes, Procurador do Concelho*”, onde vemos tôda a organização administrativa do reino na esteira do primeiro funcionário nomeado inda para o mais insignificante rincão colonial. Figuravam na assistência além desses figurões, soldados do forte e índios amigos. Igual ajuda deram os frades à construção de outro forte no Inhobi, onde o espanhol Pedro de La Cueva, “*Capitão de Infantaria, e Presidio de Fronteiras*”, se recusava a cooperar sob alegação de não ter ordens do reino a respeito. Igualmente os frades acompanharam, como vimos, Antônio Coelho “*quando os padres da Companhia de Jesus se negaram auxilia-lo contra o gentyo Potyguar*”, reflexos da infeliz competição

entre duas ordens de grande mérito, mas em que uma delas, por espírito de emulação, foi levada à prática de demasias inconvenientes ao seu estado.

Sem dúvida, ao aceitar incumbência recusada pelos concorrentes, visavam os franciscanos tão-só cumprir o dever de capelães em tempo de guerra, a confortar e tratar de feridos, e, acima de tudo, evitar abusos de chefes e soldadesca. Em todo caso, no comêço receberam dos povoadores apoio negado aos padres, o que lhes permitiu desenvolver notável atividade com razões de ufania, desgraçadamente seguidas de amargo desgosto quando por sua vez se viram alvo da malquerença do conquistador. A tarefa era multiforme. Envidavam os frades esforços para que os moços soubessem *“ajudar a missa e mais cousas necessarias ao homem Christão”*, assim como defender pelas armas as missões contra o gentio que por desventura as atacasse, arvoradas nessas condições na rodela a cruz de Cristo, *“pera melhor se diferenciarem dos inimigos”*. Do mesmo modo estabeleceram meios de mutuamente se acudir em caso de agressão, por tôda parte elevados jiraus de observação dos movimentos dos índios hostis, que de uma feita investiram sôbre a aldeia *“da Fronteira... da qual era principal D. Francisco, Assento de Passaro”*, como noticia Jaboatão com exemplar gravidade.

Sucedia que, tanto em tempo de paz como — ainda mais — em tempo de guerra, viam-se os mestres na contingência de recorrer muitas vêzes a castigos contra desobedientes, insubordinados e maus elementos. Por sinal, segundo o espírito do tempo, castigos eram sinônimos de zelosa educação, medindo o esforço dos professores pela severidade que demonstravam, pôsto, às vêzes, chegada a incrível violência. Este era o ponto me-

lindroso da catequese em se tratando de índios. Dizia certo colonizador francês nas Antilhas, ao estabelecer comparação entre o autóctone e o africano importado, *“Regarder de travers un indien c’est le battre, le battre c’est le tuer; battre un nègre c’est le nourrir”*, prólquio que pretendia dar medida da funda diferença entre os dois escravos. Os missionários não podiam evitar tão arraigado costume. Por mais brandos desejassem parecer nas aldeias cristãs das capitánias, tinham-se de guiar pelos usos e costumes dos seus países de origem, embora não empregassem as horríveis mutilações, fogueira, tratos expertos e mais sevícias que desde séculos eram comuns na Europa contra transgressores de leis e regulamentos. Daí, encontrar-se nas missões, para manter boa ordem, o tronco, açoites e palmatória, inevitáveis os dois últimos em todo estabelecimento de ensino da época.

Entretanto, narra Jaboatão, que a rapaziada educada pelos frades tornava-se censora dos pais, *“reprehendendo-os, lhes quebravão as vasilhas, derramando-lhes o vinho”*, o cauí ou cauim das borracheiras indígenas, excesso que muito preocupava os missionários pelos males que acarretavam. Nessas ocasiões, acaso os pais se *“soltassem em palavras”*, no ato de destruição, traziam-nos para o tronco, *“onde sem outro castigo, estavam huma noite, com que ficavão... corrigidos... pela afronta que padecião”*. Aos moços que se portavam mal, *“se castigava com uma duzia de palmatoadas, sem porisso haver escandalo entre elles, antes depois de recebido o castigo, se deitavão aos pés dos Religiosos, pedindo perdão da culpa”*, procedimento em parte explicável pelo fato de em muitas aldeias serem os mestres tidos como detentores de podêres sobrenaturais.

Junto da maneira “forte”, colocavam os missionários outros recursos tendentes a encantar ou deslumbraç

a mentalidade primitiva com a qual lidavam. Visavam também o desenvolvimento geral das artes nos colégios, que na era quinhentista ainda perfaziam com as côrtes os cenáculos intelectuais e artísticos das nações cristãs. Assim, diz-nos Jaboatão no trecho de sua *Crônica* relativo ao seminário de N. S. das Neves, "*Para tudo tinham bastante, o exemplar incentivo no que vião naquelles Religiosos seus Mestres, e Directores. Erão continuos nas do coro; gostavão os Indios de os ouvir cantar os Divinos louvores, e com poucas lições entoavão juntamente com os Religiosos as Missas Solemnes, Ladainhas, e outras semelhantes funcções Sagradas, e logo houve entre elles muitos, e muy destros no canto do orgão, e hum chamado Francisco, era bastantemente contrapontista, e punhão as letras à solfa em a nossa lingua, que aprendião com facilidade, e tambem na sua, convertendo nesta muitas das suas Gentilicas cantilenas em concomios Divinos, e era certamente muito para dar graças a Deos ver em tão pouco tempo a hum Indiosinho com esta harmonia entoar louvores ao Senhor na sua barbara lingoagem que sendo soave aos ouvidos, só Deos sabia se entender com ella*".

Nessas occupações, às vêzes sucedia o que os primitivos tinham por prodígios, coincidências de fenômenos meteorológicos, confirmação de previsões, successo dos mestres em trabalhos ainda desconhecidos ao gentio, etc., que ajudavam os missionários a combater superstições difundidas pelos pajés, de modo a se ouvir à noite, nos alojamentos dos mancebos índios, recitar-se doutrina, ou cantar as devotas ladainhas ensinadas pelos frades, entretenimento nôvo para a indiada, que, bem ou mal entendida, servia, contudo, para manter a tranquillidade na parte da capitania ocupada pelos brancos. Outras disposições para manter estrita moralidade entre os catecúmenos hoje nos parecem excessivas. Deviam,

por exigência dos frades, os discípulos cobrir-se de roupas pouco mais ou menos inspiradas nas européias. O cuidado era, entretanto, bastante desnecessário dada a algidez sexual do gentio. Semelhante característico, não significava, porém, ausência de aberrações sexuais existentes desde a noite dos tempos entre os mais primitivos habitantes do globo, sina de que os nossos silvícolas não escapariam. No misterioso terreno, dos mais difíceis a serem atingidos pelo espírito humano, escandalizavam-se os frades com o procedimento das cunhãs, que, bem ou mal ajambradas, representavam junto à rapaziada o tentador papel de Eva no Paraíso.

Em matéria de sanções contra tudo que entrasse em conflito com a moral dos mestres, mostravam-se os jesuítas mais cautelosos que os outros missionários e mais atentos à psicologia do aborígine. Pelo menos é o que nos parece através de crônicas antigas das ordens missionárias examinadas com imparcialidade. Para dar idéia do acerto desenvolvido pelos inacianos no moveidoço assunto citaremos caso sucedido com rapaz acusado de falta grave em matéria de castidade, que pelas referências, pôsto pouco explícitas, parece relacionar-se como homossexualidade. Era dos maiores delitos na época em regiões de credo cristão, crime "*nefando que brada aos céus!*" dos legisladores católicos, que a propósito acumularam penas terríveis, entre outras, queimados os delinqüentes em fogueiras para servir de exemplo aos crentes. Na aldeia o aludido pecador viu-se alvo de sentença que o condenava a ser enterrado vivo em meio de solene cerimônia, com muitas pregações, cânticos, música, estandartes e mais elementos suscetíveis de ferir imaginações primitivas. Aberta a cova, tudo pronto para o sepultamento, quando ia no auge o "suspense" dos presentes, intervém um compadecido padre, derramado em lágrimas, a suplicar perdoassem ao criminoso,

afinal atendido entre geral comoção, em que temos no melhor sentido e mais nobre dos fins, amostra da famosa sutileza inaciana.

Muitos mais casos algo semelhantes, de maior ou menor significação no espírito do tempo, ou em nossos dias, teríamos de citar, repetidos ao infinito nas missões, referentes a pessoas ou multidões coletivamente impressionadas para fins de sucesso da catequese pelos maiores mestres da psicologia educacional aparecidos antes dos modernos processos pedagógicos. Poderíamos, até, ajuntar, caber larga margem de vantagem outrora aos padres, cuja intuição de muito se alteava a teorias modernas deturpadas por paixões políticas prejudiciais na prática a bons resultados.

Os franciscanos isolados nas Missões da Paraíba

Sucedem os religiosos de S. Francisco aos jesuítas de quem aproveitaram métodos e orientação nas lides com os catecúmenos. Desenvolvem admirável trabalho, da maior utilidade para os habitantes da capitania. Dá-se infelizmente com êles o que sucedera aos jesuítas.

Entram em conflito com povoadores e autoridades reiúnas, aos quais estorvavam com a proteção dispensada aos índios aldeados.

AS EMPRESAS FRANCISCANAS NO
PERÍODO EM QUE ESTIVERAM À
TESTA DAS MISSÕES
EVANGELIZADORAS

COM A PARTIDA dos jesuítas permaneceram quase sòzinhos os franciscanos na missão consagrada ao gentio. Prosseguiram com o maior desvêlo no trabalho das aldeias índias, em que teriam obtido resultado suscetível de mudar o destino da capitania, não fôsem contratempos desanimadores a lhes delimitar o esforço. Sobrevinham tanto nos estabelecimentos da ordem como nas congêneres os mesmos fatôres prejudiciais à conversão. Seria admirável o espetáculo que proporcionavam, do maior alcance para o futuro da colônia, não fôsem as deserções a que já aludimos, em que vemos o primitivo ouvir, recitar e em tudo demonstrar o maior fervor nas formas exteriores da religião, e, com a mesma facilidade, abandoná-la quando menos os mestres esperavam.

O mal procedia principalmente de não ser possível reger populações numerosas com os poucos recursos à disposição dos missionários. Daí, os lamentos de Jaboa-tão, porta-voz dos confrades, ao verificar a infidelidade dos catecúmenos agravada pela má vontade dos povoadores contra as aldeias *ad instar* de Feliciano Coelho.

Nessas condições, viam-se manietados, sem fôrças para acudir à calamitosa situação criada pelo versátil ânimo do índio. Citava, daí, o cronista reveses infelizmente comuns, como aquêles em que os potiguaras *“se puzerão a monte, uzando de seus ritos, e costumes e como vião que os Religiosos não os podiam castigar, forão cada vez peyor, e apoz si levando seus filhos... e assim ficarão... com suas superstições, como quando antigamente vivião em o sertão, amancebados com sette, oito mulheres das portas a dentro”*.

No simples extrato acima, da *Crônica* de Jaboaão, percebemos quantos equívocos devia haver entre os frades sucessores dos jesuítas e o aborígine. Confundiam os religiosos — e era natural que assim pensassem — a necessidade de o índio dispor de vários servos — no caso, as mulheres — nos misteres caseiros e mesmo cuidado das roças, costume ancestral de caráter econômico, com depravação do gênero da muçulmana. Não menos significativo é o passo em que aludiam ao emprêgo da fôrça para manter tutela sôbre o índio. Está fora de dúvida que o jôgo da autoridade e da brandura, a alternar de modo a impor prestígio juntamente com amizade, melhoraria os resultados da conversão. De qualquer maneira, não podia deixar, ainda na melhor das hipóteses, de ser longo, eventualidade secundária para a Igreja eterna, mas no caso da Paraíba, a impaciência dos leigos recusava delongas, de modo a incidir no trabalho missionário a catastrófica vizinhança dos brancos e de funcionários reiúnos provindos da mesma mentalidade que Feliciano Coelho.

A escassez de recursos sempre foi o maior flagelo das ordens missionárias no período colonial, fôssem jesuítas, franciscanos, beneditinos ou carmelitas. Pensaram os mais progressistas em se tornar independentes de

esmolas dos crentes e de subsídios de govêrno, graças ao desenvolvimento de missões tomadas produtoras de riquezas a benefício dos catecúmenos. Êles mesmos se encarregariam da direção de emprêsas agrícolas e pastoris, cujo produto também por êles seria negociado sem intermediários. Era, em uma palavra, antecipação do que teóricos do século XIX tentaram realizar em falanstérios e outros expedientes, onde todos trabalhariam e fraternalmente dividiriam os frutos do trabalho coletivo. A fórmula ainda surge esporadicamente, malograda em certos países e relativamente bem sucedida na República de Israel, mercê das contribuições que recebe dos hebreus esparsos pelo mundo. Mas, o que era permitido a leigos, por absurda contradição, se afigurava em absoluto defeso a religiosos, de onde passou a argumento contra os que, movidos pelas melhores intenções, tinham ousado cogitar de libertar-se de peias absurdas.

O mérito dos franciscanos consistiu em se adaptarem aos métodos dos jesuítas, malgrado de modo incompleto. Em certos pontos, entretanto, fortemente divergiam. Recomendara Santo Inácio de Loyola a seus adeptos, e fôra obedecido, evitassem excesso de masoquismo em penitências e mortificações, causa do debilitamento de suas energias. O jesuíta era um combatente e como tal necessitava de suas forças para defender a Religião atacada por todos os lados. Os franciscanos, pelo contrário, ainda seguiam velhos pendores de outras éras e circunstâncias, mais próprias do sacerdote contemplativo de antigas religiões da Índia, do que de missionários europeus incumbidos da conversão de selvagens. Haviam, nessas condições, por dignificante e maravilhoso, proceder como penitentes da Idade Média, de que transparece na *Crônica* de Jaboaão um pouco dêsse espírito, "*Sendo a cama ordinária dos Religiosos*

desta provincia a mais pobre, e desalinhada que a de nenhuma outra, como consta aos mesmos, que destas se agazalhão em os nosos Conventos, pois não constão que de hum leito de taboas duras, huma esteira de palha aspera, huma manta e cobertor de lã, e hum travesseiro do mesmo; ao venerando Padre Frei Melchior ainda lhe parecia muy brando, e regalado este, e assim achando huma estreita, nodoza taboa, despresada por inutil, e applicada já por alimento do fogo, a acarretou para a cela mui contente, e lançada a hum canto, sobre este, que mais tinha propriedade de potro para atormentar, que conveniencias de leito, para o descanso, tomava só por noite duas para reclinar o corpo, sempre mal acomodado, por qualquer parte, porque por tôdas estava despertado pelos trinta e sette cravos da Cruz, as agudas pontas dos cilicios, e os asperos fios dos seus calções, que de tal maneira o tyranizava cada hum de per si, e às vezes todos juntos, que lhe era necessario para tomar algum leve repouso, portar-se immovel como o tronco, e sem se menear; porque qualquer leve movimento, lhe repetia muy sensivel e doloroso martyrio”.

Vê-se por êstes dizeres o quanto Santo Inácio tinha razão em se opor a exageros prejudiciais, porquanto não paravam aí os excessos de quem devia poupar-se para melhor servir a missão de que se achava revestido. “*Não era menor o martyrio (de frei Melquior de Santa Catarina, principal dos Franciscanos), nas continuas jornadas, e caminhos, discorrendo por varias partes na doutrina e conversão do Gentio, fazendo estas viagens sempre a pé, e sem o necessario commodo, e como estava gastado de penitencias, e mal humorado (ou seja más condições de saúde) inchavão os pés, e pernas... Tremião-lhe as mãos, e ainda o corpo, e com este modo de padecer, passava com grande alegria”.*

Quem demonstrava tanto rigor para si, tampouco pouparia os outros, em ascetismo desaconselhável na conversão de gentio emotivo, suspeito pelo procedimento de outros brancos e sempre rebelado contra peias à sua liberdade. Ainda hoje podemos distinguir no índio nosso contemporâneo traços do seu antepassado das missões. Sensível em extremo aos bons e maus tratos, suscetível da maior dedicação a quem o afaga, ou ser que admira, voltado com a mesma intensidade contra quem o ofende ou fere objeto do seu culto, temos nos índios perdidos no sertão, estudados por modernos etnólogos, ou nos tabaréus seus descendentes do Nordeste, as mesmas características por vêzes, nestes últimos, sob forma de surtos de fanatismo em tórno de iluminados como Antônio Conselheiro ou Padre Cícero.

O trabalho das missões submetido à contingência de aguardar frutos em prazo longo, e, isto mesmo sob a condição de reinar em tórno das missões paz, justiça e sossego, logo se prejudicava e não raro se perdia, sob ação de adversários internos e externos da sua obra. Uns ambicionavam o monopólio das produções naturais, outros a posse da terra, outros, além disso, a pessoa dos índios seus antigos donos. No quadro sombrio, os piores eram os povoadores alanceados pela cobiça existente do mais rico ao mais mesquinho, ansiosos por se enriquecerem ou aumentarem as posses na conquista de glebas devolutas. Não se passava dia sem as missões se verem turbadas pelo incessante surto de ambições. A certa altura, refugiara-se a indiada, expulsa das várzeas paraibanas, na serra de Capaoba, onde passara a constituir ameaça para os portugueses em atividade no litoral. Cogitou Feliciano Coelho, ante o inconveniente, de campanha em grandes proporções contra as cabildas hostis. Para êsse fim tinha de recensear as fôrças da capitania, pelo que, sem maiores delongas, os seus apa-

niguados invadiram as missões e desandaram no alistamento de gente para a guerra, assim como arrecadação de recursos para a sua manutenção na campanha. O arbítrio significava para os frades agravo insuportável, nada menos que a ruína de longos e pacientes trabalhos levados a cabo durante muitos anos. Na hora, os piores adversários dos frades eram os mamelucos, os quais “*mexericavam*” o quanto podiam para indispor os mestres com o capitão governador, além de praticarem tôda sorte de aleivosias contra os frades. Entretanto, no espaço dos primeiros incidentes ocorridos entre os franciscanos e Feliciano e a sua definitiva separação, continuaram os missionários a lhe prestar serviços. Instados pelo govêrno local, cedeu Fr. Antônio da Ilha um língua e alguns religiosos à expedição, os quais seguiriam como capelães. Estes abnegados foram providenciais na campanha, pelo muito que contribuíram em manter entre os índios disciplina e fidelidade aos chefes portugueses.

Um dêles era o capitão Manaya, provàvelmente o mesmo que perante o Santo Offício, que estante “*Na Parayba... nas terras de Pero Dias da Fonseca, no cabo*” declarara que se devia quebrar a cabeça dos jesuítas porque pretendiam obrigá-lo, assim como a outros povoadores, dessem por fôrras às peças (cativos de guerra) que êle tinha aprisionado no sertão. Com semelhante mentalidade nos brancos era fácil prever graves perturbações na capitania. Ao invés da pacificação obtida por meios suasórios como desejavam os apóstolos, sobrevinha fluxo sem fim de operações militares entremeadas de sucessos e derrotas, que sòmente aos preadores de escravos beneficiava. Em momento crítico distinguira-se o Manaya na vitória obtida sôbre os da Copaoba, mas não pudera impedir que em outro setor atacassem os potiguaras a aldeia do Guirajibe e a des-

truísem. Além disso, apareceram treze naus francesas na foz do Paraíba onde puseram cêrco ao forte do Cabedelo. Tiveram novamente os frades de acudir a Feliciano, que, seja dito em seu louvor, mediante pronta e enérgica intervenção afastou os assaltantes.

Contrariedades sem fim punham, destarte, à prova o ânimo dos catequistas. Juntavam-se, a obstáculos suscitados por reinóis e estrangeiros, outros internos, a ocorrer nas missões. Incidentes se sucediam provocados pelos índios adultos sôbre os quais o mestre tinha menor alcance. De mistura com exaltação por várias causas que muitas vêzes padeciam sobrevinham rancores, causa da fama vingativa a tisar o indígena "*e muito contra o seu humor podem soffrer algumas affrontas, especialmente o adultério*". Não sabemos como lhes adveio o zêlo no entender dos religiosos. Provavelmente, exercia-se por motivos não de pundonor, como entendiam os europeus meridionais em geral e iberos eivados de ciúme árabe em particular, mas, de resguardo de propriedade privada, pelo fato de a espôsa representar mão-de-obra.

Repetem com insistência noticiaristas antigos, a despeito do gentio oferecer raparigas às pessoas que pretendiam homenagear e simplificarem ao extremo os preliminares de uniões matrimoniais, aparentarem grande ciúme em matéria de fidelidade feminina. A mulher que vivia públicamente com um indivíduo da tribo, arriscava a vida acaso prevaricasse com outro. Não se pode, entretanto, generalizar a respeito de índios. É admissível que também houvesse em certas tribos o mesmo ciúme do português ou espanhol sem se reproduzir em outras, inda pertencessem ao mesmo ramo. Dedicavam por êsse motivo os doutrinadores nas aldeias grande atenção ao assunto, tão zelosos, que lhes atri-

buíam os pupilos suprema autoridade no caso. “*Eu o direy aos Padres*”, era a frase habitual a surgir em algum acidente, bastante a ameaça para conter delinquentes ou candidatos a delinquir.

Delimitava-se, no entanto, a ação dos religiosos, sem embargo dos seus esforços, ao primitivo aldeado. Falhava quanto ao próximo mameluco, ou seja, produto do branco e do aborígine, de ânimo rebelde, insubmisso, branco pela condição de marginalidade em que se encontrava, constantemente voltado contra os mentores e suas imposições. Recresceu esta má vontade quando se verificou dissídio entre os frades e Feliciano Coelho. Tornou-se o mestiço insolente e audacioso, perdido o temor e respeito ao missionário pelo mau exemplo do capitão-governador. Assim sendo, não duvidavam em desobedecer aos decuriões no terreno sexual, o mais melindroso da conversão. Custara aos religiosos impor ao aldeado o casamento nos moldes católicos, assim como apêgo ao mesmo no melhor sentido da crença. Combatiam os catequistas qualquer infração que lhe fizessem, fulminavam contra os relapsos, recusavam-lhes o batismo e aplicavam severos castigos aos infratores.

Estabelecidas semelhantes regras nas aldeias, o que dantes era fruto da ignorância, passava a ser considerado vício de “*malícia e heresia*”. Resultados benéficos da orientação não tardaram, facilitados pela placidez do indígena em terreno sexual. Do momento em que suas condições de vida não mais requeriam grande número de espósas como instrumento de trabalho, êle podia contentar-se com uma única, como exigiam os religiosos. O mameluco, porém, adquiria na mestiçagem atividade genésica desconhecida ao antigo aborígine, mais uma causa a aumentar sua turbulência, no seu feitio soldadesco, de elemento dedicado a lides mais belicosas que

construtivas, a rivalizar com os reinóis em incontinência, com agravantes de êle se aproveitar de afinidades com as aldeadas para praticar delitos escandalosos, pois, como parente, *“a volta disso inquietava as Indias”*, narra Jaboatão, *“amancebando-se com ellas, e pretendendo tirá-las a seus maridos”*.

No parecer do frade esta foi a principal razão do conflito que tiveram com Feliciano, que sempre relutara fôsse castigados pelos mestres ótimos colaboradores da conquista como eram os mamelucos. Tratava-se de gente de guerra e de rapina, coisas sinônimas no final de contas, também existente em grande quantidade do lado francês. Na zona submetida aos lusos eram largamente empregados os mestiços não só em defender os domínios del-Rei onde estivessem, como ainda em combater os índios e arrebanhar cativos necessários ao trabalho dos povoadores. Até certo ponto, tinham os missionários de concordar com a situação assim apresentada, mas, no período de paz, que em tese devia ser construtivo, o mameluco constituía fonte de incidentes e turbação das aldeias.

Persuadidos do apoio que encontravam na governança e nos leigos brancos, avultava a insubordinação dos mestiços, que não perdiam vasa em desacatar aos religiosos. Em pouco, mostravam-se tão audaciosos, que se opunham fôsse as aldeadas solteiras ou casadas punidas quando com êles delinqüissem. O governador, citado pelos religiosos, voltou-se contra a ordem, aplaudido pelos que se interessavam pela rápida conquista da região. Assim escorado decidiu que os frades não tinham direito de punir, nem de cristianizar quem não o desejasse. Estava com semelhante decisão destruído o que solenemente proclamara D. João III ao instituir o regime das capitâneas no mais belo arco da sua coroa, *“para nellas... se exaltar a nossa santa fé catholica,*

com trazer e provocar a ella os naturaes da dita terra infieis e idolatras”.

Ainda por algum tempo conseguiram os franciscanos manter-se na evangelização, limitada, porém, aos meninos, e, isto mesmo, graças à proteção do nôvo governador do Brasil, D. Francisco de Almeida. Puderam, daí, apesar de duramente golpeados, prosseguir na obra que tantas vantagens trazia à Paraíba. “*E como o bem da capitania consistia na conservação das Fronteiras*”, escreve Jaboatão, “*o Padre Frey Melchior mandou se fizesse Igreja nas Fronteiras... aonde residiram sempre Religiosos, assistindo, e vizitando as duas*”, onde zelavam pela escravaria e senhores dos dois engenhos iniciais que prosperavam, “*os quaes... se fizerão à sombra dos Imdeos doutrinados, sem a qual ajuda delles era impossivel fazer-se*”. A despeito, porém, das perseguições, continuaram os frades a se verem requestados pelo govêrno e povoadores por ocasião de expedições militares, em que era mister garantir a docilidade dos índios componentes do grosso das fôrças. A prudência dos eclesiásticos moveu-os, contudo, a auxiliar o governador em medidas de segurança comum, “*determinando... Feliciano... fazer guerra ao gentio das partes do Rio Grande, que perturbavão com suas costumadas invasões os progressos e augmentos destas da Parahiba*”.

Seguiram na expedição fr. Antônio da Ilha, mais um língua da ordem. Era a terceira vez que os frades socorriam o desafeto, agora vivamente preocupado pela presença de franceses em grande número na capitania vizinha. Na emergência, grandes foram os serviços do frade quando epidemias assolaram a expedição e a impediram de atingir o destino. Nem porisso diminuiria a má vontade dos povoadores contra a ordem julgada prejudicial aos seus interesses, tal como antes dêles tinham sido os jesuítas. Entretanto, como não po-

diam passar sem socorros espirituais, intentaram em 1595 trazer beneditinos à Paraíba. Chegados êstes religiosos na dita data, cinco anos mais tarde prosperaram bastante para poderem elevar igreja e mosteiro na sede de N. S. das Neves, nos terrenos confiscados ao vigário João Vaz Salem, ou Sarlem. Simultaneamente requeria fr. Anastácio em nome de três ou quatro religiosos que lá pretendiam habitar, pensão de cem mil réis anuais a fim de poderem eventualmente succeder aos franciscanos que ameaçavam partir. Necessitavam daquele auxilio *“por estar a terra pobre por as continuas guerras que esta capitania athé agora teve”*, impedimento a que os fiéis pudessem sòzinhos manter os religiosos. O mosteiro ficaria sob invocação da Virgem de Monserrate, pelo fato de seus custódios serem originários do principado da Catalunha. Supõe-se igualmente que a vinda dêsses eclesiásticos fôsse sugerida pelo representante dos povoadores na Europa, o senhor de engenho Gabriel Soares, que preferia beneditinos como os mais próprios para se entenderem com os habitantes da colônia. Agremiação aristocrática por excelência, composta por eruditos em teologia e muitas mais coisas, não demonstravam, nas missões a mesma combatividade, por vêzes contraproducente de outras ordens, que as levavam a se assemelhar pelo ardor belicoso mais a agremiações militares do que simples pastôres de almas.

Na sua esteira, algum tempo depois apareceram os carmelitas, igualmente acomodaticios e pacíficos, sem porisso deixarem de ser ótimos catequistas. Fundaram igualmente, na sede governativa da Paraíba, a ermida de N. S. do Rosário, muito do agrado de grande parte da população a êles de há muito afeiçoada na metrópole ou em capitánias vizinhas. São pouco conhecidos os pormenores da atividade apostólica que desenvolveram a despeito de ter sido das mais benéficas, por certa

desventura ocorrida durante a invasão holandesa. Ameaçados pelos invasores, luteranos infensos a ordens católicas, tiveram os carmelitas de precipitadamente enterar os livros referentes a seus trabalhos entre a população. Na hora aziaga, premidos pelos acontecimentos e atitude agressiva dos protestantes, não tiveram tempo para umas tantas precauções, de sorte que, ao serem mais tardes desenterrados os registros, encontravam-se ilegíveis, grande perda para o estudo da época e lugar.

Não conseguiram, todavia, os recém-vindos, delir o mérito dos predecessores. Deixavam os primeiros rasto prejudicial à catequese, prenúncio de conflitos como o dos franciscanos com o governador e povoadores. Não era possível improvisar de um dia para outro peritos em condições de arcar com a difícil tarefa de evangelizar primitivos. Causara profundo abalo à absorção pacífica do gentio na coletividade colonial, sucessiva perda de dois agrupamentos especializados na técnica missionária. Dissipara-se a força moral que tantos benefícios aos brancos proporcionara nos primeiros esforços em arranhar terra, como disse fr. Vicente do Salvador, *“Fundava . . . Feliciano Coelho seu odio em que os Religiosos lhe usurpavam a jurisdição do seu govêrno”*, de onde êle se tornar *“capital inimigo do habito de N.P. São Francisco”*, e publicamente dizer que os guerreiros índios eram *“soldados e que para soldados não ha mister ser santos!”*

Na confusão estabelecida na obra missionária pelo cego utilitarismo de reinóis ambiciosos, não tardaram a aparecer sombras ameaçadoras. Perdidos para a Igreja os índios amigos, também o foram para el-Rei. Podia frisar Jaboatão o conseqüente descalabro da antiga organização evangelizadora, os antigos pupilos entregues

a si mesmos quando mais necessitavam de desinteressados guias, *“em modo que nada fazem senão o que lhes vem a bem. Vio-se isto bem claro na volta da guerra, que o Capitão (Feliciano) foy dar este anno de 1598, ao qual os Indios deixarão... posto que o Capitão os mandava esperar, eles se retirarão... o que dantes não fazião... Em fim que perdida a obediencia, perderão o medo, e vergonha”*, para maior dano de governantes e povoadores.

Balanço da Obra Missionária

A despeito de em grande parte arruinado, o trabalho dos franciscanos deixou, entretanto, marcas na capitania graças a esforços de outros religiosos.

Prosperam os beneditinos, e, ao entrar no século XVII, a conquista encontrava-se bastante adiantada pelo aumento da população luso-brasileira, sem tanta necessidade dos missionários como de começo.

BALANÇO DA OBRA MISSIONÁRIA

AS ALDEIAS dos franciscanos chegaram a treze no fim do século XVI, respectivamente denominadas as principais, Almaga, Praia, Guirajibe, Joanne, Mangue, Pirajibe, Santo Agostinho e Jacoca. Pensava Maximiano Machado que os dois últimos nomes não se fundiram como quer o cronista da ordem. A aldeia de N. S. de Assunção seria a de Jacoca, e a de N. S. da Conceição a de Ipococa, a seis léguas de distância uma da outra, situada a primeira nas margens do rio Guaramame a quatro ou cinco léguas da cidade de Paraíba e a segunda no rio Ipococa, a dez léguas da mesma. Nesse espaço fr. Melchior de Santa Catarina foi quem mais animou as missões de modo a deixar em pleno viço dezoito centros de catequese em nove anos de govêrno decorridos na Paraíba, Itamaracá e Pernambuco. De 1586 e 1619, sobreveio, porém, a crise que levou os frades a solicitarerem fôsem desobrigados do encargo de doutrinar na Paraíba.

O prejuízo daí decorrente logo se manifestou. Reza o cronista sem exagêro da sua parte por ressentimento muito compreensível, mas no caso justificado, *“foi tão violenta para os Indeos esta transmutação pelo amor que aos nossos tinhão”*, ainda aumentado na hora do apartamentamento, *“Pays de espirito e... defensores de sua liberdade”*, constantemente cobiçada, *“pelos grandes... que os*

querião para as suas conveniências, e serviços (como o mesmo gentio conhecia, e experimentava) que desampararão muitas das Doutrinas, e Aldeas". Pagavam, os franciscanos, como vemos, o mesmo tributo que os predecessores jesuítas ao sistema colonialista, dependente de coroa incapaz de dispensar colonos em número suficiente e mais recursos para melhorar as condições da sua maior possessão ultramarina. Houve por êsse motivo momentos em que escasseavam missionários, principalmente depois de a maior parte dos franciscanos se retirar da Paraíba, obrigados, daí, os remanescentes religiosos a concentrarem os seus pupilos em menos aldeias.

O declínio das missões, a falta de resistência da cultura tupi (muito mais elementar que a dos Incas e Astecas) e a miscigenação com europeus, obrigatória durante anos pela falta de mulheres brancas, teriam proporcionado em alguns decênios população adequada por excelência ao clima e condições locais, acaso fôsem mais numerosos os emigrantes brancos enviados ao Nordeste. Inda assim, a despeito do minguado caldeamento, tivemos a dita de escapar do grave inconveniente verificado nos domínios espanhóis na mesma época. Comenta o geógrafo Karl Sapper a respeito das missões dominicanas fortemente amparadas pela coroa espanhola na América Central, como se tornaram fechadas a povoadores e bufarinheiros, que não podiam sequer se avizinhar das "reducciones". Formavam, destarte, compartimentos estanques, jamais registrados no Brasil, caídos ao depois em lamentável improdução assim que os religiosos desapareceram da sua chefia. Diz o sábio: *"Auserdem hatte das genante Verbot auch den ausserordentlich wichtigen Erfolg, dass keine Vermischung der Rassen erfolgte, die Indianer also — mit gewiss nur sehr spaerlichen Ausnahmen — ihre Rassenreinheit und*

einem Teil ihrer alten Kultur bewahrten. Zudem waren sie gegen Uebergriffe und Uebervorteilungen spanischer Landbesitzer und Kaufleute gesichert — ein Moment, das einleuchtend genug war, um die Aufnahme der gleichen Bestimmungen in die Recompilacion zu bewirken und damit im 17 Jahrhundert ind Suedamerika gleichartige Einrichtungen anzubahnen”.

A diferença entre as duas soluções nos permitiu fruir algumas vantagens sôbre muitas nações da América, como a de não padecermos da mesma uniformidade somática que em alguns países abrange do mais humilde cholo ao chefe da República, do que se originam ditadores gênero Juarez ou Solano Lopez. Temos neste fato mais uma das contradições históricas em que manifestações da ambição humana produzem males que muitas vêzes redundam mais tarde em benefícios para o meio onde ocorreram. Muitas contrariedades dos missionários provinham do progresso a se alastrar em tórno da cidade da Paraíba. Depois do engenho del-Rei no Tiberi, outros se levantaram em meio de grandes lavou-
ras de cana na várzea úmida e fértil litorânea, onde se contava a de Ambrósio Fernandes Brandão, cristão-nôvo tido como autor de curioso livro *Dialogo das Grandezas do Brasil*, na ilha do rio Paraíba conhecida no século XIX pelo nome do seu proprietário Francis Jordan Stuart. Era a antiga Camboa, porque nas vizinhanças havia rêde de pescar, “*depois da terra firme que está entre dois rios*”, a saber o Francês e o Gargaú. Os serviços que prestara o suposto hebreu justificara no comêço do século XVII a doação da ilha, mercê também outorgada em terras inferiores aos índios aliados que ajudavam os portuguezes contra os hostis, como sucedeu com os de Jacoca, governados pelo principal Pau Sêco.

Nesse ambiente prosperavam os beneditinos em compras de terras e doações recebidas de fiéis, de me-

lhores avenças com os ditos que os predecessores, por trabalharem em época mais calma, recuada a guerra dos potiguaras para as capitánias da costa leste-oeste, e, ainda em comêço a catequese dos cariris, tapuias que se encontravam mais para o interior separados por accidentes de terreno da indiada tupi costeira. No momento, pareciam ser os religiosos mais aconselháveis para o lugar, evidenciada a simpatia que desfrutavam junto à população pelas constantes doações que se juntavam ao seu patrimônio. Em 1604, graças à inesperada generosidade do anêmico erário público, puderam adquirir terras no interior e na cidade da Paraíba. Em 1610 compraram mais a ilha da Restinga e em 1611 receberam valiosa dada de terras do capitão-mor Francisco Coelho de Carvalho, o "*inimigo capital dos frades menores*", que lhes cedeu "*os chãos em que estão edificadas as suas cazas na Rua Nova*", segundo informa Irineu Pinto. Não pararam aí os presentes dos fiéis aos religiosos de sua predileção. Receberam, entre outras, duas léguas em quadra do mesmo doador e mais duas de Duarte Gomes da Silveira em 1624. O total, de que damos apenas algumas indicações, não somaria grande valor em dinheiro, em glebas ainda em comêço de valorização, mas permitia que os frades prosseguissem na missão de zelar pelos brancos, instruir índios e converter os prêtos que começavam a surgir em número de modo a necessitar proteção.

Contava a Paraíba, em princípio do século XVII, mais de setecentos moradores brancos, junto de oito aldeias a cargo de beneditinos e franciscanos, além das que estavam com padres seculares nomeados pela governança. Os dez engenhos em atividade alicerçavam a obra construtora da capitania mercê dos vinte barcos

carregados de açúcar anualmente remetidos para o Recife. Davam no dízimo cêrca de quatro contos, ou seja, quarenta milhões de réis, em proporção mais remuneradora a safra paraibana que a pernambucana graças aos engenhos e várzeas onde se verificava útil concurso de índios empregados nas roças e nas moendas. A carta do Senado da Câmara da Paraíba a el-Rei de 17 de abril de 1610 reza: *“E pera V. Magde. estejam inteirado do muito que importa a vida dos gentios que não pudera ser boa se juntamente com os religiosos não intervir a autoridade dos Capitães, como corre athe agora: e pode vir nesta capta. que avendo nella não mais de dez moendas de engenhos de assucar andão os dizimos de V. Magde. em nove mil cruzados, entrando nelles o muito que rede o mais que hora de assuqueres, o que tudo procede da mais larguesa que tem os ditos engenhos”*.

Os dois traços mais impressionantes do sistema colonial estão assim justapostos, um século após o descobrimento da rica zona litorânea paraibana, que a despeito do tempo decorrido contava apenas poucos brancos e mamelucos para desfrutá-la. A miscigenação com o índio produzira elemento étnico adequado ao lugar, estabelecido em sítio de alto rendimento *per capita*. Fruía, por conseguinte, a capitania de enorme vantagem de com pouca gente, sem o pavor da sua actual superpopulação, alcançar altos índices de produtividade, o que vem a ser o ideal em matéria social-financeiro-econômica. Aí temos igualmente um inesperado fruto da debilidade colonizadora da metrópole, momentaneamente favorável ao bem-estar do paraibano e aos réditos da coroa, cujo lema era auferir em ultramar o máximo com o mínimo de despesa, fórmula parasitária característica do colonialismo.

A poder do escravo índio, e, depois com a contribuição do braço negro — as duas providências da colônia — o reinol, amparado pelo mameluco, utilizava-se da rede fluvial à volta da foz do Paraíba para remeter do modo mais econômico barcaças com mercadoria até os “Passos” de embarque perto do oceano. Estes armazéns foram elevados no Varadouro, em comêços do século XVII, para obstar a evasão da renda dos dízimos, que se verificava na região direta dos açúcares a Pernambuco. Ali se recolhia a produção dos engenhos, para ser contada, pesada e marcada pelos arrendatários do fisco, cristãos-novos no gênero de Ambrósio Fernandes Brandão, os “*rendeiros do dízimo*”, como eram conhecidos, que começavam na colônia por emprestar dinheiro a juros e terminavam como proprietários e agentes fiscais, além de intermediários da compra e venda do açúcar e tráfico de prêtos escravos.

Até pouco tempo conservava-se na Paraíba o nome de Passo no lugar onde havia o de Manuel de Almeida, que era o principal armazém no momento em que chegaram os holandeses. Outro menor, sito ao norte do Varadouro, pertencia ao irmão do precedente, Paulo de Almeida, ambos os dois juramentados, com livros de entradas e saídas de mercadoria, cada produto com amostra da partida e recibo, para facilitar transações. O comprador servia-se dessa guia para embarque de lotes depois de pagar armazenagem, pêso e marca, ao todo 640 réis por caixa de açúcar nas vésperas da invasão. As outras exportações da capitania nesta altura, porém, em ponto muito menor, consistiam em pau-brasil e algodão.

No ano de 1609 estendeu-se a jurisdição da capitania de Paraíba, pôsto em caráter provisório, sôbre a capitania de Itamaracá, de que se tornou capitão-mor

Francisco Coelho de Carvalho. Atribuía Varnhagen a medida ao perigo mencionado por Diogo de Campos Moreno, consistente na ameaça de inimigos europeus contra o litoral. Registrava-se com a medida o fenómeno cada vez mais comum na colônia, marcada pelo do de absorção das zonas mais férteis em detrimento das vizinhas menos ferazes. O progresso da capitania infelizmente sacrificava princípios protetores do gentio. Em 1610 elevava-se a Câmara do Senado paraibano contra o sistema de aldeamento de índios, considerado inútil e inoportuno. Julgavam-se os camaristas com direito a serem atendidos por falarem em nome do povo, isto é, dos lavradores com falta de braços nas roças. Alegavam assistir-lhes a posse do silvícola a vadiar nas aldeias missionárias, pelo sangue que os brancos tinham derramado na conquista e despesas que continuavam a arcar para defendê-la, “*sem ajuda alguma da fazenda de Vossa Magestade*”, alegação que diz muito sobre o regime vigente na maior possessão lusa, perfeitamente de acôrdo com os princípios que a orientavam.

Nessa altura adquiria a população luso-brasileira, por assim dizer, fôrça autônoma que seria da maior utilidade para a metrópole na invasão holandesa em pre-
paro na Europa.

A união com a Espanha

Ressente-se duramente a colônia da união com a Espanha, tornada alvo dos inimigos de Filipe II, com os quais dantes proveitosamente se entendia. Aparecem em todo o litoral corsários em atitude hostil, empenhados em turbar a navegação peninsular. Repercute igualmente na coletividade cristã-nova a mudança de política interna na colônia. Revelam os papéis do Santo Ofício aspectos íntimos da sociedade colonial e da sua organização.

O APARECIMENTO no fim do século XVI de corsários ingleses na esteira de franceses nos mares brasileiros era consequência da união das duas coroas ibéricas sob os Habsburgos. Providenciou o Rei da Espanha na ocasião para que fôsem perseguidos onde estivessem, no oceano Atlântico ou nos mares do Sul, nas costas do Brasil ou no Pacífico. Não conseguiu o seu capitão Diogo Flores Valdez o intento como lhe tinham ordenado; em todo o caso, auxiliou a conquista da Paraíba em momento crítico, como vimos em capítulo precedente. Infelizmente não parariam aí os males acarretados pela malfadada união. Também semeou sobressalto na operosa coletividade hebraica radicada no Nordeste, que assinalados serviços prestava aos portugueses ao lhe facultar meios de suprir as falhas da metrópole não só no terreno financeiro como em muitos mais.

Difícilmente encontrariam os habitantes da sua principal colônia melhores colaboradores. Encarregara-se o cristão-nôvo do transporte da produção de parceria com os holandeses, possuidores da maior marinha do começo do século XVII. Igualmente zelava pela distribuição do açúcar nos maiores mercados consumidores, do fomento agrícola através de empréstimos e penhores, além de muitas vezes elle mesmo arvorar-se em senhor de engenho, e, quando se tornou necessário substituir o

escravo índio pelo prêto, passou a intermediário do tráfico negreiro com o melhor dos resultados. Na emergência tinham sempre os portugueses feito vista grossa sobre a sua rebeldia em adotar sinceramente o cristianismo. Esqueciam os impropérios que a respeito proferia e sem-número de profanações contra o culto católico que os acompanhavam, tão conhecidas das autoridades coloniais eclesiásticas, que lhe pareciam familiares e desculpáveis. Mudou a situação com o advento de Filipe II, *El Rei Papelero*, ao qual desvão algum dos domínios ultramarinos passava despercebido.

Uma das primeiras manifestações da férrea vontade, que nessas ocasiões impunha, tenaz, absorvente, dedicado à perpetuação do imenso império feito de peças díspares, em luta com as maiores nações do Ocidente e do Oriente e terrificantes dificuldades financeiras, foi estender às colônias lusas os princípios básicos da sua concepção de governo. Aparentemente continuavam os portugueses com administração e normas governativas independentes dos castelhanos. Em tese, devia ser um Estado associado e não anexado. Mas, na realidade, do momento que tinha de obedecer ao sentido impresso pelo Austria aos negócios públicos, o qual não admitia desvios de rumo, nem partilha de mando, via-se Portugal atingido no âmago da sua estrutura colonial. Ademais, bastava a associação com Espanha para lhe acarretar completa alteração em política externa pelos adversários que lhe advieram, e, na política interna, pelo sobressalto produzido entre outros na comunidade dos cristãos-novos. Tratava-se de elementos com quem Portugal mantinha boas avenças, ambos os dois favoráveis à sua frágil e vulnerável economia, mais que nunca dependente nas vésperas da união com o vizinho de contribuições ultramarinas, organização na qual não convinha em absoluto tocar.

A perturbação decorrente atingiu a maior colônia lusa no momento em que promissora se desenvolvia a conquista do Nordeste brasileiro. Constituiu a sua primeira manifestação na vinda dos corsários. A segunda, e, não menos nociva, foi a do Santo Ofício, que de imediato se revelou nefasta, a espalhar inquietação na casta hebréia, culminada pela empresa invasora dos flamengos, equivalente a raio que desabasse sobre edifício em construção.

Existia o Tribunal do Santo Ofício em Portugal muito antes de aqui aparecer. De modo geral exercia-se no reino de forma moderada, quase inócua, presidida pelas principais autoridades eclesiásticas, mais como defesa da monarquia, que manifestação de fanatismo religioso, como muitos historiadores, no correr do “estúpido século” -XIX, erroneamente supuseram. Assumiu, entretanto, visos de virulento, tanto na metrópole como nas colônias, quando Filipe II se apoderou do trono português, pois sempre se manifestou muito mais superciliosa a repressão de heterodoxos na Espanha do que na monarquia gêmea. As lutas de religião deflagradas na Europa sobre o pontificado de Alexandre VI vieram agravar a tendência nos reinos submetidos a influxo castelhano, desenvolvida, daí, até assumir visos de completa e extensa organização, o que de princípio mais se referia a sobrevivências muçulmanas em certas regiões da Espanha.

No Brasil despontou a inquisição em resultado de incursões de hereges ingleses e franceses no litoral e mais ameaças ao castelhano. De permeio foi englobado o procedimento dos cristãos-novos no Nordeste, visto com má sombra pelos espanhóis, muito mais severos a respeito de judeus nos domínios ultramarinos do que os portugueses. A simples notícia da próxima vinda da Visitação do Santo Ofício produziu, nessas condições,

compreensível ansiedade nos maiores centros mercantes da colônia, onde a comunidade judia se sentiu diretamente visada. Narram viajantes estrangeiros como Pyrard de Laval, por acaso nesta altura na Bahia, o sobressalto dos mercadores chamados cristãos-novos. Verificou mais, junto dos velhos, bons católicos, o extremo pesar pelo assassinio do Rei francês Henrique IV. Sinceramente pungidos, lamentavam a sua morte com tanta pena, que o maluíno se admirou do espetáculo, menos plausível que o pavor dos cristãos-novos atribulados pelo bafo de fogueiras desagradavelmente intitula-das purificadoras.

Na chegada a mares brasileiros da primeira Visitação rumo à Bahia, o seu chefe Heitor Furtado de Mendonça cruzou as fôrças enviadas de Pernambuco para socorrer a Paraíba no correr de lutas de conquista. Da sede da colônia subiu o magistrado inquisitorial ao Nordeste, onde afixava editos para conclamar os fiéis a confessarem suas culpas “em tempo de graça” e, como bons crentes, denunciarem ao Santo Offício o que por ventura soubessem de atentatório contra a fé no meio em que viviam. Fôra Mendonça nomeado em 1591, no mesmo ano chegou à Bahia, e se demoraria no Brasil até 1596. Viajava com o nôvo governador o geral D. Francisco de Sousa, o qual depois de péssima travessia do oceano se encontrava doentíssimo quando chegou à cidade do Salvador. A despeito dêsses contratempos começou logo Mendonça os trabalhos inquisitoriais. Em setembro do mesmo ano passou-se a Pernambuco onde encontrou D. Filipe de Moura no comando da capitania. Em dezembro subiu a Itamaracá e em janeiro de 1595 entrou na Paraíba.

Instalada a mesa e anunciados os 15 dias de graça, principiou Heitor a receber confissões e denúncias, ameaçados de penas infernais os que não obedecessem

aò apêlo e acobertassem pelo silêncio a culpados de delitos contra a fé. Tomavam, ademais, os inquisidores devidas precauções contra possíveis revides, vinganças, enredos ou simples mexericos dos depoentes, solenemente advertidos de que podiam enganar os homens, cometer perjúrios e mais abominações no ato de depor, mas não enganariam aos julgadores, na hora final. Assim prevenidos tinham de descarregar com absoluta fidelidade e isenção de ânimo a consciência sôbre os malfeitos cometidos por si e por outrem.

Aludiam os depoimentos a delitos em grande parte sòmente compreensíveis dentro da mentalidade do tempo. Outros pertenciam a tôdas as épocas, ainda hoje passíveis de sanções pela justiça ou opinião pública, implacáveis contra certas misérias humanas. A primeira denúncia a surgir perante a mesa na Paraíba versou delicto de bigamia, bastante comum na imensidade do império colonial luço, dado os característicos do mesmo e demoradas comunicações através do oceano no tempo da navegação de vela. Assim favorecida, provocava, a associação da fatalidade e da má fé, inúmeros dramas a se desenrolarem na sucessão de domínios "*onde o sol nunca se punha*", que temos de reproduzir pelo característico do lugar, das gentes e da psicologia da época.

Este primeiro caso tratava de preta ou mulata, de nome Joana Afonso, "*mulher muito ladina e de bom entendimento segundo mostra em suas palavras e razões*" crioula da ilha de S. Tomé na costa da África, degredada para o Brasil sob acusação de adultério, a qual denunciou a Salvador Romeiro, "*que laa nomeavão por christão novo homem baixo grosso e manco... e vio quando se casou na dita ylha com hua moça parda*". Estante na Paraíba topara com o mesmo casado com outra, enquanto a primeira continuava viva na ilha em companhia da mãe dela, episódio evocativo da congérie

colonial dispersa pelo mundo em distâncias consideráveis entre si, alongadas pela demora da navegação submetida ao sistema de comboios lentos, exigidos pelo monopólio de gêneros e necessidade de proteção contra os adversários da coroa.

A êsse respeito outro depoimento, também derivado da conjunção da situação política e caso íntimo, surgiu com a presença no litoral brasileiro de luteranos franceses de La Rochelle. Tinham os protestantes aprisionado zabra portuguesa de cabotagem e obrigado a tripulação a assistir a rezas calvinistas, assim como a prédicas provavelmente consistentes na difamação da igreja católica, em que invariavelmente se baseava outrora como hoje a propaganda protestante. Foram os marítimos desembarcados na ilha de S. Aleixo, na capitania de Pernambuco, após alguns dias de forçada convivência com hereges, o que suscitou grande alvoroço às autoridades lusas. Misturava-se ao pavor de que a maruja se tivesse contaminado de heresia o receio de próxima invasão promovida por sindicatos no gênero de Angô. Multiplicaram-se, daí, interrogatórios dos prisioneiros, ansiosos os inquisidores em saber pormenores da captura e quais os efeitos causados na mente dos embarcados. Aflitos insistiam junto aos marujos para que confessassem sob pena de eterna danação tudo que tinham visto e sentido entre calvinistas, não sem algum exagêro somente explicável pelo susto, pois os marinheiros não entendiam francês.

Temos ainda em outro setor o mesmo zêlo das autoridades eclesiásticas expresso por deslize contra a fé muito comum nas baixas camadas da população. Consistia no costume considerado pelo clero em extremo danoso, de leigos proferirem críticas ao celibato dos padres, expresso na sentença "*ser melhor o estado de casado ao de solteiro*", visivelmente favorável a pastôres

protestantes. Teve por êsse motivo de comparecer perante a mesa do Santo Offício, Gonçalo Francisco, de profissão marinheiro, solteiro, "*mancebo que lhe começa a barba*", o qual em público criticado por ter relações sexuais com "*hua negra brasilla (india)*", respondera "*calai-vos que quem não dorme com mulher neste mundo, dormem com êle os diabos no outro*". Perguntado o denunciante se o barqueiro estava bêbado ou fora de seu juízo, asseverou que não.

De semelhante espécie, igualmente escandalosa e intolerável ao clero, encontramos na denúncia de Antônio Tomás "*meo christão novo natural de Mejão Frio*" contra Brás Francisco, carpinteiro, a propósito de quando êste trabalhava na construção da igreja dos frades capuchos na aldeia do Braço de Peixe. Dissera o denunciante não haver melhor negócio que se meter um homem a frade, contraditado pelo segundo, o qual julgava preferível o estado de casado ao de solteiro, opinião particularmente desagradável para os franciscanos por partirem de cristão-velho na hora em que se esforçavam por converter o gentio potiguara, a começar pelo chefe, emprêsa de que dependia o futuro dos portuguezes no lugar.

As discussões entre brancos a respeito de religião eram sempre prejudiciais à obra missionária, como aquella assistida por Manuel Gonçalves, cristão-velho "*mestre de fazer engenhos*", no momento empenhado na mesma construção juntamente com um certo Brás Francisco. Nos trabalhos então em curso na capitania, como o acima mencionado, entravam numerosos trabalhadores indígenas, os quais forçosamente ouviam aquêles dizeres contrários aos catequistas. Piorava ainda o efeito dissolvente dos mesmos quando degeneravam em acaloradas discussões, destruidoras da paciente e precária doutrinação levada a cabo pelos missionários junto

dos catecúmenos. Não menos desastrosas eram as afirmações não raro surgidas nessas porfias diretamente depreciadoras dos eclesiásticos, voltadas contra as suas pessoas, causa de desprestígio dos mestres perante o índio.

O denunciante Antônio Tomás, por sua vez, foi denunciado pelo homem de armas cristão-velho Domingos Ferreira, porque lhe dissera certa vez não terem alma os potiguaras. Por sinal, não era o judeu o único a asseverar a enormidade contrária à crença cristã. Na mesma ocasião, um certo Francisco Luís, também soldado, e sapateiro para mais (no tempo e lugar, Brasil e mais colônias lusas, era freqüente indivíduos acumularem várias profissões), dissera *“que os potiguaras não tinham mais alma que um porco”*. Procurou depois, o depoente, ante a mesa inquisitorial, desculpar o colega sob alegação de serem os potiguaras, *“maos e crueis que não perdoam a ninguém e comem a gente”*.

Em deslizes contra os frades também se envolveu Francisco Lopes da Rosa, *“christão novo mameluço tabelião desta cidade que dissera ser tão bom cristão como os frades capuchos do lugar, assim, como o seu estado”*. Tais palavras eram atribuídas pelos ouvintes ao fato de os missionários o terem repreendido, *“por estar amancebado com hũa negra pagã”*, ou seja, índia da terra, porquanto os portugueses assim chamavam os autóctones de tez escura dos seus domínios coloniais, fôsem potiguaras, ou habitantes das margens do Mar Vermelho, ou jaus do Extremo-Oriente, ao passo que os prêtos africanos eram designados por “mouros” *ad instar* de outros europeus, como Shakespeare que intitolou um dos seus dramas *Otelo* ou *O Mouro de Veneza*.

Este Rosa parecia useiro e vezeiro de infrações contra a fé, que lhe valeram mais uma denúncia, desta feita por blasfêmia. Certa vez, agastado por terem uns

bois comido na sua propriedade mantimentos de que êle necessitava, desandara em impropérios escandalosos. A falta de fios metálicos para cêrcas, sòmente apàrecidos séculos mais tarde, representava uma das maiores peias e fontes de prejuízos para a vizinhança, de atividades agropastoris, estreitamento interdependentes, porém, necessitadas de meios práticos para isolá-las. Enfurecido pelo prejuízo, desandou o tabelião, filho de cristão-nôvo e de índia como já vimos, a dizer que renegava quantos santos houvesse no paraíso, mais obediente à costela paterna que à mansuetude cristã e decôro dô cargo por êle ocupado.

É curioso verificar, no rol de denúncias, os disparates formados nas baixas camadas populares sôbre vários assuntos, alguns pitorescos, de origem ingenuamente utilitária, tais como a tradição que afiançava não ser pecado, "*dormir com mulher solteira a condição de pagá-la*". Outras provinham do não-conformismo dos hebreus forçados muito contra a sua vontade a simular práticas da religião oficial para poderem comerciar na metrópole e dependências do império filipino. Certo Lionis de Pina, cristão-nôvo, inventou execução de dívida contra Manuel de Azevedo. Foi, no entanto, advertido de que era ilegal a cobrança por ocupar o deverdor cargo de síndico dos padres capuchos, com privilégio de juiz próprio, a que o credor discípulo de Shylock retorquiu também dispor de juiz em "*Gulfo*". Esta localidade amiudadamente citada como refúgio dos judeus egressos da Península Ibérica, não nos foi possível identificar convenientemente. Aparece em processos de inquirição, às vêzes também grafada "*Gulfon*" ou "*Gulfô*". Por mais perguntássemos a Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia ou ao discípulo de ambos — Eugênio de Castro, aplicado rebuscador de nugas, nenhum nos soube informar com segurança. Sugeriram cidade da Holanda,

ou mais perto do reino em Marrocos, nomes que teriam sido deturpados por copistas ignaros dos registros inquisitoriais. Temos, nestas condições, de nos contentar em reproduzir o nome como figura no texto para nós reproduzido pelo filho do escritor Alvaro Pinto, em Portugal, credor dos nossos mais vivos agradecimentos à vista do cuidado com que se houve. Fato é ser tão conhecida a localidade como amparo de judeus, que souu mal aos ouvidos do denunciante.

O mesmo Baltasar de Macedo, que estranhara as palavras de Lionis, igualmente condenou as de Francisco Lopes, mameluco, morador na Paraíba, que dissera, *“bom fora deixar aos gentios viver como vivião e não lhes ensinar doutrina e que era por demais ensina-los”*, dizeres particularmente escandalosos por partirem de filho de cristão-nôvo. Eram, por sinal, numerosos êsses mestiços em o Nordeste do Brasil. Muitos judeus viajavam solteiros ou sem as respectivas famílias, como se vê nos papéis do Santo Ofício relativos à Paraíba, Olinda, Ipojuca ou Itamaracá, regiões ainda mal pacificadas, rendosas em negócios, mas perigosas para estabelecimentos familiares estáveis. Só o cristão-velho se arriscava na zona litigiosa, disputada por conquistadores e gentio de ânimo guerreiro. Preferia o cristão-nôvo conservar maior mobilidade, sempre a percorrer todo o sítio onde fôsse possível rapidamente amealhar haveres, sempre em trânsito, sempre errante, como ainda hoje entre nós comumente se apresenta.

Ao se demorar num sítio, ocasionalmente retido pela mercancia ou traficância, tinha o dito cristão-nôvo relações sexuais com índias e mamelucas, de que se originavam mestiços como os acima mencionados. Muitos conservam a mentalidade dos maiores, com seus defeitos e qualidades, segundo a convivência que entre êles houvesse. Os mestiços consideravam possuir a mesma

superioridade dos pais sôbre os índios, com os mesmos direitos de os reinóis para explorá-los. Não raro também se mostravam inconformados com o meio, como os avós judeus, constantemente em conflito com a crença oficial e a sociedade em que viviam.

Nesse sentido, denunciou ainda Baltasar — tinha o homem vocação para o mister — a Diogo Lopes da Rosa, pai do dito mameluco, o qual *“estando para morrer lhe mostrarão um crucifixo e ele virava a cabeça e berrava”*. As suspeitas de heresia deviam ser o quanto possível comunicadas em segredo à Inquisição, a fim de não turbarem o trabalho inquiridor que se lhes seguia. Os indícios habituais quanto ao inconformismo hebraico consistiam no horror a imagens sacras, o tirarem as donas de casa o sebo das carnes de vaca ou de carneiro antes de assá-las, assim como refogá-las com cebola e grãos de adubos em panelas com azeite, aversão das mesmas por peixe de escama e carne de porco, lançar fora a água dos púcaros quando morria algum co-habitante da casa, banhar-se, mudar de roupa e guardar os sábados, em vez do domingo, etc.

As denúncias podiam remontar a sucessos decorridos muitos anos antes do comparecimento do denunciante à mesa do Santo Officio. Depôs, assim, Maria Salvadora (!) *“que haverá vinte annos pouco mais ou menos na cidade do Porto ella tinha amizade e conversação em casa de Anrique Gomes e de sua mulher Isabel Nunes, mercadores ricos christãos novos e seus filhos”*. Lá soube por uma das meninas que dantes moravam na Galiza e de lá tinham fugido a cavallo da terrível inquisição espanhola para Gulfo. Poderíamos supor tratar-se do gôlfo de Gasconha, de onde lhes seria possível embarcar em navio para fora do reino. Outros documentos, porém, mencionam a cidade nas Flandres.

Compreende-se que se alvoroçassem os cristãos-novos com a notícia da vinda ao Brasil de Heitor Furtado de Mendonça, revestido da sinistra atribuição do Santo Officio, se bem reconhecessem ser incomparavelmente mais branda a inquisição lusa que a castelhana. A primeira mostrava maior lenidade, inclusive em casos em que se enxertavam crimes comuns, entre os quais se destacava o de bigamia. Denunciou a propósito Joana Afonso, natural da ilha de S. Tomé, a Salvador Romeiro, que na ilha "*nomeavão christão novo*", o qual se casara com certa Ana Fernandes. Após algum tempo de casados queixava-se a sogra do dito, que elle "*não dormia com a dita sua mulher e lhe gastava o dote*". Padecia, para mais, fama de somítico e quando na ilha estivera em correição Foam Salema, fôra prêso e deportado para o reino. Dissera na ocasião Romeiro, que "*tinha enterrado um crucifixo em Portugal e que porisso o não queimavam na dita ylha e o mandavão preso ao reyno para se desenterrar primeiro aquele crucifixo*". Qual não foi, entretanto, a surprêsa da Salvadora (!) em encontrá-lo casado na Paraíba com outra mulher...

Depois das denúncias temos o seu complemento, as confissões por longo tempo inéditas, de que publicamos parte em trabalhos nossos anteriores pertencentes à série *Formação da Sociedade Brasileira*. Algumas das que escaparam por não se enquadrarem no assunto daqueles livros, foram neste ensaio aproveitadas ou completadas, visto sua enorme importância na reconstituição do passado colonial, principalmente nos mais íntimos e significativos refulhos. Perfazem, juntamente com as notícias de missionários, e viagens de estrangeiros no Brasil, as mais seguras fontes de informações de que dispomos no período anterior à guerra holandesa. A respeito, dizia certa vez Rodolfo Garcia na

Biblioteca Nacional ao general Jônatas do Rego Monteiro, mostrando-se abismado pelo que as denúncias (as confissões ainda desconhecidas) relatavam, “*tudo que pensavamos decorrer de alterações produzidas no indivíduo e na sociedade pelo artificialismo moderno, já existia naquele tempo*”, reflexão causada pelas revelações do Santo Officio acêrca de mil e um aspectos humanos geralmente (e absurdamente) ausentes em registros historiográficos.

A primeira confissão perante a mesa inquisitorial instalada “*nesta cidade Phillipeia da Capitania da Paraíba*” no dia de Reis no ano de 1595, deu-se com o comparecimento de Maria Simões, a mesma que já fôra denunciada por delito de bigamia. A sua declaração é das mais expressivas sôbre a mentalidade, condições de vida, recursos e deficiências, impostas no findar do século XVI aos habitantes de império luso, pelo colonialismo que através do tempo havia de inspirar e servir de modelo por similitudes econômicas aos colonialistas de nossos dias. Confessou ser cristã-velha, filha de mercadores “*da carreira da India*” e que se casara 23 anos antes em Lisboa, com o soldado também cristão-velho, Belchior Fernandes, antigo veterano em África. Com êste viveu três anos, até quando el-Rei D. Sebastião se lembrou de guerrear infieis em África. Junto com a flor da nobreza e o melhor dos recursos do reino, seguiu Belchior para Marrocos, onde foi envolvido pelo desastre causado à nação por soberano exaltado, fanático absurdo e inexperiente, rebelde aos conselhos de avisados conselheiros em que se contava o tio Filipe II, todos contrários a loucas aventuras em areais africanos.

Caído o soldado nas garras dos marroquinos com os companheiros de Alcácer Quibir, mandou o infeliz carta à espôsa (permitida a correspondência pelos vencedores a fim de obter resgates), em que se dizia muito

doente. Passados mais doze ou treze anos, recebeu a dita Maria Simões nova mensagem do marido, desta vez oral, por intermédio de João Ramos "*soldado africano*", que lograra libertar-se, e, de volta a Lisboa, narrava como partilhara detenção com Belchior em Tetuã. O antigo companheiro de desdita se encontrava em más condições de saúde, "*tão doente*", dizia êle "*que não escaparia*". Acrescentava mais, ter ouvido, quando ainda em Marrocos, informação de outro cativo estante na cidade de Fêz, que lhe dissera ter morrido Belchior.

A informação levou a mulher a incidir em fato comum na época e no império português. Não teve dúvidas, descrente da volta do marido, em procurar a melhoria de vida, pelo que, "*se amigou com Antonio da Costa de Almeida*", situação, entretanto, incômoda e irregular. Para remediá-la resolveram os amancebados legalizar a concubinação. Surgiram, porém, dificuldades no intento, dada a incerteza quanto à morte do soldado. O óbice foi na ocasião contornado de maneira que se torna comovente de tão ingênua, pois, "*tratarão de buscar uma testemunha falsa que dissesse que vira morrer em Fez no cativo ao ditto seo legitimo marido*", expediente completado pelo depoimento oral de João Ramos, que lhe permitira nôvo consórcio. É possível que estivessem os noivos de boa fé, persuadidos do desaparecimento do obstáculo à sua felicidade, daí o fim a justificar os meios. Confessou mais a Simões, à guisa de desculpa, que nada dera ao mancebo pelo falso testemunho, cujo nome e paradeiro, por sinal, ignorava. Aquilo fôra apenas recurso para sanar situação insustentável causada por preconceitos reinantes.

Mal sabia a pobre que iniciava outro fadário. O rapaz ao qual fazia menção, a despeito de modo intencionalmente vago, desandara em ameaças em que se dizia disposto a divulgar certa trama de seu conheci-

mento. Por êste ou outros motivos, a depoente não o diz; resolveu o casal mudar-se para a Paraíba, de onde Antônio da Costa um belo dia tornou ao reino para “*confirmar o ditto seu officio e gastou lá quatro annos*”, no fim dos quais correram rumôres na capitania de que êle se casara outra vez em Lisboa. Devia estar persuadido de que a mulher não protestaria à vista da sua condição também de bigama. A Simões, contrariamente ao esperado, levou o caso à Justiça, e, tão assediado se viu de perguntas o Costa quando voltou à Paraíba, que teve de confessar o delicto, alegando como desculpa terem-lhe afiançado a morte da Simões, motivo de êle novamente se casar com uma viúva de quem houvera um filho.

Mas o destino não se detinha e continuava a lhes complicar a vida. Recebeu Antônio carta de Lisboa de um seu irmão, o qual relatava, “*de como a ditta mulher tinha o seu primeiro marido vivo que viera da India e que ela com medo se puzera em salvo*”. Disse mais, Antônio, que, durante a sua estada em Lisboa, soubera do aparecimento de Belchior Fernandes no reino, porém, falecera logo depois muito oportunamente em Barcelos, sua terra natal, quando a Simões e Antônio já se encontravam casados. Continuavam, contudo, outras dúvidas matrimoniais, incerto o soldado sôbre a legalidade do casamento da mulher, do mesmo modo que esta também considerava o marido depois da notícia da carta fraternal. Ante tantas nuvens, houve por bem Antônio apresentar-se ao Santo Officio em Olinda para fins de confissão, ao depois ratificada na Paraíba. Nela procurava inoventar-se sob o pretexto de que procedera confiado nas palavras da Simões, sem jamais ter visto a carta proveniente da África de que ela falava. Tampouco, não intervieram junto a testemunhas de casamento, que admitia fôsem inocentes, tão-só vítimas de aparên-

cias. Consistia sua única culpa em ter mentido quando ela lhe perguntara notícias de seu primeiro marido, a que êle respondera por pura caridade, segundo o desejo da mesma, ansiosa por se ver livre do tropêço.

O caso reproduz o mesmo que na hora sucedia em muitos sítios na metrópole, Ásia, África ou América. Formara-se verdadeira classe, organizada de desclassificados à volta dos hospitais de Goa ou nos centros açucareiros do Brasil, para onde refluíam após longo percurso pelos presídios coloniais, composta de gentes que pela condição não mais podiam subsistir em Portugal, exposta ao exame soalheiro e vigilância das comadres, muito mais argutas que todos os métodos inquisitoriais. A largueza das Américas tornava-se regaço acolhedor dêsses inúmeros marginais, quase sempre acicatados por ambições inconfessáveis, todos êles nobres ao passar a linha equinocial, retemperados entre índios e negros, que na mentalidade colonista imperante nas Espanhas para êles deviam incansavelmente trabalhar. Chegavam até a mudar de pele, imitadores de casais cristãos-velhos, enraizados na terra, de bom quilate, sóbrios, estóicos, religiosos, que vinham a ser precioso núcleo na população colonial. Graças a oportuna vizinhança, o indivíduo ressentido pelo passado, em vias de se perder na Europa ou nas charnecas do Oriente, ao invés de corromper o meio operoso das capitánias, era pelo mesmo recolocado no bom caminho. Os registros da visitação nos permitem acompanhar essas manifestações do natéiro colonial, assim como as origens, tendências, modo de pensar, razão de atitudes e de conversões ocorridas nas capitánias. Todo êste pano de fundo do espetáculo aparece nos papéis da visitação, nítido, às vêzes cru, verídico, sem reбуços e não raro comovente pela sinceridade com que vem exposto.

Outra amostra de várias manifestações do império a refletir nos limites da conquista territorial do Nordeste brasílico, temos na pitoresca confissão de João de Paris, o qual compareceu "*sem ser chamado*" à-mesa do Santo Officio. Era solteiro, castelhano, soldado bombardeiro do forte do Cabedelo, talvez das fôrças de Diogo Flores ali deixadas para auxiliar a luta contra o gentio e franceses. Nas declarações de costume, disse ignorar se era cristão-velho ou nôvo, desconhecedor de sua origem, saído criança de Siguenza, sua terra natal. Declarou que certa vez, havia quatro ou cinco anos atrás, fôra aborrecido por soldados do dito forte perante o clérigo Lopo Rodrigues, proveniente do Cabo Verde "*que ora veio dô (sertão do) Salitre, e ora está em Pernambuco*". Pretendiam ridicularizá-lo por se encontrar amancebado com "*hua negra brasilia pagã, escrava de Joan Tavares*", ou seja, índia da região. Respondera com impropérios e fôra por todos repreendido, e, no momento, alegou que não praticava pecado, pois a índia "*the pagava*", argumento abonador corrente nas ínfimas classes de povo. Todavia, confessava saber "*e sempre soube que a tal fornicação he pecado mortal inda que intervenha paga*".

Aí temos nova e curiosa amostra de aspectos do império ibérico, tornado imenso com a união de Portugal e Espanha, em que se encontravam no forte do Cabedelo um clérigo missionário do Cabo Verde, destacado nas reduções do Salitre, com homens de armas de primeiro remetidos ao Pacífico em perseguição a ingleses, desviados para a Paraíba ameaçada por franceses, onde tinham relações com índias potiguaras produtoras de mamelucos. Também nos é dado surpreender rebates de consciência em simples bombardeiro, que pela sua condição primária deviam ser sinceros e não artimanha para fugir de sanções penais, como no caso de bigamia da Simões e outros, cujo segredo era difícil de manter

dependente como estavam de muitos, expostos, para mais, à atividade soalheira local.

Do mesmo gênero seria a de Manuel Pinto, cristão-velho, morador em Pernambuco, mas de passagem pela Paraíba, o qual tornava a comparecer perante a mesa por ter esquecido culpas na confissão apresentada em Olinda. Entendera depois melhor o pecado que cometera, ao ouvir leitura de sentença de "*hum penitenciado*" no cadafalso levantado num auto-de-fé ante a matriz de Olinda, o que, seja dito de passagem, não significa sacrificio de vidas. No geral, consistia em cerimônias na praça pública, onde os réus tinham de proceder a ampla confissão em alta voz, como se praticava entre os antigos hebreus, ao depois, punidos, reconciliados ou penitenciados na presença de milhares de pessoas, daí por diante testemunhas de sua sinceridade.

No período que descrevemos, durante a primeira investida do Santo Ofício no Brasil, presidida por Heitor Furtado de Mendonça, não sabemos se pelo fato de o visitador ser português ou por influxo do meio, parece não ter havido execuções capitais no Brasil. Tampouco, conhecemos detenção de indivíduos para serem remetidos para os "Estaos" como sucedera em S. Tomé com o somítico Salvador Romeiro. Entre os delitos mais graves de judaísmo na Paraíba figurava o secundário de blasfêmia do tabelião mestiço de índio, Francisco Lopes da Rosa, filho do judeu que berrava na hora final quando lhe mostravam um crucifixo. Já tratamos do caso em outro passo, de sorte que não precisamos reproduzi-lo, de mais a mais, com aspecto insignificante num tempo em que cristãos-velhos blasfemavam a toda hora. Menos inocentes foram as suas palavras contra frades e jesuítas, mas tudo somado não deu para levá-lo à fogueira, assim como a sua opinião sobre o melhor

estado de casados em comparação com o de solteiros, alusivo ao celibato dos padres.

A propósito de casados, aconteciam episódios confusos em consequência de dificuldades de comunicações entre as partes do império luso, subversão de tradicionais modos de vida, enfraquecimento de laços familiares e mais reflexos da profunda perturbação causada à vida dos portugueses pela aventura do Oriente. Já tivemos amostra de seus lamentáveis efeitos nas denúncias, voltam agora nas confissões como amostra do indefinível rosário de mazelas a infeccionar o desmedido âmbito político filipino. A confissão de Pedro Álvares, cristão-velho, natural de Betorinho de Piães, terno de Barcelos, constitui exemplo frisante da ação desses elementos sobre um indivíduo, por assim dizer, induzido a certos delitos, onde, segundo as circunstâncias e pessoas, alternavam boa e má fé.

Declarou Pedro que, por ocasião da epidemia do devastador “tabardilho” alastrado por volta de 1570 entre o Douro e o Minho, ficara órfão de pai e passou a morar em casa da mãe. Acontece que esta tinha uma criada de “aluguel da ceifa” chamada Beatriz Álvares, a qual, às tantas, com testemunho falso e testemunhas idem, o querelou “*dizendo que elle a levara da virgindade e por esse caso o fez prender na cadeia publica secular*”. Muitos meses aí esteve, até que enfadado pela detenção, condescendeu em recebê-la como esposa. Levaram-no prêsco com algemas e correntes à Sé de Barcelos, para efetuar casamento com a Beatriz. Depois coabitou com a mesma por espaço de dois anos, sempre na casa da mãe d’ele, depoente, sem, no entanto, copular com a mulher, pôsto, “*tinha intenções de celebrar verdadeiramente o sacramento do matrimônio*”, situação difficilmente admissível aos ouvintes, que procurava explicar pelo fato de se ter casado tão-só para evitar

cadeia. Neste comenos, appareceu na terra o arcebispo de Braga, o illustre frei Bartolomeu dos Mártires, que a requerimento de Beatriz o mandou chamar à sua presença. Mais tarde soube Pedro Alvares "*que ella queria alguma cousa delle... por libello*", mas êle confessante, "*não lhe ouviu nada que lhe dissesse o arcebispo nem lhe perguntou nada... olhou para elle e lhe lançou uma benção e se virou andando*". Soube mais, ainda quando ambos coabitavam em casa de sua mãe, que ela se amancebara com um clérigo "*e ouve delle filhos*".

Depois disso Pedro mudou-se para o Brasil, fazia dezesseis anos, durante os quais veio a saber que ella continuava a "*viver mal*", sempre em estado de mancebia. As tantas, na suposição de que a Beatriz morrera, resolveu casar-se em Igarauçu com a filha de homem branco e de mameluca. Assim procedera fiado nas informações do rendeiro de Antônio da Rocha, que assegurava ter sabido o falecimento de Beatriz. Alegava, portanto, não ter culpas, certo, quando contraíra matrimonio, da morte da outra mulher, além de se considerar solteiro por nulo o primeiro consórcio, porquanto o recebimento com a mesma nada valia, êle menor de quatorze anos, e, "*o fazer preso em ferros e nunca depois consentir nelle*".

Para finalizar mencionaremos ainda caso não mais somente de pessoas, mas directamente relacionado com a inquisição. O depoimento de Domingos Ferreira, cristão-velho, natural de Unhão, no arcebispado de Braga, revela-nos um mundo de fatos acêrca de como era considerado aquêlê tribunal pelo povo, composto, não de judeus em conflito com a crença, mas de católicos praticantes assaltados por dúvidas religiosas. Confessou Domingos que numa reunião na cidade Filipéia, onde estavam, falara-se nos inculpados pelo visitador. Um dos presentes, Pedro Correia, disse "*que melhor era pagar*

nesta vida que na outra”, a que êle confessante “*simples e ignorantemente*”, a modo de interrogação proferiu, “*porque ainda que o não pague nesta vida ha de pagar por isso na outra?*” Estava no momento persuadido de que quem morresse confessado e comungado não penava mais no além nem no purgatório. Foi, no entanto, repreendido pelo Correia que o advertiu “*por outras taes (palavras) se hia ao cada falso*”. Retorquiu então Domingos com história conhecida no povo, do ladrão que se confessara a um ermitão e daí salvara a alma, ao passo que o confessor a perdia, no que foi novamente censurado pelo Correia por insistir e agravar o êrro. Mais tarde entendeu “*que o purgatório não era para os que morriam confessados e comungados, senão só para os cristãos que morrião sem confissão*”, dislate contra a fé por êle attribuído à sua rudeza sem malícia no mesmo.

Com êstes dados, colhidos na parte referente à Paraíba no manancial dos registros do Santo Ofício, dispomos de alguns indícios para ajuizar acêrca do estado de espírito, usos, costumes, superstições e principalmente intensidade religiosa do povo que ia enfrentar a invasão holandesa.

A cobiça dos concorrentes de Portugal

Cresce a Paraíba. Aumenta a sua população, o que lhe permite conter os potiguaras e afastar os franceses. Cooperava na conquista da costa leste-oeste até a Amazônia. Simultaneamente adensa-se sobre toda a colônia a nuvem negra da cobiça dos concorrentes de Portugal desencadeada pela sua união com a Espanha.

A MORTE DE D. Sebastião I em Alcácer Quibir provocou a absorção de Portugal por Filipe II, indubitavelmente o legítimo herdeiro do trono português de acôrdo com as idéias monárquicas do tempo. Era a consequência do sistema matrimonial destinado a aproximar os ramos dinásticos da Península Ibérica, de modo a constituir uma família só à volta dos tronos de seus reinos. Já estivera em vésperas de se unificar sob o infante D. Duarte, filho de D. João II. A morte accidental do herdeiro das Espanhas e mais tarde a do primogênito de D. Manoel I entregaram Castela a Carlos V, filho de Joana, a Louca, aparentemente afastada a possibilidade de fusão dos dois reinos, assim como das dependências havidas por régias heranças na Itália e Flandres. Os desatinos de D. Sebastião conseguiram finalmente realizar o que sucessivos casamentos tinham preparado, desta vez não mais a favor de Portugal mas do Habsburgo, a despeito de inutil resistência do Prior do Crato, bastardo dos Avis, mais próximo do coração do povo por ser português.

Aclamado Filipe Rei de Portugal (à testa de aguerrido exército sob comando do Duque de Alba), mudou por completo a sorte das possessões lusas. Oficialmente nada deviam interromper nos seus usos, costumes, política e orientação. Cá e lá na península o colonialismo

era o mesmo, de maneira a não fazer grande diferença continuar cada reino com administração própria, regida pelos portugueses nas suas colônias, sem interferência de vizinhos. A realidade seria bem outra, avêssa a sábias intenções desmanchadas pelo desgaste do tempo, conflitos internacionais e supervenientes imprevisíveis.

Desprovido Portugal de indústria e comércio, com agricultura já insuficiente no século XVI para manter a população, delimitadas as áreas cultiváveis por íngremes serranias, concentrada a atividade do lavrador em alguns poucos vales férteis, necessitava de co-participação internacional nos seus domínios de além-mar. Antes da calamitosa união com a Espanha, manifestava-se intensa a presença de estrangeiros em negócios da metrópole e possessões ultramarinas. Na hora em que Filipe de Áustria cingia a coroa de Afonso Henriques, avultavam flamengos nos balcões da Casa da Índia, assim como tomavam parte no tráfico da especiaria, açúcar brasileiro e escravos africanos. A parte do transporte de gêneros coloniais estava a seu cuidado, e, dada a organização de que dispunha, fôrça reconhecer, a associação redundava em benefício de Portugal.

A mudança desferiu tremendo golpe contra a situação tal como se encontrava, no momento em que o português se sentia cada vez mais dependente do auxílio econômico do exterior. Na conjuntura, as irremediáveis hostilidades de Filipe II da Espanha e I de Portugal com o restante da Europa, não só arruinavam o comércio luso pela abrupta suspensão da rendosa parceria, dia a dia mais promissora pela difusão que o flamengo dava aos seus produtos na Europa Central e do Norte, como ainda desencadearam a cobiça do mesmo sobre o império luso, dantes resguardado pelas concessões dos soberanos portugueses a mercadores da Holanda, Hansa,

Álemanha meridional e outras regiões infensas ao Habsburgo por dissídios econômicos e religiosos. Em uma palavra, herdava Portugal fardo acumulado pela ambição do Imperador Carlos V, sem encontrar mínima compensação no ervado espólio.

Nenhum setor de atividade portuguesa escaparia do contágio. Afetava setores financeiros da maior relevância, como sucedia com o estremecimento da tácita convenção entre as autoridades de Lisboa civis e eclesiásticas, acêrca dos judeus em atividade no tráfico exótico, mormente no Brasil. Antes da união elas se mostravam desatentas. Apenas no princípio tinham limitado a presença dos cristãos-novos nas colônias (decretos de 1567 e 1573), porquanto, bem ou mal, eram insubstituíveis num país falto de mercadores nas mesmas condições, providos como êles da correspondência no exterior proporcionada por correligionários ativos, hábeis, esteados em crédito internacional, que estimulava a produção e garantia o seu escoamento. Nas capitánias, como já dissemos, representavam o auxílio econômico por meio de empréstimos onde não havia outra fonte, pois do govêrno só podia receber o agricultor dadas de terras, nuas, ainda por conquistar sôbre indígenas e competidores estrangeiros. Além disso, tornados proprietários onde se firmara a posse dos povoadores por meio de execuções hipotecárias, empresavam do melhor modo a venda da produção na Europa e ativamente fomentavam o tráfico negreiro, fator decisivo no incremento da lavoura açucareira.

Nos volumes que publicamos sôbre as capitánias do Brasil, mormente na última série baiana, reproduzimos farta documentação colhida no Santo Ofício, que não deixavam dúvidas a respeito. No ano de 1580, quando Filipe se aclamou Rei de Portugal, appareceu lei que prohibia a judeus ir às colônias e lá commerciar, reforçada

por outra na mesma intuição de 1587. Consumada a unidade das duas coroas, entraram os conversos que estavam no Brasil, na maior inquietude onde dantes reinava a mais larga e proveitosa tolerância, sabido o zêlo das autoridades espanholas contra conversos em tôda parte onde estivessem.

Do setor interno dos negócios da metrópole e das colônias, vamos agora ao externo, onde vemos surgir na mesma ocasião perigosos obstáculos à sua atividade. Provinham de inimigos de Filipe II, em que se destacavam como mais virulentos os ingleses, estimulados contra o Habsburgo pela extraordinária mulher que foi Isabel I. Tinham-se extremecido as relações entre peninsulares e insulares depois do malôgro do Papelero como soberano consorte da Grã-Bretanha. O resultado foi competição marítima em que Isabel Tudor sucedia a Angô, nela envolvidos os portugueses contra a sua vontade e interêsses. No Brasil chegara a haver grandes perspectivas de negócios insulares graças ao inglês Whitehall, morador em São Vicente. Por seu intermédio mercadores de Londres tinham iniciado remessas de mercadorias para Santos, trocadas por produtos locais, transações que também abrangiam Bahia e Pernambuco na volta dos navios para a Europa. O sucesso dos primeiros escambos incentivava outros à volta do açúcar, pau-brasil, outras madeiras, algodão e mais produtos locais.

Semelhante atividade feria, no entanto, as diretrizes político-econômicas de Filipe II, antecessor de Napoleão I nos planos de “bloqueio continental”, daí, proibição absoluta de que prosseguisse o intercâmbio com ingleses nos seus domínios. Homem dotado de espantosa capacidade de trabalho, “*el-Rey Papelero*”, como lhe chamam historiadores espanhóis, pretendia dirigir de

modo inflexível, do fundo de sua cela do Escorial, o imenso império “*onde o sol nunca se punha*”. O resultado era afundar-se em imensa crise financeira, com várias falências, sempre a organizar exércitos e armadas, cada vez mais alanceado por carência de dinheiro. Soberbo de natureza sob aspecto frio e impassível, implacável contra todos os que o enfrentavam ou se opunham à sua vontade, intentava formar raios destruidores de que a expedição contra a Inglaterra denominada “*Invencible Armada*”, é impressionante exemplo. A falta de meios, número de inimigos e má vontade do destino se conjugaram contra o estadista. Uma das piores conseqüências da hostilidade contra Isabel Tudor consistiu no aparecimento de corsários britânicos nas rotas e presídios coloniais de Portugal e de Espanha.

Multiplicaram-se incursões de insulares de norte a sul do litoral brasileiro, aprisionados navios e saqueadas populações, como sucedeu a Santos e São Vicente. Os prejuízos infligidos pela pirataria obrigou o Papelero, logo no início da união, a tomar medidas drásticas contra o escarcéu que se avolumava no oceano. Ainda poderoso a despeito de reveses e da insidiosa anemia financeira a corroer-lhe o império, reuniu esquadra, a mais poderosa até então enviada à América do Sul, para varrer intrusos de seus mares, colocada como vimos sob comando de Diogo Flores Valdez. A escolha foi tida por historiadores modernos por infeliz, desprovido o comandante de qualidades que lhe permitissem enfrentar inimigos aguerridos como os ingleses no limiar de sua espantosa expansão colonialista. Desaveio-se o general (título espanhol dos que comandavam as forças nas esquadras auxiliados pelos comandantes dos navios) com os seus subordinados em contendas que prejudicaram a missão. Devemos, porém, aventar provavelmente não serem estas as únicas razões do seu mau

desempenho. A marinha espanhola a despeito dos reforços do Rei e auxiliares, ressentia-se duramente da insanável crise financeira que debilitava a monarquia. Necessitava milhões sem conta, montes de ouro e prata, tão altos como o Potosi, para assegurar o bom funcionamento de frota enorme, incumbida de proteger as linhas vitais de comunicações compostas de centenas de léguas marinhas entre o Extremo Oriente, Índia, Oceânia, América, Cádiz e Lisboa ou La Coruña. Mares tempestuosos desgastavam as naus. Galeões em grande número eram sem dúvida construídos nos estaleiros espanhóis, com as melhores essências indianas, antilhanas ou brasileiras, mas não bastavam para a esmagadora tarefa que os esperava. Tinham de ser multiplicados e a progressiva anemia do Tesouro não conseguia atender os pedidos de renovação. O mais que a marinha alcançava era consertar barcos já quase fora de serviço, a fim de que pudessem afrontar novamente o oceano. Outro óbice ainda mais grave residia na dificuldade de os espanhóis formarem maruja e oficialidade em condição de tripular navios. Era a poder do maior custo e pior resultado, que agentes recrutadores da marinha arrebanhavam nas províncias deserdadas da fortuna a vagabundear portos e cidades marítimas, ou vizinhas do mar, para guarnecer navios, e, isso mesmo, em número insuficiente. Tinha-se que desfalcar barcos menores, com prejuízo de cabotagem e outros misteres no afã de completar a guarnição dos maiores.

Deviam, daí, os espanhóis, de medir-se com oficialidade deficiente e tripulações bisonhas, em barcos em condições apenas regulares, com ingleses em pleno surto naval, construtores de navios melhor concebidos, mais maneáveis que os lentos e pesados galeões castelhanos, bem artilhados, servidos por tripulações experientes e oficialidade de primeira ordem, todos anima-

dos de entusiasmo capaz de milagres se necessário fôsse. A luta se anunciava desigual entre adversários completamente diversos, um detentor do passado e outro do futuro, como os fatos logo demonstraram. Iniciadas as hostilidades anglo-ibéricas, saiu pelos mares o admirável conjunto de lóbos marítimos bafejado por Isabel I, com a determinada intenção de causar ao inimigo o maior dano possível.

Tornou-se Francis Drake o mais conhecido desses cabos de guerra. Sabedor de quanto se encontravam desprotegidas as rotas lusas do sul do Atlântico, resolveu o ativo protegido da Rainha aí aparecer em vez de procurar os comboios castelhanos da prata, que das Antilhas rumavam para a Espanha. Um dos seus capitães, chamado Carder, descreve as escalas da expedição no Brasil antes de enveredar pelo estreito de Magalhães, em que realizou a terceira circunavegação do mundo, sem dispor, como os adversários, de apoio no percurso nem de conhecimento dos mares sul-americanos. A experiência serviu, contudo, para informar os patrícios sobre caminhos que os iberos consideravam exclusivamente seus. Um continuador dêste guerreiro marítimo, Edward Fenton, não menos audacioso e ambicioso, de comêço pretendia em 1582 assolar o comércio da África, antes de ir ter ao Oceano Índico. Por motivo desconhecido, talvez na intenção de rapina, às tantas, mudou de rumo em direção ao estreito descrito pelo predecesor. Na região do Rio da Prata soube da presença da esquadra de Valdez, e, como estivesse em más condições depois da travessia e demora em águas africanas, arribou ao Brasil à procura de refrêso, e se possível de alguma oportunidade em praticar pirataria. Em Santos, pôrto que Whitehall tornara familiar a inglêses por lá ter habitado, encontrou-se com alguns barcos de Valdez e, a despeito de inferioridade de número, levou a

melhor. No combate afundou nau espanhola e avariou outras, mas também sofreu perdas que o obrigaram a desistir do resto da viagem e tornar à Inglaterra com grande prejuízo para os armadores, fato que representava de certo modo sucesso para espanhóis.

Outras incursões inglêsas no mesmo período mostraram-se em extremo prejudiciais ao luso-brasileiro. Um dos comandantes de Fenton, de nome Lucas Ward, carregou no trajeto de volta à Europa quantidade de pau-brasil, não se sabe se na Bahia ou Paraíba. Os mesmos, comandante e auxiliares, celebrizaram-se mais tarde pela sua contribuição, sob as ordens de Drake, no combate à *Invencible Armada*, à qual não deram tréguas na tentativa de invadir a Inglaterra. Na época pareciam as tempestades mais mortíferas às naus combatentes que os adversários. Falhou por esta causa, que muito contribuíra ao desastre da *Invencible*, a grande expedição armada pelo conde de Cumberland em 1587 quando pretendeu apoderar-se do Rio da Prata, em que também estêve às voltas com tempestades e moléstias. Na ocasião, aprisionaram os inglêsés dois navios de cujos tripulantes souberam a escassez de recursos defensivos da praça da Bahia. Na esperança de gorda e fácil prêsá, abandonaram a região platina pelo Recôncavo, onde apareceram em 1587 sob comando de Robert Withrington e Christofer Lister. Na falta de recursos bastantes para tomar a Cidade de Salvador, contentaram-se em praticar roubos nas vizinhanças durante os dois meses que lá estiveram.

Neste lapso de tempo também apareceram franceses no sul do Brasil, região por êles cobiçada, para nela encastelarem-se definitivamente e não apenas para comerciar com índios como sucedia ao Norte. Não dispunham, porém, de meios como os aparentados pela esquadilha inglêsa de Tomás de Cavendish, saída da

Inglaterra em 1591, no intuito de hostilizar a portugueses. Primeiro tocou no Cabo Frio, depois ancorou no canal de São Sebastião, dali se passou a Santos onde se demorou dois meses, após os quais singrou para o sul, depois do metódico saque e incêndio dos engenhos vicentinos. Adiantara-se, porém, a estação, de sorte que os tremendos temporais da região o obrigaram a regressar ao Brasil, onde novamente tentou saquear Santos e Espírito Santo. Menos feliz desta feita por encontrar os habitantes prevenidos, velejou para a Inglaterra em termo de missão que representava definitiva ruptura de ingleses com os antigos aliados lusos.

Mal tinham os portugueses chegado ao ponto de partida, saía outra expedição em 1594 do porto de Tilbury, dirigida por James Lancaster, também pirata e envolvido em planos contra Filipe II. Percorreu primeiro as paragens da costa da África, no trajeto das naus ibéricas a serviço das colônias. No arquipélago de Cabo Verde encontrou-se com mais um pirata, o célebre Vener, que se supõe holandês, com o qual se uniu no ataque à praça do Recife. Reuniram-se a eles, com o mesmo fim, franceses aparecidos em Pernambuco sob comando de Jean Voyer, os quais, graças à surpresa e poucos meios de defesa da cidade, alcançaram nos trinta dias que lá estiveram enorme presa, suficiente para a todos contemplar. Tornou Lancaster a Londres com quinze navios carregados de despojos em que entravam desde açúcar até bens particulares dos infelizes recifenses.

Razão assistia ao Papelero nessas condições para querer organizar expedição que pudesse conter a calamidade representada pelos flibusteiros. Se não foi bem sucedido Diogo Flores Valdez no intento, devemos admitir sobre ele desabar o mesmo infortúnio que atingiu ao duque de Medina Sidônia à testa da *Invencible*

Armada. Comandava êste infeliz fidalgo as fôrças de Espanha e de Portugal destinadas a dominarem o canal da Mancha e garantir a passagem do exército de Farnese à Inglaterra. O plano se baseava no fato de essa nação ser defendida por bons navios mas se encontrar desprovida de fôrças terrestres. Golpeava, Filipe II, em caso de sucesso, o principal adversário no coração, livre daí por diante do pesadelo que ameaçava arrebatá-lhe a prata de Potosi e o açúcar do Brasil, os dois pilares de arrimo de Espanha e de Portugal.

Acaso tivessem corrido os planos de operações segundo o previsto, teriam subido Medina Sidônia e Valdez a grandes capitães. Vítimas da fatalidade, que conjugara contra êles bravos marujos e irresistíveis elementos da natureza, personificaram erros de uma côrte onde reinava o favoritismo. Foi o que nos parece ter sucedido com Diogo Valdez na chefia de esquadra em que figuravam Pedro Sarmiento, Diego de La Ribera, Alonzo de Sotomayor e outros oficiais, veteranos de campanhas em que tinham demonstrado proficiência e valor. As rusgas seguidas de inevitáveis inimizades provocadas por longa, molesta e arriscada viagem, concorreram em pintar o comandante como incapaz e opinativo. A sua maior culpa teria sido a dispersão de fôrças que arriscou ao chegar a mares brasílicos. Mas o mesmo praticara Martim Afonso de Sousa quando veio reconhecer o nosso litoral e, no entanto, foi bem sucedido. Amparado por melhor sorte o português recebera felicitações do govêrno e, à guisa de recompensa, capitánias no Brasil e cargos de vulto na Índia, de onde tornou coberto de glória e de dinheiro.

Sob estréla menos propícia partiu Valdez de Cádiz, com dezesseis navios em setembro de 1581, um ano depois da união das duas coroas. Ao chegar ao Cabo Verde, arquipélago agora franqueado à navegação espa-

nhola na travessia do Atlântico, teve de se deter vinte e quatro dias para abastecer-se e reparar avarias. Sòmente em março atingiu o Rio de Janeiro, azedado pelos contratempos o ânimo da officialidade dividida por contendas entre chefes. Na Guanabara ainda se agravaram quizílias por abusos cometidos por certos capitães que praticaram resgates proibidos e outras infrações às ordens terminantes de el-Rei acêrca de Tráfico de pau-brasil havido na Guanabara. Na escala seguinte, em São Vicente, repetiram-se os excessos, fontes de desgaisados cada vez mais prejudiciais ao desenvolvimento das operações.

Além de outros doestos, foi Valdez acusado, por historiadores, de pusilânime por não ter cumprido a ordem de atravessar o estreito de Magalhães. Talvez os que assim opinaram ignorassem as procelas que varrem o estreito, das mais violentas que se conhecem, verdadeiros tufões tragadores de navios, mormente os de vela, pequenos, velhos, em mau estado como os espanhóis. O mesmo procedimento, em reconhecer o inelutável, tivera o Conde de Cumberland, e, antes dêle, Garcia de Loyasa, que semeou tripulantes de D. Rodrigo de Acuña pelas praias do Brasil. Deu-se nessa altura a coincidência de se abrigarem os barcos de Valdez no chamado pôrto de D. Rodrigo entre Rio Grande e Santa Catarina, cinquenta anos depois do desventurado patrício. Dêsse ancoradouro separaram-se do grosso da esquadra três navios remetidos como imprestáveis para o Rio de Janeiro e mais três em direção ao Prata sob comando de Sottomayor, o qual preferia ali desembarcar para seguir ao Chile por terra. Convencido de que nada mais podia naquella altura, em obediência às ordens recebidas em Espanha, conformou-se Valdez em renunciar ao resto da missão e tornar-se ao reino.

Não deixou, entretanto, de prestar assinalados serviços como se recomendavam na viagem de volta. Em Santos procedeu ao exame dos recursos do lugar e em consequência do seu desaperecimento construiu forte necessário à vigilância da barra, que ainda existe e se tornou curiosidade para turistas. Na continuação de viagem de retôrno encontrou no Rio de Janeiro socorros que lhe tinham sido remetidos de Cádiz, o Papelero sempre vigilante, provido e informado das dificuldades da tarefa que ao súdito confiara, mas ao qual não mais pôde valer na perseguição dos corsários. Em todo caso, reforçado e requeestado pelas autoridades locais, conseguiu ainda prestar, segundo ordens recebidas do reino, assinalados serviços aos coloniais. Entendia-se perfeitamente com os governantes da Bahia, como, ademais, com tôdas as autoridades do Brasil onde estivera. Solicitado pelas mesmas, seguiu para Pernambuco, então às voltas com grave crise provocada pelos franceses que levantavam o gentio contra os portugueses. A despeito da calamitosa situação da França convulsionada por guerra de religião, continuava pertinaz o comércio de normandos na zona da ibirapitanga, repellido, todavia, pelo crescimento da população luso-brasileira da Bahia e Pernambuco, para a Paraíba com séria ameaça para a dominação portuguêsã no sítio.

A presença de Valdez no litoral entre Itamaracá e o Rio Grande do Norte representava no momento dádiva dos céus para o governador-geral Manuel Teles Barreto. Formou-se mais tarde lenda de que o comandante espanhol, deprimido pelo seu insucesso ante os ingleses e apreensivo da hora de prestar contas no reino sôbre o desempenho de sua missão, teria pedido ao recém-nomeado chefe da colônia qualquer tarefa suscetível de redimi-lo aos olhos de el-Rei. A realidade deve ser muito diversa. Em primeiro lugar, recebeu o general

ordem da Europa para ajudar o govêrno do Brasil, ansiosos os portuguezes da colônia por se valerem de auxílio tão oportuno como considerável, chegado na hora em que mais desesperavam da mãe-pátria, exânime depois do desastre em África de D. Sebastião I.

Estava Valdez perfeitamente dentro das suas atribuições ao socorrer as capitánias brasileiras. Fôra incumbido de limpar a costa dos inimigos de Filipe II onde estivessem, em terra ou no mar, de sorte que não exorbitava da sua missão quando erigia baluartes em pontos estratégicos da costa brasílica e ali deixava soldados para cooperar com a frota de S. M. no combate a inimigos. Favorecia extensa orla costeira como a do Brasil a operações de interlopos e aventureiros de vária origem contra as possessões ultramarinas dos peninsulares, sob pretexto do estado de guerra contra Filipe II. Enquanto os assaltantes não se desaviessem entre si, o perigo avolumava-se de momento a momento. O acontecimento de pouco depois no Recife, onde franceses, inglêses e holandeses se uniram para saquear a cidade, demonstra a fase tormentosa para a qual se encaminhava a colônia. A sorte de portuguezes, espanhóis e brasileiros, foi que também nos contrários havia fermentos da cizânia, e, segundo lei histórica inevitável nestes casos, os aliados da véspera procuram geralmente depois da vitória aos vencidos, para com êles pactuarem contra os antigos parceiros.

Aportou o general à cidade do Salvador pouco depois da notícia do desastre de Frutuoso Barbosa na Paraíba. Instado pelas autoridades locais não teve dúvidas Valdez em colocar as fôrças sob seu comando à disposição do governador a fim de organizar expedição contra franceses e potiguaras coligados. Com a possível diligência ordenou Manuel Teles fôsem da Bahia o ouvidor e tesoureiro do govêrno-geral a Pernambuco

para levantar o maior número possível de gente e recursos que deviam em terra cooperar com os espanhóis no mar. Nesta intenção demorou-se o general na Bahia, atarefado em recompor as sete naus que trazia antes de iniciar operações. Ajudavam-no os portugueses, mormente o governador-geral, que já muito lhe valera no Rio de Janeiro, para onde da Bahia lhe remetera suprimentos vários. Sucediã-se na dilação trocas de cumprimentos e de atenções entre o general e o governo baiano, afagado Valdez pelos principais moradores da cidade, que não perdiam vaza em homenagear e banquetear comandante e oficiais da esquadra. Enquanto ela estivesse surta no pôrto, estavam garantidos nos seus haveres e atividades, a representar grande ventura para os que tinham atravessado o Equador para na América se enriquecerem o mais rapidamente possível.

Em hora de seguir para Pernambuco reforçou-se a esquadra com mais duas unidades portuguesas chegadas no momento e requisitadas por Manuel Teles Barreto. Em terra as forças pernambucanas estavam sob comando do ouvidor Martim Leitão, auxiliado por D. Filipe de Moura, governador da capitania e Frutuoso Barbosa, ansioso por se desferrar da derrota pouco antes sofrida. Puseram-se todos em marcha assim que houve notícia da aproximação da esquadra, facilmente transposto o São Francisco e atingidas as várzeas paraibanas. Escasamente resistiram ao ataque bem combinado os potiguaras e alguns franceses entre êles formados. O maior problema na ocasião consistiu na escolha do local onde antes de partir era mister elevar fortificações permanentes. Deviam ser bastante sólidas para jugular adversários e alienígenas, além de servir de base para conquistas. Sabiam os expedicionários que a indiada e seus aliados brancos tinham-se homiziado sem grandes perdas em matas onde não podiam ser perseguidos. Convinha

tomar precauções antes que voltassem segundo a tática indígena, na qual o recuo diante do inimigo não significava derrota. Pensou Frutuoso Barbosa de acôrdo com o Regimento que lhe tinham dado em Portugal, levantar um forte na margem direita do Paraíba, de onde poderia dominar o acesso da região e receber socorros marítimos. Preferiu Valdez a esquerda — sua vontade a prevalecer na conjuntura — em que lançou os alicerces do baluarte por êle denominado de S. Filipe e Santiago por ser devoto do orago militar de Compostela.

Certo de que resolvera as principais questões da maior colônia lusa, partiu Valdez rumo à Espanha, satisfeito da obra que atrás de si deixava. Para maior segurança de continuidade de ação colocara na fortaleza ao capitão castelhano Francisco Castejon, encarregado de defender e concluir a obra. Juntamente com êle permaneciam na Paraíba cento e dez espanhóis, mais grande número de índios, a perfazer força considerável no lugar, tida por suficiente para repelir tentativas de reconquista por parte dos franceses apoiados nos seus amigos potiguaras. O vulto, porém, dos brancos no forte desagradou a Frutuoso Barbosa, capitão-mor da capitania, desgostoso do pouco que os castelhanos faziam de sua autoridade. Por sua vez Castejon não demorou em se abespinhar com a marcada preferência dada pelos portugueses ao competidor, tôda vez que era necessário obter recursos em Pernambuco. Começara em tôda parte, no Brasil como alhures, desconfianças entre os súditos das duas coroas, dinásticamente unidas e cada vez mais apartadas por inúmeros motivos avolumados pelo tempo.

Não eram apenas zelos nacionalistas a intervir nos mal-entendidos, igualmente influía e, de modo decisivo, de alcance profundo e caráter insanável, o fator econô-

mico, de modo a alargar ainda mais o fôssco entre portugueses e castelhanos. Acarretava danos sem conta ao luso a forçada união das duas coroas sem lhe trazer compensações. Tudo que lhe convinha era vedado pelo Escorial e inversamente o que o prejudicava era-lhe impôsto pela política filipina. A situação aos poucos se afigurava intolerável aos prejudicados, ansiosos em dado momento por se libertarem da insuportável sujeição. No Brasil a anomalia passou a se manifestar, principalmente no agravamento de esforços, pelo fato de a população luso-brasileira se ver submetida à tarefa de defender a costa leste-oeste, cujo maior pêso ia recair sôbre a Paraíba, forçada a intentar a conquista e conservação daquele território nas piores condições, quase sem socorro da metrópole tal como se encontrava, esgotada e arruinada pelo opressor.

Nas vésperas da invasão

Entre os maiores prejuízos infligidos por Filipe II aos portugueses, contava-se a invasão do Brasil pelos flamengos quando ia mais próspera a indústria açucareira. Adensam-se no comêço do século XVII sôbre a Paraíba nuvens ameaçadoras. Ia-se agravar o fadário da população colonial quando intentava aproveitar os bens dispensados pelo seu esforço na conquista.

NAS VÉSPERAS DA INVASÃO

Ao ASSUMIR Francisco de Sousa Pereira o govêrno da Paraíba em 1600, no reinado de Filipe III da Espanha e II de Portugal, encontrou a capitania em surto de prosperidade graças ao desenvolvimento do açúcar. Computava-se então, no dízimo, de seis a sete mil arrôbas (de trinta e dois arráteis, ou seja, mais ou menos quinze quilos cada uma), anualmente a produção. Vicejavam os canaviais do comêço da conquista aos quais se acrescentavam novos para abastecer os engenhos que atingiam número de 18 quando chegaram os holandeses. Alastravam-se junto dêles fazendas de gado, como a do primeiro povoador Duarte Gomes da Silveira em redor do chamado Engenho Velho. Simultâneamente prosseguia com os melhores resultados para brancos e índios a obra missionária, a que veio ajuntar-se em princípios do século o jesuíta de volta à Paraíba, como desejava o padre Francisco Pinto, o grande apóstolo do Nordeste.

Segundo descreve Fernão Guerreiro foram entusiásticamente recebidos pelos antigos catecúmenos, ainda sob efeito do seu ensino e mais benefícios que lhe tinham proporcionado. A obra das missões equivalia nas Américas à presença de numerosos exércitos em terras por conquistar, com resultantes muito mais duradouras que as militares. Assim, da Paraíba, acompanha-

ram os catequistas as fôrças em mor parte compostas de crioulos, mamelucos e índios, que da capitania, já bastante forte, iam ter ao Rio Grande e Ceará para afastar potiguaras e outros gentios inimigos, e garantir a posse de Portugal em direção do vale amazônico. Também se realizavam incursões em várias zonas ainda desconhecidas ou pouco conhecidas de modo a completar as duas conquistas, a espiritual e a material da orla litorânea, em que rivalizavam jesuítas, carmelitas, beneditinos e franciscanos.

Todo o zêlo dos catequistas não era demasiado. Necessitavam os particulares do seu ensino e amparo religioso, como o govêrno da sua presença na organização de expedição e ameaçamento do gentio. As três investidas iniciais de Frutuoso Barbosa na primeira fase da conquista, assim como as que se seguiram, falhariam para maior dano da “pacificação”, ou domínio total da terra, não fôsse a cooperação da igreja. Ocorriam igualmente o aparecimento de fermentações várias, algumas por completo inesperadas entre os habitantes do povoado, que poderiam gerar contendas religiosas e outras prejudiciais ao sossêgo necessário. Proporcionam-nos nesse terreno segura informação os registros do Santo Ofício, inquieta a mente humana, necessitada de balizas para não espalhar males em tôrno de si.

Tais fenômenos podiam exercer-se indiferentemente em qualquer classe ou casta da sociedade, no branco reino alanceado por preocupações de exegese do credo, ou no mestiço de cristão-novo impressionado pelo influxo paterno, ou, ainda, em mamelucos de cristão-velho com tendência em misturar do modo mais infeliz e inoportuno as crenças dos seus maiores. Houve por essa altura em Ilhéus e capitánias vizinhas a chamada santidade a que se referiu o historiador Southey, porém sem muito

conhecimento de causa. O que nos dizem os casos referidos na Visitação no Brasil em diversas regiões, permite acompanhar melhor aquelas aberrações ocorridas em mentalidades primitivas. Muitas vêzes serviam, até, para artimanhas de indivíduos sem escrúpulos, mestiços esper-tos e ambiciosos, como o famigerado Tomacaúna, que estudamos no III tomo de *Pernambuco e as Capitâneas do Norte do Brasil*, o qual, a serviço do reinol Fernão de Ataíde, simulou práticas religiosas para conseguir trabalhadores tornados dóceis pela abusão.

Desanuviada quanto à paz e sossêgo a capitania no começo do século XVII, surgiu outro fator de desenvolvimento na vinda de cristãos-novos interessados na mercancia do principal produto local. Outorgara em 1601 Filipe III da Espanha, em grandes aperturas de dinheiro, licença aos judeus para comerciarem nas colônias mediante propina de um milhão e setecentos mil cruzados! Acorreram em conseqüência elementos da comunidade hebréia portugüesa providos de capitais em parte amealhados ostensivamente, ou, sob diversos disfarces, em negócios coloniais na Casa da Índia. Foi nessas circunstâncias que o cristão-nôvo portugüês estreitou contato com o mercador e emprêsas de transportes marítimos holandesas.

Bafejada por êsses elementos favoráveis tomou impulso a Paraíba, demonstrando o seu desenvolvimento pelo paradoxo econômico, em que quanto mais próspera é uma região, maior se torna a despesa sôbre a receita, orçada a renda da capitania em quarenta e dois contos e os compromissos em quarenta e sete. Estendia-se no momento a hegemonia econômica paraibana além do antigo Taperou, hoje Grau, assim como ao sul em Itamaracá e ao norte no Rio Grande, vizinhos tornados seus satélites. O profuso gado rio-grandense pertencia quase

tudo a fazendeiros paraibanos, cujas propriedades não tinham limites na direção litorânea leste-oeste, causa mais tarde na guerra holandesa do empenho dos invasores pela região aparentemente pobre, cuja maior população branca consistia na guarnição do Forte dos Reis Magos, planejado nas imediações pelos jesuítas doutrinadores do gentio.

Crescia normalmente a cidade Filipéia com aspecto algo conventual, cercada de estabelecimentos religiosos de onde partiam as missões do interior da capitania. Pertenciam à prelazia fundada em 1614, pela bula de Paulo V, que abrangia Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte, demonstração de quanto tinha aumentado o volume de fiéis. A sede era defendida do lado do mar pelo forte de Cabedelo, na embocadura do rio. Em caso de rebate de guerra deviam os moradores fornecer homens para as armas segundo o sistema "*democrático das milícias*" desde muito vigorante na Península Ibérica. Dispunha assim a Paraíba, por volta de 1612, no "alardo" de trezentos arcabuzeiros repartidos em duas companhias, mais trinta cavaleiros, compostos dos mais importantes do lugar, armados e montados à própria custa.

O número de milicianos ainda aumentou nas décadas seguintes, assim como na capitania de Itamaracá, também provida de bom contingente armado. Juntamente avultava o rendimento da Paraíba, que por volta de 1615 dava boa soma além do açúcar descaminhado para o Recife, de modo a lhe conceder o terceiro lugar entre as mais ativas capitanias do Brasil. Figurava logo depois de Pernambuco e da Bahia, esta tão-só avantajada por ser sede do govêrno-geral que lhe facultava farto benefício. Os capitães-mores da Paraíba neste período foram Francisco de Sousa Pereira, que substituiu em

1603 André de Albuquerque e Melo, alcaide-mor do Igarauçu, o qual em função por 5 anos completou o governo mais longo de todos, somente rendido em 1608 por Diogo de Meneses. Este, porém, foi logo nomeado para outro cargo, e, em 1609, tomou posse Francisco Coelho de Carvalho, filho de Feliciano o Povoador. Permaneceu este no posto até 1612 quando lhe sucedeu João Rebelo de Lima, que governou até 1616. Assumiu, daí, a chefia João de Brito Correia, capitão-mor até 1618, o qual sem completar o triênio passou o poder a Afonso da Franca. Em 1622 foi nomeado para rendê-lo Antônio de Albuquerque, sobre o qual recaiu o peso da invasão dos holandeses.

Em 1612 deu-se fato de maior relevância. Foi revogada no reino a lei de nove anos antes favorável ao comércio dos cristãos-novos nas colônias. A esta infeliz resolução foram atribuídos vários motivos, pelo sentimentalismo dominante em historiadores brasileiros do século XIX. Movidos pelo sentir apresentaram contraditórias atitudes dos governos de Portugal e da Espanha relativamente à permissão de os conversos comerciarem nos seus presídios ultramarinos, no geral como fruto de ânimo perseguidor, além de desprezíveis planos de extorsão de dinheiro por parte do Tesouro régio. Um exame objetivo do fato nos leva a crer em situação algo diferente. Devia encontrar-se o governo metropolitano alarmado pelo fato de ir ter a Flandres o melhor lucro da produção colonial. Num país sem classe mercante e industrial desenvolvida, como acontecia entre os portugueses, vítimas, para mais, de monopólios do Estado, caía o comércio mais rendoso nas mãos de estrangeiros e de judeus, que não participavam por completo dos usos e costumes, tradições, prejuízos e preconceitos lusos, e, acima de tudo, do mesmo amor

à terra nos bons ou maus momentos, em dias de prosperidade ou de adversidade, que caracterizava o cristão-velho. De certo modo também eram, portanto, estrangeiros, suscetíveis de se aproximar de qualquer outra nação amiga ou inimiga de Portugal, desde lhe conviesse aos interesses. O resultado era escorrer para fora do reino o produto das capitanias, reduzida a coroa ao passivo papel de dona de terras, cujos proventos eram absorvidos por associações alheias à península.

Tinha, assim, de socorrê-las e ampará-las sem receber compensações, condição contra a qual govêrno e súditos se rebelavam, o que nos ajuda a compreender melhor, mais próximo da realidade, o verdadeiro motivo de aparentes contradições dos Filipes no assunto. A revogação provocou, como era de esperar, intensa efervescência entre os prejudicados, ou seja, mercadores da Holanda e cristãos-novos portugueses, muitos dos quais, mercê da prosperidade haurida nas colônias, mantinham cada vez maior contato com estrangeiros. Lembraram-se em 1622 cristãos-novos de Portugal, Brasil e Holanda de propor ao conselho de Filipe IV (Rei desde o ano anterior) a constituição de uma companhia de comércio semelhante às que os holandeses iniciavam no intuito de explorar colônias. Era sugestão do famoso economista converso Duarte Gomes de Solis, na qual êles figurariam como diretores e principais participantes junto ao govêrno. A oferta foi repelida a despeito da ameaça que das Flandres se adensava, o que levou os cristãos-novos a se voltarem de vez para os competidores de Portugal.

No comêço, todavia, não demonstraram a secreta preferência, seja por temor de represálias, a Inquisição vigilante, seja pela cautela de todo argentário em evitar soluções violentas. Não é conhecido intensivo apoio de judeus na organização da Companhia batava das Índias

Ocidentais. Escaparam, daí, das medidas de precaução do governo luso, tais como expulsão em massa de estrangeiros para enfrentar ameaças. Deu-se por volta de 1615 a maior delas, principalmente voltada contra flamengos por causa da atividade de corsários no mar, pois, no correr de 1616, os holandeses tinham tomado vinte e oito navios da carreira do Brasil, com enorme prejuízo para quem dificilmente reparava as perdas. Quanto mais corria o tempo pior a condição da marinha lusa assaltada por todos os lados pelos adversários dos espanhóis. No ano de 1623, nas vésperas imediatas da agressão contra a cidade de Salvador, as perdas marítimas já ascendiam a setenta navios de vária tonelagem. De toda a colônia seguiam para a metrópole pedidos de reforços, completamente inócuos, que sugeriram a historiadores haver, por parte do Conde Duque de Olivares, política de rebaixamento de Portugal para melhor submetê-lo à vontade dos Áustrias.

A verdade residia em que se esforçava Lisboa desesperadamente por conservar os seus pinhões africanos e empórios de especiaria do Oriente, a dessanstrar o resto de suas minguadas fôrças. A Espanha praticava o mesmo na Europa para conservar os domínios de Filipe II, de modo a não mais poder com tantos inimigos no oceano. Grande fôra a humilhação da côrte de Madrid ao ser obrigada a firmar tréguas de doze anos iniciada em 1609 com as Províncias Unidas, como se chamava a nova nação surgida ao norte da Europa; pausa que beneficiava apenas a parte espanhola do império, tornando agravante do separatismo luso. A partir de 1621 deviam ser os holandeses tratados como inimigos por toda a monarquia, prazo que êles souberam aplicar contra inimigo desunido e decadente. Apenas não contaram os batavos com o fator decisivo na luta, que foi a "idéja

religiosa" do crioulo americano, o qual à frente de índios e mamelucos não lhe deu tréguas enquanto não os viu desaparecer no horizonte de volta ao ponto de partida. Tão cego era o espírito colonialista da época que ainda as mais adiantadas nações da Europa incidiam no mesmo erro no abstrair de seus cálculos a existência de população colonial de ideais religiosos e nacionalistas diversos dos invasores.

A invasão flamenga

O desenvolvimento industrial, naval e mercante da Holanda levou-a a lançar olhares sôbre os domínios coloniais portugueses.

A produção do açúcar era poderoso chamariz da sua cobiça e o cristão-nôvo precioso informante de como satisfazê-la.

A INVASÃO

DEU-SE ao mesmo tempo o rompimento de forças entre holandeses, ingleses e franceses como ia suceder na mesma ocasião com os hispano-luso-brasileiros, pela mesma desunião dos respectivos componentes. Acaso continuasse a frente única dos primeiros contra os segundos, a costa leste-oeste teria sido dividida entre os adversos dos iberos antes da aparição das Guianas. A longa e desastrosa campanha do Nordeste, em que portugueses e espanhóis não souberam ou não puderam haver-se como era mister, semeou descontentamento culminado pela separação das duas monarquias. Os sucessos políticos da Europa também desuniram franceses de holandeses e ingleses, e, estes, dos dois outros. Na série de acontecimentos se evidencia ter sido o Brasil palco de um dos mais vultosos episódios do surto de colonialismo europeu até meados do século XVII.

Pode-se marcar, a partir da revogação em 1610 da franquia dos cristãos-novos secretamente associados aos holandeses em comerciarem nas colônias, a resolução dos segundos em conquistar o Brasil. O fim da trégua entre a Espanha e os Países Baixos provocava hostilidades gerais em continuação às que já existiam no oceano. A circunstância foi de imediato aproveitada

para realização dêsses planos. Por volta de 1622, na mesma ocasião em que os cristãos-novos portugueses do comércio açucareiro e o seu porta-voz Duarte Gomes de Solis, se ofereciam a Portugal para montar uma companhia de comércio, iniciavam-se os aprestos da expedição invasora na Holanda com algumas precauções para conservá-los secretos. Não era, entretanto, possível ocultar aos olhos de holandeses e estrangeiros empresa daquele porte. Tanto mais que, movidos por um resto de equidade perante portugueses, antigos clientes das praças flamengas, sabidamente constrangidos em acompanhar Filipe III, muitos cidadãos da república, e dos mais preeminentes de Amsterdam, Rotterdam ou Haia, protestavam contra o que razoavelmente lhes parecia expedição de rapina. Viam com repugnância a coleta de fundos entre particulares e senados municipais do país, para armar poderosa frota, recrutar soldados holandeses e mercenários para fins de saqueio, praticado por país próspero, habitado por povo de austera religião, cultor de virtudes cívicas e privadas, contra povoações quase indefesas.

No momento encontravam-se os dirigentes da política neerlandesa sob ação de Willem Usselinck, nascido em Antuérpia, portanto, nitidamente flamengo. O colonialismo dos Habsburgos desenvolvido na própria Europa antes de passar aos antípodas, provocava manifestações em que é lícito distinguir semente ervada de nacionalismo. Essa desgraça, juntada ao outro "ismo", dominaria por completo a humanidade até a catástrofe de 1939 de que espíritos como Usselinck eram protótipos. Teorista em matéria de economia, o antuerpiano habitara certo tempo os Açôres, onde se familiarizara com negócios coloniais e organização do império luso-espanhol. Naquela encruzilhada acorriam navios carregados de amostras das produções de todo o império

filipino, a constituir palco ideal para observadores de mercancia exótica.

Distinguia melhor, nessas condições, as possibilidades do tráfico ultramarino, que os demais habitantes do centro da Europa, e o externava na publicação de folhetos. No seu entender auxiliavam mais aos espanhóis os produtos vegetais das Américas do que as suas minas. Dava primordial importância ao açúcar, elemento que impressionaria a argúcia de Roberto Simonsen, como vemos na sua *História Econômica do Brasil*, onde estão assinaladas as suas repercussões políticas na Europa. Mas, em outros pontos da série de panfletos — muito em uso na república batava para impressionar a opinião pública — Usselinck com menos acêrto antecipava-se ao tempo, e admitia a possibilidade de colonos europeus estabelecerem-se em o Nôvo Mundo para desenvolver na outra margem do oceano trabalho semelhante aos dos rendeiros da Guéldria ou do Brabante.

Nos seus planos inicialmente não entravam intenções de assalto aos lugares já povoados pelos espanhóis e portugueses. Aventava acordos com essas nações para explorar de parceria terras ainda por conquistar na Amazônia ou cercanias do Prata. Igualmente se adiantava em dar vulto igual à matéria-prima americana, provedora do mercado ocidental, com o consumo das colônias a respeito da produção européia, que só intensamente se manifestaria um século depois, até se tornar absorvente no XIX. No caso, mostrava-se principalmente impressionado com o resultado da atividade semi-agrária, semi-industrial, açucareira do Brasil, que pelos seus cálculos, baseados nas condições do mercado neerlandês, dava lucro de quase 5 000 000 de guildens por ano.

A cifra também interessou a outros com igual ou maior senso objetivo que Usselinck, autores de projetos

muito mais práticos, porquanto o teórica acrescentava à sua exposição supérfluas idéias religiosas. Ansiava, na qualidade de calvinista fervoroso, por corrigir na América “*as abusões dos sectários do papado*”, intenção mais que suficiente para tornar de todo impraticável qualquer entendimento com iberos segundo desejava. Ademais, numerosos irlandeses, inglêses e holandeses freqüentavam a região amazônica (v. *Pernambuco e as Capitânias do Norte do Brasil, II vol.*, do autor), desenvolvido o seu tráfico nesse trecho dos domínios portuguezes a ponto de motivar a fundação de Belém do Pará em 1616, para afastar da imensa área incômodos concorrentes.

O advento na chefia do govêrno neerlandês do Príncipe de Nassau, mais o predomínio da facção política, partidários da guerra contra a Espanha em Amsterdam e Haia, a substituição dos holandeses aos lusos nos tráficos africanos e crescente imisção de batavos no Extremo Oriente, onde voltavam os naturais contra os rivais europeus, causa do repentino isolamento do Japão, acertadamente suspeito das intenções dos brancos, e, poderíamos ajuntar, influxo dos cristãos-novos de origem lusa nos grandes centros mercantes dos Países Baixos, culminaram na organização da *Companhia das Índias Ocidentais*, irmã gêmea da dedicada às Orientais, aplaudidas ambas as duas com entusiasmo pelo clero protestante. Repetia-se na conjuntura, como reparava C. R. Boxer, a divisão do mundo oceânico em duas partes, como sucedera no tempo de Alexandre VI entre Espanha e Portugal.

A participação de judeus de origem ibérica, os únicos a concorrerem da “Nação” nas iniciais quotas corporativas, foi relativamente pequena. Os principais acionistas no momento eram as municipalidades holandesas, representantes de cidadãos locais. Na soma de três milhões de florins do capital, dezoito marranos

subscreviam sòmente 36 000 florins, dos quais cinco investiam pouco mais de 2 000. A mor parte dos cristãos-novos ainda se encontrava em Portugal e no Brasil, apenas residentes na Holanda correligionários na qualidade de correspondentes seus junto aos que se preparavam para substituir o luso na mercancia colonialista, com meios muito mais poderosos, a oferecer aos parceiros condições incomparavelmente superiores de atividade no ramo. Além disso, o destino da nova organização era uma incógnita. Embora dispusesse de grande poderio, estimulado por comunicativo entusiasmo reforçada por garantia que desagradava a Usselinck, mas comprazia aos marranos, consistente na direção não depender de particulares, porém, do govêrno das Províncias Unidas, o império espanhol visado pelos seus planos dispunha ainda de fôrças consideráveis para lhe resistir. Onde se manifestou intenso o influxo do cripto-judeu português, foi em outro setor, no esclarecer, informar, e, não raro, dirigir a ação do holandês, que se mostrava persuadido de ter soado a sua hora no mundo colonial (ou atividades “colonialistas”) em regiões de além-oceano.

Os fatos demonstraram o acêrto da cautelosa atitude dos judeus iberos. Dificuldades sem conta em que em primeiro lugar se manifestava a carência dos Estados Gerais em devidamente apoiar os demais acionistas, demoraram a sua expansão. Arrastavam-se as operações incorporativas, finalmente transpostos os obstáculos com aumento de capital e maior participação do govêrno. E, entre os novos acionistas, registrou-se quantiosa participação de franceses, genebrinos e venezianos, tal como hoje sucederia em tórno de interêsse internacional acêrca de chamada de capitais de moderna Shell ou Royal Dutch.

De comêço na alta direção dos destinos da Companhia houve discussões sôbre de que modo e onde

desenvolver os seus negócios. Usselinck e outros propunham projetos ora referentes à América Central, ora ao Chile, ou outros sítios. Fixaram-se, porém, as vistas da maioria sobre o Brasil, mal defendido, possuidor de aliciante indústria açucareira, que muito mais se expandiria sob direção neerlandesa. Acrescenta Boxer, o qual últimamente estudou de forma exaustiva a questão, "*Moreover, many of the Portuguese colonists were Marranos who be expected to welcome the invaders*", além da esperança dos invasores na revolta de negros escravos. Nesse sentido, causou grande impressão em Amsterdam as declarações de Dierick Ruiters, holandês aprisionado pelos lusos na Bahia onde habitara em domicílio coacto, em consequência de medidas acauteladoras das autoridades coloniais contra quinta-colunas flamengos, mercadores cuja presença fôra tolerada, mas que os acontecimentos aconselhavam a expulsar. Assegurara entre outros informes o Rugters que a comunidade judia na Bahia preferia de longe dois pavilhões de Orange a um familiar do Santo Offício...

Estava madura a idéia da conquista do Brasil. Faltava apenas tempo de ultimar a expedição, que através de dados vindos da mal defendida colônia conviria principiar pelo assalto à sede da colônia, ou seja, Cidade do Salvador. Estava previsto o comêço das operações para 1623, mas somente no fim do ano se concluíram os aprestos. A agressão era esperada, mas tão escassos eram os meios no Brasil à disposição do infeliz governador Mendonça Furtado, de mais a mais desavindo com o bispo, das mais consideráveis autoridades no tempo e lugar, que escassa resistência podia oferecer a formidável inimigo.

Em janeiro de 1624 apareceu na barra do Recôncavo baiano a frota batava. Compunha-se de vinte e seis unidades, armadas de 450 canhões, guarnecida por 3 300

homens entre marinheiros e o que hoje chamaríamos fuzileiros navais. O comandante das forças marítimas era Jacó Willekens, antigo armador da pesca do arenque, fonte de riquezas dos Países Baixos, auxiliado por Piet Heyn, guerreiro excepcional cujos feitos nos anos seguintes, a serviço da Companhia, o guindariam ao mesmo nível dos heróis nacionais Tromp e Ruyters. As forças de terra eram dirigidas pelo fidalgo Jan van Dorth, senhor de Horst e de Pesch, provido de boa fé de ofício em batalhas na Europa. Os movimentos da frota que inaugurava em mares sul-americanos conjuntos portentosos de navios e soldados, daí por diante repetidos pelos adversários empenhados a fundo na disputa do império colonial, obedeciam a marujos perfeitamente conhecedores do litoral brasileiro. Diz-nos C. R. Boxer, como ao publicar Filipe II em 1595 proibição de flamengos comerciarem com portugueses e espanhóis, se ofereceram mercadores do Pôrto e de Viana do Castelo, então entrepostos de gêneros coloniais do reino, para servirem os interesses neerlandeses aos quais emprestavam o seu nome e estabelecimentos. Sequer chegavam a ser testas-de-ferro, porquanto assim procediam, no saber de todos, amplamente protegidos pela justiça e autoridades locais. Nem lhes era possível portarem-se de outra forma quando dois terços dos transportes marítimos com as colônias e mercados europeus estavam nas mãos dos flamengos. Era de certo modo extensão ao comércio português dos benefícios da trégua terminada em 1621. Nessa altura, chegaram a publicar em Viana do Castelo, sob forma de proclamação aos habitantes, o pagamento imediato pelos tais agentes das dívidas dos parceiros, de outro modo em extremo demorado de se efetuar por vias legais, "*many, if not most, of these good and honest Portuguese*", diz Boxer, "*were of New Christian, of Marrano origin*".

A conquista da praça efetuou-se, como esperavam os diretores da *West Indische Companie*, com a maior facilidade. Sòmente tropas de igual porte e eficácia, apoiadas em boas fortificações, poderiam repelir o inimigo, e tais recursos eram no Brasil inexistentes. A população espavorida tolhia os movimentos da minguada fôrça defensora, em pouco rendida a cidade antes que chegasse van Dorth desgarrado do restante da expedição. Tratou o comandante de restabelecer ordem na praça, medida já intentada por Willekens, tão confrangido pelo espetáculo do saque levado a cabo pela soldadesca, que se manteve a bordo da sua capitânia sem nada querer dos despojos da praça, a qual depois do roubo perpetrado pelos mercenários foi submetida a nôvo e metódico saque dos agentes da W. I. C.

Além do conhecimento do mar tinham os atacantes o da cidade e de tôda a colônia. Fôra a expedição metódicamente preparada até nos mais ínfimos pormenores, aproveitados os antigos moradores holandeses do Salvador. Tinha permanecido por largo espaço na Bahia o engenheiro Francisco Duchs, natural da Inglaterra, prêso em 1608 no Rio de Janeiro em companhia de Manuel Vandale, depois, remetido para a Cidade do Salvador, onde estêve detido por longo tempo, em que pôde familiarizar-se com os cristãos-novos do lugar, assim como acêrca das fôrças, e, principalmente, fraquezas da praça. Libertado, de volta à Holanda, participou dos aprestos da frota e do assalto à cidade-sede no comando de fôrças desembarcadas perto do forte de S. Antônio.

Tomada a capital do Brasil, levantou-se grita geral entre portuguezes do reino, que desta vez foram acompanhados pelos espanhóis receosos de que os atacantes se passassem depois às minas de Potosi. Sucedera a Filipe III em 1621 o IV “de los Austrias”, que teve, como

estréia de govêrno, de acudir com os seus conselheiros ao incêndio dos domínios sul-americanos. Fizeram das tripas coração — os que embora avisados não tinham provido em tempo a praça de defesa — raspam-se as arcas do Tesouro luso, supriram a poder de entusiasmo as deficiências da improvisação, auxiliou Madrid aos vizinhos no que lhe foi possível e ao cabo de curto espaço, recorde nos anais ibéricos, seguiu frota libertadora para a Cidade do Salvador. Lá se encontravam os batavos, sitiados depois do sucesso inicial pelos habitantes do resto da capitania, os quais em uma das refregas tinham morto ao general van Dorth.

Caiu a praça de volta às mãos dos hispano-portuguêses com quase tanta facilidade como fôra conquistada pouco antes pelos holandeses. A causa do malôgro representado por tão pouca duração na ocupação do pôrto da Bahia prendia-se a fator imprevisível. Ao saber do preparo da expedição hispano-lusa, reuniu a W. I. C. vultosas fôrças navais e terrestres para garantir o esfôrço anterior no Brasil. Vedaram o desígnio tremendas tempestades, como de há muito não se vira, que se puseram à saída da frota do Texel. O atraso fêz com que chegassem tarde os flamengos ao destino, a Cidade do Salvador nas mãos dos antigos donos, desta vez poderosamente defendida pelos expedicionários ainda presentes. Rumou, daí, o comandante Boudevijn Hendricks para o norte, onde se demorou na Baía da Traição, com idéia de erigir um forte, incitado no projeto pela acolhida dos potiguaras do sítio inimigos dos portuguezêses, que viam na enorme frota de trinta e quatro unidades o meio de reaver terras paraibanas. Afetada a tropa por moléstias, encontrada resistência em terra, contentaram-se os flamengos em se refazer antes de reembarcarem. Dividiram-se as fôrças, parte com direção ao forte de Mina, cobijado pelos flamengos por ser chave do tráfico negro,

e, o restante, comandado por Hendricks para as Antilhas, na esperança de capturar a frota da prata. Ambos os empreendimentos malograram, na África morto de febres Hendricks e de volta os navios à Holanda em deploráveis condições.

Na ignorância do que sucedia nas costas da Flórida, armara a W. I. C. nova e poderosa frota colocada sob comando do conquistador da Bahia, Piet Heyn, destinada a reforçar a primeira no golpe contra o cobiçado comboio argênteo. Trazia também instruções, caso não encontrasse a outra frota, de assolar as costas do Brasil. Em março de 1627 apareceu Heyn no Recôncavo, onde a despeito da viva resistência dos fortes do pôrto, se apoderou de vinte e seis navios surtos no estuário, muitos dos quais armados por mercadores do Báltico. Velejou a seguir para o sul, mas, insatisfeito com as prêsas neste setor, voltou à Bahia para ainda mais aumentar o prejuízo dos portugueses com a captura dos barcos, que durante a sua ausência ali tinham aportado. Quando no fim do ano voltou à Holanda estava com os porões dos navios abarrotados de couros, pau-brasil, fumo, algodão e 2 565 caixas de açúcar a representar valor considerável, motivo de o Conselho dos XIX generosamente o presentear e homenagear.

Esta proeza esmaeceu, porém, ante a realizada no ano de 1629, quando o mesmo lóbo marítimo conseguiu apoderar-se finalmente nas Antilhas da frota da prata. O acontecimento revigorou a W. I. C. pelo fabuloso provento que lhe concedeu, tornado Heyn o homem mais popular da Holanda. Mas, a pior consequência do desastre para os iberos, mais do que a perda do ouro, prata, pérolas e mais riquezas do comboio, foi sentir-se a Companhia bastante forte para tentar agora com meios maiores a conquista da faixa mais rica do Brasil, a região açucareira da Bahia à Paraíba,

Nessa altura as perdas em navios dos portugueses eram acabrunhadoras. Fôra considerada espantosa à vista da insegurança dos navios a chegada de Matias de Albuquerque do Brasil, são e salvo, em Caminha, à procura de socorros, no ano de 1627. As ameaças em terra e no mar cresciam catastróficas, tomados pelos holandeses em 1625-26 oitenta barcos da carreira do açúcar. Realizavam produtores, mercadores e intermediários desse gênero, prodígios para continuar em atividade, salvos graças ao desmedido lucro proporcionado pelos engenhos. Era tão considerável, que a despeito dos apresamentos e turbações comerciais ocasionadas pela situação, não só podiam os luso-brasileiros trabalhar, como ainda se mostravam prósperos quando na Holanda começavam os aprestos da expedição contra Pernambuco. Estavam em plena faina 137 engenhos na região nordestina, os quais chegavam a produzir 700 mil arrôbas de açúcar. Tampouco, desta feita, lavradores e governantes ignoravam o perigo iminente, motivo de se encontrar em Madrid Matias de Albuquerque, irmão do donatário de Pernambuco, à procura de recursos militares para as partes ameaçadas da colônia.

Notícias chegavam, porém, das Flandres cada vez mais atemorizadoras. As tantas, certo judeu chamado Manuel Soeiro, de origem portuguesa, nascido em Antuérpia, propôs ao governo de Filipe IV fornecer informações sobre os movimentos do adversário. No dizer da Arquiduquesa Isabel, governadora das Flandres Católicas, a volumosa correspondência do mesmo não passava de resumo das novas correntes em o norte da Europa, desmerecedoras do elevadíssimo preço que o filho de converso pedia. A ansiedade, porém, do conselho madrileno era tal, sequioso em saber onde ia ser ferido, que insistia fôsse o espia règeiramente pago. De qualquer maneira, el-Rei não estava desprevenido, mo-

tivo de ser nomeado Matias governador militar das quatro capitanias visadas pelo batavo, a saber, Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte. Seus antecedentes na administração justificavam a confiança, pôsto não tivesse, segundo demonstra C. R. Boxer, servido na guerra de Flandres sob comando de Spinola, como inexplicavelmente escreveu Oliveira Lima e o catador de nugas Hélio Viana repetiu.

A ocupação das quatro capitanias do Nordeste pelos portugueses

Nomeia o govérno de Filipe IV a Matias de Albuquerque governador das quatro capitanias ameaçadas, mas não lhe fornece os meios para a defesa. Cai o pôrto do Recife em poder do atacante. Rebelá-se, porém, o interior e inicia-se interminável campanha, caracterizada por excessos de todo género por parte dos combatentes, a constituir interminável martírio para a população civil.

A OCUPAÇÃO DAS QUATRO
CAPITANIAS

A FROTA REUNIDA no Texel em fins de 1629, composta de sessenta e sete navios, com 7 000 homens e 1 170 canhões, logo sofreu grave contratempo por ter o comandante indicado Piet Heyn, conquistador do Recôncavo, sido morto pouco antes em luta com os espanhóis. Sucedeu-lhe outro cabo de guerra de valor, Hendrick Corneliszoon Loncq, coadjuvado por brilhante estado-maior, em que se destacava Diederick Waerdenburgh, mais três conselheiros que deviam organizar a colônia, tão certos estavam os da W. I. C. da realização de seus desígnios.

Não se iludiam. Tinham dedicado os conselheiros da metrópole o melhor de suas disponibilidades à Bahia, com escassas sobras para Pernambuco. O seu critério no caso consistia em fortificar a sede da colônia depois de tomá-la, a fim de que eventualmente pudesse concorrer para a invasão das outras partes da colônia. Tornava-se, destarte, a cidade do Salvador base de operações, tanto ao norte como ao sul, do maior e mais rico domínio de Portugal. O plano, contudo, se mostrava falho pela escassez dos meios disponíveis no momento, de todo insuficientes para ocupar militarmente tão extensa superfície como era a sucessão de portos e ancoradouros de São Vicente aq Amazonas.

No Recife mostraram-se os batavos perfeitamente conhecedores do terreno onde deviam operar. De mais a mais dispunham de quinta-colunas no reduto, como o cristão nôvo Antônio Dias, de alcunha Papa-Robalos, que indicou "*onde deviam desembarcar na praia do Pau Amarelo a três léguas ao norte de Olinda*", como nos diz Maximiliano Lopes Machado. Procuraram os dessa localidade resistir com as forças trazidas por Matias de Albuquerque do Recife. A desproporção, porém, de homens, recursos e armamentos, era esmagadora. Precisaram os luso-brasileiros ante o inevitável, e, por similitudes de circunstâncias, imitar a tática empregada com sucesso seis anos antes na Bahia. Retiraram-se com armas e munições para os arredores a fim de iniciar guerrilhas, favorecidos pelo terreno e cumplicidade espontânea ou forçada dos habitantes, dos quais, convém não esquecer, muitos eram cristãos-novos no íntimo simpáticos ao invasor.

Entre os conversos havia inúmeros proprietários de engenhos que tinham havido dos cristãos-velhos por cobrança de dívida. Cada estabelecimento do gênero formava pequena autarquia em tórno da residência dos senhores. Nas moendas labutavam em média cinqüenta negros sob direção de uns dez brancos ou brancarrões, com número menor nas emprêsas mais modestas. O resto da escravaria, excetuadas as mucamas do serviço caseiro, era empregado na cultura da cana e no transporte da produção, quase sempre facilitado por rios e afluentes dos mesmos. Nos passos ou armazéns de embarque, azafamava-se também numeroso contingente negro, em tôda parte substituído o índio avêso à faina organizada, mormente nas vizinhanças de tribos continuamente em luta com os conquistadores, pelo africano cujo tráfico representava junto da mercancia do açúcar

outra enorme fonte de proventos para os seus empresários.

Cindiu-se na ocasião Pernambuco em duas partes, a do interior da capitania nas mãos dos luso-brasileiros, e os portos do litoral sob guante dos batavos. Foi quando Matias de Albuquerque concentrou o melhor dos seus recursos no Arraial do Bom Jesus, na chamada várzea ao norte do cotovêlo formado pelo Capibaribe sôbre o Recife e imediações. Dêsse excelente ponto de operações, dominava os arredores da cidade, praticamente sitiada como a do Salvador se vira na primeira investida flamenga. Na área em tôrno do fortificado arraial encontravam os guerrilheiros ótimo terreno para hostilizar o inimigo através de canaviais, brejos e matas, onde a patrulha holandesa que lá se arriscasse era logo espreitada, acompanhada e atacada no primeiro desvão da sua marcha.

No reino o choque não foi menor do que o registrado em 1624. Levantou-se onda de lamentações e imprecações contra os agressores e os que pela desídia lhes tinham garantido o triunfo. Estava, porém, a metrópole por completo despercebida para socorrer os coloniais e a Espanha pouco podia ajudá-la. Agravara-se a situação de Filipe IV na Europa de tal forma, que de momento não pôde mais el-Rei, a despeito de vivo desejo, que ordenar preces públicas a fim de obter auxílio divino. Fulminava também contra os cristãos-novos, sôbre cuja tácita cumplicidade não era mais possível haver dúvidas. Facilitavam na colônia a consolidação dos invasores, se bem não pareça terem concorrido nessa altura em vultosas participações de dinheiro na empresa. Em que pese ao esforço de modernos historiadores em negar ou esmaecer as boas avenças de cristãos-novos com flamengos do Recife em detrimento dos cristãos-velhos, como pretende C. R. Boxer, o desenrolar dos

sucessos de 1630 até o desfecho da ocupação batava não permite aceitar as suas otimistas conclusões. Foi somente no fim do século XVII, que em grande número acorreram à W. I. C. Dêsse período existia no museu do Calabouço no Rio de Janeiro um canhão de navio armado por judeus da Holanda com inscrições hebraicas no bronze, a indicar ativa participação dos mesmos nos acontecimentos.

O influxo do hebreu sefardim (a comunidade nobre da “Nação” de origem ibérica, oposta ao askenazim, ou plebeu da mesma do resto da Europa) era intenso nos negócios do império colonial luso antes da união. Tão evidente que em muitas nações êle se confundia com o português. Assustou o “anschluss” de Filipe II por um lado o cristão-nôvo luso, mas a sutileza que o caracterizava procurou tirar partido na emergência por outro, daí, aproveitou-se dos acontecimentos para invadir domínios castelhanos, dantes defesos a judeus, através das fronteiras coloniais da América do Sul. Do Rio de Janeiro chegava ao Prata, depois subia pelas veredas que uniam Buenos Aires ao Peru até os centros mineiros. Não era estranha a esta invasão o intenso contrabando de metais preciosos em certa altura verificado entre o grande rio sulino e a Bahia. Descreve-nos Pymar de Laval como se efetuava (v. *Pernambuco e as Capitánias do Norte do Brasil*, do autor, IV vol., cap. Comércio), enviado principalmente para conseguir escravos negros a trôco de prata.

O desvio dos lucros do açúcar para os Países Baixos, proveniente da interação em que o converso copiosamente figurava, suscitou o zêlo da coroa e conseqüente arrôcho inquisitorial, seguido de revogação de medidas liberais, de que dantes êle se valia. A invasão flamenga abria nessa altura novos horizontes para os neoconver-

sos residentes na colônia. Os do reino, inversamente, pensaram comprar contemplação do govêrno com alarde de fidelidade à Península, encontrada ocasião em manifestar-se pública e estrondosamente na subscrição voluntária aberta em Lisboa para acudir Pernambuco.

A custa de enorme sacrifício, depois de desastrosos contratempos no oceano e na metrópole, pôde finalmente velejar rumo à América a esquadra comandada pelo ilustre veterano Oquendo. Levava fôrças escassas em comparação com os recursos do adversário. A frota compunha-se de dezesseis galeões, mais quatro navios de guerra e transportes com duzentos soldados para a Paraíba, oitocentos para a Bahia e mil para Pernambuco, embarcados num total de cinqüenta e seis unidades. O inimigo também recebia tropas, armas e munições em maior e melhor quantidade das bases neerlandesas. Na ocasião travou-se encarniçado combate entre Oquendo saído da cidade do Salvador e Pater do Recife na altura da Baía da Traição em 1631; luta quase limitada às capitânias e principais navios, os demais espanhóis demasiadamente carregados de açúcar e os holandeses propositadamente lerdos no manobrar. De modo geral levaram os flamengos vantagens, providos de artilharia mais poderosa e de tripulação melhor amestrada, além de navios mais novos. Conseguiu, porém, o bravo Oquendo, atirar uma bomba-chumaço incendiária no navio de Pater e concentrar fogo no sítio onde caíra de modo a impedir fôsse apagado o incêndio. Ardeu a nau que afundou e levou consigo o comandante da esquadra. Constou, não se sabe se por invenção de fr. Giuseppe di Santa Teresa, comentador do sucesso, ou algum outro cronista, que o holandês se atirara no mar envôlto no pavilhão nacional depois de preferir ser aquêlo o único abrigo de um almirante batavo. A lenda foi ao depois objeto de graçolas por parte de divertidos, aproveitadas

por certo “blagueur” como lhe chamou Prestes Maia, o qual atribuía a Pater a frase “*O oceano é o único túmulo digno de um almirante batavo, ou bátavo como querem alguns...*”

O encontro resultara indeciso, causador de pesadas perdas sem vantagem para os contendores. Seguiu Oquendo para as Antilhas a fim de proteger a frota da prata após requisitar trezentos homens de armas dos que estavam em Pôrto Calvo. Ficava Thijssen, sucessor de Pater, dono das águas nordestinas, vantagem que escassamente aproveitou, obrigado a arribar no Recife para se refazer dos danos sofridos, sem maiores veleidades em perseguir o adversário. De qualquer maneira viu-se o arraial do Bom Jesus fortificado pelos socorros comandados por Giovanni di San Felice, conde de Bagnuoli, nobre calabrês da confiança de Filipe IV, à frente de um trôço de homens de armas recrutados no reino de Nápoles. Continuaram a se intensificar então as hostilidades em terra, com tal pertinácia e vigor por parte dos locais, que pouco faltou, certa feita, para Waerdenburgh encontrar o fim de seu predecessor Jan Van Dorth na Bahia. No intuito de atalhar a efervescência resolveram os invasores atacar as sedes das capitânicas para impedir os movimentos do adversário. A primeira medida era a concentração de fôrças no Recife a que se seguiria golpe contra as capitânicas vizinhas, operação levada a cabo com o desamparo de Olinda, que foi incendiada antes da partida dos flamengos.

Outro recurso também se ofereceu aos invasores, onde devia entrar farta cooperação do antigo converso, agora declaradamente judeu. Consistia no apoio encontrado nos índios, prêtos e mulatos, em que se destacaria Domingos Fernandes Calabar, repetição do que tanto valera aos franceses na luta contra os lusos no princípio

do povoamento nordestino. Graças ao concurso dêsses elementos ascendia, em fins de 1631, a cêrca de sete mil homens o efetivo à disposição dos holandeses no Nordeste. Fiados no futuro, apoiados no domínio do oceano que lhes permitia receber livremente suprimentos das Províncias Unidas, animados pelas adesões que encontravam, a que até cristãos-velhos eram constrangidos a acompanhar, começaram os holandeses a construção de fortificações nas cercanias da praça e na ilha de Antônio Vaz.

Era a melhor maneira de aguardar os suplementos de efetivos que esperavam com tanto resultado graças ao auxílio de Calabar, índios e negros que fugiam dos engenhos portuguezes atraídos pelas promessas dos invasores, que Waerdenburgh se animou a investir de surpresa, guiado pelos trãnsfugas, contra a então próspera vila de Igarau. Caiu êste reduto sem resistência e muito ajudou daí por diante o inimigo por ser chave da capitania da Paraíba. Nos despojos dos armazéns abandonados estavam duzentas pipas de vinho, indício da fartura dos agricultores da zona, que foram imediatamente apreendidas pelo comandante a fim de evitar desordem, como a promovida pouco antes pela soldadesca na tomada de Olinda.

Em 1632 apareceram os contingentes esperados, com mais dois diretores nomeados pela W. I. C. — Van Keulen e Jan Guijsselingh, os quais pensaram em aproveitar ao máximo a providencial ajuda do mulato Calabar, nascido em Pôrto Calvo. Distinguido no comêço da luta por feitos a favor dos portuguezes, conhecedor como ninguém do terreno onde se desenvolviam as hostilidades, passara por motivos vários a serviço dos invasores, juntamente com clientes e amigos seus cristãos-novos. Estava compensada a desvantagem inicial

do holandês, que daí por diante poderia desenvolver a posse da terra, livre dos obstáculos que no princípio o enleavam. Sucessivamente caíram em suas mãos o reduto do Rio Formoso, o de Afogados, a Ilha de Itamaracá e no Rio Grande do Norte o forte dos Reis Magos, que lhes entregava tôda a capitania. A última operação teve o dom de propiciar mais um precioso elemento a seu favor tanto na guerra como na paz, que foi a adesão dos tapuias do Ceará, outrora em parte doutrinados pelos padres Figueira e Francisco Pinto. Entretanto, indisposta a outra contra os flamengos, sempre segundo o jôgo de alianças de uma tribo com os inimigos dos rivais. Assim, procurou aos invasores o prestigioso chefe Janduí, conhecido daí por diante entre os flamengos por Jan de Wy, ao passo que outros tapuias permaneciam do lado português, juntamente como o grande chefe potiguara apelidado Dom Filipe Camarão, feito cavaleiro de Cristo por el-Rei pelos serviços à coroa na campanha.

Em 1633 foram dirigidas expedições do Recife contra o Arraial do Bom Jesus, sem lograr sucesso. No ano seguinte chegou a vez da Paraíba. Os holandeses já tinham estado na capitania sob comando de Hendricszoon mas não tinham insistido nos propósitos agressivos. Depois disto Antônio de Albuquerque, na expectativa de nova incursão dos mesmos, procurou melhorar a defesa da embocadura do rio. Reforçou a artilharia do Cabedelo, encarregou o engenheiro Diogo Pais de elevar outro reduto na margem oposta do rio, que tomou o nome de S. Antônio, cuja construção foi auxiliada por Duarte Gomes da Silveira. Além dessas fortificações, ainda elevou mais uma bateria na ilha da Restinga. Do lado terrestre também cuidou Albuquerque da proteção da cidade com trincheiras e aproveitamento de obstáculos naturais, tudo reforçado por fortificações como a

nova no alto da cidade de Filipéia de N. S. das Neves, baluarte erigido neste momento, mais outrô já existente no Varadouro.

A guarnição infelizmente era insignificante. Não passava de uns duzentos homens de armas portugêses, espanhóis e mercenários inglêses e alemães especializados em artilharia. Os reforços trazidos por Oquendo, divididos como foram, pouco melhoraram a situação, pois atingiam apenas a oitocentos o total de homens disponível quando ali apareceu em princípio de dezembro de 1631 poderosa esquadra, com mais de mil e seiscentos homens de armas comandados pelo coronel Callenfels. Chegados à barra, desembarcaram frente ao Cabedelo e começaram o sítio a poder de valas de aproximação. Mal sucedido a despeito da superioridade de forças e de armamento, o mercenário não insistiu e reembarcou depois de luta que chegou a ser acesa. As perdas foram sensíveis de ambos os lados, porém, mais no português com a morte do olindense fr. Manuel da Piedade, varão ilustre, cheio de virtudes, animador dos combatentes do lado nacional, mortalmente ferido quando pretendia confortar moribundos. Além dêle lamentou-se a perda do capitão André da Rocha e de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, assim apelidado pelos seus feitos em companhia de fr. Manuel naquela capitania, irmão do governador e de Matias.

Seguiu-se período de guerrilhas e escaramuças em volta do Arraial, reanimados os luso-brasileiros pelos socorros que intermitentemente recebiam do reino e da ilha da Madeira graças a desembarques realizados no cabo de Santo Agostinho, que frustravam o bloqueio dos neerlandeses. No campo oposto também afluíam reforços enquanto o comando estudava a melhor maneira de golpear definitivamente o adversário. Contava o estado-

maior holandês no Recife, nessa altura, com mercenários de primeira ordem, nas pessoas do alemão Sigismund Von Schoppe, dos muitos a serviço das Províncias Unidas no Brasil, e do polonês Cristovam Arciszewski (que se deve mais ou menos pronunciar Artichofsqui), ambos os dois oficiais de grandes méritos. No seu parecer, avultava a importância da Paraíba, cuja conquista colocaria o Arraial entre dois fogos, sugestões que eram acompanhadas de perto por Matias de Albuquerque por intermédio de serviço de informações no Recife, em que participavam cristãos-novos, sempre no seu jôgo dúplice de servirem todos os lados no correr de luta indecisa.

Procurou Matias tomar medidas para resguardo da capitania. Novos redutos foram levantados, ampliados os antigos, desdobrada em tôda parte a vigilância, juntadas mais três companhias de soldados à cidade Filipéia. Era, entretanto, necessário muito mais para alimentar qualquer esperança de resistência. Do Recife rumou depois de algum atraso a expedição de 1634, sob comando de Von Schoppe e de Arciszewski à frente de 1 500 homens fortemente armados. Antes que chegassem, todavia, já se dera rebate. Veio algum socorro de Goiana composto de voluntários sob comando de Lourenço Cavalcanti, que se juntou aos da capitania. Outros voluntários também se apresentaram de mais partes até, a 4 de dezembro, aparecerem os 29 navios da força inimiga numa enseada onde desembarcou a tropa e avançou sôbre o Cabedelo. A operação foi realizada com tal precisão, que os de terra pouco conseguiram resistir dada a enorme desproporção de forças dos contendores. Tampouco, puderam obstar que os atacantes elevassem trincheiras contra o forte principal do rio que ficou estreitamente assediado. Simultaneamente foram atacadas fortificações, logo tomado o fortim da Res-

tinga, abandonado o forte de S. Antônio pelos mercenários ingleses e hamburgueses da guarnição, que foi preciso apressadamente substituir. Em meados do mês aparece na várzea o conde de Bagnuoli com alguma tropa mas o Cabedelo já se encontrava com os muros arruinados e a guarnição faminta, se bem no princípio do cerco tivessem entrado alguns mantimentos a despeito da vigilância do inimigo. A 19 de dezembro rende-se o forte após luta de pouco mais de duas semanas. Sem mais esperanças retirou-se Bagnuoli para o interior de Pernambuco, onde deu começo à queima de paços, casas, barcos, etc., do pôrto. O Varadouro foi desarmado, postas em seguro as peças que lá estavam a fim de serem oportunamente empregadas contra os invasores. Fugiram, daí, os cristãos-velhos para a várzea, onde ainda resistia o forte de S. Antônio, pôsto desfalcado de artilheiros peritos, e que afinal se rendeu a 23 de dezembro. Feito isto entraram os holandeses na cidade Filipéia, rebatizada na ocasião Frederica, em honra do Stadtholder da Holanda, Frederico de Nassau. Assumiu o govêrno o conselheiro Servatio Carpentier, que deixou interessante descrição da Paraíba adiante reproduzida, cheia de curiosos pormenores sôbre a situação da capitania no momento da sua conquista pelos batavos.

Anunciado o propósito dos vencedores em assegurar a liberdade de consciência dos moradores, assim como respeito aos seus bens, começam a refluir a cidade os moradores fugitivos. Entre os mais importantes estava Duarte Gomes da Silveira, aflito por se entender com o invasor para salvar o que tanto trabalho lhe custara juntar. Deu-se na ocasião fato sintomático do espírito reinante num tempo de intenso predomínio religioso. Mandara o Bispo da Bahia, Pedro da Silva e Sampaio, que o clero católico desamparasse a Paraíba.

Não tardou em fins de 1635 a chegar do reino Cartarégia contrária à medida, tendente aproveitar a liberdade da prática de crença para mantê-la viva entre os fiéis, orientação que não tardou a se manifestar acertadíssima.

Continuava, no entanto, a guerra em tôda parte onde a resistência conseguia entrosar-se com as de outras partes da colônia. No ano de 1636 o conselheiro Ippo Eysens substituiu a Carpentier no govêrno. Iludido pela aparente tranqüilidade da capitania, quis logo depois de empossado assistir à moagem de farinha no engenho de S. Antônio. De súbito ali apareceu o capitão Francisco Rebelo que o matou assim como aos seus companheiros. Sucedeu-lhe Elias Herckmanns, espírito elevado, observador da natureza e das gentes, que deixou numeroso acervo de escritos relativos a botânica, história natural e índios da região, tudo ilustrado pelos desenhistas que aí se encontravam, fato nunca visto entre portugueses.

Dominavam nesta altura os invasores. Descoroçoara quase Matias de Albuquerque em receber recursos da metrópole. Uma série de desastres na Índia e três anos de sêcas consecutivas em Portugal, causadoras de fomes e mais calamidades na população, impediam-na de acudir Pernambuco. Não menos desalentadora se apresentava a Espanha, alvo de reveses na Europa, África, América e Ásia. A respeito circulavam nas colônias e alhures a sentença. "*Socorro de España o llega tarde ó nunca*". Como exemplo havia, muito depois da frota de Oquendo ter deixado águas brasílicas, reclamações dos filhos e viúvas de tripulantes e tropa acêrca do pagamento de soldos atrasados de anos. Sucedera completo desânimo depois do entusiasmo de 1624 manifestado na liberação da Bahia. Ninguém mais se mostrava disposto no reino a combater na América. O espantoso nessas

condições era continuar a luta no Brasil ainda depois da tomada do Arraial por Arciszewski e a perda, não menos sensível para a “resistência”, do forte de Nazaré no pontal de S. Agostinho, por onde lhe chegavam socorros do exterior. Só podemos atribuir o histórico acontecimento à idéia religiosa, reforçada pela ignorância por parte dos invasores da língua, tradições e costumes dos vencidos, pôsto procurassem os diretores holandeses da W. I. C. evitar melindrar brasileiros, e, até, lhes agradar. No afã, foram poderosamente ajudados pela adesão do padre Manuel de Moraes, nascido em São Paulo de Piratininga, jesuíta que abandonou a Companhia de Loyola para se passar à das Índias Ocidentais. Nem assim conseguiram os flamengos apoderar-se dos espíritos como tinham, graças à fraqueza da metrópole, conquistado a terra. Continuava o luso-brasileiro em geral e o cristão-velho em particular, fosse enriquecido no açúcar como um Duarte Gomes da Silveira, ou simples proletário rendeiro dêsse senhor de engenho, a despeito de possíveis vantagens da nova situação, fiel no íntimo à antiga, como não deixaria de manifestar na primeira ocasião que se lhe deparasse.

A Paraíba sob o guante holandês

A W. I. C. estende e fortifica o seu domínio pelo Nordeste.

Descrição da Paraíba nesta fase da dominação flamenga.

A PARAÍBA HOLANDESA

VENCIDO o Arraial do Bom Jesus parecia terminada a campanha com a perda para o português do seu maior reduto. Iludiam-se, entretanto, os que nos escritórios da W. I. C. ou no reino assim pensassem. Sòmente parte dos moradores da região submeteu-se ao holandês — e não sabemos com que restrições mentais! — mas outros em grande número acompanharam Matias de Albuquerque na retirada em direção a Pôrto Calvo. O êxodo carregou mais de 7 000 pessoas de tôdas as idades, sexos, condição e origem, sob aparência de mole confusa e heterogênea, unida, porém, pela mesma crença. Temos no recente trabalho de C. R. Boxer síntese do período, em que o autor nos mostra a descida de Albuquerque através da ourela litorânea, com o mesmo ânimo que em Madrid aparentava ao assediar ministros para obter meios de lutar na América.

A despeito da massa que lhe estorvava os movimentos, tomou o valoroso pernambucano Pôrto Calvo, ao que parece, também auxiliado por um quinta-coluna na praça chamado Sebastião do Souto e pelos naturais que em tôda parte para êle se bandeavam. Estavam os flamengos sob comando do coronel Picard, o mesmo que perseguira tenazmente a Matias na retirada da cidade Filipéia e incendiara na ocasião o engenho Velho de

Duarte Gomes da Silveira. Constava ainda na sua direção outro personagem cuja captura representava verdadeiro triunfo para os resistentes. Não conseguira escapar em tempo Calabar sôbre o qual caiu implacável a vindita dos patrícios. Ao chegarem ao local logo depois em vã tentativa de salvar o reduto, as forças combinadas de Von Schoppe e de Arciszewski, encontraram os restos mortais do traidor expostos sôbre a cêrca onde os tinham colocado depois de supliciá-lo. Foram enterrados com honras militares pelos últimos anos, que também pensaram em revidar a sua morte com a execução de principais do lugar, no que foram obstados pelos rogos de frei Manuel do Salvador, ouvido por Arciszewski, polonês católico, com o qual o eclesiástico se entendia em latim, ambos os dois bons conhecedores dessa língua. O argumento do frade residia em repetir o quanto a clemência dos dominadores influiria nos demais moradores. Também é possível que influísse na ocasião o fato de Matias ter levado consigo trezentos prisioneiros, assim como a suposta promessa do frade em lhe revelar a existência de minas de prata no sertão. Semelhantes versões eram autorizadas pela ganância e ausência de escrúpulos dos mercenários, de que também flamengos não escapavam. Assegurava Arciszewski, que de cumplicidade com outro renegado, em pouco em grande evidência, João Fernandes Vieira, tinha o conselheiro Stachouwer conseguido o tesouro do opulento judeu Pantaleão Monteiro, de quem Vieira fôra confidente e agente financeiro. A versão parecia confirmar-se, porquanto o infiel colaborador, mulato nascido na ilha da Madeira, se tornou secretário do conselheiro ao qual passou a aconselhar em matéria de negócios escusos facilitados pela confusão reinante nas capitânias conquistadas.

A propósito, vem de molde reproduzir o quadro que da Paraíba deixou outro conselheiro, Servatio Carpentier, a que atrás fizemos menção. Ao chegar à capitania descreveu-a com entusiasmo, de modo a Commelyn comentar nada haver de mais expressivo a respeito sôbre a região. Era, no seu dizer, das menores do Brasil setentrional, porém, sem favor, merecedora do segundo lugar depois de Pernambuco, pelo vulto do rendimento que dava aos cofres públicos. *“Traz o nome do rio que a divide em duas partes, à altura de 6 a 7 graus da linha equinocial. Ao sul do lado do mar, é limitada pela capitania de Itamaracá, da qual é distinguida por um marco. No interior passa por trás desta capitania e vai ter a Pernambuco, a abranger boa parte da grande mata do Brasil, que é limitada ao norte pela capitania do Rio Grande. O interior da Paraíba é montanhoso, cortado de vales como as capitancias vizinhas. Junto ao rio há terrenos dadivosos, de terra pegajosa”*, o característico massapé, ou terra avermelhada, que se amassa com o pé, *“onde se planta cana-de-açúcar. Os morros e vales também são aproveitáveis para culturas, porém impróprios para cana, mais indicados para mandioca, fumo e outras plantações que vicejam fácil e abundante. Acontece de notável nesta região o fato de somente as terras cobertas de florestas serem cultiváveis, tão cerradas que se tornam intransponíveis”*, aspecto seu característico. Por êsse motivo apregoavam os portugueses na sua língua, *“Terra que bem se cobre a si, bem me cobrirá a mim”*, preferidas para nelas elevar engenhos. As desguarnecidas de arvoredo viam-se desprezadas, *“porque não tinham serventia alguma”*, de modo a ser comum encontrar-se extensões de seis ou sete léguas de comprido apenas revestidas de vegetação rala e sêca, refugada pelo gado, classificadas por Car-

pentier no original francês *“la meschante terre ne sert à quoi que se soit”*. A boa, porém, recompensava com cem vêzes qualquer esforço nela despendido, continuadas por outras, as quais, pôsto menos ferazes, pareciam suscetíveis de serem melhoradas pela indústria do homem, semelhantes às de Pernambuco que serviam de cenário para Franz Post.

A produção tinha, porém, de obedecer à composição do solo. Em certas manchas de terra vicejava melhor a mandioca, mais adiante, milho ou arroz, a compor quadro descrito com comunicante entusiasmo pelo conselheiro: em uma veiga davam *“batatas, melões, melancias, repolhos, pepinos e alguns ananases”*, em outra *“abundância de frutas de árvores, laranjas doces e azêdas”* estas para empregar em confeitos, *“bananas, pacovas, duas espécies de goiabas, mangabas, anonáceas de três espécies, maracujás, coquinhos, cajus em tamanha quantidade que não é possível aproveitá-los. Tôdas as matas estão cheias dêles”*. Entusiasmado, prosseguia Servatio em ditirambos que precisamos reduzir. Dos vegetais passou aos animais sempre com o mesmo enlévo.

Junto havia campos onde *“via-se antes da guerra muito gado”*. Os donos matavam as vacas velhas, assim como aos bois quando não mais podiam trabalhar. Também eram encontradas ovelhas e cabras em pequena quantidade e muitos porcos. As matas continham abundante caça de que os portugueses se regalavam, tais veados e preás, *“além de muitos outros de que não temos”*. Nas partes desertas de habitantes, viam-se e ouviam-se também pássaros de ornamento e outros para alimentação. Entre os primeiros havia três espécies de araras e mais papagaios maravilhosos pela beleza das côres e *“outros muito fáceis de ensinar a falar”*. Na sua caça às vêzes *“o céu se cobre com êles”* de tão numerosos

eram mas, no geral os habitantes preferiam perdizes, “faisões”, provavelmente as penélopes de nossas matas, caça aquática, etc. Ajuntava, no entanto, triste reflexão: *“la guerre a presque exterminé les cocqs & poules des Indes, mais on espère qu'ils foissonneront bientôt”*. Do mar e dos rios obtinham igualmente os da capitania quantidade de pescado, a ponto de constituir grande parte do seu cardápio diário. Havia ainda refôrço de crustáceos do mar e caranguejos, encontrados até nas matas, de que os índios se alimentavam depois de misturá-los com farinha de mandioca, *“De façon que les habitants en temps de paix ont abondamment toutes sortes de nourriture”*.

A descrição de Carpentier assemelha-se à de Barleus do mesmo sítio, porém, mais variada e pitoresca que a do confrade “arcades ambos”. Explica-nos a mágoa dos índios que da Paraíba e cercanias foram afugentadas para o Maranhão (e lá mais tarde se queixaram a Claude d'Abbeville), cheios de saudades do éden perdido. Barleus, pôsto ligeiramente, refere-se, sem os pormenores de Carpentier, aos remanescentes na capitania, *“de estatura inferior à dos outros europeus, resistem pouco ao trabalho. Habitam os paraibanos sete povoações. A principal é Pinda-Una que conta 1 500 almas, enquanto as outras apenas 300. Cada uma dessas aldeias consta de cinco ou seis casas oblongas, que se distinguem por pequeninas e numerosas portas. Os índios andam nus, a não ser pequena tanga sôbre as partes viris dos homens e pequena camisa nas mulheres”*, modo de vestir imposto pelos missionários, obtido com fiação caseira de algodão ou compra das camisas mais vistosas aos portugueses. *“Gostam de estar junto das espôsas e aparentam ciúmes. Mostram-se bastante desleixados em criar os filhos e incapazes de tudo que é elevado”*, opinião pon-

to de vista de europeu, “*sem meios de lhes ministrar disciplina e boa moral, presos à miserável condição de sua natureza. Nutrem ódio feroz aos portugueses, que lhes retribuem, por tê-los réus de perfídia, ingratidão e falta de caráter*”.

De volta Carpentier no que nos diz dos povoadores brancos encontrados pelos holandeses quando chegaram à Paraíba, temos “*A principal ocupação dos habitantes consiste na agricultura, razão de cada um residir nas glebas onde trabalha. Possuem engenhos movidos de preferência por água. “Les pays est fort plein de bois”, tal como nos mostra o pintor a evocar outeiros ou vales revestidos de matas, num quadro ainda livre do peso delo da superpopulação, “l’on y trouve presque pas de villages”, desprovido de arraiais, a não ser que assim se considerassem os engenhos, muitas vêzes habitados por cem pessoas, quase que só brancos e prêtos, as aldeias de índios apartadas, se bem muitas vêzes próximas. “No rio Paraíba encontra-se pequena cidade (a antiga Filipéia) do tamanho de Gertruydeberg”. Essa região ideal para a cultura de cana, começava a decair de viço à medida que se ia para o interior, até surgirem manchas de terra calcinada impróprias a qualquer amanho.*

Os escravos prêtos a que o conselheiro aludia, custavam alto preço e provinham de Angola e do Cabo Verde, considerados como animais de luxo e tratados como tais com todo desvêlo pelos donos. Os índios potiguaras prestavam pouco auxílio, protegidos por missionários que procuravam o quanto possível resguardá-los em aldeias das exações e maus exemplos dos brancos. Quando os visitou Carpentier, eram dirigidos por um capitão índio na ausência dos franciscanos mal vistos pelos invasores, que tinham apreendido comprometedora correspondência dos ditos frades com Matias de Albu-

querque. Os aldeados eram obrigados por êsses chefes, com auxílio de capatazes especialmente incumbidos de constrangê-los a trabalhar pelo espaço de 25 dias por mês, em que deviam tecer cinco varas de pano de algodão. O dito principal cobrava ainda trabalho sem remuneração, provàvelmente à guisa de castigo por impontualidade na faina. Reparara ainda Carpentier a presença nas cabanas dos índios de rêdes muito bem feitas "*bransle de cotton dans lequel ils couchent la nuict, & le jour ils s'y brandillent & s'y jouent*".

Ao chegar o ano de 1630 o gentio manso, aldeado ou não, a despeito de inevitáveis choques de mentalidade com brancos e prêtos, podia ser considerado como parte da população. Fazia um século que estava em contato com os senhores da terra, para os quais antes da chegada do africano fornecera braços pertencentes aos cativos "*de guerra justa*", como qualificavam os governadores as campanhas contra o gentio adverso. Também lhes fornecia caça e pesca, tornadas especialidade do semicivilizado, e principalmente fôra seu mestre no aproveitamento dos recursos da natureza, inclusive da arte da guerra no litoral. Mas, acima de tudo, proporcionou a mor parte da mestiçagem naqueles primórdios, que se tornou a base da população nordestina, onde não raro se fundiam no mesmo indivíduo as qualidades do branco e do silvícola. Sóbrio, resistente, tenaz, vivo no compreender e no executar, êsse mestiço passou na guerra a ser o braço direito do afim Matias de Albuquerque na luta por manter a unidade da colônia.

Daí a aceitação do potiguara nas pequenas autarquias formadas na várzea pelo reinol. Via-se em consequência de boa vizinhança a aldeia de Tapuá ao lado do engenho do mesmo nome de Antônio Valadares, dez léguas ao poente da cidade de Filipéia. Não era a única

nessas condições. A noroeste da mesma cidade ficava a de Jaraguáçu, numa distância de três léguas, nas cabeceiras do ribeirão Pitimbu, capitaneada pelo principal Francisco Araduy. A de Jacuípe situava-se mais a sudoeste e tinha por capitão João Javaraty. Yapuean ou Igapuan ficava cinco léguas ao norte de Santo Antônio no pontal de Lucena, mais tarde teatro de refregas com o invasor, e tinha por capitão Francisco Paravaya. Jacoca, de que já tratamos, distava quatro léguas ao sul, no caminho de Goiana, cujo capitão era Diogo Botelho e Pinda-Una a seis léguas ao sul da cidade Filipéia, situava-se à margem do rio Gramame, comandada pelo capitão Manipapu.

Estas aldeias foram visitadas pelo apóstata jesuíta Manuel de Moraes, que depois de 1630 se bandeou para os holandeses. Tencionava Eduardo Prado escrever a vida dêsse estranho aventureiro, mas não sabemos se era apenas ambicioso ou também revoltado, que levou ao inimigo o auxílio da sua informação e poderosa inteligência. Depois da morte prematura do jornalista panfletário seu conterrâneo, não se encontraram nos papéis que deixou mais do que as primeiras fôlhas de rosto e título já impressas. Existe também uma relação intitulada *Carta do Padre Manoel de Moraes, Assistente na guerra de Pernambuco*, com data de 1601, ocupado em várias atividades junto aos potiguaras. Mais tarde foi ter à Holanda onde se converteu ao protestantismo, casou-se com holandesa e residiu em Amsterdam. De volta ao Brasil, prestou valiosos serviços aos novos amos, quando procurou obter para êles a amizade dos chefes indígenas que bem conhecia. Alguns corresponderam ao canto da sereia. Outros se esquivaram, como fêz Diogo Botelho, o qual provavelmente tomara êsse nome do padrinho ou de um governador-geral.

A aproximação com os nativos logo preocupou os conselheiros segundo instruções que traziam da Holanda, inspiradas pelos cristãos-novos informantes do Brasil. Mencionam Elias Herckmanns e o *Relatório* de Adriano Van Der Dussen os esforços envidados pelo invasor para se conciliar as boas graças dos tapuias. Estes índios foram os que melhores descrições obtiveram dos neerlandeses, ou mais certo, dos alemães Baro, Herckmanns e Rabbi. Espalhavam-se do Rio Grande do Norte ao Amazonas, muito mais bárbaros que os tupis, assunto das téticas ilustrações do editor Van der Aa, cientes da sua força, motivo de chamarem os europeus a Janduí, Rei dos Tapuias, e incumbirem a Roulox Baro de tratar com êle, na qualidade de embaixador. As precauções foram coroadas de sucesso de modo a assegurar durante o governo de Nassau a sujeição ao holandês das capitânicas do norte, Rio Grande e Ceará, ao contrário do que se dava no sul onde predominava o tupi.

O apoio do silvícola era cada vez mais necessário aos ádvenas porquanto viviam cercados nas partes mais importantes e aproveitáveis da colônia pela guerrilha causadora de grave perturbação na atividade açucareira. Viu-se o comandante Bagnuoli acusado pelos portugueses de demasiado cauto nas operações, entretanto, o desenvolvimento das operações dava-lhe inteira razão. Tôda vez que os lusos-espanhóis e napolitanos queriam medir-se em campo raso com o inimigo, eram fatalmente derrotados por forças superiores em número, qualidade e comando. Levavam, por outra, vantagem na tática de movimento, "*adversário extremamente ágil*" lhe chamou o seu principal opositor — o bravo Arciszewski, tática que deu os melhores resultados até a chegada de Rojas y Borjas, em que foi desastrosamente modificada, para ter de voltar após catastróficas expe-

riências ao sistema anterior. Nas tardas medidas de Olivares entravam socorros ao Brasil com fôrças confiadas a jovem fidalgo por demais animoso e imprudente. Seguiu Borjas com 30 navios com 1 700 soldados, que desembarcaram na enseada alagoana de Jaraguá em começos de 1635. Dali marcharam em direção a Pôrto Calvo, onde o castelhano se deixou surpreender no caminho por Arciszewski, que o derrotou e matou em combate. O resto da sua tropa reuniu-se nas Alagoas a Bagnuoli, que, a despeito de também receber reforços da Bahia, acertadamente preferiu continuar nas guerrilhas a repetir o êrro do espanhol.

Advento de Nassau

Cria nôvo impulso a guerra por parte dos holandeses com a nomeação de João Maurício de Nassau para governador das capitanias ocupadas.

De 1637 a 1641 domina em tôda parte o invasor.

NAS VÉSPERAS da chegada de João Maurício de Nassau ao Recife, assume a luta aspectos de épica no Nordeste, única nas Américas, em que de um lado estavam as numerosas e aguerridas tropas de uma das mais ricas e adiantadas nações do Ocidente, protegidas pela mais poderosa frota até então surgida no Nôvo Mundo, e, de outro, os chamados rebeldes do Brasil, escassamente socorridos pelos últimos reflexos da grandeza castelhana, mais mamelucos, índios e negros, os quais, a poder de meios de fortuna e indômita obstinação, não davam aos adversos um instante de descanso. Incansavelmente desgastavam o invasor, impediam a sua atividade, inquietavam-no e concorriam por todos os modos para aumentar os pesados encargos que sôbre a W. I. C. se avolumavam depois de tão prolongada campanha.

Estabeleceu-se Bagnuoli em Pôrto Calvo depois de reocupá-lo. Nessa altura, graças ao jovem André Vidal de Negreiros, nascido na Paraíba, ao negro Henrique Dias, comandante dos prêtos e de Filipe Camarão, chefe dos índios, constrangeu o napolitano, segundo Hermann Waetgen, *“os holandeses a evacuem”*, em consequência da extensão das guerrilhas que os obrigavam a concentrar fôrças, *“tôdas as praças em perigo no Sul e arrasarem os fortes dispensáveis como Arraial de Bom Jesus, Nazaré e Peripueira. Apesar disto, os regimentos*

postados na fronteira sul viam-se impossibilitados de conter os depredadores que por caminhos ocultos penetravam no território submetido aos neerlandeses. Por toda parte surgiam repentinamente bandos onde menos se esperava, que percorriam as capitânicas de Pernambuco e Itamaracá até a Paraíba. A sua passagem era assinalada por fazendas arrasadas, engenhos de açúcar e canaviais incendiados”, dizeres confirmados por outra testemunha, “*como uma caudal de fogo*”, escrevia em 1636 o inglês John Goodlad ao Conselho dos XIX, também perfilhado por Arciszewski, que ajuntava “*a funesta escassez de provisões de bôca está sempre a nos impedir de aplicar o golpe decisivo contra os saqueadores*”.

Dissipavam-se as vantagens obtidas sôbre Matias de Albuquerque na tomada da Paraíba e do Arraial do Bom Jesus. A guarnição do Recife não ostentava mais o mesmo espírito guerreiro, nem os navios da frota de vigilância e bloqueio igual ânimo ao que ostentavam cinco anos antes. Avolumavam-se de modo assustador os compromissos da W. I. C. avaliados em cêrca de 18 milhões de florins, “*soma verdadeiramente prodigiosa para aquêles tempos*”, escreve Waetgen. Entrava a Holanda pela mesma senda dos espanhóis no falacioso e ruinoso colonialismo. Embora tivessem os oitocentos e três navios, que enviara pelo mundo contra os Áustrias, apresado quinhentos e quarenta e sete unidades inimigas no valor de 6 710 000 florins, os gastos eram de muito superiores. Tampouco, as prêsas realizadas em mercadorias e escravos no Brasil avaliadas em 30 309 736 florins, davam para recuperar a despesa feita na mesma quadra de 45 183 430 florins, além de prejuízos sofridos nos territórios ocupados que não constavam na lista. Empréstimos foram contraídos com os acionistas aparentemente para explorar as várzeas disponíveis para a indústria açucareira de Pernambuco e da Paraíba. Entretanto, todos compre-

endiam a urgência de assegurar ao Brasil unidade de governo e de ação, somente possível com a vinda de governador provido de latos poderes, que reunisse sob seu comando as forças armadas e a administração pública, dantes separadas em mãos de militares e de civis.

Foi magnificamente servida na emergência a W.I.C. na pessoa do conde Príncipe João Maurício de Nassau. Temos evidente neste caso o quanto pode influir em eventos históricos as qualidades de homem excepcional, cujas virtudes encontrem em momento azado campo favorável para se expandir. O fidalgo escolhido para salvar as conquistas dos holandeses no Brasil pertencia à linhagem excelsa dos "condottieri" da Casa de Nassau Siegen, que já dera à Holanda Guilherme O Taciturno. Depois de estudar nas universidades calvinistas de Genebra e de Basileia, figurou João Maurício com brilho no exército neerlandês junto de outros oficiais alemães. Robusto, equilibrado, jovial, amador de arte e de convívio com artistas, literatos e cientistas, não deixava de possuir argúcia e presença de espírito quando se tornasse necessário. Em Haia tornara-se figura popular quando recebeu o convite, tal mais tarde aparentaria no Recife em meio da côrte que o cercava.

Na intenção de impressionar com mostras de munificências aos naturais, como nota Netscher, a W. I. C., a despeito da situação de seus cofres, consentiu em ceder ao conde 2 por cento sôbre as prêsas a serem efetuadas sôbre o inimigo. A liberalidade permitiu que êle se rodeasse de numeroso e brilhante séquito e mais manifestações de majestático poderio, como nunca vice-Rei algum aparentara na colônia. Apresentou-se João Maurício no Recife acompanhado não só de quantiosos reforços militares, como ainda de homens ilustres, em que figurava o escritor, teólogo e humanista Plante, autor de panegírico do Príncipe, edi-

tado pela firma Blaeu com as mesmas estampas da obra de Barleus, igual retrato de João Maurício por Matham e paisagens de Post. Infelizmente quase tudo foi destruído por um incêndio, salvo o panegírico de Barleus mas perdido e de Plante. Figuravam mais Wilhelm Piso, médico e naturalista da Universidade de Leyde, logo absorvido no estudo da fauna nordestina; o também médico e astrônomo Marcgraf, de Liebstadt, chegado depois dos outros, não menos absorvido em estudos locais, colaborador do precedente em trabalhos sôbre o Brasil Holandês; os irmãos Post, um arquiteto e o outro pintor, que executaram várias obras continuadas ao depois a poder de anotações e bosquejos na volta à Europa; os pintores Eckout e Zacarias Wagener, sôbre os quais não pairam dúvidas de que estiveram no Brasil, ao contrário de Franz Post suspeito de nunca aqui ter estado, autor de quadros por informação do irmão e de desenhos dos botânicos aproveitados nos seus trabalhos, como na mesma época teria feito Boaventurâ Peeters. Outros profissionais em várias matérias seguiram para Pernambuco nesta ocasião ou pouco após de se encontrarem com Elias Herckmanns, de quem já tratamos e podemos incluir na excelsa plêiade, digna do séquito de um Príncipe da Renascença.

Não tardaram a se manifestar os efeitos da suntuosa embaixada do poderio, cultura e opulência das Flandres. Dominados pela superioridade em todos os planos dos vencedores, aceitavam os naturais "*provisòriamente*" o domínio, terminado, contudo, como por encanto, no dia da partida, oito anos depois de João Maurício. Mas, naquela altura, não tardou a colhêr a companhia dos frutos da sábia política. O afastamento das guerrilhas dos centros de produção de Pernambuco e da Paraíba permitiu surto animador, ao passo que os portugueses da Bahia se viam gravemente prejudicados

pelas tomadias em mar praticadas pelos concorrentes. As remessas de açúcar chegadas às Províncias Unidas eram, depois de distraída parte para o uso dos seus habitantes, enviadas pela Europa até os limites com a África e Ásia. Calculava Roberto Simonsen em mais de 20 000 000 de libras esterlinas os lucros que lhe deu o Brasil, enquanto Maurício de Nassau esteve à testa do governo colonial.

Habilmente procurava o Príncipe aliciar os senhores de engenho de várias maneiras, em que entravam auxílio de créditos, sempre bem recebidos pelo agricultor dêles muito necessitado. Também nomeava os naturais para muitos cargos e lhes dispensava tolerância religiosa. Além dessas medidas, de grande alcance, igualmente cuidava de impressioná-los a poder da magnificência em que vivia, expediente em extremo eficaz num tempo em que os Príncipes eram julgados semideuses. Os portugueses da Bahia viam claramente o perigo. Acompanhavam ansiosos os passos do adversário e foi com o maior sobressalto que viram o conde voltar-se contra o reduto de Pôrto Calvo, trincheira avançada da defesa da Cidade de Todos os Santos. Conquistado o reduto, somente obstáculos naturais poderiam retardar a marcha do inimigo.

O arraial era defendido por Bagnuoli, desprovido, porém, de condições que lhe permitissem repelir o flamengo, mormente depois de este ser reforçado pelos socorros recebidos da Holanda. Vencida sem muito esforço a resistência da guarnição ao cabo de duas semanas de combates, foram os prisioneiros tratados com generosidade, remetidos em barcos holandeses para os Açores, tratados por Nassau, segundo dizia, como desejaria sê-lo, acaso fôsse êle o vencido. A traça era hábil, aplicada a adversário supostamente desmoralizado, em

que se contavam muitos parentes de senhores de engenho de Pernambuco e da Paraíba.

Sem perda de tempo, expugnado o reduto, saiu o conde em perseguição de Bagnuoli, que apressadamente se retirava sobre a Bahia com o resto das forças desbaratadas. Melhores conhecedores da região conseguiram, entretanto, os perseguidos atravessar o largo rio de São Francisco antes que o holandês os alcançasse, ocasião em que as charnecas alagoanas se encarregaram de causar mais danos às hostes perseguidoras do que tinham recebido na peleja. O calor do brejo rodeado de espessas florestas, em muitos sítios naquele tempo prolongadas até as praias, de onde se exalavam fermentações fecundas para a agricultura mas nocivas aos europeus, obrigou Maurício a se deter na margem esquerda do caudaloso rio, onde elevou o forte com o seu nome para dominar a "terra de ninguém" ali traçada entre os territórios holandeses e lusos. Nessa intenção foram expulsos os criadores de gado das proximidades, deixada para mais tarde a construção de outro forte mais poderoso na foz do S. Francisco para obstar incursões do lado do mar. Destinavam-se as medidas a combater o espantallo das guerrilhas, cujo maior acesso a vias de socorro era por ali. Estavam necessitadíssimos os engenhos da parte neerlandesa de paz e de tranqüilidades após longas e catastróficas hostilidades. Mas a faina maior do conde nesse sentido, mais do que perseguir guerrilheiros, consistia em reformar abusos administrativos dos antigos funcionários da W. I. C.

Eram tantos e tão daninhos que foram designados por Barleus de forma candente como *Augiae hoc Stabulum purgare*, coom se o conde fôsse nôvo Hércules às voltas como problema gigantesco. Junto dêsses apareciam outros tão prementes como angustiosos, a requerer pronta solução. Figurava junto do amparo à indústria e

lavoura a necessidade dos braços africanos de que dependia o progresso colonial. Este último assumia tal relevância, que foi dos primeiros a entrar em execução logo no ano de 1637. Organizou por esse motivo João Maurício, no Recife, esquadra comandada pelo coronel Koin, destinada ao forte de Mina, chave de um dos maiores viveiros de cativos africanos ao depois transformados em escravos na América, sistema sobre o qual repousava o império colonial ibérico. Com o remanescente da frota de Pernambuco sob comando de Lichthardt, foi conquistado Ilhéus a quinze milhas ao sul da Bahia, para vigiar e molestar o Recôncavo, porquanto constituía excelente base de operações contra a cidade do Salvador.

Ante essa atividade os portugueses não podiam permanecer inativos. Repentinamente refluíram sobre as Alagoas, que Bagnuoli lamentava não ter podido defender, em que engenhos dos aderentes aos flamengos foram queimados e os habitantes mortos ou feitos prisioneiros. Resolveram então os holandeses ampliar a *zona de ninguém* entre eles e os adversários. Transpuseram o rio de S. Francisco e arrasaram Sergipe del-Rei sem deixar pedra sobre pedra. Até os canaviais foram talados e os rebanhos tangidos para Pernambuco. Atrás das hostes nassauvianas restavam apenas ruínas fumegantes, a fim de que aos adversos nada mais aproveitasse e aos hesitantes entre os dois adversários servisse de terrível advertência.

Neste mesmo ano de 1637, tão cheio de acontecimentos, produto da incansável atividade do nôvo governo, veio João Maurício visitar a Paraíba sob pretexto de convalescer das febres que contraíra nas Alagoas. Na cidade agora chamada Frederica, foram encetadas várias providências de caráter civil e militar. Ordenou o conde a construção no Varadouro de grande armazém

e molhe para embarcações, e, simultâneamente, a completa reforma do forte de Cabedelo. De blocausse primitivo e acanhado, transformou-se em vasto sistema defensivo, com muros de pedra e cal em que se despenderam cêrca de 31 000 florins. Recebeu a fortaleza o nome de forte Margareth, nome da Princesa de Schleswig-Holstein, genitora do conde, suficiente para dominar a foz do rio onde a antiga tranqueira de S. Antônio foi abandonada por inútil.

As providências chegavam na hora oportuna. Repentinamente surgiu nos limites da capitania fôrça comandada pelo capitão Souto, ajudada pelo paraibano André Vidal de Negreiros, os quais em ousada arrancada penetraram fundo nas lavouras de cana, que foram destruídas sem poupar sequer as do pai do tenente André. Na luta travada na ocasião, o jovem foi alcançado por um chuço, ferimento tornado mais um louro na sua fé de officio, que o erigia em um dos mais temíveis adversários dos flamengos. Estas manifestações esporádicas, entretanto, não podiam sêriamente ameaçar aos holandeses, graças ao aumento do potencial militar, seguido do econômico assegurado pelo esclarecido govêrno de Nassau. Recebia na mesma hora o Príncipe no Recife solene delegação de tapuias do Ceará, adesão da maior valia no momento. Além de proporcionar ao flamengo desafôgo ao norte da Paraíba que lhe permitia concentração de esforços no sul, ainda lhe traziam eventuais reforços de guerreiros, cuja ferocidade infundia terror a brancos e índios do litoral. Entusiasmaram-se os principais tapuias pela aliança com os invasores, a quem procuravam sinceramente desejosos de com êles cooperar. Traziam na ocasião, como penhor de fidelidade, reféns em que figuravam dois filhos de chefes dos mais importantes da capitania. Dêsse modo terminou o ano de 1637, em tudo favorável a João Maurício, que via o

seu domínio sólidamente estabelecido nos pontos-chave da costa de Sergipe ao Maranhão.

Restabelecido de acessos febris, cogitou o Príncipe da conquista da Bahia, que poria térmo à dominação lusa no Brasil. Segundo lhe informavam lavrava grave cizânia entre portugueses e mais elementos europeus da Cidade do Salvador. Não se entendia o nôvo governador-geral Pedro da Silva, chegado na expedição de Rojas y Borjas, com Bagnuoli tido por responsável pelas últimas derrotas. Este, por sua vez, sentia-se fundamentalmente melindrado pela vinda do calabrés Hector de Lacalche para comandar o têtço napolitano. Não menos desentendidas entre si se mostravam as autoridades civis e eclesiásticas. O conjunto de notícias parecia extremamente favorável a um golpe contra a base lusa da Bahia.

A oportunidade sômente demorou no tempo requerido pela organização de fôrças atacantes. Em meados de 1638 apareceram no Recôncavo 30 navios holandeses, com soldados europeus e índios, num total de 7 800 homens, inclusive os marinheiros, comandados por João Maurício à testa de luzido estado-maior. Levava ainda consigo o ex-cristão-nôvo Gaspar Dias Ferreira, que se oferecera como informante "*para lhe dar conselho*", nomeado, daí, comissário das fazendas e riquezas que na Bahia se tomassem. Tais fôrças eram maiores que as conquistadoras da cidade em 1624, com a vantagem de aí aparecerem vindas de base próxima, portanto, em condições muito superiores.

As primeiras operações correram melhor do que os atacantes esperavam. Efetuou-se o desembarque sem grandes dificuldades, tomadas com pouco esforço as trincheiras da praia. Por sinal, era revés admitido por Bagnuoli, o qual aventava, em conselho, fôsse adotada a traça de 1626, de modo a retirar-se tôdas as fôrças,

armas e munições para os arredores e sitiar o inimigo na cidade. Contra o alvitre insurgiu-se o povo temeroso do saque que o arruinaria, ciente, ademais, de dispor desta vez de mais elementos para enfrentar o inimigo. Registrava-se completa mudança de ânimo por parte dos baianos, tão dispostos a lutar em 38 como em 26 a fugir. O amor aos bens operaria o milagre.

Em pouco sentiu Maurício o cambiamento e o quanto pouco valiam as informações que recebera. Por mais se esforçasse no ataque da cidade, o adversário, muito mais decidido que supusera, valentemente revidava os golpes, unido contra os assaltantes, sem mais se lembrar de velhas dissensões. A situação rapidamente piorava para o holandês apertado entre a cidade e o mar, às voltas com tremendas dificuldades de abastecimento, atacado por moléstias e ameaçado pela estação chuvosa que se avizinhava. Completamente deprimido, receoso de males maiores, reembarcou João Maurício para Recife com a tropa, doentes e feridos, sem deixar atrás de si armamento, tudo na maior ordem, sem ser molestado pelos sitiados sitiantes.

Alegava ter sido vítima de informações por demais otimistas, que tinham sugerido ataque desprovido de forças suficientes para cercar a cidade e obter provisões no interior para sustento dos soldados. Como sempre, demorara a W. I. C. em atendê-lo, como desastroso efeito. Acaso tivesse sido vencedor, podia considerar-se dono do Brasil. Talvez tivéssemos tido um nôvo império sob João Maurício I. Derrotado, surgiram contra êle no dissolvente ambiente de intrigas constituído pelo Recife, denúncias partidas dos que tinham sido contrariados em abusos pela sua chegada. Procuravam por todos os meios denegri-lo perante a W. I. C., a poder de relações anônimas oriundas do Brasil e de panfletos publicados

na Holanda. Não menos virulentos se mostravam os cristãos-novos encabeçados pelo tal Gaspar Dias Ferreira, que acompanhara a descida para presidir a repartição dos despojos da Cidade do Salvador. Uma das conseqüências do nefasto alvoroço foi a partida para a Europa de Arciszewski e mais elementos da maior valia, que abandonaram as fôrças de ocupação.

A chegada em Lisboa e Madrid das notícias dos acontecimentos, despertaram excessivo entusiasmo, julgada hora azada para libertar o Brasil das garras flamengas. Formou-se em Portugal imponente frota de velhos vasos de ambas as monarquias com mais de 14 000 homens e abundante armamento no bôjo, a maior, segundo o padre Antônio Vieira "*que jamais o oceano austral contara e ouvira*". Comandava-a o conde da Torre, tipo acabado de militar palaciano, cuja capacidade era medida pelo apêgo à tática e estratégia tradicionais, o qual, ao invés de aproveitar a surprêsa sôbre o inimigo com subitâneo desembarque nas imediações do Recife, preferiu seguir para a Cidade do Salvador à procura de refrescos e de elementos complementares julgados necessários à campanha planejada. Ao que parece, trazia o conde instruções neste sentido sugeridas pela ignorância do govêrno de Filipe IV a respeito das fôrças à disposição de Nassau. Deu tempo de sobra, destarte, — a dilação na Bahia de 1639 a princípios de 1640 à espera de abastecimentos, até da longínqua Buenos Aires — ao aguerrido adversário para também se aprontar para a luta.

Uma frota de 41 navios admiravelmente dirigida por Willem Corneliszoon saiu do Recife e foi esperar o inimigo no suposto ponto de desembarque na costa. Trouxe-se então série de batalhas navais em que na primeira, na altura do Pau-Amarelo, onde devia desem-

barcar a força libertadora nas Alagoas, correu a luta favorável ao conde da Torre com a morte do competidor. De repente levantou-se fortíssimo vendaval direção norte, como muitas vezes sucedia em janeiro e na altura do Goiana deu-se a segunda refrega em que começou a se dispersar a combinação luso-espanhola. Por mais se esforçassem os tripulantes não lhes foi possível manobrar convenientemente os lerdos e antiquados galeões que a compunham. A terceira batalha feriu-se na Paraíba, quando os navios tomavam rumo forçado para costa leste-oeste levados pelos ventos e correntes para as Antilhas. Rota semelhante também foi imposta aos reforços vindos da capitania de São Paulo para o teatro das operações, que foram ter a S. Domingos, onde os franceses os puseram a pique. O quarto encontro deu-se já na altura do Rio Grande, terminado pela completa derrota dos súditos filipinos.

Celebrou-se com júbilo no Recife a vitória que assegurava mais uma vez o domínio do mar à Holanda. Todavia, como nos diz Waetgen, os navios-transporte portugueses e espanhóis, refugiados na enseada do cabo S. Roque, tinham neste ínterim desembarcado os soldados das forças de terra em número de 2 000. À frente dessa coluna colocou-se Luís Barbalho, o qual conseguiu a façanha de levá-la por dezenas de léguas até a Bahia através das linhas inimigas. Acrescenta o historiador que não teria conseguido o feito sem o provável auxílio dos moradores portugueses do percurso. Os ecos da proeza e o refôrço desses contingentes intensificaram a fúria de bandos depredadores contra os engenhos pernambucanos, a que Nassau procurou revidar com envio de Lichthardt e Jol ao Recôncavo, onde praticaram as maiores atrocidades.

A colônia de norte a sul vibrava naquele momento na luta contra o invasor. Em tôda parte onde havia

povoadores portugueses partiam reforços para a Bahia. De S. Paulo seguiram contingentes armados e abastecimentos vários, contribuição dos vicentinos à luta libertadora, como podemos ver nos trabalhos de José Pedro Leite Cordeiro. O incremento das hostilidades não dependia por conseguinte somente de socorros da metrópole, igualmente intervinha o fator soberano da ação dos nativos, os quais a despeito das hostilidades, ou por sua causa, aumentavam a ação por elles desenvolvida e concomitantemente a resistência ao invasor. A escravidão não era mais empregada tão-só para renda de fazendas, mas no abastecimento da tropa em luta, assim como dela participavam índios aldeados, negros forros, mamelucos grandes conhecedores do terreno e da guerra à moda indígena, empolgados pelas prédicas do clero inconciliável com a religião do flamengo.

Em maio de 1640 assumiu o marquês de Montalvão o governo do Brasil com o título de Vice-Rei. O seu predecessor, o inditoso conde da Torre, não teve a sorte do duque de Medina Sidônia perdoado por Filipe II porque "*fôra combater homens e não elementos*". Atirado na Europa nos cárceres de S. Julião perdeu tôdas as honrarias, ao passo que o sucessor no Brasil, bafejado pela fortuna, viu os holandeses serem repelidos em Camamu e no Espírito Santo, incentivo para que ainda mais se intensificassem sangrentas correrias contra engenhos pernambucanos, com tal violência, que em fins de 1640 os baianos receberam parlamentares da Nova Holanda incumbidos de solicitar tréguas.

Rogava cessação das guerrilhas a troca de vantagens aos portugueses no setor holandês. As negociações foram, todavia, suspensas por retumbante acontecimento. Separou-se Portugal da Espanha, naquela hora afoçada pela guerra contra a França, Inglaterra e Holanda,

aclamado Rei em fins de 1640 o Duque de Bragança pela nobreza lusa. Libertava-se, pôsto tardiamente, o país da Túnica de Néssus que o asfixiava. O almejado desfecho do “anschluss” deixava, porém, Portugal exausto, na maior desordem financeira e econômica, com o seu império em ruínas, sob ameaça de passarem as colônias para as mãos dos holandeses, sem que no momento dispusessem os portugueses de recursos para enfrentá-los.

Entraram com tais notícias em delírio os ocupantes do Recife, externado por festas que duraram dias. Mudara-se por completo a situação. Agora não eram mais os batavos a solicitar tréguas, mas os portugueses sob alegação de que não mais havia motivo para hostilidades. A despeito de ajustes locais celebrados neste sentido, antes da chegada de instruções de Lisboa e Amsterdam, continuou João Maurício a se fortificar no Brasil, tão mais animado à vista da súbita tranquilidade que viera estimular a produção holandesa livre do avantesma de guerrilheiros. Sucessivamente deitou mão no Rio Real, ponto estratégico de maior relevância, ainda fora da dominação neerlandesa, e enviou, sob comando de Jol, expedição conquistadora à ilha de S. Tomé e pôrto de S. Paulo de Loanda, empórios da escravaria negra, organizada no Recife, com navios guarda-costas pernambucanos, em que seguiam índios frecheiros tapuias e potiguaras.

Nesse meio tempo recebera ordens da W.I.C. de atacar a Bahia. Era flagrante demonstração da duplicidade da W.I.C. apoiada pelo Statthouder na mesma hora em que se dirigia uma esquadra holandesa para Lisboa a fim de garantir portugueses contra espanhóis. Não quis, entretanto, anuir o Príncipe ao que em Haia resolviam desprovidos de nítida noção do que sucedia

a centenas de léguas de distância. Ainda eram consideráveis as fôrças baianas, apoiadas em elevado espírito da população, que, entrementes, desarmara a espanhóis e napolitanos e se apoderara de suas armas. Muito mais acertado se afigurava a João Maurício aproveitar a oportunidade para conquistar o viveiro de cativos prêtos representados por Angola. Tôda a organização colonial dependia do braço negro, de que a região visada exportava anualmente cêrca de 15 000 “peças”, no valor calculado pelos holandeses da América em cêrca de seis e meio milhões de florins!

Chegado Jol a S. Paulo de Loanda caiu a praça sem resistência, pois supunha o governador ao ver as velas, que se tratava de navios negreiros espanhóis à procura de carregamento. Logo a seguir foram ocupadas as ilhas de S. Tomé e Ano Bom cobiçadas pelo açúcar que produziam. Eram, porém, tão pavorosas as carneiradas reinantes naqueles arquipélagos, que as fôrças batavas literalmente derretiam. Sequer escapavam os índios trazidos do Brasil a despeito da sua resistência às chamadas doenças tropicais. Teve, daí, João Maurício, de transformar as ilhas em presidio, tal como antes dêle faziam os portuguezes, para onde desterrava delinquentes pernambucanos, portuguezes, nativos ou holandeses. Era sua intenção reunir à América aquêles territórios, num todo que atendesse à agricultura e ao desenvolvimento que previa para a lavoura do açúcar. Recusaram, no entanto, os Estados Gerais anuir à sugestão, partidários do completo apartamento dos dois grupos de possessões se bem reconhecessem a sua estreita interdependência, decisão em que historiadores vislumbra-ram receio dos holandeses de que o Príncipe pudesse alimentar veleidades em se tornar soberano independente dos burgueses de Haia ou Amsterdam.

No momento mostrou-se vivamente irritado João Maurício pela oposição a seus propósitos, visível no plano “*de cortar-lhe as asas*”, segundo Waetgen, manifestado pelo Conselho dos XIX. Por duas vèzes apresentou pedido de demissão, oficialmente ao se negar a proceder à conquista da Bahia. Recusou a W. I. C. satisfazê-lo, pelo que João Maurício se contentou em ocupar de modo mais completo a capitania de Sergipe. O assalto da Bahia seria, no seu entender, facilitado depois de medidas preliminares no Brasil e da conquista da África negreira, agravada por êsse motivo crise na produção colonial portugueza, sem meios daí por diante de sustentar a metrópole. Inversamente, entraria em tal prosperidade a América Holandesa, que os lucros dariam de sobra para tôdas as operações previstas.

Realizada a primeira parte do plano com a tomada dos empórios africanos de cativos, persuadido do sucesso, dirigiu João Maurício expedição para o norte, a fim de realizar velho intento na conquista do Amazonas. Primeiro caiu o Ceará, depois, em plena trégua com a Bahia, foi a vez do Maranhão. Era flagrante quebra dos acordos celebrados com os portuguezes da Cidade do Salvador, reconhecidos na Europa pelos adversários de Castela interessados em lhe destacar Portugal. Protestaram em Haia e Paris os representantes de D. João IV, mas a porfia prosseguiu disfarçada por conversações diplomáticas, recurso dos contendores para ganhar tempo e melhor se prepararem à luta armada.

Como sempre, na conjuntura, partiu a reação contra o invasor dos crioulos brasileiros. Levantaram-se os senhores de engenho maranhenses contra os holandeses sob chefia de Antônio Moniz Barreiros e se apoderaram de alguns redutos graças a apoio vindo do Pará, capitania que diretamente se comunicava com a metrópole. Infe-

lizmente para eles, receberam os flamengos inesperado reforço na chegada do capitão mercenário inglês Henderson de volta de Angola. Morreu na luta Barreiros, mas continuaram as hostilidades dirigidas por Teixeira de Melo a poder de guerrilhas. Tais sucessos repercutiam fortemente nas outras capitánias, assim como na Bahia onde se notava intensa dobadoura em preparativos militares. A crescente rebeldia notada em tôda parte, alimentada pela falta de palavra da W. I. C. e mais motivos de agudo aborrecimento para João Maurício, desalentavam-no depois de longo govêrno inçado de dificuldades. Chegava também ao fim a ocupação holandesa. Viam-se as Províncias Unidas na mesma contingência de Portugal, à medida que se lhe dilatavam os domínios na América, África e Ásia, os quais, ao invés de trazerem prosperidade, pareciam sorvedouros de vidas e de recursos financeiros.

Novamente demonstrou João Maurício intenção de resignar ao pôsto. Alarmou-se a colônia juntamente com a W. I. C. desta vez uníssonas ante o interêsse comum. Os prósperos judeus do Recife, norteados pelo senso prático, ofereceram ao Príncipe donativo anual de três mil florins. Na Holanda o Colégio dos Escabinos, ou seja o conselho máximo das Províncias Unidas, propôs destacar em cada caixa de açúcar exportada pelas capitánias do Brasil, meio rixdaller para o conde, equivalente a um florim e vinte e cinco centavos, à guisa de melhoria de vencimentos. Chegavam tarde, porém, as ofertas, João Maurício por demais convencido da inutilidade de seus esforços para manter em alto nível os negócios da colônia. Da Holanda lhe chegavam ecos da exasperação existente entre os acionistas da Companhia pelo fato de êle não saber, como diz Waetgen, ou não querer, dizemos nós, extorquir mais contribuições das

capitanias caídas sob jugo flamengo. Queriam dinheiro os burgueses batavos enquanto não se restabelecesse o velho expediente de encher os cofres da W. I. C. com assaltos no mar. Em 1644 o conde tornou pública a sua intenção de deixar o cargo em caráter irrevogável, ao mesmo tempo que apresentava o seu testamento político à guisa de roteiro para os sucessores. Terminara brilhante govêrno que não podia deixar continuadores.

A partida de João Maurício

Deixa o conde a colônia onde brilhará desde 1637. Desamparou o Brasil Holandês quando não era mais possível aos invasores mantê-lo. Colônias só rendem por certo tempo e não enriquecem as metrópoles de modo permanente. Fim da aventura da W. I. C. e ruína da Holanda dentro da mesma trajetória que a Portugal infelicitara.

A PARTIDA DE JOÃO MAURÍCIO

DEIXAVA JOÃO MAURÍCIO a colônia na hora em que não era mais possível aos holandeses mantê-la. Tinham incidido na mesma falaciosa miragem de lusos e espanhóis, e, como êles, sentiram fundo as conseqüências. Domínios de além-mar quase mais interessavam como escoadouros de produção industrial do que produtores de gêneros expostos à demasiada concorrência, ou a inovações como a indústria da beterraba. Qualquer monopólio contrário a leis econômicas ou dependente de condições precárias exige enormes sacrifícios sem garantia de sobrevivência. No Brasil a monocultura açucareira criava situações de agudo mal-estar para os coloniais que nela labutavam, motivo de João Maurício, desde a sua chegada ao Recife, acudir graças a paciente trabalho de conjunto, que, no entanto, os produtores das várzeas pernambucanas ou paraibanas, principalmente os cristãos-novos, ou os acionistas da W. I. C. em Amsterdam e Rotterdam não aceitavam e procuravam por todos os meios estorvar.

A simples contingência de subordinar-se a produção colonial ao braço africano representava complicado problema econômico financeiro, pelos capitais e esforços que exigia. Era preciso, primeiro, procurar a mão-de-obra na África a poder de vultosos capitais, para,

depois, produzir na América o que devia ser vendido na Europa. Nessas condições, além do espantinho de irregularidades meteorológicas e muitos outros óbices, via-se o agricultor constrangido a requerer financiamento em prazo longo, causa de êle cair nas garras dos “shylocks” coloniais. Esta foi igualmente a razão do descontentamento dos agricultores luso-brasileiros contra a Companhia quando Maurício de Nassau se retirou do Brasil, irritação que, juntada à idéa religiosa, amadurecia o levante por todos os nativos desejado.

A compensação porventura trazida como escoadouro de produtos neerlandeses era prematura antes do trabalho em série a poder de maquinaria aperfeiçoada, de sorte que tampouco por êsse lado proporcionaria a exploração colonialista os ambicionados lucros. Conservou até 1939 a Holanda alguns opulentos pedaços de colônias dos antigos possuidores do mundo marítimo, mas o bem-estar da sua população não dependia dêsses domínios, talvez mais dispendiosos do que lucrativos. Ao invés de se ver nas condições das Espanhas no século XVII, continuava a velha riqueza das Províncias Unidas proveniente da pesca do arenque, garantida pela sua situação geográfica. Da Holanda se dizia, pôsto não dispusesse de jazidas preciosas no solo, adquirira, entretanto, capitais que a tornavam o banqueiro da Europa; destituída de rebanhos de carneiros, possuía nos séculos XVI e XVII a maior indústria de tecelagem de lã do Ocidente; privada de florestas, constituiu-se a maior construtora de navios do mundo; delimitada por pequena população, organizara exército e marinha que lhe permitiram, mercê de mercenários, enfrentar o poderio de Filipe II, Cromwell e de Luís XIV. Estava, portanto, pelas circunstâncias, fadada no limiar da era mercantilista a ser iludida pelo colonialismo, de que só em meados do século XX conseguiria libertar-se.

A W. I. C. significava entre neerlandeses o resultado de nefasto exemplo de Espanha e Portugal em suas aventuras ultramarinas. Não houve dificuldades que os seus funcionários e acionistas deixassem de infligir ao governo de Maurício de Nassau depois de, por necessidade absoluta, chamá-lo à direção das capitâneas do Brasil. Ferviam intrigas nos escaninhos da Companhia contra os esforços do Príncipe em combater abusos, metódicamente resolver problemas, estimular progresso geral, emprestar brilho à cidade Mauricéia, onde recebia a patricios e adversários com o mesmo fausto acolhedor, como jamais a colônia ousara antes dêle esperar. Sob a sua égide sentiam-se protegidos os moradores contra exações dos agentes da W. I. C., gananciosos e ladravazes, assim como devidamente apoiadas tôdas as iniciativas úteis à colônia. Ora, a sua partida reperia as coisas no ponto de partida, na situação em que se encontravam quando o tinham convidado para assumir o governo e salvar a ocupação holandesa.

Existe controvérsia entre historiadores a respeito da atitude dos habitantes de Pernambuco e da Paraíba pertencentes ao partido neerlandês na ocasião. Alguns afirmam que a derrocada da W. I. C. foi prevista pelos habitantes do Recife, logo preparados para o abandono do Brasil. Outros negam assim tenha acontecido. O mais provável foi manter-se por alguns meses a persuasão de que nem tudo estava perdido depois da partida do conde, tão pertinaz é uma crença quando coincide com rebates de ambição. Os judeus, por exemplo, como demonstrou Samuel Oppenheim, não se transferiram de imediato para a Guiana ao contrário do que affiançou Netscher. Mas é indubitável que previam desfecho desfavorável para o domínio flamengo, porquanto um dêles, o nosso conhecido Gaspar Dias Ferreira, editor do livro de Barleus sôbre o octênio de Maurício de

Nassau no Brasil, propôs em 1645 a cessão de direitos da W. I. C. aos portugueses pela quantia de três milhões de cruzados, meio amigável e para todos conveniente, para dar por finda a aventura batava na América Antártica. A sugestão, por ser acertada, não foi ouvida. A derrocada ia daí por diante se acelerar. Fôra João Maurício substituído por um “*alto conselho*” composto do comerciante Hamel, outrora ourives em Harlem; Bas e do antigo carpinteiro Bullestraten, nativo de Middelburg. Sobrevinham depois do Príncipe grão-senhor, generoso, clemente e magnífico, três pequenos burgueses imbuídos de algumas virtudes da classe de mistura com os tremendos defeitos da mesma. O seu procedimento, se bem não fôsse mal intencionado, parecia, por assim dizer, antítese do mantido pelo predecessor. Iam contribuir para azedar de vez as relações entre holandeses e naturais, o contrário do que alcançara João Maurício, em dado momento tão estimado entre os luso-brasileiros, que D. João IV teria tido veleidades de convidá-lo para a chefia na Europa da luta de portugueses contra espanhóis.

Frisara o conde a escassez de guarnições existentes nas capitâneas, pouco mais de 4 000 homens de armas e exército terrestre, em consequência de inoportunas economias da W. I. C. Convinha, pois, não melindrar a população. Tampouco, cumprir com rigor as determinações da Companhia a respeito das dívidas dos lavradores. Acaso fôsse cumprida desorganizar-se-ia o trabalho na colônia, porquanto não era possível produzir com escravos penhorados e medidas semelhantes. Era preciso admitir más colheitas e contemporizar o quanto possível, mormente sabido que os maiores proventos da agricultura iam para vorazes intermediários. Piorava ainda a situação com outro inconveniente. Alarmavam-se os credores particulares — os cristãos-novos dos por-

tos — quando os procuradores da Companhia arrochavam os devedores. Estabelecia-se, daí, corrida para ver quem primeiro cobrava o débito. Davam-se então fatos lamentáveis, em que agricultores exasperados resistiam pelas armas aos que demonstravam requintes de avidez ao exigirem lhes fôsem ressarcidas até as despesas de condução e de comida na ida e volta, do centro de agiotagem ao engenho...

Perceberam os do “alto conselho”, a despeito da sua curteza de vistas, a inutilidade de levar em hasta pública os bens dos devedores. Eram tantos que difficilmente seriam encontrados adquirentes para lhes succeder. Ameaçavam, ademais, senhores de engenho e simples lavradores, tudo abandonar e se retirarem para a Bahia. Esta efervescência, como se não bastasse, via-se recrescida pela questão religiosa estúpida e provocada pelo fanatismo de pastôres protestantes. Por mais mediócrs fôsem os conselheiros, acabaram, contudo, por perceber sinais de rebeldia no espirito da população. Foram nessa altura avisados pelos decanos da comunidade israelita, diz Waetgen, aos quais não era possível ocultar, por maiores precauções tomassem os indiciados, conspiração subversiva gizada pelos expoentes da casta dos senhores de engenho, em que figuravam João Fernandes Vieira e principalmente André Vidal de Negreiros.

Estava longe a sombria situação do brilho do governo de Maurício de Nassau, característico de quanto pode um homem em certas circunstâncias influir nos acontecimentos que em tórno dêle se desenrolam. Quiseram sábios exogetas, laureados em suas incursões na história por congressos e institutos, objetos da preferênciã do público ledor, não ser permitido a um indivíduo gerar acontecimentos, nem tampouco dirigi-los. Segundo di-

zem, todos nós somos joguêtes de determinantes que escapam por completo à nossa vontade. A teoria impera. Está em moda, aceita pela maioria dos modernos historiógrafos. Entretanto, de quando em quando sucedem casos não muito condizentes com a regra. Assim, vemos a chegada de João Maurício ao Recife modificar *in totum* o quadro colonial criado pelos seus antecessores delegados pela W. I. C. no Brasil. De confusa e ineficaz a administração que o Príncipe encontrou, em pouco tempo surgia outra a abranger tôda a máquina colonialista, tornada magnífico fator de notáveis realizações. Entretanto de volta à Holanda em 1644 depois de triunfal visita à Paraíba, em companhia de seus auxiliares imediatos, desmorona o edifício que elevara.

A partida do excelso administrador foi sinal de regresso que os sucessores não souberam prever nem impedir. Acumularam erros sôbre erros tanto no Brasil, como na Holanda, até destruir o encetado pelo Príncipe. No entanto, bastaria manterem-se nas mesmas diretrizes, constantes, para mais, no testamento político que êle lhes deixara, para evitar o desastre. Continuada a orientação do seu govêrno, não tardaria tôda a colônia a cair nas mãos do neerlandês, sem mais possibilidades de luta para os insurretos crioulos. Longe disso, praticavam os sucessores política oposta, o que não tardou a lhe arruinar obra tão bem encaminhada.

Começara a agitação na Paraíba onde André Vidal de Negreiros e outros aproveitaram o descontentamento dos povoadores brasileiros para ativamente preparar o levante. Nessa capitania governava Paulus Van Lynghe, muito inferior em todos os sentidos ao notável administrador do tempo de Nassau, Elias Herckmanns, substituição sobremaneira propícia ao trabalho dos conspiradores. Infelizmente para os batavos, êste notável funcionário colaborador do conde, dotado de engenho,

extensos conhecimentos e talento, cujos ensaios e obras literárias passaram a clássicos da língua holandesa, dedicou-se a pesquisas de minas de prata no sertão, antes de tomar parte na expedição holandesa ao Chile. Em ambos os empreendimentos nada conseguiu e de volta do Pacífico ao Recife aí morreu em 1644. A sua ausência da capitania muito entibiou a resistência dos ocupantes, de modo a parecer que o Destino mudara a direção de suas mercês. Havia instantes em que tudo corria a favor de um contendor, como sucedera quando o padre Vieira arrebatado, tal napolitano enfurecido contra a falta de liquefação do sangue de S. Genaro, proferira incrível prédica na Sé da Cidade do Salvador, em que êle, padre, se elevava contra a injustiça do Todo Poderoso, mais propenso a hereges flamengos do que a católicos ortodoxos. Agora sucedia o contrário, fados malignos a perseguir o invasor, contra êle levantados até seus antigos colaboradores, os tapuias do Ceará.

Na Paraíba onde havia maior malquerença contra o governador e menos fôrças de ocupação, chegavam disfarçadamente contingentes de crioulos e mamelucos para refôrço dos descontentes. Por mais cometessem os representantes da Companhia atos de selvageria contra os habitantes no intuito de os atemorizarem, não conseguiam conter o esarcéu que se levantava. Em pouco contavam, as pequenas autarquias constituídas por engenhos, numerosos combatentes semelhantes aos que comandavam André Vidal de Negreiros, Filipe Camarão e Henrique Dias, composição a dar medida da brasilidade do levante em preparo. Às tantas pareceu a Paraíba um braseiro. Tôdas as exações, humilhações, extorsões praticadas pelo colonialismo da W. I. C. foram expostas e lembradas, juntamente com ódio religioso, para infundir unidade de ação, de que participavam inclusive elementos timoratos geralmente mais inclinados à com-

posição do que à luta armada. O incêndio a se alastrar impunha aos portugueses da Cidade do Salvador que se definissem pró ou contra os insurretos.

No comêço encontrou-se o governador Antônio Teles da Silva em grande embaraço, sem saber que atitude tomar, prêso aos ajustes com os batavos, desprovido de instruções de Lisboa acêrca de sua quebra. Era conhecido o interêsse de D. João IV em manter tréguas com as Províncias Unidas até se firmar no trono. Por outro, não podia, sem grave risco do prestígio da monarchia na América, assistir de braços cruzados ao movimento dirigido contra invasor, desleal, daninho e ganancioso. O mesmo sentiam outras autoridades lusas da colônia, até quando o entusiasmo dos insurretos, sob comando de Vidal de Negreiros e outros cabos de guerra, se tornou irresistível a ponto de arrastar consigo tupis e tapuias outrora aliados ao neerlandês. Sucessivamente caíram em suas mãos as fortificações flamengas em Serinhaém, S. Antônio do Cabo, o engenho da Casa Forte a uma hora de marcha do Recife, seguido da tomada de Olinda e do cabo de S. Agostinho. Ante o ímpeto, chegaram os mercenários da W. I. C. a oferecer os seus préstimos aos portugueses mediante paga de soldos atrasados. Estaria em vias de liquidação a ocupação holandesa não fôssem as vitórias navais do bravo Lichthart.

Diligenciavam os dirigentes do Recife em medidas para a defesa. Tudo que João Maurício elevara nas vizinhanças da praça — as residências da Boa Vista, de Friburgo, assim como o magnífico jardim que Piso, Marcgraf e outros tinham ornado e transformado em oitava maravilha — foi arrasado e os moradores das vizinhanças remetidos para o centro comercial. As guerrilhas cercaram a cidade e apareceu o espantallo da

fome e sede. Apelos aflitos foram dirigidos à W. I. C. que ante a ameaça respondeu com a grande expedição de Corneliszoon composta de seis mil e trezentos homens de armas. Outra leva foi preparada na Holanda em maior escala para desânimo dos portugueses do reino, inclusive o Padre Antônio Vieira, conformados em admitir a cessão aos batavos de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande, assim como empórios de escravatura em África.

Quem não aceitou o esquema proposto foi o brasileiro. Tôdas as capitanias apoiavam de norte a sul aos combatentes. Mais que nunca os filhos da terra — a mamelucada inconciliável inimiga dos que considerava hereges intrusos, avêssa em aprender holandês, enfurecida por práticas protestantes e hebraicas — resolvera expulsá-los do Brasil a todo o transe, sem medir sacrifícios. Ardia o sentimento nacional em que entravam idioma, religião, tradições, mestiçagem e aversões, além de motivos econômicos que impossibilitavam qualquer composição.

A vitória dos insurretos em Guararapes fortificou-os na colônia e mudou o ânimo dos reinóis na metrópole. Em Portugal não mais se falava em ceder capitanias, mas resgatá-las, o que representava progresso. As exigências dos acionistas da W. I. C., no entanto, tudo puseram a perder. Apoiados pelos Estados Gerais recusavam examinar as propostas lusas, apesar de, em dado momento elas se apresentarem sob égide do ditador inglês Oliver Cromwell. Tão mal-avisada política tinha de redundar em catástrofe. Cansaram-se os ingleses da ganância dos holandeses, norteadas por cobiça de mercadores e delirante nacionalismo do povo. A contrariedade ressentida moveu-os a olhar para os mal-adquiridos domínios neerlandeses. Por sua vez, o nativismo dos britânicos entrou em cena, sempre pelo mesmo princípio já manifestado no século XVI por Francisco I, em desa-

côrdo com a interpretação que os concorrentes davam ao Testamento de nosso pai Adão ao distribuir bens aos filhos. Em pouco combatiam a frota e arruinavam o comércio da Holanda no escopo de se apoderarem de seus domínios.

A agitação deflagrada no cenário político da Europa impediu aos holandeses sustentarem ao valente mercenário Sigismundo von Schoppe em Pernambuco. Perderam-se a Paraíba e as capitâneas do norte, sitiados os últimos defensores do Brasil Holandês no Recife. Com as dificuldades de comunicações com a metrópole, não eram pagas as tropas, cresciam as peias ao abastecimento da praça, apavoravam-se os mercadores flamengos e antigos cristãos-novos, de modo a criar cenário de pânico entre os sitiados. Derrotas sucessivas nos arredores do pôrto apressaram o desfecho, que a ninguém mais podia iludir. Em princípio de 1654 rendia-se o Recife mediante retirada das tropas batavas com honras militares, permissão de transporte de bens móveis aos retirantes e anistia aos da terra que tinham colaborado com os invasores.

Na Holanda levantou-se tempestuosa indignação contra os derrotados. Panfletos injuriosos foram atirados contra os antigos defensores de Pernambuco, tais o valeroso von Schoppe, alvos da fúria nacionalista do populacho de Amsterdam e Rotterdam. Declararam os Estados Gerais guerra a Portugal, pela quebra de acôrdo que os próprios portugueses tinham solicitado. Não acrescentara que fôra à revelia dos coloniais mas os têrmos pouco significavam, porquanto tão combatidos se encontravam os contendores, ambos os dois arruinados por competições coloniais, que em 1661 se celebrou em Haia paz definitiva, marco da decadência financeira daí por diante acentuada para portugueses e holandeses.

Os cristãos-novos

De primeiro serviram os Filipes enquanto detinham o monopólio do comércio dos gêneros exóticos. Depois entraram em conflito com a península assim que se lhes deparou melhor cliente. Diogo Gomes de Solis dedicava o seu tratado financeiro ao Rei de Espanha, do mesmo modo que algum tempo depois o cor-religionário Gaspar Dias Ferreira custeava a edição de Rerum per Octennius de Barleus em louvor de João Maurício de Nassau.

OS EX-CRISTÃOS-NOVOS

REGISTROU-SE NO MOMENTO mais um abalo nas capitâneas açucareiras do Nordeste com a partida dos cristãos-novos. Não havia melhor intermediário como o judeu na venda da produção ou na compra de cativos negros. Conseguiram, a poder de habilidade e eficácia, livrar Portugal da feitoria nas Flandres, em que a sua iniciativa a serviço dos flamengos substituiu com enorme vantagem para todos os custosos e pouco produtores organismos burocráticos oficiais.

Prometiam os ajustes de armistício liberdade de crença e respeito aos bens dos ex-conversos por parte do português. Entretanto, a situação dos mesmos se encontrava demasiadamente comprometida perante o cristão-velho pela colaboração que, muitas vèzes à sua custa, o judeu dispensara ao invasor. Eram, por sinal, acusados de os terem atraído ao Brasil, doesto que não nos parece muito procedente, se bem talvez o fizessem de modo indireto, dadas as relações comerciais mantidas pelo cristão-nôvo com os flamengos na altura da união das duas coroas ibéricas.

Não o fariam com o intento pròpriamente malévolo, acaso o praticassem. Seriam mais seduzidos pela superioridade econômica do batavo, que o tornava aos seus olhos muito mais interessante do que o ronceiro e pobre

fanático das Espanhas. Ademais, devia estimar escasamente ao ibero por causa de questões religiosas, porém não seria êste o principal motivo da separação. Neste terreno os holandeses ainda votavam ao judeu maior horror que o dos católicos, porquanto sequer admitiam a sua conversão. Foi sòmente em 1796, na Revolução Francesa, que lhes deram cidadania batava, e, em 1809 sob Bonaparte, suprimiu-se, graças à occupação estrangeira, o impòsto especial que sòbre israelitas pesava. E, se, a despeito da antipatia por êles inspirada, deixou o holandês de molestá-los com restrições à sua actividade na metrópole e nas colônias, era por dispor de bem organizada classe econòmica e industrial, em condições de se medir com as dos hebreus, elemento de que os iberos não contavam. Por várias vèzes os Avis e os Áustrias contra os conversos legislaram, movidos por contingências que ao batavo pouco afetavam. Não admira, portanto, recebesse em 1622 Filipe IV com boa sombra o livro que lhe dedicava Duarte Gomes de Solis, sòbre a maneira de desenvolver o comércio nas Índias, *“Tão-só movido”*, escrevia o dito autor, *“pelo zêlo do bem comum e mágoa que lhe inspirava a indigência do reino”*, mas ao mesmo tempo expandia el-Rei carta-régia contra a presença de marranos nas colônias.

A vida do economista que se dirigia ao monarca simbolizava por si só a enorme participação do converso no tráfico assegurado pelos monopólios estatais. Nascido em Portugal aderiu ao govêrno espanhol segundo menciona ao citar longa fé de ofício mercante, por duas vèzes despojado dos bens pelos rebeldes (holandeses) em viagens, quase morto de doença e fome no país dos cafres, aportado por duas vèzes na Índia desprovido, de tudo, vítima de mais vicissitudes citadas em longos períodos do prefácio. A tanta desventura curtida nos domínios de S. M. resistira pelo valor de seus conheci-

mentos, e “*engenho universal experiente no tráfico da especiaría e de todos os comércios*”. Graças a tão excelsas qualidades, prestara os maiores benefícios a Deus, a el-Rei e aos súditos, através de naufrágios, catividades, fomes, privações, moléstias, risco de vida e perda de bens. Viera, daí, maduro, aparentemente informado e bem falante, fixar-se em Madrid protegido pelo govêrno espanhol, a despeito de Matias de Albuquerque tê-lo desterrado por criminosa traficância e embarcado em navio que os inglêses aprisionaram, fatos difficilmente ignorados na côrte.

Como êle havia centenas de conversos a se agitarem nos balcões da Casa da Índia, nos empórios da escrivatura ou nos passos da Paraíba. Participavam do movimento provocado a favor do mercador judeu pelo colonialismo luso. Em nossas pesquisas de história, encontramos a constante — que poderíamos chamar “lei” — invariavelmente repetida através dos séculos, onde vemos um homem, família, casta, sociedade, monarquia, ou mesmo, teoria política, aproveitar-se das circunstâncias para altear sôbre os demais e tornarem-se utilíssimos em certa altura, até quando, alterados pelo tempo e meio em que existiram, eventualmente passam a fatores de graves inconvenientes, seguidos de subversões, guerras e mais calamidades. O português e o tráfico do Oriente marcam um desses episódios. Indicam também a espantosa mudança de condição do judeu, dantes confinado em judiarias, de onde apenas individualmente conseguia emergir, mercê de conhecimentos, que o impunham à sociedade semibárbara dos reinos cristãos no fim da Idade Média. Os estudos superiores realizavam-se neste período nos conventos e universidades religiosas, com reflexos nos habitantes do gueto quase sempre alfabetizados e não raro políglotas. A aventura colonialista lhes proporcionaria ensejo de aparecer no cenário mun-

dial na atividade que melhor convinha a sua condição de manuseador de dinheiro e no correr de dois séculos tornarem-se dominadores do mundo.

Podemos acompanhar essa evolução no Brasil, por ter sido um dos seus maiores palcos. Ausente o judeu nos primórdios da ocupação européia e no início da conquista, quando o português envidava a formação de estabelecimentos estáveis, aos poucos surgiu vindo de Portugal ou das colônias, favorecido pelo sucesso da lavoura açucareira, em constante aumento dessa fase em diante. A inflação provocada pelos “*fumos da Índia*” era o seu maior aliado. O que angariava na Ásia, América e África permitia-lhe chegar aos centros industriais da Europa e associar-se ao alto capitalismo. Não era mais o residente de judiarias abjetas da Europa de além-Pireneus que aparecia em Rotterdam ou Amsterdam, porém o homem de negócios do império luso provido de “*massa de manobra*”, cortejado na Inglaterra até por Cromwell desejoso de incrementar a economia britânica. Dava-se ares de aristocrata da “*Nação*” de muito superior aos demais correligionários, ao intitular-se “*sefardim*”, que se não misturava com o “*asquenazim*” mal-cheiroso dos guetos orientais, ao qual, por muito favor, dispensava em certos casos comiseração.

Chegava, entretanto, no melhor momento, num meio empolgado pela idéia de impérios marítimos, desde dirigentes a estivadores de portos, sob miragem de especulações que empobreciam o Estado e enriqueciam o indivíduo. Acaso pouco contribuisse o converso luso na lista de acionistas de grêmios como a W. I. C. cujo destino ainda se apresentava incerto, em compensação obteve papel primordial em Pernambuco, Bahia ou Paraíba, onde se agitava individualmente isolado, ou em companhia de parentes enquanto não sobrevinha a inva-

são para êle extremamente vantajosa. Hoje não há dúvidas, graças a abundantes e insofismáveis conhecimentos, de que o cristão-nôvo na Paraíba ou Pernambuco, tinha direto interêsse na presença de flamengos onde se realizavam negócios de açúcar.

Especializado em comércio desde a noite dos tempos encontrava fagueiro campo de operações no Brasil. Os registros do Santo Ofício trazem numerosas indicações sôbre a sua atividade em todo o império luso, intensa antes da união das duas coroas ibéricas. Nas chamadas capitánias açucareiras, de maior desenvolvimento, temos, nos processos de confissão e denúncias, inúmeras alusões à ação internacional do cristão-nôvo na Bahia, Nordeste, colônias lusas, domínios castelhanos, metrópole e outras regiões européias. Ao percorrer as páginas dos trabalhos há tempo por nós realizados sôbre as capitánias da Bahia e Pernambuco, depara-se-nos esta variedade, de que vamos extrair alguns exemplos colhidos ao acaso.

Um certo Luís Vaz de Paiva, cristão-nôvo, era muito amigo de outro converso, Manuel Baldaya, a quem acompanhava em correrias à noite pela Cidade do Salvador. De uma feita retiraram o crucifixo da igreja da Ajuda e o levaram a uma casa de tavolagem, onde diziam "*day barato a este homem*". Diziam também os baianos que na mesma noite tinham pôsto uma coroa de cornos na cruz dos Passos na porta da cidade em direção ao Carmo. Não contentes, ainda suspenderam a cruz na força pública, como se fôra condenado e assim appareceu na manhã seguinte aos fiéis que se dirigiam às igrejas. Tamanho escândalo houve por êsses abusos que prenderam o Baldaya no aljube, de onde fugira, supunha-se para Pernambuco. A despeito dos destemperos não o perseguiram na ocasião, quanto ao cúmplice, êste

deixava o Brasil pouco depois com um tio de nome Luís, senhor de engenho, também suspeito à inquisição, e constava que tinham ido para Lisboa. Ali, Luís casou e depois se transferiu com armas e bagagens, ou melhor com a mulher e os capitais amealhados no Brasil, para Gulfo. Esta localidade freqüentemente citada no Santo Officio, estaria, segundo depoimento do guarda-livros Gaspar Afonso, nas Flandres.

Das ligações de conversos com várias partes do mundo temos a denúncia contra Pero Garcia, opulento mercador na Bahia, também dono de engenho de açúcar, o qual tinha no escritório uma carta de correligionário, escrita de Pisa, na Itália, em que a outro recomendava “*faça o que Deus mandava*” para ir ter àquela cidade para “se salvar”. O assunto era religioso, pelo que indicava o missivista o nome dos correspondentes (um dêles Luís Vaz de Paiva) para servirem de correio e pedia fôsse destruída a carta depois de lida. Nos papéis da inquisição temos nomes de interessados nesse comércio de aspecto internacional citado pelo cristão-nôvo Brandônio “*muitos homens têm adquirido grande quantidade de dinheiro amoedado e de fazenda (estoque de mercadorias) no Brasil pela mercancia, posto que os que mais se aventagem nella são os mercadores que vêm do reino pora esse effeito, os quaes commerceam por dous modos, de que hum delles he que vem por ida por vinda, e assim depois de venderem as suas mercadorias fazem o seu emprego em assucares, algodão e ainda ambar muito bom e gris*”.

No rol dos que procediam acima temos Aleixo Fernandes “*que he ido pera as capitánias de baixo*”, Gonçalo Carneiro veio da Índia para o Brasil, Jorge Barreto idem, Francisco Ferraz appareceu em Pernambuco na embarcação S. Pedro vinda da Índia, João Fernandes

fôra do Recife “*pera as partes da India*”, Lopo Martins chegou pela terceira vez em 1595 a Olinda na frota de Viana, fato bastante estranho para quem era sapateiro de profissão. Muitos desses indivíduos se diziam cristãos-velhos para poderem passar às colônias em tempos de restrições aos conversos. Outros diziam ignorar a origem, mas a mor parte era indubitavelmente cristã-nova. Alguns estabelecidos nas capitâneas, que muita fôrça lhes conferiam, negavam origem hebraica, pôsto tudo concorresse para confirmá-la, como João da Rocha Paris, que de Viana veio a Pernambuco, a seguir foi à Inglaterra em tentativa de comércio direto de açúcar e pau-brasil, com escala na volta nos Açôres, Canárias, Angola, Bahia e novamente Pernambuco, absorvido no trato de vinhos e outras mercadorias menos inocentes havidas em Angola. Dessa proveniência tinha chegado a Pernambuco Manuel Marques, Manuel Ribeiro, Lourenço Teixeira, e, em uma denúncia da cristã-nova Branca Dias, ocorre “*Fulana Jorge casada com hum mercador que vae pouco tempo ha com negros de Angola*”. Inversamente “*Foam, criado de Manoel Homem, foi pera Angola e ora se espera que venha a esta terra*”. Nuno Álvares chegara na mesma ocasião de S. Tomé; Belchior Garcia tinha casa em Olinda e “*ora está pera hir pera Angola*”; Simão Godinho estava igualmente de partida para Angola onde já residira. Bastião Dias declarava em Olinda que estava de partida para Angola, muito provávelmente a serviço de traficantes. Diogo Gonçalves, que se dizia tanoeiro, inexplicavelmente partira do Recife para as “*Capitâneas de Baixo*” e daí se passara para Angola. Gaspar Francisco estava em 1594 em Olinda “*de caminho para Angola*”. Vicente Mendes partira de Évora de onde era natural, para Rio de Janeiro, São Vicente e outras partes, daí para Angola e novamente Pernambuco. Não sendo funcionário

civil ou militar nem eclesiástico, tantas viagens parecem indício veemente de traficâncias com o principal gênero de exportação da África. O mesmo se estende a Lourenço Teixeira, que da vila das Chaves no arcebispado de Braga foi ter ao Recife, depois se passou a Angola, para depois de algum tempo reaparecer em Pernambuco sem declarar profissão.

Diremos de passagem que nestas peregrinações muitos dêles contraíram vários casamentos, como Antônio Monteiro, que se disse “*homem do mar*” casado em Vila Nova de Portimão, de onde foi ter ao Peru e desposou outra mulher. Descoberto o delito e sentenciado a dez anos de prisão, conseguiu fugir, tornar a Lisboa, onde se juntou à primeira espôsa e depois se mudou para Itamaracá. Não se sabe como viveu em plagas peruanas, mas como não parece ter exercido aí a profissão de “*homem do mar*” é fácil concluir qual seria a sua atividade.

Acontece que em grande parte, como já apontamos, dependia o tráfico africano do contrabando de prata responsável pelo ajuntamento de aventureiros, que Paul Groussac denominou a “*Bohemia Peruleira*” nos domínios dos Filipês lindeiros com os de Portugal. Severos editos proibiam semelhante tráfico pelo prejuízo causado ao erário de Espanha, tornou-se, porém, difícil de obstá-lo depois da união da península, a começar no govêrno de Manuel Teles Barreto, um dos conquistadores da Paraíba. Descreve Pyrad de Laval as suas modalidades no fim do século XVI quando estêve no Brasil, “*Ceux (os negreiros portugueses) qui veulent faire plus long voyage, les viennent vendre (os cativos negros) en la rivièrre de Plata, dont ils rapportent force d’argent... ces marchands... attachent des sacs pleins d’argent aux ancrs, puis quand les officiers du*

Roy se sont retirez en levant les ancre il le mettent dedans...

Na carta de Jerônimo de Albuquerque a el-Rei ainda em 1555, no comêço do desenvolvimento açucareiro, ocorre o nome de um dêsses traficantes de escravos, “*Soube do dito Diogo Fernandes que hum Bento Rodriguez, morador nesta cidade que tem arrendado o trato da Gyné, folgaria de povoar os ditos dous engenhos de Santiago em Olinda*”. Apresentado por judeu, poder-se-ia presumir que a outro também seria dada a estreita cooperação existente entre safardins. Depois dêste, de certo modo precursor, encontramos nos registros do Santo Officio mais nomes de empresários cristãos-novos do tráfico negro. Quarenta anos depois de Bento, foi denunciado em Pernambuco certo Sebastião Pereira “*que veo de Angolla com peças*”, pertencentes a Leonardo Frois de Lisboa, de quem Sebastião era feitor. O mesmo se disse de Francisco Roiz de Vila Real, perto do Pôrto, “*que de Angola viera para aqui com escravos*”. Na mesma denúncia figurava outro judeu, Nuno Álvares, “*ora senhor de engenho de San Bras da Varzea*”, que era vindo com carregamento de “peças” da ilha de S. Tomé, grande depósito de cativos arrebanhados no próximo continente. Não menos ativo no mesmo officio era Ruy Gomes, da família dos cristãos-novos Bravo, senhores de engenho na Bahia, o qual percorria as costas da África e da América à procura de mercadoria e dê clientela.

Na mesma época aparece em Pernambuco — de onde iam cativos prêtos para a Paraíba, ao contrário do tempo da conquista em que potiguaras eram remetidos para os engenhos pernambucanos — um tal André Pedro, que era feitor de suspeitos de judaísmo, os irmãos Fernão e Diogo Soares. Lidava com os bens dos patrões,

foragidos “*por casos seculares*”, o qual seria hoje classificado como técnico. Dizia-se oriundo de Aces (Aachen?) “*arraya entre Frandes e Alemanha*”. Fôra com treze anos de idade para Lisboa e após praticar nove anos em várias “*casas de mercadores*”, mudara-se para S. Tomé e Angola, de onde veio para o Brasil após despender nessas viagens cêrca de dois anos e meio. Estivera, portanto, no foco da traficância em que operavam cristãos-novos, aos quais no Brasil passara a servir, típico elemento da interligação luso-holando-hebraica em plena atividade no fim do século XVI, nos domínios de Filipe II.

Outro personagem semelhante, porém, indubitavelmente judeu e a serviço de si mesmo, era Diogo Lopes, natural de Évora, localidade que mandou muitos conversos naquela altura ao Brasil. Dizia-se habitante da cidade do Salvador, onde era “*senhor de um dos guindastes della*”. Por volta de 1612 estivera na Madeira para vender açúcar. A ilha também o produzia, mas ao que parece o do Nordeste, principalmente da Paraíba (tido como o melhor de todos), aí era baldeado para ser vendido com esta proveniência, segundo diz Pyrard de Laval. A guerra, porém, tudo subvertia, inclusive valôres econômicos, pelo que Diogo resolveu vendê-lo diretamente em “*Nostra Dama*”, em Flandres, presumivelmente Rotterdam. Nesta cidade encontrou o licenciado Antônio de Vilasco, castelhano, cristão-velho natural da Mancha, conterrâneo de D. Quixote, depois morador em Itaparica, lavrador de mandioca. Encontrou outro cristão-velho, Domingos Prestes, asturiano, “*que ora serve de Capitão em Peroaçu*”, ambos residentes em “*Nostra Dama*’.

Em conversa perguntaram-lhe por um tal Manuel Homem, ilhéu, que da Bahia se transferira para o Rio

de Janeiro e depois nas Flandres apparecera. Respondeu Diogo que bem o conhecia, occasião em que os castelhanos affirmaram ter o Homem apostatado "*a nossa Sancta Fee catholica e se fizera judeu na ditta cidade de Nostra Dama*". O próprio Homem assim lhes dissera. Não pôde, porém, Diogo vê-lo porquanto teve de ir a negócios a Hamburgo. De volta à Bahia foi inquirido pelo bispo a rôgo de espôsa do traficante, que êle abandonara na Europa, por outra, vindo a saber por fulano Ferreira armador de igrejas que depois de Homem ter estado no Rio de Janeiro o tinham prendido em Angola de onde fugira em uma nau holandesa para a dita cidade.

Aí temos exposto duas actividades, a do denunciante Diogo, que negociava açúcares na Madeira, depois em Rotterdam ou outro sítio qualquer nas Flandres, a seguir em Hamburgo, para voltar à Bahia, onde possuía um dos guindastes que carregavam mercadoias no pôrto. A do denunciado não era menos activa, traficante de negros em Angola e nas praças neerlandesas, onde punham à disposição dos adversários de Filipe III os conhecimentos que tinham sôbre aquêlê gênero de traficância. Contudo, atrás do aspecto económico em questão surge outro mais complexo para o estudioso do assunto naquele tempo. Por que não adotara Manuel Homem a religião protestante quando abandonou a católica? Podemos aventar que assim procedia, movido primeiro, pela liberdade de crença assegurada pelas Províncias Unidas, segundo, pela antipatia que neerlandeses votavam aos judeus. Os iberos exigiam a conversão tão-só como medida acauteladora contra possíveis divisões no povo, dissolventes do que os monarcas espanhóis mais almejavam, que era a unidade religiosa e política do reino. Os flamengos não temiam esta divisão, mas levantavam barreiras ao convívio com desprezados

indivíduos, afora dos capitais e informações que lhes proporcionavam. A exigência de conversão nos Estados ibéricos era igual para todos que nêles habitassem, ao passo que a aversão por certas comunidades nos Países Baixos se exercia mais contra judeus, principalmente quanto ao aspecto social e racial.

Os ajuntamentos que os cristãos-novos realizavam à noite nos maiores centros da colônia em casa de correigionários, como sucedia com Melchior de Bragança, "*hebreu de nascimento, doutor converso à nossa Sancta Fee*", segundo rezavam no fim do século XVI os registros do Santo Offício, serviam não só para a prática da crença mosaica e fortalecimento da fé dos antepassados no coração dos cristãos-novos, como incidentalmente tratar de negócios. Nessas ocasiões havia troca de informação sôbre vários empreendimentos, oportunidade dos mesmos e sítios onde podiam exercer-se, de que provinham especulações dependentes de viagens. Na sua permanência, infelizmente curta, na Cidade do Salvador, o viajante lavalino Pyrard descreve como a encontrou, repleta de contrabandistas de prata e traficantes de negros.

Eram em quase totalidade cristãos-novos, que aplicavam o máximo dos seus esforços no giro mercante, explicação da ausência de luxo e de comodidades em suas casas, notada por estrangeiros quando se deu a invasão da Bahia. Não desperdiçavam um ceutil além de inversões econômicas, a propósito do que, diz Pyrard jamais ter visto circular tanto dinheiro como no Salvador, em transações levadas a cabo com moedas de prata, de dois, quatro e oito réis, equivalentes à metade do real "*a cinq sols*", quase sem outro dinheiro para negócios originado do contrabando no sul. Explicam-se, destarte, as referências constantes na visitação no Nordeste e

Bahia acêrca de conversos como Francisco Sanches, “*que dizem querer ir pera Tucumão*”, ou Rodrigo D’Avila “*que ora esta pera se partir desta villa pera o Rio da Prata*”, e assim por diante em fins do século XVI.

A união das duas coroas oferecia ensejo a numerosos conversos introduzirem-se dos centros açucareiros do Nordeste nos domínios espanhóis do vice-reinado do Peru, que abrangia grande extensão da América do Sul. Favorecidos pelos meios de que dispunham e solidariedade encontrada nos centros mineiros “*como se costuma entre a gente da nação*”, segundo vemos no depoimento de Belchior de Bragança, penetravam onde dantes lhes seria defeso. Escrevia o commissário do Santo Ofício de Buenos Aires por volta de 1618, “*pide remedio la facilidad que entran y salen judios en este puerto sin que se pueda remediar, que como son todos portugueses, se encubrem mas a otros*”. A quantidade dêles chegou a ponto de “*português*” significar judeu não sòmente na Holanda, mas também nas Américas. Protestava, daí, na região argentífera o inquisidor Antõnio Ordoñes, na cidade de Lima, contra ajuntamentos de cristãos-novos portuguezes na região. Participava ao Conselho das Índias a premente necessidade de serem criados mais tribunais permanentes do Santo Ofício além do limense, a fim de que abrangessem a imperial vila de Potosi, mercado da prata, assim como o pôrto de Buenos Aires, que era a porta de entrada dos portuguezes.

Por determinantes várias preferiram, todavia, os conselheiros localizar o segundo tribunal em Cartagena de las Indias, para melhor atender as populações das Antilhas e o importante comércio, e, por conseguinte, contato com estrangeiros, que lá se efetuava. Tais medidas demonstram que mais do que religiosa se destinava a inquisição a defender a coroa em todos os ter-

renos, desde o da unidade política, até a espiritual e econômica, tal qual hoje se procede na Rússia, satélites, China ou Cuba. Repetia-se também em Lima, *la Ciudad de los Reyes*, o mesmo que sucedia na Cidade do Salvador, todo o comércio nas mãos de “*crístianos nuevos*”, além do mais estrangeiros. Em pouco contra êles levantava-se intensa odiosidade, sem que encontrassem como na sede brasileira a indulgência de um bispo como D. Constantino Barradas.

As condições do meio eram também diversas. Nos domínios portuguêsés tornavam-se cristãos-novos, pela impossibilidade de a metrópole acudir o produtor, indispensáveis ao mesmo, causa de autoridades civis e eclesiásticas fecharem os olhos sôbre o seu proceder. Nas partes castelhanas a indústria extrativa de metais preciosos prescindia dessa adesão puramente parasitária. Mal vistos na Espanha, muito mais o seriam nessas condições nas colônias. Era com má sombra que os súditos de Filipe III viam entre Lima e Buenos Aires, Santa Cruz de la Sierra e Tucuman, escalonarem-se marranos lusos estabelecidos com misteres vários pelas estradas, a servir de apoio em bases estratégicas para descaminhos da renda de S. M. em que predominava o tráfico da prata, açúcar e negros nas vertentes americanas do Pacífico.

As do Atlântico, na América Central, tampouco escapariam. Segundo reclamações de funcionários castelhanos em 1621, simulavam os cristãos-novos portuguêsés arribadas forçadas com cativos negros e mercadorias no pôrto de Buenos Aires para burlar as reais cédulas que proibiam tráfico danoso “*al comercio de Sevilla en tierra firme Venezuela y del Perú*”. Realizava-se a importação de gêneros europeus na América espanhola por Carta-

gena de las Indias e Porto Bello, ao depois distribuída por via terrestre às povoações coloniais, primeiro pelas costas do Pacífico, e, a seguir, transpostos os Andes, desciam até as margens do Prata. O aparecimento de ativos mercadores como judeus providos de dinheiro alcançado no Nordeste brasileiro, traçara nôvo itinerário mercante avêssô ao antigo. Iam as mercadorias do sul para o norte, de Buenos Aires ao Potosi, de sorte que *“el diñero del Perú va por este puerto a Brasil y del Brasil a Olanda por la muncha comunicaci3n que tienen los cristianos nuevos del Brasil com los herejes de alla”*, onde vemos a estreita associaç3o do converso luso com o flamengo e a raz3o do Rei de Espanha levantar barreiras restritivas aos que lhe infligiam enorme prejuízo. Estamos longe, portanto, de mero capricho a orientar perseguiç3es religiosas, como sistematicamente propalaram historiadores de diferentes nacionalidades no correr do “Estúpido Século XIX”, período êste lamentável pelos seus prejuízos, preconceitos e mais absurdos a caracterizá-lo.

Os processos da inquisiç3o resultantes da campanha efetuada na América espanhola contra os cristãos-novos confirmam *in totum* o seu grau de nocividade. O confisco de bens de alguns sentenciados alcançou somas consideráveis para o tempo e lugar. Em Cartagena João Rodrigues de Mesa teve de entregar ao fisco sessenta e cinco mil pesos. Brás Rodrigues Pinto, cinqüenta mil, Francisco Rodrigues de Solis, quarenta mil, quantias que, juntadas às de réus menores, e às que rendia a Inquisiç3o de Havana, perfizeram em trinta anos mais de quatrocentos mil pesos ouro! Tal a ganância com que se haviam os correligionários dos asquenasin atualmente sentenciados, neste ano de 1964, à morte na Rússia, por idênticas exaç3es.

A rapidez com que muitos cristãos-novos enriqueciam era espantosa. Tanto no Brasil como nas colônias espanholas eram os governadores constantemente obrigados a intervir para refrear-lhes a ação prejudicial à coletividade. Fôra o govêrno metropolitano forçado a ordenar a Mem de Sá, que não mais permitisse ações judiciárias de cobrança no Brasil sem preliminar exame, tantas as queixas que ao reino afluíam sôbre exações de todo jaez cometidas pelos mercadores judeus da colônia. Aproveitavam-se da sofreguidão de povoadores lusos em levantar engenhos com dinheiro emprestado, para depois de alguma espera se apoderarem do fruto do seu trabalho. A respeito dizia outro governador, Manuel Teles Barreto, que os tais *“vinham destruir a terra, levando della em tres ou quatro annos que cá estavam quanto podiam e os moradores eram os que a conservam e acrescentam com seu trabalho e haviam conquistado à custa do seu sangue”*.

Entre os conversos havia intermediários de negócios que auferiram proventos de mais de cem por cento no revender mercadorias como bufarinheiros pelas fazendas. Um zangão comprara partida de cativos africanos, e, antes de os receber, vendera-os fiado a um lavrador por determinado prazo, que não chegava a um ano, *“com mais de 85 por cento de avanço”*, dizia o autor dos *Diálogos*, também cristão-nôvo. Esses depoimentos coevos e insuspeitos demonstram à saciedade que os conversos da América não seriam tão inocentes como os seus atuais correligionários à viva fôrça nos querem persuadir.

Não admira destarte edificarem-se subitâneas fortunas na zona açucareira como a do Pero Garcia na Bahia ou João Nunes, judeu suspeito de maus costumes, solteiro, mercador onzeneiro e dono de três engenhos na

Paraíba cujos haveres eram avaliados em mais de duzentos mil cruzados. Outros havia como Bento Dias de Santiago em Camaragibe, rendeiro dos dízimos do açúcar — o mais importante de todos — de quem os governadores tomariam (como tinham feito com o onzeneiro João Nunes) somas emprestadas para a conquista do Nordeste. O mesmo fizeram Ambrósio Fernandes Brandão, feitor do precedente, o presumido Brandônio dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, dono de importante fazenda na Moribara e de engenhos em Itamaracá e na Paraíba. Simão de Leão “*contractador dos dízimos do assucar*”. Francisco Mendes, “*rendeiro do dizimo das mandiocas e meunças de Pernambuco*”. Simão Fernandes, “*rendeiro de rendas*” e muitos mais felicíssimos em negócios com o público e o govêrno, que poderíamos citar, e constante aumento em número e posses na zona açucareira. Dêles disse Pyard “*Les bénéfiques qu'ils réalisent au bout de neuf ou dix années de séjour dans ces pays sont incroyables, car ils en retournent tous riches*”. Eram tantos e tão ricos que ao chegar Menasseh Ben Israel a Londres depois da guerra no Nordeste, para negociar a entrada de muitos dêles na Inglaterra, inquietou-se o govêrno holandês contra possível perda de capitais e somente serenou quando soube que não se tratava de habitantes da Holanda, mas das colônias ibéricas, e muito lamentou a iniciativa assim como procurou desviá-la.

Para melhor exercer a atividade do modo que mais lhes aprouvesse, conservavam-se os ex-conversos solteiros, de sorte que ocorria farta prole mestiça no Nordeste abandonada atrás dêles, ou deixavam a legítima família no reino. Era-lhes fácil dêsse modo transportar-se rapidamente para os centros onde podiam adquirir dinheiro, atitude oposta à do cristão-velho, cujo espírito e tendência de amor à terra propendiam para o enraizamento

no lugar em que trabalhava. O caso de Luís Franco, judeu português estabelecido no Peru, demonstra como os marranos estavam de baús feitos, sempre prestes a emigrar, sem haver nesta extrema mobilidade invariável motivo de fuga ante perseguições religiosas. De modo geral, não se tingia de ódio e prevenção do povo luso contra o judeu, muito menos no Brasil. Sòmente quando perjuro, depois de aceito o batismo com tôdas as vantagens atinentes, é que podia incorrer em penas severas, como, ademais, era tôda a legislação do tempo. Porém, por circunstâncias peculiares ao lugar, pouco ou nada padecia. Era tão absorvente a faina desbravadora no Nordeste, que se confundiam os habitantes na cooperação necessária para levar a bom têrmo a obra em curso. O cristão-nôvo daquelas capitânicas gozava do mesmo critério a abranger os brancos "*abaixo da linha equinocial*", como disseram velhos viajantes. É sintomático o exemplo de Dinis Bravo "*de nasção, senhor de engenho*", denunciado por Melchior de Bragança, porque lhe dissera serem os judeus das Espanhas mais judeus do que os do monte Sinai. Perguntado pelos da mesa inquisitorial se o tal se encontrava em juízo perfeito, respondeu Melchior que sim, mas não o contraditara por se tratar de personagem "*rico e poderoso nesta terra*", pelo que, tampouco, houve qualquer perseguição contra êle. . .

Como vemos, já naquele tempo o dinheiro lavava tudo, suscetível de fazer de vulgar tratante, enriquecido sabe Deus de que modo, esclarecido protetor da ciência e das artes! Dava-se na conjuntura reflexo de ascensão social em meio absorventemente utilitário, semelhante ao registrado com outras misturas, segundo o conhecido episódio narrado por Saint Hilaire, que no correr de viagem pelo sertão certa vez perguntara por "*um mulato*" e recebeu resposta de que êle não o era mais, pois fôra nomeado "*capitão-mor*" da localidade. Pare-

ciam fundir-se dessa maneira em tal ambiente ambas as facções, a dos novos e velhos crentes, todos fiéis súditos de S. M. Sentiam, porém, os conversos, por demais adiantada a decomposição do velho organismo filipino, para se conservarem a seu lado na luta que se anunciava com os holandeses na era do mercantilismo. A preferência vinha, portanto, de ambição em negócios mais do que qualquer outra determinante, inclusive religiosa.

O cristão-nôvo português no Brasil holandês

Desfrutavam grande importância os conversos portugueses na zona açucareira. Representavam o “medidor” das condições económicas do lugar. Assim que uma região se tornava próspera ali apareciam. Caso contrário, desapareciam. Na retirada dos neerlandeses do Nordeste acompanharam-nos por julgar assim conveniente aos seus interesses.

O JUDEU PORTUGUÊS NO BRASIL
HOLANDÊS

FECHARA AS VISTAS o Príncipe João Maurício de Nassau sôbre muitos excessos dos antigos conversos lusos na zona açucareira pelas mesmas razões que a seu respeito inspiraram a indulgência dos portugueses. A necessidade da colaboração de quem precedera o holandês na zona açucareira, a influir tanto na produção como no seu escoamento e fornecimento de braços à lavoura, forçava o govêrno a contemporizar, antes de qualquer medida coercitiva contra determinados elementos coloniais a trôco dos serviços que prestavam.

Não podemos desejar depoimento mais esclarecedor sôbre o problema do judeu no Brasil neerlandês, que as reclamações dos flamengos contra os cristãos-novos, ou melhor, ex-cristãos-novos, de origem lusa, a afluir de modo crescente na colônia recém-conquistada. Vinham de Portugal e das Províncias Unidas, para onde nas décadas anteriores do império filipino tinham ido em afazeres atinentes ao tráfico colonial. Agora tornavam em quantidade ao solo americano após repudiar a conversão que lhes tinham impôsto para poder tratar de negócios. Se bem o protestante batavo não se sentisse afligido em matéria econômica pelo hebreu como sucedia com os atrasados iberos, o afluxo repentino que aumentava con-

sideravelmente o seu número, passou a molestá-lo quando se adensaram no Recife, onde já havia quantidade remanescida do tempo da dominação portuguesa.

Segundo estudos do Dr. Arnold Wiznitzer, a principal densidade hebréia em Pernambuco se verificou por volta de 1644, no fim do período nassauviano, quando maiores vantagens desfrutaram durante a supremacia de armas batavas na região. Nessa altura, contavam-se 1 450 indivíduos num total de brancos inferior a 3 000 na capitania, o que dá enorme proporção principalmente se levarmos em conta dedicar-se o ex-cristão-nôvo ao comércio caído quase por inteiro nas suas mãos. Também nos permite avaliar o seu grau de intensidade através das estatísticas, que davam os proventos do açúcar de 1637, quando Nassau apareceu no Brasil, a 1644 quando partiu, em 7 618 498 florins para a W.I.C. e 20 303 478 florins para os produtores, e, principalmente, intermediários de vária espécie. Teríamos ainda a acrescentar à lista outras produções, como mandioca, aproveitada no abastecimento de naus mercantes e de guerra, pau-brasil, algodão, âmbar, madeiras, pimenta, etc., em que entravam até aves ornamentais que vemos nos quadros de Eckhout ou de Post, mercadorias de menor tomo, porém interessantes para certos mercadores.

O Príncipe de Nassau orientado por mentalidade indubitavelmente superior, alicerçada na melhor cultura que a Europa no momento dispensava, iniciou govêrno notável pela compreensão do sítio, gentes e quadra em que se exercia. Mostrava-se tolerante e progressista, onde reinava trabalho intenso, que devia redundar a bem de todos e não só para agremiações exploradoras do esforço alheio, tal a W.I.C. Ele mesmo mercenário compreendia melhor a vantagem de aluir barreiras artificiais como as elevadas por estreitos nacionalismos, ca-

racterizados por enxurro de prejuízos e preconceitos, em que predominavam zelos religiosos. E, desde estendessem liberdade de culto a ex-cristãos-novos, julgou também razoável outorgá-la aos velhos, pois tanto precisava de uns como dos outros. Mas, como sempre sucede em casos semelhantes, a resolução em aparência acertada deu os piores resultados.

Desentendidos no tempo dos portuguezes, mais ainda o foram as duas facções sob os holandeses com a agravante de ainda sobrevir o invasor para mais complicar as coisas. Temos a respeito esclarecimento da situação nas reclamações do sínodo protestante do Recife, composto de neerlandeses e mercenários em mor parte alemães, do governo e fôrças armadas. Esperavam, como era óbvio, resistência e dificuldades por parte dos lusobrasileiros; espantavam-se, porém, com mais um óbice, que não previam tão vultoso, na pessoa dos judeus. O seu ajuntamento era julgado demasiado. Meia dúzia de especialistas em traficâncias comerciais, a compor corpo estranho em uma coletividade, já era excessivo. Imaginemos bloco a compor a mor parte da população que hoje chamaríamos “burguesa” do Recife! Não era somente a inveja provocada pelo sucesso de outrem a intervir no caso, igualmente os males provocados por uma grei absorvente, objetiva, ávida e exclusivista, que em pouco se lhes afigurou altamente daninha pelos seus excessos, *“tot schand em schade der Christen”*.

As exações que daí praticavam os incômodos dominadores do comércio recifense, principalmente em negócios do açúcar bafejados por Maurício de Nassau, indignavam e alarmavam o respeitável sínodo. Recorrem os seus componentes diretamente aos Estados Gerais por meio de representação reproduzida em Waetgen: *“Acentua-se cada vez mais a passagem do comércio do*

Brasil Holandês para as mãos dos judeus. No Recife encontram-se os negociantes cristãos quase à margem do mercado, "spectateurs van de negotie der jooden"... Todos os judeus que aqui chegam são efusivamente recebidos pelos seus correigionários, que lhes proporcionam colocações como corretores, feitores ou gerentes, nos engenhos e plantações de açúcar. Todo lugar de corretor que se torna vago é invariavelmente preenchido por um israelita, que dedica os seus esforços à supremacia do comércio judeu. Quase todo o açúcar passa pelas mãos dêles e quando surge oportunidade de ganho onde fôr, imediatamente Israel deita-lhe garra. O que lhes não convém é deixado pelos discípulos aos cristãos. No geral dos países, obriga-se por cautela os judeus a usarem distintivos, chapéus vermelhos ou insígnias amarelas no peito, para que todos saibam com quem lidam e não se deixem por êles enganar e roubar. Por que sentir dúvidas na adoção do mesmo cuidado? Por permitir aos judeus se apoderarem do varejo e continuamente abrir lojas? Pois, não é conhecida a maneira como procedem, enganosos como filhos de Judas? Mentem, enganam, usam pesos falsos e medidas alteradas, de sorte que só podem com êles concorrer os que não se envergonhem de usar semelhantes processos".

Empolgados pela indignação deixavam-se levar os do sínodo a excessos de linguagem prejudiciais ao que pretendiam, mas na confusão, de permeio com demasias, às vêzes acertavam, como no passo em que atribuíam o sucesso do ex-converso nas praças açucareiras ao fato de conhecer a língua do país, que continuava portuguesa. Como ser intermediário de negócios apenas com holandês? Tanto mais que os luso-brasileiros se recusavam em aprender o idioma do conquistador, o qual era obrigado a entender o luso acaso quisesse fixar-se na região, como sucedeu aos flamengos que através de casa-

mentos com brasileiras nela se radicaram. Assim tiveram de proceder os Van der Ley e outros troncos de profusa descendência luso-batava no Nordeste. No restante do documento, enfurecia-se o sínodo com a ganância do hebreu que *“Pela usura e contínua extorsão contra lavradores os judeus assumem aspecto de peste nas terras do Brasil”*, sugadores do trabalho alheio em tempo de paz ao passo que na guerra, quando era necessário encontrar combatentes, êles desapareciam como por encanto. *“Será, por desventura, a favor dessa gente que se eleva o capital da W. I. C.?”* perguntavam exaltadíssimos, *“para que judeus piohentos, chegados sem camisa depois de bárbaramente nos explorarem voltem carregados de riquezas para o ponto de partida? Casta imunda exportada para a América do Sul por tôdas as sinagogas do mundo!”*. Esqueciam-se, nos arroubos, que também velhos cristãos, sem excetuar holandeses praticantes da heresia calvinista, cometiam tôda sorte de infrações aos mandamentos da religião e leis vigentes.

Em todo caso, uma das causas da fúria do sínodo e em geral da população, inclusive gente da governança, contra os antigos conversos, partia do seu péssimo costume de agravar o descontentamento e irritação que produziam, não só pela avidez e exclusivismo em matéria econômica e social, como ainda acréscimo pouco inteligente de blasfêmias, injúrias, desacatos, conspurcações, iconoclastia, vandalismo, profanação, etc., praticados contra a crença dos outros habitantes da colônia de que damos aqui apenas alguns exemplos colhidos ao acaso. Repetiam contra holandeses os mesmos agravos encontrados nos registros do Santo Ofício contra os cristãos-velhos no tempo dos portugueses. Davam-se constantemente, no reduzido ambiente das povoações coloniais, explosões de fanatismo como a de Antônio Mendes, alcunhado O Beiju, a bradar em público *“que se*

soubera que tinha alguma coisa de christão velho se lançaria ao mar ou fogo!", curioso proceder que se aproxima das declarações de ilustre descendente de cristãos-novos, quando últimamente dizia na Holanda ao prof. E. Coornaert, odiar a judeus franceses porque se mostravam tégpidos na prática da religião mosaical!

Encontrariam os ex-conversos vigilância ainda mais superciliosa nos neerlandeses do que no tempo dos portuguezes. Antes da occupação do Nordeste pelo flamengo podiam os cristãos-novos se esbaldar em atentados contra a crença dos velhos. Assim o filho de "*Ataqueiro comediante*" queria comprar um ornato religioso pertencente ao capitão do forte de S. Antônio em aperturas de dinheiro, para collocá-lo na mochila do seu cavallo. Simão Nunes tinha uma égua no seu engenho de Maré, à qual pusera nome de Maria. Antônio Nunes, de alcunha o Pífaro, quando perdia no jôgo açoitava um crucifixo. Outro cristão-nôvo cosera um crucifixo no colchão em que dormiam os hóspedes. Jerônimo Nunes comungava depois de copiosamente almoçar. Os Ferrões, opulentos mercadores, atiraram no esterquilínio um retábulo que representava a descida da cruz. Simão Alvares sepultara ao correligionário Gaspar de Moura na igreja do Carmo com uma moeda de ouro na bôca. Por aí além, succediam-se incontáveis os casos dêste gênero. Mas havia pior na mentalidade dos inquisidores, que inócuaente no Brasil os recensearam. Nos ajuntamentos noturnos dos cristãos-novos à volta da tora, dava-se troca de livros como a *Demanda Judiciária*, em que Belial contestava fôsse Jesus o Messias. Livros prohibidos constituíam avantesma das autoridades civis e eclesiásticas, mormente quando os inimigos dos Habsburgos imprimiam na Holanda muitos milhares da Bíblia de Ferrara em "*lingoagem*", ou seja, em castelhano, para fomentar nas colônias e alhures a heterodoxia de-

fesa pelos Filipes, para fins de quinta-colunismo preparatório da invasão. A despeito da maior ou menor gravidade dos delitos praticados, não foram longe contra elles as represálias da justiça secular ou ecclesiástica lusa. Pelo menos não sabemos de execuções, ou confiscos, ou sequer multas applicadas aos transgressores, ao passo que, no Brasil occupado pelos flamengos, desabavam frequentes penas sôbre judeus quando infringiam leis e costumes, com possibilidade de penas capitais, em tempo sustadas por Mauricio de Nassau, o qual, todavia, a despeito de ostensivamente proteger a seita incriminada, não conseguia livrar os sectários de castigos em extremo dolorosos, tais pesadas multas impostas pelos “escabinos” da colônia, em extremo sensíveis para os que as deviam pagar.

Diz-nos Waetgen que, no Recife, apenas chegava aos ouvidos do Conselho Ecclesiástico noticia de qualquer malfeito de judeus, instantâneamente levantava-se clamor contra os amaldiçoados filhos de Israel. Eram tidos, além de inimigos e difamadores das outras religiões, como sonegadores do fisco, freqüentemente às voltas com os tribunais por contrabando de mercadorias, tirar açúcar de caixas prontas para serem exportadas, falsificação de documentos, etc. Do Brasil conjurava o sínodo ao Stadtholder e Assembléia dos XIX, que tomassem enérgicas providências para coibir abusos. Recresciam, daí, rigores contra o judeu escarnecedor de protestantes, felizes os que em 1641 escaparam de terrível sentença com o não menos terrível sacrificio consistente em multa de 4 000 florins pagos aos pobres da cidade. Deram para mais os incendiários discursos dos predicantes, em excessos populares, culminados pelo linchamento de certo judeu por injuriar o credo de Calvino.

Excitação igual, mas do lado hebraico, levantou-se na Holanda assim que se difundiu o relato da tragédia.

Advertido a respeito João Maurício, que não desejava melhor pretexto, passou o julgamento de crimes desta natureza dos escabinos ao conselho político, tal como se procedia na Holanda. Segundo Waetgen, apoiado em farta documentação, o Príncipe contava com os ex-conversos para se firmar no govêrno da colônia. Todavia, verifica êste autor, a despeito da simpatia pelos semitas, “*que algumas vêzes*”, ao Príncipe assaltavam “*dúvidas se lhe era licito sôbre eles depositar tão ilimitada confiança*”.

Gozavam, nessa altura, os antigos súditos dos Áustrias, privilegiada situação em o Nôvo Mundo, enquanto não passavam a desfrutar a mesma no Velho. Eram os únicos entre os que se agitavam nas colônias, a possuírem capitais, tornados imensos pela solidariedade judia num tempo em que Reis e Imperadores, repúblicas como a Holanda ou ditaduras como a Grã-Bretanha, sentiam fome de dinheiro amoedado. Duas soberanas de França saíram dos armazéns dos Médicis, antigos mercadores de Florença, prestigiadas pelo dote adquirido por traficância e intrigas políticas. Acompanhavam igual fadário as grandes companhias instituídas em Amsterdam e Rotterdam, esperançosas do dinheiro hebraico para se desenvolverem e saírem de periódicos apertos. Daí, ao se imporem às finanças, impunham-se também os judeus ao govêrno neerlandês, primeiro nas possessões, isto é, no Brasil, depois na metrópole. Todos os corretores de Recife eram da “*Nação*”, inúmeros dos melhores engenhos de Pernambuco e da Paraíba pertenciam a agiotas, e, segundo o conselheiro de finanças Adriaen Lems, cujos parentes deixaram farta prole no Brasil, os antigos marranos eram os maiores arrematadores de escravos em leilões recifenses. “*Aí adquiriam braços relativamente baratos para as suas plantações e com o restante mantinham florescente comércio ao pas-*

sar a sobra dos prêtos aos fazendeiros cristãos por elevadíssimo preço. A licitação devia ser rigorosamente paga em prazo determinado a poder de partidas de açúcar. Caso contrário tinham os devedores de pagar juros de três a quatro por cento mensais, às vêzes acima desse número, sôbre as quantias devidas. Além disso, ao prestarem fiança nos leilões de escravos para os compradores cristãos, cobravam êsses corretores pela formalidade para êles fácil e sem desembólso entre correligionários solidários até 30 por cento do total das peças negociadas”, e, concluía Lems, “Os fazendeiros cristãos nunca têm ensejo de prosperar, obrigados a compra de negros caríssimos, mais o gravame de juros elevados”.

Do lado dos guerrilheiros da “resistência”, não era menor o ódio ao ex-converso, pelo apoio que davam ao invasor. Muitos, sem dúvida, diziam-se, quando se viam entre os insurretos, fiéis ao credo católico e a D. João IV, mas, nem sempre logravam escapar de sanções, queimados seus engenhos e taladas as plantações de cana-de-açúcar. O apêgo ao lucro e excessiva confiança no poderio neerlandês, evidentemente maior que o luso, reteve ainda por algum tempo o cristão-nôvo no palco onde obtivera extraordinário sucesso. Alguns, porém, mais impressionáveis ou suspicazes, deram sinal de retirada. Liquidaram haveres, realizaram capitais do melhor modo possível e regressaram para a Holanda, nessa altura o maior centro de negócios coloniais do mundo. Os donos de propriedades imobiliárias desvalorizadas pela insurreição brasileira, demorados na partida por motivos vários, viram-se ante maiores problemas, e outros, interessados em atividades dependentes da ocupação neerlandesa, demoraram-se junto dos aliados à espera da vitória sôbre os adversários.

Na Europa, tinham mudado as condições políticas favoráveis à pequena e industriosa Holanda. O triunfo

que obtivera no assalto aos domínios ibéricos e a sua prosperidade tinham-na colocado na precedente situação de Filipe IV visado pelas demais potências européias. Agora eram os holandeses que se viam premidos a leste pela Áustria interessada nas Flandres católicas, no sul pela França de Luís XIV resolvida a se apoderar da margem esquerda do Reno e no oceano surgira a Inglaterra como direta competidora da atividade marítima e mercante das Províncias Unidas, estimulada neste sentido pelo ditador Cromwell, mais um colonialista entrado em cena para em pouco se tornar o maior de todos. No fadário ainda tiveram os flamengos, nessa altura, conflitos com a Suécia. Apertados desse modo os da W. I. C. em terra e no mar, nas colônias e na metrópole, não mais logravam conservar o que tinham roubado a Portugal, ou melhor, aos brasileiros. Mantinham inúmeras possessões dantes na posse das coroas unidas, algumas mais tarde libertadas pelos próprios brasileiros, para restabelecer o abastecimento de braços necessários à lavoura, mas perdiam a prêsca principal, o Nordeste, considerado a chave da América Antártica, a base econômica, política e militar que lhes permitia eventualmente tomar conta de tôda a colônia e domínios vizinhos.

A capitulação do Recife se operou assim que apareceu em águas nordestinas a esquadra de Britio Freyre. Destinada pelo govêrno luso a apenas impressionar os defensores batavos e obter melhores condições de paz na Holanda, a sofreguidão dos insurretos arrastou as forças lusas, desencadeado ataque geral marítimo e terrestre às fortificações pernambucanas. O dissolvente receio dos judeus, desordem dos civis, insubordinação dos mercenários e males que geralmente se multiplicam sobre combatentes desmoralizados, apressaram a rendição. Deu-se no momento em que Houthain, coman-

dante do Cabedelo, ia receber considerável auxílio de navio holandês carregado com 20 000 libras de pólvora e 8 400 florins suficientes para pagar os mercenários. Nas demais partes ocupadas por forças neerlandesas aonde chegou a notícia de que se efetuaría deposição de armas sem condições, entregues os defensores ao arbítrio dos vencedores, disparate espalhado pelo pânico que se apoderara dos ex-cristãos-novos, imperou desânimo, principalmente na Paraíba. Apesar de ainda se encontrarem em condições de resistir, valeram-se os mercenários dos fortes de Orange, Itamaracá e Cabedelo da presença de navios de guerra holandeses a seu alcance, para retirar todo o armamento dos fortes e mais pertences e depois velejaram para as colônias holandesas na América Central, onde muitos antigos senhores de engenho no Brasil os tinham precedido.

No correr das hostilidades contra os Filipes, assenhorearam-se os holandeses de férteis tratos de terras nas ilhas no continente centro-americano. Em muitos havia condições semelhantes às do Nordeste para a cultura das mesmas produções. Realizado armistício no Recife de maneira favorável aos batavos, arrebanharam os da comunidade hebréia tudo que lhes foi possível no lugar, antes de seguir para os novos remansos com os haveres. Viam-se ainda bafejados pela circunstância de ser fácil a mudança graças a ventos e correntes, que do litoral paraibano directamente impeliam embarcações para as Guianas e Antilhas. Eram tão poderosas que não permitiam a volta pelo mesmo trajeto, raramente turbado, ademais, por tempestades a não ser em determinada estação do ano. A única desvantagem consistia em lá não encontrar lavoura organizada pelo cristão-velho, ou seja, o fruto de trabalho pioneiro, árduo e semeado de insídias, nem tampouco população em condições de se tornar frutuosa clientela.

O judeu sempre foi em todos os tempos exato medidor da prosperidade de uma região, e, da mesma, desfrutador até surgir em condições especiais em nossos dias a precária república de Israel, que representa exceção. Muitos poderiam tentar permanência no Nordeste depois da queda do Recife, mas, entre o batavo próspero e adiantado e o luso falido e atrasado, preferiam de longe o primeiro, independentemente de preocupações religiosas. De qualquer maneira, sabiam como através da conversão burlar diretrizes monárquicas. A associação, porém, com o batavo razoavelmente lhe parecia muito mais lucrativa, daí, os especializados em misteres citadinos embarcaram dos passos recifenses ou paraibanos para Amsterdam e os mais interessados em lavoura para a Guiana ou ilhas próximas. Foi então que apareceu o marrano luso em número nas sinagogas holandeses, assim como na lista de poderosas emprêsas como a W. I. C. e a O. I. C. onde sobressaíam os safardins, Fonsecas, Sás, Pereiras, Mendes, Costas, etc... com pretensões a constituir a aristocracia hebréia do lugar sob nomes legítimamente cristãos.

Em nossos estudos dos registros do Santo Offício — inesgotável manancial da história nordestina e baiense — encontramos poucos apelidos de habitantes dessas regiões na era quinhentista, que poderiam servir de indício de judaísmo. Suspeitamos apenas de Paz, Leão, Milão, Bravo e Paris, e, isso mesmo, por exclusão pelo fato de encontrá-los somente no século XVI em cristãos-novos e nunca em velhos. Leão mais tarde se difundiu por velhos, novos e novíssimos, porém os demais se resentem até hoje de bafio mosaico. No entanto, por conclusões apressadas de investigadores improvisados, estabeleceu-se entre nós com teimosa resistência e deplorável receptividade, que velhos nomes ibéricos tão-só porque apareceram uma vez em judeus, são indícios de origem,

se bem surjam muitas mais vêzes em cristãos antiquísimos, tais Nun'Álvares Pereira ou Sousa Chichorro do princípio da monarquia. Esqueciam de todo, os tais exegetas, que o marrano fôra obrigado a tomar nomes cristãos, e, não raro, procurava padrinhos ilustres de quem tomavam o apelido. Nada têm, portanto, velhos nomes peninsulares como Mendes, Pereira, Sá, Fonseca ou Oliveira, com hebreus além de terem sido por êles adotados em circunstâncias especiais.

Mudados do Nordeste para a América Central, levaram consigo a mor parte do que tinham adquirido antes e durante o domínio holandês, além de reter por certo tempo os empórios da escravatura na África. O francês Du Tertre deixou impresonante relato a respeito da migração dos que continuavam agricultores a poder de dinheiro, técnicos, escravos, pertences e tudo mais, idos de Pernambuco ou Paraíba para sítios onde vicejava cana e era possível elevar engenhos. Acêrca dos índios vistos nas suas viagens em meados do século XVII diz aquêl autor, "*Nous avons deux sortes de sauvages naturels de l'Amérique qui servent dans les Antilles... Les uns sont Brasiiliens, les autres Arouaques, peuples de la terre ferme (onde se encontrava a Colônia e Venezuela) & enemis mortels de nos Caraibes... & vendent les hommes & les jeunes garçons aux François, Hollandois ou aux Anglois...*

Pendant la guerre que les Hollandois ont fait aux portugais dans le Brésil, leurs aventuriers faisoient indifferament esclaves tous les Souvages Brasiiliens qu'ils attrapoiient, ou à la pesche, ou dans les terres lors qu'ils y descendoient, car quoy que ces peuples fussent libres, les Hollandois pretendoient que leur bonne intelligence avec les Portugais, les rendant leurs ennemis, leur donnoit droit de leur ravir la liberté, & de les vendre dans des Isles eloignées, & comme le besoin que la plupart

de ces vaisseaux ont de se rasfraischir, les obligeoit à passer dans nos Isles, d'autres mesmes y venant exprés pour chercher du fret, ou pour charger du bois vert, pour payer une partie du voyage, ils vendoient les Sauvagens qu'ils avoit pris au Brésil.

Esses escravos eram mais espertos e hábeis que os antilhanos, fato atribuído por Du Tertre à antiga convivência deles com portugueses. Certa vez, "*Deux Pères Cordeliers de l'Isle Saint Michel aux Açores*", em 1657, numa viagem, foram perseguidos por navio holandês. Refugiaram-se, daí, na então chamada ilha de S. Cris-tóvão, junto de confrades franceses, o que lhes permitiu proveitosas observações. Durante a forçada permanência no sítio, pregavam em português com muito interêsse dos índios brasileiros ali encontrados, também muito contra a sua vontade. Conseguiram, até, converter os que tinham volvido para o protestantismo impôsto pelos pastôres batavos. Pelos dizeres dêsses eclesiásticos, informantes de Du Tertre, os nordestinos levados às Anti-lhas eram numerosíssimos e se conservavam em extremo saudosos de sua terra.

Confrange o destino daqueles pobres índios vítimas do desmedido colonialismo de supostos civilizados, capazes das maiores barbaridades desde entrasse em jôgo a insanável ambição que os caracterizava. Outros dêsses infelizes antigamente venturosos em seu "habitat", foram surpreendidos refugiados em 1656 na serra de Ibiapaba pelo padre Antônio Vieira, ilustre pregador, político, epistológrafo e missionário nas horas vagas. Êsses infelizes representavam o mesmo drama dos que tinham sido vendidos pelos neerlandeses, mas do lado oposto, perseguidos por se bandearem do invasor. Eram produto da intensa propaganda realizada para fins políticos junto a potiguaras e tapuias pela seita reformista a serviço das Províncias Unidas. Apareceram no Maranhão

aos missionários vestidos de sêdas e veludos oferecidos pelos batavos, assim como dispunham de livros em que liam, e de papel veneziano em que escreviam elegantes missivas, seladas com lacre vermelho tal qual procediam os cidadãos originários de Harlem ou Muenster entre os quais tinham vivido. Segundo o ilustre jesuíta, o recanto serrano estava em vias de se tornar nova Genebra, refúgio de luteranos e calvinistas como se aquêles nativos tivessem nascido na Inglaterra ou Alemanha...

Houve outros casos de fidelidade aos invasores que se tornaram conhecidos. O principal índio batizado, Pieter Poty, pelos holandeses, conservou-se fiel ao calvinismo a despeito dos tratos que lhe infligiam quando caiu prisioneiro dos portuguezes depois da segunda refrega de Guararapes. Carregado de ferros foi remetido ao reino mas faleceu em viagem, amostra de casos provavelmente muito mais vêzes repetidos, em que vemos a doutrinação do índio encetada por missionários católicos darem frutos sob pastôres protestantes. Como sempre nestas circunstâncias, a grande dificuldade na conversão de indígenas consiste no primeiro contato com os chamados civilizados, como vimos no princípio dêste trabalho, no capítulo dos missionários.

Com a perda do Recife, último baluarte flamengo na América Holandesa ao sul do continente, terminara o pesadelo, que cruciava o brasileiro e arruinava o portuguez. No quadro da desordem originada nas colônias pela união das duas coroas ibéricas e nas suas consequências, temos de observar os dois lados materiais e espirituais decorrentes dos acontecimentos. Não podemos separar um do outro. Antigos povoadores como Duarte Gomes da Silveira, que pelo trabalho, pertinácia, inteligência e estoicismo, tinham ao luso garantido pontos-chave da sua maior possessão, são exemplos das pro-

vações que lhes infligiu o choque de avidez colonialista no Brasil.

Colhidos pela voragem da guerra êsses pioneiros foram alternadamente vítimas dos contendores. Obrigados a aderir ao invasor, viram-se alvo das sanções dos insurretos, para logo depois serem constrangidos a se rebelar contra as exações fiscais do dominador, de modo a se tornarem ao mesmo suspeitos. Nas alternativas prolongadas no período de ocupação, sentiram-se oprimidos não só pelos males da guerra, como por casos de alcance muito mais profundo, hoje difficilmente concebíveis na sua plenitude, tal como há três séculos se manifestavam. Em qualquer fase da nossa antiga história, temos em primeiro lugar de distinguir os efeitos de fenômenos religiosos.

Encontrava-se o homem português em meados do século XVII, tanto o da metrópole como o das colônias, ainda não de todo alterado nos usos, costumes e cultura antigos, pelo abalo que lhe infligiu o colonialismo do Oriente. Havia grande diferença entre o homem dos portos e centros em contato com estrangeiros e suas civilizações nas mais variadas partes do mundo e o restante da população ainda com o mesmo aspecto que tinha no tempo de D. Henrique ou de Afonso V. Muitos dos povoadores aparecidos nas capitánias saíam de regiões sertanejas aonde os tinham ido buscar interessados no desbravamento de várzeas açucareiras, e, se bem aí entrassem em relações com tôda sorte de indivíduos, conservavam inteiriça a mentalidade reinante no meio em que êles e os antepassados tinham existido. Das repercussões dessa mudança do homem de rincões metropolitanos para os núcleos em formação de Pernambuco ou Paraíba, sob a égide de rígidas disposições monárquicas, em primeiro lugar figurava a presença da Igreja, preponderante, onímoda, absorvente, imposta

pela legislação civil e eclesiástica e voluntariamente aceita pelo homem ibérico necessitado do seu amparo. Amplificava-se-lhe ainda o alcance nos domínios ultramarinos, em que o transmontano ou beirão sentia nostalgia da pátria distante. Nunca no caso encontravam maior significação os versos do poeta Feijó,

*Ah! Meus domingos de Portugal,
Católicos, apostólicos, romanos. . .*

a recordar em terras distantes reuniões ensolaradas à porta de capelas campesinas.

Representava a Igreja na psique de ibero muito mais do que a máquina estritamente leiga administrativa da coroa em nortear os seus gostos e pensamentos. Tornara-se nessas condições a diretriz máxima das populações coloniais, e, daí, inevitavelmente a espinha dorsal do colonialismo luso. Comentava certo pastor protestante na Paraíba durante a ocupação holandesa, “*sôbre esta gente (os habitantes do lugar) exercem os padres católicos fantástica influência!*”. A propósito recordaremos a significação das bulas dos Papas Martinho V, Eugênio IV, Nicolau V, Calixto III, Sixto IV, Inocêncio VIII e Alexandre VI, os quais outorgaram à Espanha e a Portugal o mundo marítimo a fim de que convertessem pela persuasão pacífica ou pelas armas — de onde o colonialismo — antípodas hereges ou infiéis.

A ação do clero era talvez mais intensa em ultramar do que na metrópole. Nas colônias americanas onde se formavam povoações à imagem das metropolitanas, a única autoridade a um tempo eclesiástica e leiga era a dos missionários ou clérigos regulares. Nas sedes, os bispos estavam acima de governadores e mais delegados civis e militares do régio poder, incumbidos de defender as populações de quaisquer infiltrações, tidas por dano-

sas, de seitas suscetíveis de quebrar a unidade nacional. E procedia acertadamente a coroa nesse sentido, como em pouco se verificou na luta contra franceses, ingleses e holandeses, indiferentemente católicos, luteranos ou calvinistas, inimigos da monarquia.

Absorvia ainda a Igreja outros setores da vida privada e pública dos coloniais, dispensadora no Brasil por excelência da instrução dos brancos, conversão de índios e de prêtos, em tarefa cimentadora das diferentes partes da estrutura social, à qual, temos de reconhecer, conferiu notável unidade. Pode-se, pois, afirmar que dependeu do influxo religioso juntamente com tradições, língua e costumes a associação do brasileiro à metrópole durante três séculos de ferrenho colonialismo, por largo espaço sem espessas nuvens, somente adensadas no fim de setecentos quando não mais foi possível à Igreja conter efeitos de fatores políticos, econômicos e doutrinários vindos de uma Europa convulsionada.

Aparece, destarte, a ação do clero em tôdas as manifestações da vida colonial, sobressaída a sua decisiva intervenção na longa campanha holandesa que poderia ser letal à formação do Nordeste. Temos indício da violência da luta travada nessa ocasião pelo número extraordinário de oficiais superiores de forças armadas e altos personagens da administração civil, portugueses, espanhóis e holandeses, mortos durante as hostilidades, as quais se caracterizavam por aspectos implacáveis, não apenas em choques decorrentes de política colonialista, mas também de princípios religiosos que temos de observar com o máximo cuidado através dos acontecimentos no proceder de católicos, judeus e calvinistas.

O rescaldo da invasão

Exausto depois da luta, Portugal sujeita-se a oneroso tratado de paz cujo maior encargo recaiu sobre o Nordeste.

A despeito do óbice, dedicou-se o parai-bano à recuperação da lavoura açucareira e a restauro dos empórios do tráfico negreiro, assegurado pela expedição de Salvador Correia de Sá, saída do sul com recursos havidos no Rio de Janeiro e São Vicente.

Graças à tenacidade do seu habitante encontrava-se a capitania da Paraíba normalizada e em plena faina produtora no comércio do século XVIII.

O RESCALDO DA INVASÃO

TENTARAM OS PORTUGUESES, por sugestão do jesuita Antônio Vieira, estabelecer uma companhia de exploração colonial nos moldes da W. I. C. ainda ao tempo das hostilidades. O interessante, no caso, fôra voltar-se a comissão encarregada dos estatutos para os mercadores cristãos-novos de Lisboa. O quase monopólio do comércio luso por parte de hebreus era uma das causas da invasão holandesa. Iam, entretanto, no apêrto em que se encontravam, buscar os governantes aos conversos para se apresentarem no mercado internacional perante concorrentes. Tudo em Portugal retornava em matéria econômica e financeira ao invariável princípio, causado pela falta de riquezas no solo metropolitano, que permitissem comércio e indústria suscetíveis de reter no solo pátrio os proventos do colonialismo.

A ausência de classe mercante cristã-velha também era responsável pela conversão forçada dos judeus, expediente destinado a conciliar as diretrizes unificadoras da monarquia com imperativos econômicos. Em 1649 um alvará instituía em Lisboa a Companhia Geral para o Estado do Brasil, destinada a superintender o comércio externo da colônia. Presidia a constituição do nôvo órgão espírito dos mais liberais. Quaisquer indivíduos, de qualquer classe e nacionalidade, podia subscrever

ações. Os diretores saíam do grêmio mercante lisboeta, o qual também dava um conselho de sete membros e o representante da municipalidade de Lisboa, condições que a tornavam ajuntamento de conversos, como os que à noite se reuniam na Paraíba para discutir sutilezas do Talmud. A respeito descreve prazenteiro Boxer a escolha do pavilhão da Companhia adornado com a imagem de N. S. da Conceição e o dístico *Pro Fide Pro Patria Mori*.

O primeiro comboio da mesma apareceu ante o Recife em princípios de 1652, seguido por outro em fins de 1653 a caminho da Bahia. Nada tentou êste segundo contra a praça sitiada pelos portugueses, como o precedente, mas trazia consigo, em meio das tripulações, um francês Pierre Garsin entendido em trabalhos de sítio, fortificações e aproximação das mesmas, que foi da maior utilidade para os sitiantes. A chegada da frota em que ia o nôvo governador-geral conde de Castelo Melhor, protegido por navios de guerra portugueses e ingleses, intensificou o sítio e apressou a tomada do Recife por Francisco Barreto, em janeiro de 1654.

O vencedor portou-se como fidalgo. Atentava também em não afetar em demasia as precárias negociações de paz que se processavam na Holanda, empenhado Portugal em salvar as suas possessões na Ásia. Homenageou os vencidos, protegeu a população civil e não permitiu vinganças contra os judeus. Acêrca dos ex-conversos, escreveu Boxer, *“he also agreed to let the jews sell their merchandise and he permitted to embark for Holland, the more than six hundred persons of our nation who were present there. Not all these jews returned to the United Provinces. No doubt the majority did so; but some went to France (Nantes); some to the West Indies, where they gave an additional impulse to the rising sugar industry of the Caribbean colonies; and*

one shipload eventually reached New Amsterdam (hoje New York), thus becoming the Pilgrim Fathers of American Jewry”.

Em 1674 dissolveu-se a Companhia do Estado do Brasil depois de pagar apenas dois ou três dividendos e ter sido infrutiferamente reorganizada em 1662. No cenário internacional, depois de azêdo incidente com Cromwell por causa da hospitalidade oferecida por D. João IV a Príncipes Stuart, subira Carlos II dessa casa ao trono da Grã-Bretanha e desposara a Infanta Catarina de Bragança. A noiva trazia no dote a ilha de Ceilão e promessa de os inglêses continuarem a substituir os holandeses no transporte de produções lusas coloniais, tal como acontecia com êstes antes da invasão do Brasil. Os ajustes visavam, juntamente com quantiosa indenização paga aos holandeses do Brasil e tributo aos mesmos para traficar negros, consolidar a paz entre Portugal e as Províncias Unidas. Quem pagava as despesas eram as salinas de Setúbal no reino e os brasileiros, a justificar a asserção de Roberto Simonsen de que o açúcar custeou a consolidação dos Braganças no trono de Afonso Henriques. Sôbre os produtores da Bahia, e, principalmente, Pernambuco e Paraíba, recaiu o encargo de pagar mais da metade da enorme contribuição representada por tais compromissos, os quais, segundo Varnhagen, por espantoso pareça, subsistiram sob vários rótulos no Brasil até 1830!

Portugal saía menos afetado da longa refrega que a Espanha, e, mesmo, Holanda. Graças aos “mazombos”, conservava o Brasil e os empórios negreiros da África, as duas maiores fontes de proventos coloniais da época e se libertava do avantesma do Oriente. Recuperaram os brasileiros a África ao tempo que os portugueses abandonavam as plantações de pimenta do

Malabar na costa do Decan que os Holandeses tinham conquistado durante as negociações.

No rescaldo da campanha salvava o que rendia e passava a outros possessões onerosas. A Índia no advento do mercantilismo e progresso da era industrial, só interessava a nações produtores de gêneros manufaturados, justamente o que faltava e não interessava a portugueses, ao passo que o Brasil se tornava dia a dia mais valioso a nações parasitárias, necessitadas da vaca leiteira colonial para melhora das suas condições na Europa.

Antes de devolver o Recife, já tinham os holandeses perdido Angola e S. Tomé, reconquistadas por Salvador Correia de Sá, o qual do Rio de Janeiro partiu para a África em 1647 com cêrca de 2 000 homens conseguidos naquela capitania e na de São Vicente. Sem grande dificuldade cumpriu a missão, facilitada pelo temor dos neerlandeses do Recife em desfalcar fôrças no seu êncalço e também pelo desânimo que dêles se apoderara, à vista da queda quase total do transporte de negros para o Brasil Holandês depois de estourada a insurreição. Restava, no entanto, a frutuosa remessa de cativos para a América Central, onde a paz entre os Estados Gerais e a Espanha proporcionava bons negócios. A iniciativa de Salvador Correia de Sá veio, porém, tudo subverter e o holandês teve de se conformar mediante tributo pago pelo govêrno luso à perda de mais um elo do colonialismo americano.

Durante algum tempo ainda conservaram o depósito guineense, prejudicado, porém, pela perda do centro de concentração e de abastecimentos representado por S. Tomé. Ademais, o produto angolano era preferido pela robustez, rusticidade e menor resistência à adaptação ao trabalho nos moldes exigidos pelos europeus.

Durante o domínio do Nordeste pelo flamengo, oscilava a entrada de “peças” de vária procedência africana entre 1 200 e 1 800, anualmente. Nos três anos de melhores condições de trabalho no Brasil Holandês pelo arrefecimento de hostilidades, a saber de 1642 a 44, chegou a triplicar, com o recorde de 5 565 no último ano. Reservara-se a W. I. C. o monopólio do tráfico negreiro. O preço das peças dependia muito da constituição da mesma, variável de 200 a 300 florins, mas, em casos excepcionais, ou procura do mercado, subiam até 600 e 800 florins, preço elevadíssimo decorrente das perdas durante a viagem. Esses cativos de guerras africanas, transformados em instrumentos de trabalho na América, eram, ao que parece, bem tratados pelo holandês como exigia o seu custo e exemplo do luso-brasileiro que lhe servia de modelo.

As notícias de liberação do Brasil foram levadas oficialmente a Lisboa por André Vidal de Negreiros, o herói da resistência paraibana. Aí foi recompensado com a alcaidaria de Marialva e de Moreira e a comenda de S. Pedro Sul, e, no Brasil, pelo govêrno do Maranhão e em África pelo govêrno de Angola. João Fernandes Vieira, o outro artífice do sucesso luso no Nordeste, também recebeu o govêrno de Angola muito cobiçado por causa dos negros, mas, enquanto não vagasse, permaneceu na Paraíba por êle governada de 1655 a 1658, anos de maior responsabilidade, em que era preciso proceder ao rescaldo da longa e destruidora campanha e reinício da faina açucareira.

Vieira nascera em Funchal, no arquipélago madeirense, filho de português e de mulata, “*a quem chamão a bemfeitinha*”. No dizer de adversários seus durante a guerra. De condição, portanto, ínfima, segundo os preconceitos do tempo, não passava de ajudante de açougueiro na rendição do Arraial do Bom Jesus. Muito vivo,

chegou a servir o marrano Pantaleão Monteiro, dos mais ricos da coletividade hebraica, conhecedor de todos os segredos do amo, que revelou, como já vimos, ao comissário Jacó Stachouwer chegado com os outros membros do Alto Conselho no ano de 1635. Tão jubiloso se sentiu o holandês em poder deitar mão no tesouro do ex-converso, que não teve dúvidas de fazer do mestiço seu agente, confidente, loco-tenente. Conhecedor da região informava Vieira ao amo e executava as determinações do conselheiro, protótipo do civilizado colonialista quando abandona escrúpulos no cais de embarque europeu antes de assumir regência de antípodas. A associação assim constituída foi das mais frutuosas. Como diz Boxer, em pouco tempo o sutil ilhéu deixou de ser mero protegido do governante, para se apresentar como sócio com plenos poderes para tratar dos seus negócios quando Stachouwer voltasse à Holanda.

Nessa altura, ativamente colaborou Vieira com os invasores, feito camarista de Mauritzstadt, de 1641 a 43, arrecadador do dízimo do açúcar e do pau-brasil, capitão-do-mato (provavelmente superintendente do serviço de caça a escravos fugidos) e mais cargos, entre os quais avultava capitão do trôço da cavalaria de milícia composta de principais neerlandeses. Por volta de 1645 possuía cinco engenhos, a segunda fortuna do Nordeste em propriedades rurais, a figurar depois do argentário e senhor de engenho ex-cristão-nôvo Jorge Homem Pinto que, é preciso reconhecer, o precedia de longe. Inda assim, podia orgulhar-se (como hoje certos indivíduos com impôsto de renda) em dever 321 000 florins à W. I. C. ao passo que o "*Running Up*" devia acima de um milhão. A sua situação de português e do cristão-velho lhe sugeriu a certa altura passar-se para o campo oposto, modo de não pagar dívidas e conservar bens confiscados a luso-brasileiros nos primeiros tempos da

“resistência”. Arriscava ver as propriedades taladas pela luta, como de qualquer modo o seriam, mas quem triunfasse ver-se-ia com ajuda do govêrno vencedor em condições de restabelecer em situação ainda melhor o momentâneo prejuízo.

O plano deu certo. Nomeado depois da entrega do Recife governador da Paraíba em recompensa dos desesperados esforços por êle postos em prática no lado português para recuperar a fortuna perdida, enèrgicamente deitou mãos à obra. Segundo régia provisão tinha de distribuir os melhores cargos da capitania aos officiaes participantes da guerra, assim como terras aos soldados e prestar auxílio aos antigos proprietários cristãos-velhos ou seus herdeiros para reconstrução de engenhos e replantação de canaviais. No mesmo sentido, era mister colocar-se à disposição dos beneditinos, possuidores de vastos bens na Paraíba, os quaes, durante a occupação, tinham passado ao ex-converso Gaspar Dias Ferreira, conselheiro e sócio de Maurício de Nassau, “cúmplice”, como dizem alguns, o qual ex-converso hàbilmente os tinha loteado e revendido a terceiros. O govêrno de Vieira era apenas de emergência, inda assim durou por obra de vários supervenientes de 1655 a 57, removido para a África para tomar posse do govêrno geral de Angola, onde era preciso intensificar o tráfico negreiro para o Brasil. Na tarefa empenhou-se em acêsa divergência com jesuítas protetores dos negros, os quaes, de volta a Luanda, se scandalizavam pelo modo por demais objetivo e apressado com que Vieira pretendia recompor os efetivos da escravaria açucareira. Tornado ao Brasil com os proventos angolanos e sesmarias recebidas da coroa, possuía o funchalense 16 engenhos (dos quaes três tinham pertencido aos jesuítas), além de fazendas de criação e casas no Recife, que recusava devolver aos legítimos possuidores.

O seu sucessor na Paraíba foi Antônio Dias Cardoso que passou o govêrno a Matias de Albuquerque, sucedido por Luís Nunes de Carvalho, Alexandre de Sousa Azevedo, Inácio Coelho da Silva, Manuel Pereira de Lacerda, Simão Moreira de Sousa, Antônio da Silva Barbosa, Amaro Velho Cerqueira, Manuel Nunes Leitão e Manuel Soares de Albergaria, com o qual chegamos a 1700. Estes governadores tiveram de zelar pelo bem público e principalmente acêrca das contribuições para pagamento da indenização à Holanda, ônus a que veio juntar-se a do dote de D. Catarina de Bragança, noiva de Carlos II, Rei da Grã-Bretanha. Semelhantes encargos, como sempre acontece, depois de impostos nunca mais desaparecem, prolongados até além da independência, ou seja, durante quase três séculos, à vista das prementes necessidades do erário. Isto não impediu que periódicamente algo mais viesse desabar no contribuinte para dotes de princesas lusas ou acudir a outras calamidades públicas como sucedeu com o terremoto de Lisboa.

Dissipado o pesadelo da guerra atirou-se o paraibano à faina reconstrutora. Conseguiu, a despeito de desmedidas taxas a onerar o seu trabalho e concorrência que despontou na América Central em matéria de produção açucareira, retomar o ritmo anterior a 1630 e proceder a reparos de antigos engenhos, construção de novos e abertura de fazendas de lavoura e gado. De quando em quando mais calamidades surgiam tão intempestivas e desoladoras quanto forçadas contribuições em dinheiro, *ad instar* da terrível epidemia estourada em fins do século XVII sob os governos de Antônio da Silva Barbosa e Amaro Velho Cerqueira, êste de 1687 a 1692. Como se não bastasse, ainda se verificou a invasão por hordas de tapuias da capitania do Rio Grande do Norte, onde os paraibanos possuíam vastas

fazendas de gado. Remanescera entre êles fermentos da ocupação holandesa, que muito se apoiara naquela região em chefes como o famoso Jan de Wy, ou simplesmente Janduí, a quem por várias vêzes nos referimos. Para acudir à situação o capitão-mor Agostinho César, à frente de alguns brancos, índios aldeados e africanos, mais reforços chegados do Recife, subiu para aquela capitania onde momentâneamente restabeleceu sossêgo.

O perigo, entretanto, só mais tarde foi detido por Bernardo Vieira de Melo, provido de maiores recursos e tropa mais numerosa e de melhor qualidade. Deu-se então fato significativo: os índios que tinham auxiliado a defesa cobraram o esforço com requerimento de sesmaria no Ôlho de Água do Meio. Para justificar a exigência acrescentavam que era por ali a entrada dos tapuias na zona desbravada pelos conquistadores. O mesmo requereram em 1700 o sargento-mor (pôsto equivalente a coronel) Gonçalo de Oliveira Ledo e companheiros, desejosos de terras no sertão de Piranhas que se encontrava despovoado, à margem do rio de mesmo nome. O pedido, seguido de muitos outros existentes nos livros de sesmarias do arquivo paraibano, felizmente escapo de destruição, é testemunho da renascença local propiciada pela lavoura do açúcar. Era tanta a procura do gênero na Europa, tão crescente e universal o seu consumo, que continuava a sustentar o Nordeste inda depois da diminuição dos enormes proventos conferidos antes da guerra, quando não havia a concorrência das Antilhas e era considerado o produto da Paraíba o melhor do mundo.

O século dezoito

Firma-se a recuperação da capitania. Voltam à atividade as antigas ordens religiosas missionárias. Ocorrem perturbações causadas por invasões de tapuias e desordens de quilombolas, aos poucos debeladas por forças locais e auxílios de Pernambuco. A mais grave, porém, decorreu do choque no Recife conhecido por Guerra dos Mascates.

NA FAINA RECONSTRUTIVA de após-guerra destacaremos três indícios de melhorias. O primeiro consistiu no restabelecimento das atividades de várias ordens religiosas, cujo resultado de imediata utilidade se evidenciou na pacificação dos cariris, região que ficou com o seu nome, ou seja Cariris de Baixo, sito nos caminhos dos índios, que tinham servido tanto para invasões de tupis potiguaras para o norte como de tapuias cariris para o sul. O segundo foi a sucessiva nomeação dos vencedores dos holandeses André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, para governarem durante certo período o manancial de braços negros de Angola. O terceiro reside na pequena notícia, em aparência pouco significativa, consistente na Ordem Régia de 1675 que obrigava os produtores paraibanos de açúcar e algodão, e, aos empresários do corte de pau-brasil, a embarcar a mercadoria no pôrto da Paraíba. A medida tendia a torná-lo independente dos mercadores do Recife, para maior benefício da antiga Cidade Filipéia.

As melhoras permitiram mais um indício do desenvolvimento da capitania, expresso pelas intervenções dos paraibanos ao norte para terminar a conquista de vastas áreas até o Maranhão, a serem pacificadas como a Paraíba o fôra. Infelizmente houve neste gênero de expedições abusos inevitáveis a provocar comoção até

no reino. Nas vésperas de 1700 ordenava o govêrno ao capitão-mor da Paraíba — cargo equivalente ao de comandante militar da capitania — que investigasse acêrca da cruel matança de tapuias aldeados junto aos cariris da Campina Grande. O autor da chacina era Teodósio de Oliveira Ledo, capitão dos índios que tinham combatido o gentio inimigo nos sertões de Piranhas e Piancó. Escandalizava-se o Conselho del-Rei pelo fato de êsse indivíduo “*matar a sangue frio muitos dos índios que tomou na guerra*”. No geral, semelhantes ocorrências, infelizmente não raras nas lutas de conquista, eram ditadas pelo receio da sublevação que poriam em risco a vida dos conquistadores na vizinhança de prisioneiros em maior número do que êles. O mesmo sucedia naquele momento na costa da África, onde os cativos de guerra eram trucidados no fim de algum tempo, acaso não encontrassem embarque para a América.

Em igual delicto incidiu o “Mestre dos Paulistas”, Morais Navarro, mais parecido com capitão-de-mato, o qual motivou a Carta Régia de 1700 referente aos desmandos por êle praticados contra o gentio tapuia “*de nação Payacú da Ribeira do Jaguaribe*”. Por êsse motivo devia o ouvidor-geral da capitania dirigir-se no maior segredo a esta região do Ceará, com a infantaria que julgasse necessária, para devassar o lastimoso sucesso e tomar as medidas convenientes, a fim de lhe pôr paradeiro. Nestes distúrbios de prêtos quilombolas (que depois de fugidos das fazendas formavam “quilombos” no sertão onde praticavam tôda sorte de malfeitos) aglomerados no sítio chamado Cumbe, muitos de seus elementos eram provenientes do famoso Palmares que tanto trabalho deu às autoridades da colônia. Por felicidade ainda estava em início o paraibano, de sorte que não foi preciso chamar o terrível Morais Navarro para dispersá-los. Conseguiram o capitão Jerônimo Tovar de

Macedo e o fazendeiro João Tavares de Castro destruir o ajuntamento e aprisionar a maior parte de seus ocupantes.

Continuou depois disto a Paraíba a progredir, firmadas as missões não só doutrinadoras de índios como dos negros escravos nas senzalas, garantia sobremaneira importante para os senhores, assim como dispensavam a melhor das instruções aos filhos dos brancos. A presença dos jesuítas por si só era garantia de eficácia, pois entre os padres contavam-se eruditos e grandes inteligências, armadas do maior saber da época. Da ação que desenvolveram nesse plano decorreram os meios dos seus pupilos comparecerem em Coimbra para cursar na Universidade, a qual, além de repositório máximo da sabedoria do reino, representava igualmente a chave de posições administrativas da coroa.

A marcha evolutiva da capitania assim norteadas por fatores econômicos — pacificação dos índios, docilidade dos escravos prontos, liberdade no oceano — e outros sociais, consistentes na elevação cultural dos filhos de conquistadores, ao apressar o seu ritmo tinha de sofrer choques inevitáveis. Adquiria a casta agrária, com o progresso, consciência da sua condição perante a metrópole. Era fenômeno coletivo a se registrar de norte a sul do Brasil. A mentalidade de um “mazombo” — como aos crioulos chamava Francisco Barreto de Menezes — não podia ser no século XVIII a mesma do seu ascendente de antes da guerra holandesa. Surgiram indícios da diferença nas repercussões deploráveis da “Guerra dos Mascates”, ocorrida em Pernambuco com imediato alcance na Paraíba, onde no momento se azedara a questão da indústria do sal, causa de vivo amargor. Era de certo modo o mesmo espírito a aparecer no sul com a “Guerra dos Emboabas”, decorrentes

ambas as duas de choques com reinícolas em tórno do mal-estar produzido pelo sistema vigente colonialista.

Por sua vez, na metrópole os estudantes brasileiros não tardariam a sentir êsses mesmos efeitos, filhos de senhores de engenho desavindos com os mascates, ou seja, mercadores alienígenas das cidades, assim designados por reminiscências dos bufarinheiros conhecidos pelos portugueses na região dêsse nome, no Oriente Próximo. O seu número crescente nas aulas universitárias, provocou progressivo antagonismo de colegas e, mesmo, da população, expresso em meados do século XVIII por panfletos anônimos gênero *Conselhos que dá hum brasileiro, Dialogos de Marcina e Delmira. Palito Metrico*, e muitos mais em que os coloniais são chamados “bromas”, ou açúcar da pior qualidade, provenientes de tóscas regiões sertanejas “*onde se chamão Senhoras a Pretas e Mulatas*”, em que ressuma palpável a malquerença. Nessa literatura, merecedora de acurado estudo, temos até nomes ilustres, como o mestre do sonêto Bocage, que escolheu como tema de diatribes contra o pobre Caldas Barbosa, principalmente o fato de êle ser americano. O travo de conflitos assim concebidos seria ainda agravado pela descoberta de ouro nas Minas Gerais.

Foi profundo o abalo ressentido pelo evento nas duas margens do Atlântico. Pôsto representasse em realidade riqueza inferior à do açúcar, retumbava a sua fama em tôda a Europa pelo mágico efeito do fulvo metal, finalmente encontrado o tesouro que desde Pedro Álvares almejavam ministros, mercadores, Reis e Imperadores. Mudada a sede da colônia por essa causa para o Rio de Janeiro, concentrou-se a atenção da coroa na zona aurífera de que aquela cidade ia ser o escoadouro. Sucederam-se daí por diante cartas régias e alvarás que

punham todos os recursos da colônia à disposição do caudal aurífero. Entre as providências figuravam a proibição de comunicações de capitânicas vizinhas com as Minas, assim como a remessa de escravos para nelas trabalharem e outras destinadas a impedir interrupção nas atividades próprias de cada região, ameaçadas como se viam pelo rôjo deflagrado rumo das catas e lavras de pó e de pepitas. Paralelamente proibia-se entrada de estrangeiros, estreitamente vigiados os que apareciam nos portos, em que até as tripulações de navios eram acompanhadas em terra por escoltas militares a fim de não penetrarem no interior das terras e não se comunicarem com os naturais. Quaisquer notícias sôbre o proibido assunto eram cuidadosamente vedadas, como sucedeu com o livro *Cultura e Opulência do Brasil* do jesuíta Andreoni, apreendido e queimadô por aludir a trabalhos nas Minas Gerais.

Nessas ocasiões foram mais nocivas do que úteis as jazidas de ouro para as demais capitânicas. As do sul se viram desfalcadas na população e na antiga produção pelo atrativo das minas e as do norte sofreram tôda sorte de limitações sem encontrar compensação para as mesmas. A despeito das enormes somas representadas pela remessa de ouro para o reino, subiam os impostos a recair sôbre o grupo contribuinte das quatro capitânicas nordestinas, reunidas por terem produção semelhante, a saber, Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte. Uma das imposições mais sensíveis consistiu no lançamento sôbre as mesmas "*da contribuição voluntária*", para acudir em 1729 às despesas de casamentos dos filhos de D. João V com a família real de Espanha, no montante de um milhão e cinqüenta mil cruzados, dividido por vinte anos de prazo. Era, como vemos, uma antecipação do negócio de pres-

tações atualmente alastrado por êsses Brasis, que muita gente supõe novidade.

Não menos perturbadora para o bom andamento da vida nas capitanias foram as novas perseguições do Santo Ofício. Renasceram no mesmo reinado do “Rei Freirático” por volta de 1731, com violência muito maior no Brasil do que no tempo do sombrio Filipe II de Habsburgo. Tinham-se reconstituído aos poucos, nas regiões de maior atividade comercial da colônia, grupos de cripto-judeus descendentes de cristãos-novos. Excessos de fanatismo praticados pelos do Rio de Janeiro, a que pertencia o famoso Antônio José da Silva, teatrólogo, autor das conhecidas “óperas” *“Guerra do Alecrim e da Mangerona”*, *“Pecúnia Argentina”* e muitas mais, provocaram os zelos do govêrno e do soberano. Temiam que sucedesse com o ouro o que acontecera com o açúcar ainda na memória de todos, em que supostos conversos tinham representado papel de quintacolunas a favor de estranhos cobiçosos de riquezas brasileiras. Desabaram, daí, sôbre a colônia medidas superciliosas a cargo da inquisição, revestidas de severidade nunca vista.

Só na Paraíba foram condenadas para cima de quarenta pessoas a cárcere perpétuo em que figuravam velhas como Clara Henriques ou Maria Valença, com mais de setenta anos de idade, ou jovens como Guiomar de Valença com 24. De permeio, duas infelizes criaturas, Guiomar Nunes, de 37 anos e Isabel Henriques de 41, foram queimadas, provàvelmente depois de remetidas ao Santo Ofício de Portugal. As execuções capitais recaíam sôbre os pertinazes, culpados da recusa de se emêndarem nas abjurações, obstinados em repelir tôda tentativa de “reconciliação”, como sucedeu com o teatrólogo, o qual repeliu de pés juntos os rogos que lhe

apresentara o monarca, cego de fanatismo como estava e sedento de martírio pela fé dos antepassados.

A estas causas de perturbação, vieram juntar-se, logo depois, a da luta no sul entre as ambições de D. João V e de Isabel Farnese em tórno da posse de vasta região entre Santa Catarina e a margem direita do Prata. O soberano espanhol Filipe V era dominado por profunda melancolia, dizem que pela dor de não ter podido subir ao trono francês após a morte do avô Luís XIV. O travo levou as rédeas do govêrno para as mãos da sua segunda espôsa, a irrequieta Farnese. O Rei de Portugal também se encontrava obcecado pela posse do sul, como se vê na correspondência entre José da Cunha Brochado e D. Luís da Cunha, onde escreve o primeiro "*porque S. Mag. se fez hum ponto de estado e de honra de conseguir as terras de tôda a costa setentrional da ribeira da Prata*", motivo de hostilidades que se prolongaram até o reinado de D. Pedro I, Imperador do Brasil. A razão do aprêço do soberano pela região contestada proviria tanto da persuasão de que se tratava de terras facilmente colonizáveis por europeus, mercê do clima e mais circunstâncias favoráveis, como também motivos de segurança. Um curioso comentário atribuído ao general Dumouriez, publicado no século XVIII, acêrca da possibilidade de invasão das Minas Gerais por fôrças vindas do sul, pertence ao rol de notícias avolumadas no tempo, provavelmente a influir na atitude de D. João V. Melhor do que ninguém, sabia o monarca o espírito reinante a respeito nas côrtes da Europa, de onde os três fatores maiores de dissipação do ouro brasílico eram compra do apoio britânico (tratado de Methuen), prodigalidades del-Rei feito Sardanapalo do Ocidente segundo historiadôres portuguezês, e ruinosas guerras no sul do continente americano.

Durante o período pombalino que se seguiu, a grande inovação consistiu em o marquês instituir a *Companhia de Pernambuco e de Paraíba*, como a do Pará e Maranhão, que constituía território quase separado do resto da colônia por ventos e correntes marítimas. Em o novo regime a segunda capitania ficava subordinada ao Recife a partir de 1757, sem, entretanto, lograr a medida bom resultado. O terremoto de Lisboa, catástrofe que abalou o reino, serviu de pretexto para os paraibanos infrutiferamente pleitearem a separação. Propuseram arcar com a contribuição de cem mil cruzados a serem pagos em quotas no prazo de seis anos, que foi aceita pelo governo sem a esperada retribuição. Na mesma altura deu-se outra causa de abalo, desta feita na colônia, com a expulsão dos jesuítas. A medida tomada em virtude das doutrinas então surgidas nas monarquias católicas do Ocidente em torno da missão e poderes dos Príncipes, provocou o aparecimento de vários problemas de catequese dos índios reunidos nos aldeamentos inacianos, que de chofre passavam da absorvente catequese dos padres, a dirigi-los até nos mais insignificantes atos, para as mãos de leigos ou clérigos de escasso preparo para a missão, como se verificou em Alhandra, Jacoca, Taquara, S. Miguel da Baía da Traição, Mamanguape e Pilar. E, para maior mortificação dos ambiciosos, em pouco desvanecia-se a lenda de que os jesuítas possuíam tesouros incalculáveis em propriedades ubérrimas, capazes por si só de sustentar a coroa. A realidade era muito outra, pois a verdadeira opulência da Companhia de Jesus residia na abnegação e valor de seus filhos e não em bens materiais.

Pouco rendeu ao Erário Público os bens da Companhia de Jesus colocados em almoeda. No geral, na Paraíba e outras capitanias foram arrematados por preços irrisórios, a despeito do crescimento da população e

aumento da fazenda privada por êsse motivo, que devia normalmente ter produzido mais licitantes. A partida dos jesuítas prejudicou o ensino dos brancos e muitos mais setores da vida paraibana, onde êles se mostravam em extremo benéficos. Procurou o govêrno metropolitano acudir o ensino, no entanto pouco conseguiu. Limitavam-se governadores e mais agentes em ser representantes do fisco, com poucos meios para atender aos reclamos dos coloniais.

Um dos piores óbices à sua atividade era justamente a condição levada a extremos limites de contribuintes da metrópole. Em 1672, em virtude das dificuldades do reino e colônias no fim da guerra holandesa, foi criada no Brasil moeda própria, para êsse fim, estabelecidas casas de cunhagem na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Daí por diante, ao invés de promover benefícios, pelo contrário, causou grande prejuízo em tôda a colônia onde não havia liberdade de comércio, fixado e taxado por lei os preços dos gêneros. A moeda do reino era considerada fraca, de menor valor que a colonial, por várias vêzes alterada no pêso, tamanho e valor extrínseco, de sorte a não circular no Brasil! Daí decorria, o comerciante a um tempo importador e exportador tinha de receber mercadorias numa moeda e vendê-las em outra. A operação era favorável à produção do reino, mas depois de vendida na colônia sobrevinha o oposto, obrigado o comerciante a comprar com moeda forte o que pretendia exportar para área de moeda fraca.

A respeito escreveu Maximiano Lopes Machado, *“A Parahyba soffria consideravelmente com o mau sistema de administração economica do governo, porque alem de todas estas reduções e limitações no curso da moeda, a produção dos generos d'agricultura se tinha encaminhado para o mercado do Recife, na esperança de vendas mais promptas, ainda que com sacrificio de*

maiores despesas e prejuizo das rendas provinciaes. O que já tendo conhecido o governo da metropole ordenou que os cofres da Parahyba fossem indemnizados com a quantia de oito contos de reis annuaes pela Fazenda de Pernambuco, enquanto eram calculados aquelles prejuizos. Os agricultores ficaram reduzidos a pequenos lucros, inda assim não davam para desenvolverem em mais alto grao a sua actividade e o seu trabalho”.

Em 1774 contava a capitania nove igrejas grandes, 33 capelas, sem incluir as particulares, nove conventos, 17 engenhos e 9 391 fogos. Na cidade da Paraíba havia 2 437 fogos com 10 050 almas. O total para a capitania de habitantes livres e escravos orçava por 52 000, fora os índios. Continuavam em aumento as cifras apesar de alternativas de sêcas prolongadas, como a de 1777 repetida em 1778, responsáveis pela destruição de quase todo o gado. Sucediã-lhe não raro chuvas torrenciaes, que derrubavam casas e alagavam plantações, como succedeu em 1789, para maior prejuizo dos agricultores. Novamente em 1791 e 1792 manifestou-se tão violenta a estiagem que chegou a dizimar a escravatura. Nem a dos engenhos beneditinos, onde no geral reinava fartura, escapou obrigada a precariamente se manter por oito ou dez meses com ervas agrestes. Tais calamidades eram advertências ao povoamento de região cuja regularidade alimentar se vê extremamente reduzida pela irregularidade de fenômenos meteorológicos.

No caso, temos interessante confirmação da teoria de Malthus, acêrca da progressão aritmética dos recursos do homem em certas partes do globo, subordinadas à geométrica de suas necessidades. O único remédio nessas condições, ao invés de se tentar modificações illusórias da natureza como hoje se experimenta, em várias partes do mundo, consiste no “Birth Controll”, ou seja, equilíbrio entre os nascimentos humanos e os

recursos do lugar. A fórmula, ademais, deverá ser adotada mais tarde ou cedo por tôdas as nações do orbe, mormente no Nordeste brasileiro, providência salvadora, que virá infelizmente tarde, só depois de espantosas desgraças, segundo previu o sábio Einstein, um dos maiores engenhos da atualidade.

Em 1782 recuperava a Paraíba a sua independência de Pernambuco. Assumia então o aspecto político e social padrão das demais capitâneas brasileiras admiravelmente descrito pelo notável viajante Augusto de Saint-Hilaire. Escrevia o botânico em artigo sôbre o Brasil por êle conhecido em 1817, no passo onde descreve o regime colonial recém-findo com a chegada à côrte de D. Maria I, "*Chaque capitainerie avait son satrape, chacune sa petite armée, chacune avait son petit trésor, elles communiquaient difficilement entre elles, souvent même elles ignoraient réciproquement leur existence. Il n'y avait pas au Brésil de centre commun; c'était un cercle immense, dont les rayons allaient converger bien loin de la circonférence*".

Na situação assim criada, não havia grandes fortunas particulares. Os antigos senhores de engenho, em grande parte descendentes dos conquistadores, tinham de lutar com as flutuações econômicas impostas ao agricultor, principalmente ao necessitado de grande número de braços como exigia o regime semi-agrário, semi-industrial do açúcar. Rivalizava com êle, como no tempo da Guerra dos Mascates, o comerciante importador e exportador, quase sempre reinol, em maior contato com o exterior e o govêrno. Ambos, porém, dividiam e subdividiam as heranças que deixavam, por excessivos herdeiros, cujo resultado era formar-se classe média e submédia que ia causar a "Revolução Praieira". Ainda perdurava no Nordeste grande fervor religioso, mantido pela estreita associação de crença e família a

se manifestar na população em tôdas as horas do dia. Despontavam, entretanto, no findar do século 18, indícios de novas idéias, anseios de inovações políticas mais do que pròpriamente sociais, pelo fato talvez de grandes e pequenos da colônia não gozarem direito de govêrno além de edilícios. Começava a se preparar o ambiente em que um Arruda Câmara, ao chegar armado das luzes da ciência do Velho Mundo, imbuído da tendência libertária então em moda em os principais centros, encontraria ouvidos de muitos desajustados.

A repentina aparição da côrte portugêsa, prodigioso acontecimento, único em o Nôvo Mundo, ia precipitar a evolução, com seus Príncipes, ministros, embaixadores, funcionários, vedores, lacaios, onde sequer faltavam os castrados da ópera e real capela, mestres do *bel canto* incumbidos de encantar melômanos e abrihantar solenidades.

Era lícito antever no princípio do século XIX a independência do Brasil, conservada a colônia unida da Amazônia ao Prata pelo longo sacrifício dos seus habitantes, torturados de angústia e espantoso martírio, em que figuravam com destaque os da gloriosa Paraíba.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abbenvile, Claude, 231
 Acunã. D. Rodrigo de, 47, 179
 Afonso, Gaspar, 276
 Afonso, Joana, 156
 Afonso V, 308
 Afonso Henriques, 170
 Alberto de Áustria, Cardeal, 109
 Albuquerque, Antônio, 191, 212, 218
 Albuquerque, Jerônimo de, 279
 Albuquerque, Matias de, 207, 208, 213, 219, 220, 222, 227, 228, 232, 240, 273, 320.
 Albuquerque Maranhão, Jerônimo de, 219
 Albuquerque Mello, André, 191
 Alexandre VI, 147, 200, 309
 Almeida, D. Francisco de, 58, 128
 Almeida, Manoel, 140
 Almeida, Paulo, 140
 Almeida Prado, J. F., XIII, XV, XVI
 Álvares, Beatriz, 163, 164
 Álvares, Catarina, 48
 Álvares, Diogo — V. Caramuru
 Álvares, Nuno, 277, 279
 Álvares, Pedro, 163, 164, 328
 Álvares, Simão, 298
 Álvares de Paiva, Miguel, 67
 Álvares Pereira, Nuno, 305
- Amboise, Cardeal d', 15
 Anastácio, Frei, 129
 Anchieta, XIV
 André, Pedro, 279
 Andreoni (aliás Antonil); 329
 Angô, XIV, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 26, 28, 45, 54, 150
 Annes, Antônio, 111
 Aradin, Capitão, 234
 Araújo, Sebastião de, 111
 Arciszewski, Christopher, 220, 223, 228, 235, 236, 240, 249
 Arosca, 33, 34
 Apolinaire, Guillaume, 90
 Aquaviva, Geral, 93
 Arruda Câmara, 336
 Assento de Pássaro, Francisco — V. Guiragibe
 Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, Francisco, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, 20
 Ataíde, Fernão, 189
 Ataqueiro, Comediante, 298
 Ávila, Rodrigo d', 283
 Aviz, Dinastia de, 39
 Ayres da Cunha, 61, 63, 64
 Azevedo, Manoel de, 153
- Bagnuoli, Giovanni de San Felice, 216, 221, 235, 236, 239, 243, 245, 247
 Baldaya, Manoel, 275
 Baldus, Prof. Herbert, 94, 96, 110

- Bandeira de Mello, Embaixador — V. Assis
 Barbalho, Luís, 250
 Barbosa, Fructuoso, XVI, 61, 72, 73, 74, 76, 77, 83, 111, 181, 182, 183, 188
 Bardis, 20
 Barleus, C., 231, 244, 261
 Barradas, D. Constantino, 283
 Barros, Cristóvão de, 72
 Barros, João de, 44, 61, 63, 64, 65
 Barros, Miguel de, 70
 Barreto, Francisco, 314
 Barreto, Jorge, 276
 Barreto de Menezes, Francisco, 327
 Bas, 262
 Beliarte, Marcal, 83
 Beline, 298
 Boaventura, 70
 Bocage, 328
 Bordone, 44
 Bonaparte, 272
 Botelho, Diogo, 234
 Boudevijn Hendricks, 205, 206
 Boxer, C. R. 200, 202, 203, 208, 213, 227, 314
 Braço de Peixe ou Barbatana — V. Piragibe
 Bragança, Duque de, 252
 Bragança, Melchior ou Belchior de, 282, 283, 288
 Brandão, Francisco Ambrósio Fernandes (aliás Brandônio), 137, 140, 276, 287
 Brandônio — V. Brandão
 Brás, Francisco, 151
 Bravo, Diniz, 288
 Brito Correia, João de, 191
 Brito de Almeida, Luís de, 69, 70, 73
 Bullestraten, 262
 Caboto, Sebastião, 47, 155
 Cabral, Pedro Álvares, 3, 35, 43, 44, 328
 Calabar, Domingos Fernandes, 216, 217, 228
 Caldas Barbosa, Domingos, 328
 Calenfels, Coronel, 219
 Calixto III, 309
 Calvino, 299
 Camarão, 92, 218, 231, 265
 Camões, XIV, 29, 44
 Campo Maior, Antônio, 83, 110, 111
 Campos Moreno, Diogo, 141
 Canério, 8
 Cantino, 8
 Capistrano de Abreu, João, 153
 Caramuru, 37, 48, 58
 Carder, 175
 Cardoso de Barros, Antônio, 63
 Carlos II, 315, 320
 Carlos V (Imperador Carlos I da Espanha), 13, 21, 22, 85, 169, 178
 Carlos VIII, 15
 Carlos IX, 19
 Carneiro Gonçalo, 276
 Carpentier, Servatius, 229, 231, 232, 233
 Castanheira, Conde da, XV
 Castejon, Francisco, 74, 183
 Castelo Melhor, Conde de, 314
 Catarina, Infanta, 315, 320
 Cavalcanti, Lourenço, 220
 Cavendish, Eugênio de, 153
 Coelho, Antônio, 106, 107, 111
 Coelho, Duarte, 67, 68, 71
 Coelho, Gonçalo, 7

Coelho de Carvalho, Felicia-
no, 105, 106, 119, 120, 123,
124, 125, 126, 127, 130,
131, 138, 191
Coelho de Carvalho, Francis-
co, 141, 191
Coelho da Silva, Inácio, 320
Colombo, 5
Commelyn, 229
Conselheiro, Antônio, 123
Coornaert, E., 298
Costa de Almeida, Antônio,
158, 159
Corneliszon, Willen, 249,
267
Correia, Gaspar, 7
Correia, Pedro, 164, 165
Correia de Sá, Salvador, 316
Cristovam Jacques, 26
Cueva, Pedro de la, 111
Cumberland, Conde de, 179
Cunha, D. Luís da, 331
Cunha, Nuno da, 58
Cunha Brochado, José da,
331
Cunhambebe, 33

Demônio do Meio-Dia (Fili-
pe II), XVIII
Desceliers, Pierr, 10
Diabo Ligeiro (Chefe Índio),
92
Dias, Antônio (aliás Papa ro-
balos), 212
Dias, Bastião, 277
Dias Cardoso, Antônio, 320
Dias, Diogo, 68, 69, 70
Dias, Henrique, 239, 265
Dias da Fonseca, Pero, 124
Dias de Solis, João — V.
Solis
Dorth, Jan Van, 203, 204,
205, 216

Drake, Francis, 175
Duarte, D., 169
Duchs, Francisco, 204
Dussen, Van der, 235
Du Tertre, 305, 306

Eckout, 242, 294
Einstein, 335
Embaixador — V. Chateau-
briand
Essomeric, 33
Eugênio IV, 309
Eva, 115
Evreux, Yves d', 90

Farnese, Isabel, 331
Feijó, Antônio (poeta), 309
Fenton, Edward, 74, 175
Fernandes, Aleixo, 276
Fernandes, Ana, 156
Fernandes, Belchior, 157,
158, 159
Fernandes, Diogo, 279
Ferraz, Francisco, 276
Ferreira, Domingos, 152, 164
Ferreira, Fulano, 281
Ferreira Pinto, Irineu, 75,
182
Figueira, Pe. Luís, 95, 96,
218
Filipe II (de Espanha; I de
Portugal), 52, 71, 73, 77,
143, 146, 147, 157, 169,
170, 171, 172, 177, 178,
180, 181, 182, 185, 193,
203, 330
Filipe III (II de Portugal),
187, 198, 204, 281, 283
Filipe IV (III de Portugal),
192, 207, 209, 213, 216,
249, 272, 302
Filipe V, 331

- Filipes, Os, 299
 Fleurt, Jehan (pirata), 21
 Flores Valdez, Diogo, XVI, XVIII, XIX, 61, 73, 74, 145, 161, 173, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 183
 Franca, Afonso da, 191
 Francisco I, XV, 10, 11, 20, 21, 26, 28, 29, 30, 55, 267
 Francisco, Luís, 152
 Francisco, Gaspar, 277
 Franco, Luís, 288
 Frois, Estevam, 56
 Frois, Leonardo, 279
 Fulano Jorge, 277
 Fundação Pedro II — V. Pedro II
- Gama — V. Vasco
 Gamboa, D. Isabel de, 67, 68
 Garcia, Belchior, 272
 Garcia, Diogo, 47
 Garcia, Pedro, 276, 286, 314
 Garcia, Rodolfo, 153, 157
 Garcia de Loaysa — V. Loaysa
 Garcia da Orta, 44
 Givelet, 66
 Godinho, Simão, 277
 Godlad, John, 240
 Gomes, Anrique, 155
 Gomes da Silveira, Duarte, 76, 106, 138, 187, 218, 221, 224, 225, 228, 307
 Gomes de Solis, Duarte, 192, 198, 269, 272
 Gomes, Ruy, 279
 Comeville — V. Pauhner
 Gonçalo, Francisco, 151
 Gonçalves, André, 7
 Gonçalves, Diogo, 277
 Gonçalves, João, 68
 Gonçalves, Manuel, 151
 Gouveia, Cristovam da, 108
- Gouveia, Diogo de, XV, 25, 27, 28, 29, 37
 Grã, Luís da, 88
 Groussac, Paul, 278
 Guerreiro, Fernão, 107, 187
 Guirajibe (aliás, Assento de Pássaro), 76, 109, 110, 112, 124
- Habsburgos, 145, 170, 172, 298, 330
 Hamel, 262
 Hamy, 8
 Haro, Cristovam de, 55, 56
 Harckmanns, Elias, 222, 235, 242, 264
 Henderson, Capitão, 255
 Henriqué, Infante — V. Infante
 Henrique, D., 308
 Henrique II, 29
 Henrique IV, 148
 Henriques, Clara, 330
 Henriques, Isabel, 330
 Homem, Manuel, 277, 280, 281
 Homem Pinto, Jorge, 318
 Honorat, Michel, 90
 Houthain, Coronel, 302
- Ilha, Fr. Antônio da, 124, 128
 Infanta D. Catarina, 315, 320
 Infante D. Henrique, XIV, 38, 45
 Inocêncio IV, 309
 Ippo Eysens, 222
 Isabel Farnese, 331
- Jaboatão, 110, 112, 113, 115, 120, 127, 130
 Jacques, Cristovam, 55

Janduy, Jandwi ou Jan de Wy, 50, 218, 321
 Javaraty, Cap. João, 234
 Joana Afonso, 149
 Joana, a Louca, 169
 João IV, 254, 262, 266, 301, 315
 João V, 329, 331
 João III, XV, 13, 21, 22, 25, 26, 29, 30, 47, 85, 127
 Jesus Cristo, 84, 298
 Josafá, Fr. Carlos, (demagogo), 88, O. P.
 Joffre de Loyasa, Garcia, 64
 Jol, Coronel, 250, 259
 Jordan Stuart, Francis, 137
 Juarez, 137

Karagueuz, 90
 Keulen, Van, 217
 King, Hamy, 8
 Kojin, Coronel, 245
 Kunstmann, 8

Là Ravardièrre, XIV
 La Ribera, Diego de, 178
 La Roncière, 11
 Las Casas, Bartholomé de, 84, 85
 Lacalche, Hector de, 247
 Lancaster, James, 77, 177
 Leão, Simão de, 287
 Leitão, Martim, 75, 76, 182
 Leite, Pe. Serafim, S. J., 89, 107
 Leite Cordeiro, José Pedro, 251
 Lems, Adriaen, 300
 Lichthardt, Coronel, 245, 250, 266
 Lister, Christopher, 176
 Loyaşa Garcia de, 179

Loncq, Hendryck Corneliszoon, 211
 Lopes, Baltazar, 82, 104
 Lopes Brandão, Antônio, 76
 Lopes Caiado, Tomé, 67
 Lopes, Diogo, 280, 281
 Lopes, Francisco, 106, 155
 Lopes Machado — V. Machado
 Lopes da Rosa, Diogo, 155, 162
 Lopes da Rosa, Francisco, 152, 162
 Lopes de Souza, Pero, 63, 66, 67
 Loronha, Fernão de, 45, 46, 47, 55
 Loyola, Sto. Inácio de, 121, 122, 223
 Luís XIV, 260, 302, 331
 Lynge, Paulus Van, 264

Macedo, Balthazar de, 154
 Macedo, Cosme de, 72
 Machado, Gaspar Manuel de, 111
 Machado, Jerônimo, 82
 Machado, Maximiano, 7, 135, 212, 333
 Magalhães, Fernão de, 47, 64
 Maldonado, Fernando, XIX
 Manaya, 124
 Manoel I, 9, 30, 49, 169
 Manuel da Piedade, Frei, 104, 219
 Manipapu, Capitão, 234
 Marcgraf, 266, 297
 Marchioni, Bartolomeo; 45
 Margareth, Princesa, 246
 Maria, Infanta, 29
 Maria I, 335
 Marini, Girólamo, 45
 Marques, Manoel, 277

342 — A CONQUISTA DA PARAÍBA

- Martim Afonso de Souza, XVI, 29, 32, 34, 58, 64, 66, 178
 Martim Leitão, XVI
 Martinho V, 309
 Martins, Lopo, 277
 Martins, 45
 Mártires, Frei Bartolomeu dos, 164
 Matham, 242
 Matoso, Comte. José, XVII
 Médicis, 20, 300
 Médicis, Catarina, 31
 Medina Sidônia, Duque de, 177, 178
 Menasseh Ben Israel, 287
 Mendes, Antônio, 255
 Mendes, Francisco, 287
 Mendes, Vicente, 277
 Mendes de Almeida, Cândido, 8
 Mendes Pinto, Fernão, 57
 Mendonça Furtado, Governador, 202
 Menezes, D. Diogo de, 191
 Montalvão, Marquês de, 251
 Monteiro, Antônio, 278
 Monteiro, Pantaleão, 228, 318
 Montoya, 103
 Moraes, Manuel de, 233, 234
 Moraes Navarro, 326
 Moreira de Souza, Simão, 320
 Morelli, Benedetto, 45
 Moura, Filipe de, 74, 148, 182
 Moura, Gaspar de, 298
- Napoleão, 172, 272
 Nassau, Casa de, 241
 Nassau, Frederico, 221
 Nassau, Guilherme, o Taciturno, 241
 Nassau, João Maurício, 50, 200, 235, 237, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 269, 293, 294, 295, 299, 300, 319
- Netscher, 241, 261
 Nicolau V, XIV, 309
 Nimuendaju (aliás Kurt Uckel), 97
 Nóbrega, Pe. Manuel da, S. J., XIV, 98
 Noronha, Fernão de, 9, 10
 Nun'Alvares Pereira, 305
 Nunes, Antônio, o Pifaro, 298
 Nunes de Carvalho, Luís, 320
 Nunes, Guimar, 330
 Nunes, Jerônimo, 298
 Nunes, João, 286, 287
 Nunes Leitão, Manoel, 320
 Nunes, Simão, 298
- Olivares, Conde e Duque de, 193, 236
 Oliveira Ledo, Gonçalo, 322
 Oliveira Ledo, Teodósio, 326
 Oliveira Lima, Manuel de, 208
 Oppenheim, Samuel, 261
 Oquendo, General, 215, 216, 219
 Ordones, Antônio, 283
- Pais, Diogo, 218
 Palha, Fernando, 21
 Pamplona, João Antônio, 111
 Pan Seco, Principal, 137
 Pantaleão Monteiro, 228
 Paravaya, Capitão, 234
 Paris, João da Rocha, 277
 Paris, João de, 161
 Parmentier, Jean, 54
 Pater, Almirante, 215, 216

- Paulmier de Conneville, 7, 9,
29, 31, 33, 34, 45, 55
Paulo V, 190
Pedro II, XVI, XVIII
Pedro Malasartes, 90
Pedro I, 331
Peeters, Boaventura, 242
Peraza, Juan, XVIII
Pereira, Sebastião, 279
Pereira de Lacerda, Manuel,
320
Picard, Coronel, 227
Pina, Lionis de, 153, 154
Pinto, Álvaro, 154
Pinto, Irineu, 83, 138
Pinto, Pe. Francisco, 89, 92,
93, 94, 95, 187, 218
Pinto, Manuel, 162
Piragibe, (aliás Braço ou
Barbatana de Peixe), 74,
75, 76
Piso, 266
Plante, 241
Post, Franz, 230, 242, 294
Portinari, Cândido, 20
Pôrto Alegre, Manoel de, 107
Poty, Pieter, 307
Prado, Eduardo, 234
Prestes, Domingos, 280
Prestes Maia, 216
Pyrard de Laval, 148, 214,
278, 282, 287
- Quevedo, Juan de, 85
- Ramalho, João, XVI, 34, 36,
37
Ramos, João, 158
Rebello, Francisco, 222
Rebello de Lima, João, 191
Rêgo Monteiro, Gal. Jônatas
do, 157
Ribeiro, Manuel, 277
- Robinson Crusóe, 47
Rocha, André da, 219
Rocha, Antônio da, 164
Rodrigues, Bento, 279
Rodrigues, Lopo, 161
Rodrigues Mesa, João, 285
Rodrigues Pinto, Brás, 285
Rodrigues de Solís, Francis-
co, 285
Rodrigues de Vila Real, Fran-
cisco, 279
Rojas y Borjas, 235, 236, 247
Romeiro, Salvador, 149, 156,
162
Ruysch, 8
Ruyters, Almirante, 202, 203
- Saint-Hilaire, Auguste de, 288
Salema, Foam, 156, 277
Salvador, Fr. Manuel do,
228
Santa Catarina, Fr. Melchior
de, 83, 122, 135
Santa Teresa, Fr. José de,
215
Santiago, Bento Dias de, 287
Santo Antônio, Baltazar, 107
Santo Tomé, 90
Santos, Francisco dos, 110
São Boaventura, Francisco, 83
São Genaro, 265
Sapper, Karl, 84, 86, 136
Sarmiento, Pedro de, 178
Schleswig-Holstein, 246
Schmidel, U., 33
Schoener, 8
Schoppe, Sigismud van, 82,
104, 105, 106, 151, 228,
268
Schylock, 153
Sebastião I, 70, 71, 157, 169
Silva, Antônio José da, 330

- Silva Barbosa, Antônio, 320
 Silva, Fernão da, 70
 Silva, Pedro da, 247
 Silva e Sampaio, Pedro da, 221
 Silveira, D. Antônio da, 58
 Sixto IV, 309
 Simões, Maria, 157, 158, 159, 161
 Simonsen, Roberto, 199, 243, 315
 Soares, Fernão e Diogo, 279
 Soares, Gabriel, 49, 51, 65, 107, 108, 129
 Soares da Albergaria, Manoel, 320
 Soeiro, Manoel, 207
 Solano Lopes, 137
 Solimão, o Magnífico, 58
 Solis, João Dias de, 26
 Sotro Mayor, Alonzo, 178, 179
 Southey, Robert, 188
 Souto, Sebastião do, 227, 246
 Souza, Chichorro, 305
 Souza, D. Francisco de, 105, 148
 Souza, Irmãos, 47
 Souza, Martim Afonso — V. Martim Afonso
 Souza, Pedro Coelho de, 111
 Souza Azevedo, Alexandre, 320
 Stachouwer, Conselheiro, 228, 318
 Stuart, Príncipe, 315
- Tavares, João, XVI, 72, 111, 161
 Tavares de Castro (fazendeiro), 327
- Teixeira, Lourenço, 277, 278
 Teixeira de Mello, 255
 Teles da Silva, Manoel, 266
 Teles Barreto, Manoel, 73, 109, 180, 181, 182, 278, 286
 Thevet, André, 33
 Thijssen, 216
 Tibiriçá, XVI, 34
 Till Eulenspiegel, 90
 Toledo, Pedro de, 82
 Tomacaúna, 189
 Tomás, Antônio, 152
 Torquemada, 88
 Torre, Conde da, 249, 250
 Travassos, Simão, 82, 104
 Tromp, Almirante, 203
 Tudor, Isabel, 172, 173
- Unckel, Kurt (aliás Nimuëndaju), 97
 Usselinck, Willem, 198, 199, 201, 202
- Valadares, Antônio, 233
 Valdez — V. Flores
 Valença, Guiomar de, 330
 Valença, Maria, 330
 Valois, 16, 18, 20, 21, 26, 27, 28, 29
 Vandal (ou Vandale), Manoel, 204
 Van der Aa, 235
 Van der Ley, 297
 Varnhagen, F. A. de, 141, 315
 Vasco da Gama, 16, 57, 58
 Vaz de Paiva, Luís, 275, 276
 Vaz de Caminha, Pero, 43, 51
 Vaz Salem (ou Sarlem), 129
 Velasco, Antônio de, 280
 Veloso, Jerônimo, 83, 104

- Velho Cerqueira, Amaro, 320
 Verrazano, 20, 21
 Vespúcio, Américo, 7, 8, 9, 43
 Viana, Hélio (catador de nugas), 208
 Vicente do Salvador, Frei, 49, 67, 68, 69, 70, 72, 82, 130
 Vidal de Negreiros, André, 239, 246, 263, 264, 265, 266, 317, 325
 Vieira, Pe. Antônio, XIV, 249, 265, 267, 306, 313
 Vieira, João Fernandes, 228, 263, 317, 318, 319, 325
 Vieira de Mello, Bernardo, 322
- Villegaignon, XIV, 30, 31
 Venturoso, O, 46, 169
 Voyer, Jean, 177
- Waerdinburgh, Diedrick, 211, 216, 217
 Waetgen, Hermann, 239, 240, 250, 255, 263, 295, 299, 300
 Wagener, 242
 Waldseemueler, 8
 Whitehall, 172, 175
 Willekens, Jacó, 172, 175
 Withtrington, 176
 Winnitzer, Arnolh, 294
 Wy, Jan (ou Yan) de - V. Jandiu
- Zeimoto, 58

BIBLIOGRAFIA

- ADAM, K. — *Das Wesen des Katolizismus*. Duesseldorf 1927.
- AENWIRINGE — *West Indische Comp.*, Haia, 1644.
- ACOSTINHO — v. *Santa Maria*.
- ALBUQUERQUE, DUARTE DE — *Memórias Diárias*. Madrid 1654.
- ALBUQUERQUE, MARIA ISABEL DE — “Liberdade e Limitação dos Engenhos de Açúcar”. *Anais do Congr. de Hist. da Bahia*, vol. 2. Cid. do Salvador 1950.
- ALDENBURGBT, J. C. — *West Indianische Reise*. Coburgt 1627.
- ALMEIDA, FORTUNATO DE — *História de Portugal*. Coimbra 1922.
- ALMEIDA, FORTUNATO DE — *História da Igreja em Portugal*. Coimbra 1910.
- ALMEIDA, FORTUNATO DE — *História das Instituições em Portugal*. Coimbra.
- ALMEIDA PRADO, J. F. DE — *A Bahia e as Capitanias do Centro do Brasil*. Ed. Nacional. S. Paulo 1945.
- ALMEIDA PRADO, J. F. DE — *O Brasil e o Colonialismo Europeu*. Ed. Nacional. S. Paulo 1956.
- ALMEIDA PRADO, J. F. DE — *Pernambuco e as Capitanias do norte do Brasil*. Ed. Nacional. S. Paulo 1941.
- ALMEIDA PRADO, J. F. DE — *Primeiros Povoadores do Brasil*. Ed. Nacional. S. Paulo 3.^a ed. 1954.
- ALMEIDA PRADO, J. F. DE — “Les Relations de Bahia avec le Dahomey”. *Rev. d'Histoire des Colonies Françaises*. Paris 1954. trad. Roger Bastide.
- AMSTERDAM DAM PRAETGE — Amsterdam 1649.
- AMZALAK, M. B. — *Anciens Économistes Portugais*. Lisbonne, Inst. Français au Portugal, 1940.

- AMZALAK, M. B. — “Do Estudo e Evolução das Doutrinas Econômicas em Portugal”. *Rev. do Inst. Sup. de Comércio*. Lisboa 1928.
- AMZALAK, M. B. — *Trois Précurseurs Portugais*. Rec. Sirey. Paris 1930.
- AMZALAK, M. B. — *L. Mendes de Vasconcelos e o seu Livro “Do Sítio de Lisboa”*, Lisboa 1932.
- Anals do Inst. Superior de Ciências Econômicas*. Lisboa.
- Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* (v. catálogo).
- Anais da Academia Portuguesa de História*. Lisboa.
- Annales Maritimes et Coloniales*. Paris.
- ANCHIETA, in *Cartas Jesuíticas*.
- ANDRADE SILVA, J. J. DE — *Repertório Geral de Tóda a Legislação Portuguesa*. Lisboa.
- ANTONIL, A. J. — (Aliás' Andreoni), *Cultura e Opulência do Brasil. Bahia* 1950.
- ANTONIO DE SANTA MARIA JABOATÃO — v. Jaboatão.
- Archivo Historico Portuguez*. Lisboa 1903-16.
- ARCISZEWSKI, CRISTOPH — *Missive. Kronieck Historisch*. Utrecht 1869.
- ARQUIVO PÚBLICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro.
- ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL. Lisboa.
- ARQUIVO HISTÓRICO DA MARINHA. Lisboa.
- ARQUIVO DE INDIAS. Sevilla.
- AREND, J. P. — *Algemeene Geschiedenis des Vuterlandes*. Amsterdam 1874.
- ARTICULI PACIS (Epílogo Guerra Holandesa). Haya 1663.
- AYRES DO CAZAL, Mons. — *Chorographia Brasílica*, 2.^a ed. Rio 1833
- AZEVEDO, J. L. d' — *Arquivo manusc.* ainda por publicar.
- AZEVEDO, J. L. d' — *História dos Cristãos-Novos Portugueses*. Lisboa 1922.

- AZEVEDO, J. L. d' — *Épocas de Portugal Económico*. Lisboa 1929.
- AZEVEDO, J. L. d' — “Os Jesuítas e a Inquisição”. *Bol. Academia de Ciências de Lisboa*.
- AZEVEDO, J. L. d' — *Cartas do Padre António Vieira*. Coimbra 1925.
- AZEVEDO, J. L. d' — *Novas Epanáforas*. Lisboa 1932.
- AZEVEDO, J. L. d' — “Doze Cartas do Cardeal Rei D. Henrique”. *Rev. História*. Lisboa 1919.
- AZEVEDO, J. L. d' — “O Empréstimo de 1631 destinado à Recuperação de Pernambuco”. *Rev. de História*. Lisboa 1912.
- BAHIA, Prefeitura da Cidade do Salvador, Docts. históricos. Bahia 1949.
- BAIÃO, A. — *A Inquisição em Portugal e no Brasil*. Lisboa 1921.
- BAIÃO, A. — *O Comércio do Pau Brasil*. Lisboa 1923.
- BALDUS, H. e E. WILLEMS — *Dicionário de Etnologia e Sociologia*. S. Paulo 1939.
- BALDUS, H. — *Instruções Gerais para Pesquisas entre Índios*. S. Paulo 1940.
- BAERS, J. — *Olinda Conquistada*. trad. A. Carvalho. Recife 1898.
- BALLESTEROS Y BERETTA, A. — *Hist. de España*. Barcelona 1922.
- BARBOUR, Violet — *Capitalism in Amsterdam in the XVII Century*. Baltimore 1950.
- BARBOSA MACHADO — *Sumario Biblioteca Lusitana*. Lisboa 1741-1759.
- BARLEUS, C. — *Rerum per Octenium*. Amsterdam 1647.
- BARLEUS, Gaspar — *Outras edições do Rerum em alemão, holandês e português*.
- BARROSO, F. — artigos in *Rev. Phillippea e R. Inst. Hist. da Paraíba*. Paraíba.
- BARROSO, G. — *À Margem da História do Ceará*. Fortaleza 1962.
- BASTIDE, Roger — trad. in *Rev. d'H. des Colonies*. Paris.

- BEIRÃO, C. — “As Negociações para o Casamento da Infanta D. Catarina com Carlos II da Inglaterra”. *Anais da Academia Port. de Hist.* Lisboa.
- BIBLIOTECA NACIONAL (secção manuscritos) Rio de Janeiro.
- BIKER, J. F. J. — *Suplemento à collecção de tratados*. Lisboa 1880.
- BLOOM, H. I. — *A Study of Brazilian Jewish History*. N. Y. 1934.
- Boletim da Academia de Ciências de Lisboa*. Lisboa.
- Boletin de la Real Sociedad Geográfica*. Madrid 1910.
- BATAILLON, Marcel — *Érasme et l'Espagne*. Paris 1937.
- BORBA DE MORAES, Rubens — *Bibliografia de Livros Raros sobre o Brasil*. ed. Hol.
- BORGES DA FONSECA, A. V. — “Nobiliarquia Pernambucana” in *An. da Bib. Nac. Rio*.
- BORGES DE CASTRO, A. — *Collecção dos Tratados de Portugal*. Lisboa.
- BRAACAMP FREIRE, A. — “Notícia da Feitoria de Flandres” in *Archivo Hist. de Lisboa*.
- BRAUDEL, Ferdinand Achille — *La Méditerranée... et Philippe II*. Paris 1949.
- BRASILSCHE ORLOGLAS — Delft 1648.
- BROECK, Matheus van den — *Journal*. Amsterdam 1651.
- BOTELHO DE SOUSA, A. — “Os Açôres Campo Estratégico...” in *Rev. Insulana Ponta Delgada* 1945.
- BOUMMAN, Jan — *D'Elsted Verlusting*. Amsterdam 1681.
- BOUMMAN, D. J. — *Johan Maurits van Nassau*. Utrecht 1947.
- BOURDON, Leon — *Memoires Inédits de Duarte Gomes de Solis*. Lisboa 1955.
- BOXER, C. R. — *Some Considerations*
- BOXER, C. R. — *Salvador de Sá...* London 1952.
- BOXER, C. R. — *The Dutch in Brazil*. Oxford 1957.

- BOXER, C. R. — “José Pinto Pereira, Vedor da Fazenda”. *Anais Ac. Port. Hist.* 1942.
- BOXER, C. R. — *The Golden Age of Brazil*. Cal. 1962.
Bulletin de la Royale Académie de Belgique. Bruxelles.
- BUSCHE, Van den — *Flandre et Portugal*. Bruges 1874.
- CALADO DO SALVADOR, Manoel — *O veleroso Lucideno*. Lisboa 1648.
- CALDERON, T. — *Ango et son Époque*. Paris 1891.
- CANABRAVA, Alice Piffer — *O Comércio Português no Rio da Prata*. S. Paulo 1944.
- CANABRAVA, Alice Piffer — *A Lavoura Canavieira nas Antilhas e no Brasil*. Bahia 1950.
- CANABRAVA, Alice Piffer — *L'Industrie du Sucre dans les Iles Anglaises et Françaises de la Mer des Antilles*. Tese dactil. S. Paulo.
- CANIM, Jan — *Reysboeck van het rycke Brasilien*. Amsterdam 1624.
- CAPELLEN, R. van — *Geden Schriften van... Utrecht 1777-8*.
- CAPERAN, Louis — *Le Problème du Salut des Infidèles*. Paris 1912.
- CAPISTRANO DE ABREU, João — *Prolegómenos de fr. Vicente do Salvador*. S. Paulo 1918.
- CARDIM, Fernão — *Tratados da Terra e Centes do Brasil*. Rio 1925.
- Cartas de D. João IV*. ed. Laranjo Coelho. Lisboa.
- Cartas Jesuíticas*. ed. Acad. de Letras do Brasil. Rio.
- CARVALHO, Alfredo de — “Trabalhos”. in *Rev. Inst. Hist. Pernambucano*. Recife.
- CARVALHO, Alfredo de — *Traduções de Dor. Holandeses*. Recife.
- Catálogo Bibliográfico da Agência Geral das Colônias*. Lisboa 1943.

- CAVIGLIA, Boaventura — *Los Drake*. Montevideo 1934.
- Claude d'Abbeville. — *Histoire...* Lyon 1614.
- Clær Vertooch... Amsterdam 1647.
- COLLECÇÃO DE LEYS E DECRETOS. D. José I. Lisboa 1797-1811.
- COLLECÇÃO DE NOTÍCIAS ... *Nações Ultramarinas*. Lisboa 1812-1856.
- CONGRESSO DE HIST. NAC. R. I. H. G. Rio 1916.
- CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL. R. I. H. G. Rio 1950-51.
- COMMELYN, I. — *Histoire de la Vie de F. H. de Nassau*. Amsterdam 1656.
- Confissões da Paraíba*. Primeira Visitação do Santo Offício às Partes do Brasil. Manuscrito.
- Copige van den Resolutie W. Ind. Comp. Utrecht 1649.
- CORPO DIPLOMÁTICO PORTUCUÊS in *Publ. Arquivo Nacional*. Lisboa.
- Copie (carta) General Weerdenburgh. Haya 1630.
- CORTESÃO, Jaime J. — “A Cartografia do Açúcar”. in *Brasil Açucareiro* 1945.
- CUVELIER, Mons. — *L'Ancien Royaume du Congo*. Bruxelles 1946.
- DAHLMANN, José — *Die Sprechtkunde und die Missionen. Freiburg im Brisgau*. 1891.
- De Brasilche Breede Byl* — D. 1647.
- DEER, N. — *The History of Sugar*. London 1949-50.
- De Ieeische Verre — Kyker*. Flessingen 1649.
- Diálogos das Grandesas do Brasil*. v. Andreoni.
- DIAS FERREIRA — “Epístola”. in *Rev. Inst.* Bahia 1885.
- DIEGUES, Manoel — “Trabalhos sôbre indústria açucareira” in *Brasil Açucareiro*.
- DILLÉN, v. van Dillen.
- DOCUMENTOS PARA LA HISTORIA ARGENTINA. Buenos Aires 1927-1929.

- DORIA, Gino — *Inst. della America Latina*. Milano 1937.
- DURO, Don Cesareo F. — *Arca de Noe*, Madrid 1881.
- DURO, D. C. — *La Armada Española*. Madrid 1898.
- DUSSEN, Adriaen van der — *Relatório*. Rio 1947.
- DU TERTRE, J. B. — *Histoire Generale des Antilles*. Paris 1667.
- EDMUNSON, Rev. George — “The Dutch Power in Brazil”. in *Eng. Hist. Rev. Edinburg* 1896-1900.
- EHRENBERG, R. — *Das Zeithalter der Fuegger*. Iena 1896.
- ELIAS, Johann E. — *Het Voorspel... Haya* 1920.
- English Historical Review*. Edinburg. (trabalhos vários de G. Edmunson sôbre o Brasil).
- ERICEIRA, conde de — *Hist. de Portugal Restaurado*. Lisboa 1679-1698.
- ENS, Gaspar — *Eroberung Fernambuck*. Goettingen 1630.
- ESSEN, L. van der — “Contribution ... du Commerce... vers l’Espagne et le Portugal”, in *Bulletin de la Royale Academie de Belgique*. Bruxelles.
- Examen van de West Indische Compagnie*. tot Amsterdam 1649.
- FEBVRE, Lucien — *Martin Luther*. Paris 1936.
- FILAMONDO — *Il Genio Bellicoso di Napoli*. Napoli 1649.
- FERREIRA PINTO, Irineu — *Datas e Notas para a História da Parahyba*. Paraíba 1908.
- FIGUEIRA, Luís — *Carta a Claudio Aquaviva. in Galanti; Hist. do Brasil*.
- FIGUEIREDO FALCÃO — *Livro de Tôda a Fazenda*. Lisboa 1859.
- FRANCO, Antonio — *Imagem da Virtude*. Lisboa 1714-19.
- FABIUS, A. — *Johan Maurits, De Braziliann. Utrecht. S. D.*
- FRANCO, Antonio — *Synopsis Annalium*. Augsburg 1726.
- FREIRE DE OLIVEIRA, E. — *Elementos... Município de Lisboa*. Lisboa 1882-1943.

- FREITAS, Gustavo de — *A Companhia de Comércio do Brasil*. S. Paulo 1951.
- FRIEDERICI, Georg — *Dos Charakter der Entdeckung... Amerikas*. Gotha 1925.
- FREYRE, Ricardo James — *El Tucuman Colonial*. Buenos Aires 1915.
- GALANTI, p. R. — *História do Brasil*. S. Paulo 1911.
- GANDIA, Enrique de — *Historia de los Piratas en el Rio de la Plata*. Buenos Aires 1936.
- GARAY, Blas — *El Comunismo en las Misiones del Paraguay*. Madrid 1897.
- GIACCARDI E CATAN — “La Colonizzazione Spagnuola e Porthoguese nei secoli XVI e XVII secondo i documenti dei diplomatici veneziani”. *O Instituto*. Coimbra 1933.
- GIRARD, A. — “Les Étrangers en Espagne aux XVI et XVII siècles”. in *Annales* 1933.
- GONNEVILLE, P. de — *Relation Authentique*. Paris 1869.
- GONÇALVES DE MELO NETO — *No Tempo dos Flamengos*. Rio 1947.
- GONNARD, René — *L'Épopée Portugaise et l'Abbé Raynal*. Paris 1948.
- GRAETZ, H. — *Les Juifs d'Espagne*. Paris 1872.
- GUERREIRO, Bartolomeu — *Gloriosa Coroa*. Lisboa 1642.
- GUERREIRO, Fernão — *Relação Annual*. Coimbra 1603-09.
- GUERRITZ, G. — *Journaux et Nouvelles... de la bouche de marins hollandais... Anats Bib. Nacional*. Rio 1907.
- GUIMARÃES, Argeu — “Os Judeus Portugueses... na América Espanhola”. *Journal des Americanistes*. 1926.
- HACKLUYT SOCIETY. Londres.
- HAECs, Hendrik — *Het Dagboek*. Utrecht 1925.
- HANDELMANN, H. — *Geschichte von Brasilien*. Berlin 1860.

- HANKE, Lewis — *The First Social Expe. in America*. Cambridge. Mass. U. S. A. 1935.
- HARING, C. H. — *Los Bucaneros de las Indias Occidentales*. Siglo XVII. Caracas 1925.
- HEMSNERSAM, M. — *Reise*. Nurberg 1616.
- ERCKMANN, E. — *General Beschr.* Cap. Parahyba. Utrecht 1879.
- HERNANDES, Pablo — *Organización Social de las Doctrinas Guaranies*. Barcelona 1913.
- HERRERA, Antonio de — *Historia General de las Indias Ocidentales*. Amberes 1728.
- Hispanica America Rev. Baltimore.
- Histoire de la Vie de Fred. Henry de Nassau*. Amsterdam 1656.
- História da Col. Portuguesa do Brasil*. Porto 1922.
- História da Exp. Port. no Mundo*. Lisboa 1937-42.
- História Geral do Brasil*. dir. S. Buarque de Holanda. S. Paulo 1960.
- História de Portugal*, dir. prof. Damião Peres. Barcelos 1929-35.
- HOBOKEN, W. J. — *Wite de Wite in Brazilie*. Amsterdam 1955.
- HOEHNE, F. C. — *Botânica e Agric. no Brasil no Século XVI*. S. Paulo 1937.
- IBERO AMERIKANISCHES ARCHIV. Bonn e Berlin até 1939.
- “Início do Tráfico Africano para o Brasil”. v. ALMEIDA PRADO, *O Brasil e o Col. Europeu*. S. Paulo 1956.
- Instituição da Companhia Geral do Brasil*. Lisboa 1649.
- JABOATÃO, Antonio de Santa Maria — “Catalogo Genealogico”. in *Rev. Inst. Hist. Bras.*
- JABOATÃO, Antonio S. M. — *Novo Orbe Seraphico*. Lisboa 1761.
- JAPIKSE, N. — *De Werwinkelingen Republik en Engeland*. Leiden 1900.

- JARQUE, F. — *Ruiz de Montoya en Indias*. Madrid. Coll. Documents. 1900.
- LONG, M. de — *Relações entre Portugal e a Holanda*. Biblos X. *Journal des Americanistes*. Orgam da Soc. de mesmo nome. Paris. *Journal of Interamerican Studies*. Gainsville. Florida. U. S. A.
- KIEMEN, M. G. — “The Indian Policy of Portugal in America”. in *The Americas*. Wash. 1949.
- KNUTEL, W. — *Catalogus van den Panfletten, etc...* Haya 1889-1895.
- KOBLER, A. — *Der Christlicher Komunismus in dem Reductionen von Paraguay*. Wuerzburg 1872.
- La Défaite des Portugais et Espagnols à la Baye de Todos os Santos*. Paris 1925.
- LAET, J. — *Iaerlyk Verhael*. Haya 1931-37.
- LAET, J. — “Hist. das Índias Ocidentais”, in *Publ. Bibl. Nacional*. Rio.
- LAFUENTE MACHAIN, R. — *Los Portugueses en Buenos Aires nel Siglo XVII*. B. A. 1931.
- LAINH MONUMENTA. Madrid 1912-17.
- LANNOY, Charles de — *Hist. de l'Expansion Col. du Portugal*. Bruxelles 1907.
- LA RONCIÈRE, Ch. de — *Hist. de la Marine Française*. Paris 1909-1932.
- LAS CASAS, B. — *Historia de las Indias*. Madrid 1875.
- LEITE CORDEIRO, J. P. — *S. Paulo e a Invasão Holandesa no Brasil*. S. Paulo 1949.
- LEITE, Serafim — *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 1938-50.
- LINSCHOTTEN, Jan Huyghens van — *Voyage...* Amsterdam 1638.
- LIPMANN, Ed. von — *Geschichte des Zuckers*. 2.^a ed. Berlin 1929.

- LIVERMORE, H. — “A Marinha Mercante Holandesa no Comércio do Brasil”. in *Rev. Portuguesa de História*. Coimbra 1951.
- Livro das Denunciações*. Visitação do S. Offício. B. N. Rio 1936.
- LOPES DE LIMA, J. J. — *Ensaio sobre as Posseções Portuguezas*. Lisboa 1844.
- LOPES MACHADO, Maximiano — *Historia da Prov. da Parahyba*. Parahyba 1912.
- LUNA FREIRE, A. A. de — *A Colonia Socorro*. Paraíba.
- LYRA TAVARES, João de — *Apontamentos para a Historia Territorial da Parayba*. Parahyba 1910.
- MADUREIRA, G. M. de — *A Liberdade dos Indios e a C. de Jesus*. Rev. I. H. C. B. Rio 1927.
- MAIA MENDES, M. — *A Escravatura no Brasil*. Cong. M. P. Lisboa 1940.
- MARANHÃO, *Metódio* — *Duarte Coelho e a Colon. Pernambucana*. Recife 1935.
- MARCHANT, Alexander — *Do Escambo à Escravidão*. S. Paulo 1949.
- MARCHANT, Alexander — *Colonial Brazil as a Way Station*. New York 1941.
- MAURO, Frédéric — *Le Portugal e l'Atlantique au XVII Siècle*. S. E. V. P. E. N. 1960.
- MAURO, Frédéric — *Le Brésil au XVII Siècle*. Toulouse.
- MANUSCRITOS DA CASA DE CADAVAL. Lisboa.
- MEDINA, J. T. de — *Trabalhos sobre a Inquisição nos Domínios de Castela*. Santiago de Chile. ed. do autor.
- MENDES DOS REMÉDIOS, J. — *Os Judeus Portugueses em Amsterdam*. Coimbra 1911.
- MENTZEL, Christian — *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*. Manusc. Staats Bibl. Berlin.
- MERRIMAN, R. B. — *The Rise of the Spanish Emptre (Filipe II)*. New York 1936.

358 — A CONQUISTA DA PARAÍBA

- METRAUX, A. — *La Civilisation Matérielle des Tupi-Guarani*. Paris 1928.
- METRAUX, A. — *Les Migrations Hist. des Tupi-Guarani*. Paris 1927.
- METRAUX, A. — *La Religion des Toupinambas*. Paris 1928.
- Miguel Archanjo da Anunciação — *Chronica do Mosteiro de S. Bento de Olinda*. Recife 1940.
- MOERBEK, J. A van — *Publ. sôbre a Cia. das Indias Ocidentals*. Amsterdam 1624.
- MOREAU, P. — *Hist. des Derniers Troubles du Brésil*. Paris 1651.
- NANNINGA UITERDIJK, J — *Een Kamper Handelshuis te Lissabon*. Zwolle 1904.
- NABER, F.H. — *Piet Hayn*. Utrecht 1928.
- Neerlandia Franciscana. *Isinghen* 1914-19.
- NETSCHER, P. M. — *Les Hollandais au Brésil*. La Haye. 1853.
- NEWTON, A. P. — *The European Nations in the West Indies*. London 1933.
- NIEUHOFF, Johan — *West Indie*. Amsterdam 1682.
- O Instituto. revista. Coimbra.
- OLIVEIRA, Nicolau de — *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa 1620.
- ORDENAÇÕES FILIPINAS. Coimbra 1797.
- ORDENAÇÕES MANUELINAS. Coimbra 1797.
- PAIVA MANSO, Visconde de — *Hist. do Congo*. Lisboa 1877.
- PASSOS, Carlos de — "Naveg. Port." *Rev. Biblos*, 1928.
- PASTOR, L. — *Hist. des Papes*. Paris.
- PEDREIRA DE CASTRO, Fernando — *Crônica da Igreja no Brasil*. Rio 1938.
- PERDIGÃO MALHEIROS, A. — *A escravidão no Brasil*. Rio 1867.
- PEREIRA DE BERREDO, B. — *Annaes Historicos*. Lisboa 1749.

- PEREIRA, Padre Ruy — in *Cartas Jesuíticas*.
- PEREIRA DA COSTA, F. A. — “Origens Hist. do Ind. Açuc. em Pernambuco”. in *Archivo*. Recife.
- PEREIRA DA COSTA, F. A. — Trabalhos in *Rev. I. H. A. Pernambucano*. Recife.
- PEREIRA DA COSTA, F. A. — Trabalhos in *Anais Pernambucanos*. Recife.
- PEREIRA DA COSTA, F. A. — Governadores e Capitães Mores de Pernambuco. in *R. I. H. A. P.*
- PEREIRA, José Higino — copia de Docts. dos *R. Ar. de Haya*.
- PIRES DE LIMA — Trabalhos in *Rev. Hist. Nat. de Portugal e Ultramar*. Lisboa 1936.
- PINTO, Estêvão — *Os Indígenas do Nordeste*. S. Paulo 1935-38.
- PIZARRO DE ARAUJO, Mons. — *Historia do Brazil*. Rio.
- PLANTE — *Mauritiados*. Leyden 1647.
- POELHEKKE, J. J. — *De Vrede van Munster*. Haya 1948.
- PRESTAGE, Edgar — *The Diplomatic Relations of Portugal with France...* Watford 1925.
- Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil*. S. Paulo 1929.
- Primetra Visitação do Santo Ofício...* S. Paulo 1925.
- “Prinz Nassau Siegen und die Niederlanndschen Collonien” in *Brasilien*. Berlin 1938.
- Publicações do Instit. do Alcool e do Açúcar*.
- PYRARD DE LAVAL — *Voyage*. Paris 1679.
- RAFAEL DE JESUS — *Castrioto Lusitano*. Lisboa 1679.
- RAU VIRGÍNIA — “Os Holandeses e a exp. de sal de Setubal”, in *R. P. H.* 1950.
- Relazione della Città di S. Salvatore*. Venetia 1624.
- RAVENSTEIN, E. G. — *H. of Congo and Angola*. London 1901.
- Relación de la Victoria*. Viena 1649.
- REBELO, Amador — *Compendio de Algumas Cartas...* Lisboa 1598.

- Relação da Tomada do Recife*. Lisboa 1654.
- REBELO DA SILVA, L. A. — trab. in *Corpo Diplomatico Portuguez*. Lisboa.
- Relación de la Vitoria sobre los Holandeses*. Madrid 1638.
- REBELO DA SILVA, L. A. — *Historia de Portugal nos Sécs. XVII e XVIII*. Lisboa 1860.
- REES, O. van — *Geschiedenis der Koloniale Politiek*. Utrecht 1865.
- Refriega Admirable nel Socorro del Brasil*. Madrid 1626.
- REVAH, I, S. — “Une Famille de Nouveaux Chrétiens”, in *Rv. des Études Juives*. 1954.
- Revue de l'Histoire des Missions*. Paris.
- Revue des Études Juives*. Paris, em curso de publ.
- Revista de Arquivos*. Madrid.
- Revista do Arquivo Mun. de S. Paulo*. S. P.
- Relação Breve e Verdadeira*. Manuscrito.
- Revista Brasileira*. Rio.
- Revista do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*. Rio.
- Revista do Inst. Hist. de S. Paulo*.
- Revista do Museu Paulista*. S. Paulo.
- Revista do Inst. Hist. e Archeologico Pernambucano*. Recife.
- Revista do Instituto Hist. do Ceará*. Fortaleza.
- Revista de Bibliotecas, Arquivos y Museus*. Madrid.
- Revista do Inst. Hist. e Geog. da Paraíba*. João Pessoa.
- Revista do Inst. Hist. do Rio Grande do Norte*. Natal.
- Revista Philipeia*. Paraíba.
- Revista de Historia*. Lisboa.
- Revista de História*. S. Paulo. dir. prof. Simões de Paula.
- Revista do Inst. de Geografia de Lisboa*.
- Revue de l'Histoire des Colonies*. Paris.
- Revue de l'Histoire des Missions*. Paris.
- Reysboeck van het rycke Brasilien*. Amsterdam 1624. v. Canin.
- RICARD, R. — *Les Jésuites au Brésil*. R. H. M. Paris 1937

- RICARD, R. — *Les Places... et les îles portugaises de l'Atlantique*. A. P. H. 1949.
- RICARD, R. — "Índiens et Morisques". in *Journal des Americanistes*. Paris.
- RICHSHOFFER, A. — *Brasiliannisch und Westindianisch...* Strasburg 1677.
- ROCHA PITTA, S. da — *Hist. da America Portuguesa*. Lisboa 1730.
- ROCHA POMBO, J. F. da — *História do Brasil*. Rio 1906.
- RODRIGUES, F. — *A Formação Intelectual do Jesuita*. Porto 1917.
- RODRIGUES, J. H. — *Hist. e Bibl. do Domínio Holandês no Brasil*. Rio 1949.
- RODRIGUES DE BRITO, João — *Cartas Economicas Politicas*. Lisboa 1821.
- RODRIGUES DE MELLO e PRUDENCIO DO AMARAL — *Georgicas Brasileiras*. Rio 1941.
- RODRIGUES SILVEIRA — *Memorias de um Soldado da India*. Lisboa 1777.
- SALVADOR, v. fr. Vicente do.
- SANCHES Alonso, B. — *Fuentes de la Hist. Esp. Hispano Americana*. Madrid. 1927.
- SANTA MARIA, fr. Agostinho de *Santuario Mariano*. Lisboa 1722-23.
- SANTA TERESA, fr. Giu. di — *Storie delle Guerre del Brasile*. Roma 1698.
- SANTAREM, visconde de — *Quadro Elementar de Relações Politicas*. Lisboa 1864.
- SAPPER, KARL — trab. in *Ibero Amerikanisches Archiv*. Duemlers Verlag.
- SARAIVA, A. — *A Inquisição Portuguesa*. Lisboa 1957.
- SCHMIDLIN, Joseph — *Katolische Missionstheoretiker des XVI und XVII Jahrhunderts*.
- SELFRIDGE, Gordon — *l'Apologie du Commerce*. London Paris. s. d.

- SELFRIDGE, Gordon — *The Fueggers News Letters*. London 1925.
- SÉRGIO, Ant. e CIDADE, Hernani — *Obras do P. Antônio Vieira*. Lisboa 1951-54.
- SERRANO Y SANZ, Manuel — “Doctrinas Psicológicas de fr. Bartolomé de las Casas”. in *Rev. de Arquivos XVII*. Madrid 1907.
- SEVERIM DE FARIA, M. — *Noticias de Portugal*. Lisboa 1655.
- SILVA CASTRO, J. J. da — “Chronica do Mosteiro de N. S. do Monte Serrat da Parahyba”. in *Rev. Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*. Rio 1864.
- SILVA GENTIL, J. — *Strategie des Affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607*. Paris 1956.
- SILVA REGO, P. — *A Dupla Restauração de Angola*. Lisboa 1948.
- SILVA ROSA, C. S. da — *Geschiedenis der Portugesche Juden te Amsterdam*. id. 1925.
- SIMONSEN ROBERTO C. — *Hist. Econômica do Brasil*. S. Paulo 1937-40.
- SOARES DE ANDRADE e BREDERODES, A. F. e Manuel PRATES — “Exame de Matas Paraibanas”. in *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*. Rio.
- SOARES DE SOUSA, Gabriel — *Tratado Desc*. S. Paulo. Ed. Nacional.
- SOUSA, Bernardino de — *O Pau Brasil n Hist. Nacional*. S. Paulo. E. N. 1939.
- SOUSA COUTINHO, F. de — *Cor. Dipl.* 1643-48. Coimbra.
- SOLIS, D. G. — Discursos. ed. Amzalak in *Anais do Inst. Sup. C. E.* Lisboa 1943.
- SOMBART, W — *Die Juden und die Wirtschaftsleben*. Muenchen 1924.
- SOUTHEY, Robert — *History of Brazil*. London 1810-19.
- STUDART, barão de — *Docts. Hist. do Ceará*. Fortaleza 1904-21.

- TAUNAY, Afonso de — *Jorge Margrave*. S. Paulo 1942.
- TELLES, Balthazar — *Chronica*. Lisboa 1745.
- THEVET, André — *Les Singularités de la France Antarctique*. Paris 1557.
- The Fuggersnews Letters*. e. Gordon Selfridge. London 1925.
- The Spanish American Review*.
- THIJS, Anton — *Historia Navolis*. Leyden 1657.
- THOMSEN, Th. — *Albert Eckout*. Copenhagen 1938.
- THURLOE, John — *A Cl. of. State Papers*. London 1742.
- Tidschrift voor Geschiedenis*. Amsterdam 1925.
- TREVOR DAVIES, R. — *The Golden Century of Spain*. Lndon. 1937.
- VAN DILLEN, J. — *Les Juifs d'Amsterdam et le Brésil au XVII Siècle*. Tidschrift voor Geschiedenis. 1935 Amsterdam.
- VAN DILLEN, J. — "Amsterdam le Marché Mondial des Métaux Précieux". *Rev. d'Hist.* 1926.
- VARGAS, Tamayo de — *Restauración*. Madrid 1628.
- VARNHAGEN, F. A. de — *Hist. Geral do Brasil*. S. Paulo 1928-48.
- VARNHAGEN, F. A. de — *Hist. da Luta contra os Holandeses*. Lisboa 1872.
- VASCONCELOS, Everardo de — "Piratas, Corsários e Aventureiros em Pernambuco". *Arquivos*. Recife. Tomo I.
- VASCONCELOS, Frazão de — "A Marinha da Coroa de Portugal no Tempo dos Filipes". in *Anais do Congresso da Marinha Portuguesa*. VI. Lisboa.
- VASCONCELLOS, Simão de — *Chronica da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa 1663.
- VASQUES NUNES, Guillermo — *La Conquista de los Indios Americanos por los Primeros Misioneros*, Barcelona 1930.
- VERDONCK, Adrián — in *Rev. Inst. Hist. Arqueologico Pernam*. Recife. Tomo 54. 1900.
- VICENTE DO SALVADOR, fr. — *Historia do Brasil*, S. Paulo 1918.

- WAETGEN, Hermann — *Das Hollaendische Kolonial Reich in Brasilien, Gotha* 1921.
- WAETGEN, Hermann — *Das Judentum und die Anfänge der Moderne Kolonisation*. Berlin 1914.
- WAETGEN, Hermann — *Der Neger Handel in West Indien und Sued Amerika*. Han. 1912.
- WACENER, Zacarias — in *Rev. Inst. Hist. Ar. Pernambucano. Warhaffler Bericht* (Olinda) — Amsterdam 1630.
- WASSENAER, Nicholas van — *Historisch Verhael*. Amsterdam 1622-32.
- WAL — *Waert West Indische Compagnie*. Middelburgh 1646.
- WILBOIS, J. — *Le Cameroun*. Paris 1934.
- WILLIAMSON, J. A. — *Sir John Hawkins*. Oxford 1927.
- WALBEEK e MOUCHERON — in *Rev. Inst. Hist. e Ar. Pernambucano*. trad. J. H. Pereira. tomo V. Recife 1886.
- WINKLER, J. — *Phaenomologie und Religion*. Tuebingen. 1921.
- WINTER, E. K. — *Die Sozialmetaphisik der Scholastik*. Wien 1929.
- WITNITZER, Arnold — *The Records of the Earliest Jewish Community in the New World*. New York 1954.
- ZABALA, Silvio — *La Encomienda Indiana*. Madrid 1935.
- Zeitschrift fuer Missionswissenschaft Freiburg*. Suíça.

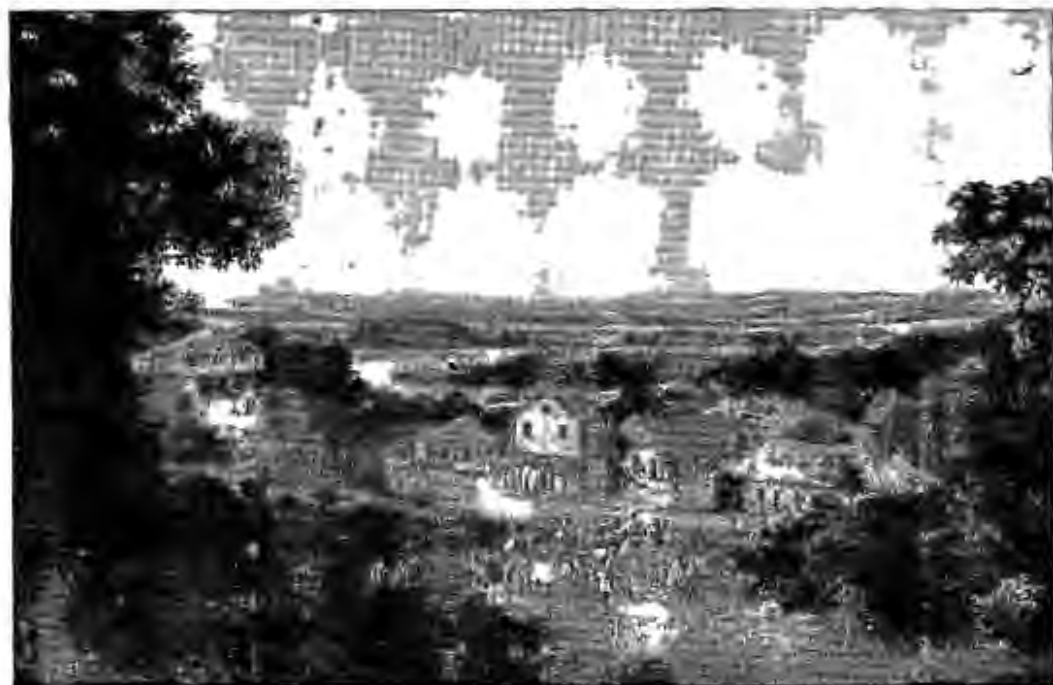
Os trabalhos de Síntese Histórica são mais expositivos e conclusivos do que pròpriamente documentais. Não requerem, portanto, bibliografias, pois, bastam-lhes índice onomástico. A presente lista aqui figura tão-só a pedido do Embaixador Francisco de Assis C. Bandeira de Mello, ideador deste trabalho, o qual julga semelhante enumeração de utilidade se bem de modo suscinto e elementar para o estudioso de História Paraibana.

✱

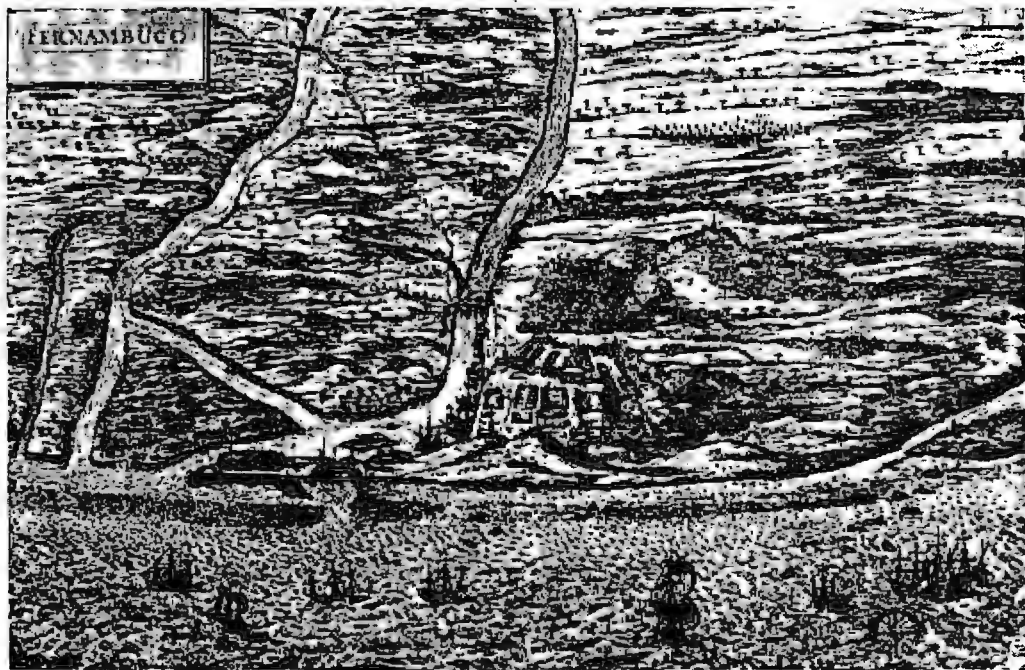
Obra executada nas oficinas da

SÃO PAULO EDITORA S. A.

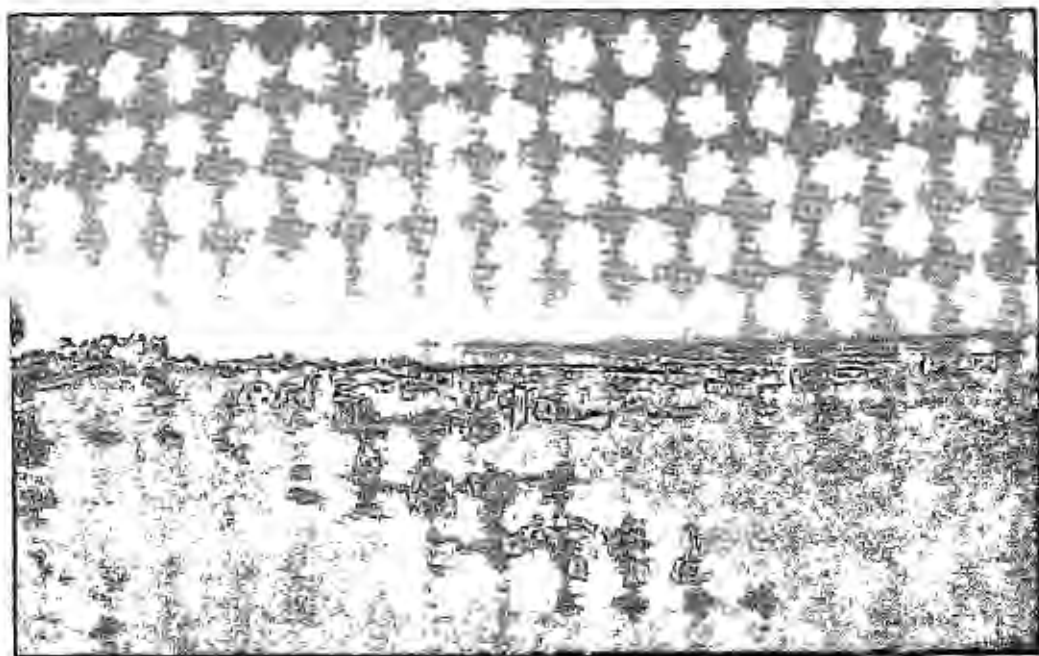
São Paulo 6, SP — Brasil



Paisagem nordestina por FRANZ POST (Col. Octailes Marcondes Perceira)



Pernambuco. Estampa raríssima da época da invasão flamenga com a descrição de cada lado da tomada do Recife.



Paisagem nordestina por FRANZ POST (col. Octalles Marcondes Ferreira)



Índios tapuias. Estampa do álbum de Van der Aa
de autoria de ROMAIN DE HOOGE.



Retrato de João Maurício de Nassau segundo gravura antiga.



Engenho nordestino. Estampa do álbum de Van der Aa. (ROMAIN DE HOOGE).